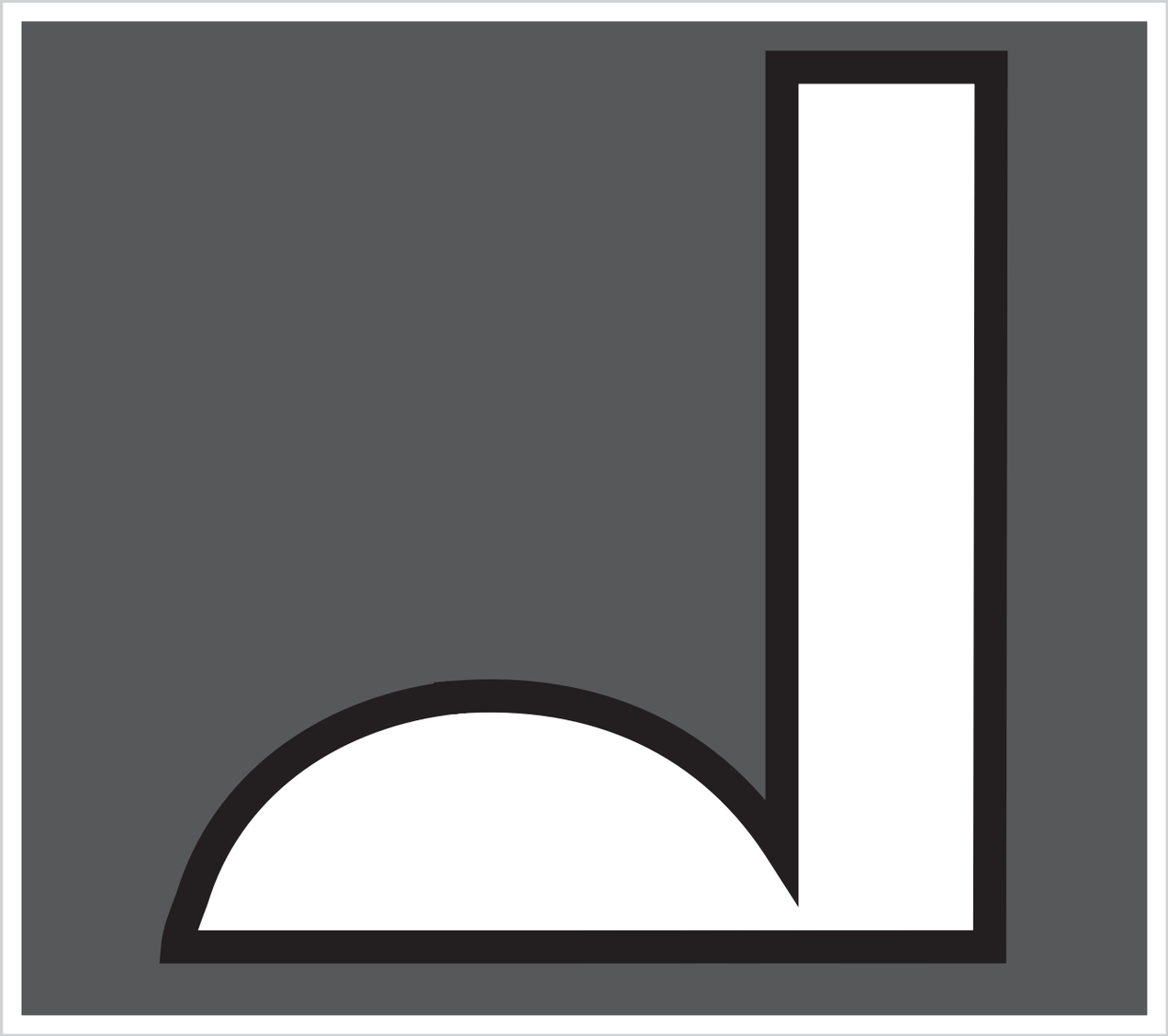
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 201 – TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 21
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 7
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101,112)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 3
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (101,112)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 218ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2013 89222
1.1 – ABERTURA 89222
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO 89222
Destinada a comemorar os trinta anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, nos termos do Requerimento nº 1.322/2013, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores. 89222
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim) 89222
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Rodrigo Rollemberg) 89223
1.2.3 – Oradores
Sr. Epaminondas Lino de Jesus, Diretor Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Distrito Federal 89225
Sr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Distrito Federal 89225
Senador Valdir Raupp 89228
Sr. Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – São Paulo 89229
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros) 89230
1.3 – ENCERRAMENTO..... 89231
2 – ATA DA 219ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2013 89232
2.1 – ABERTURA 89232
2.2 – EXPEDIENTE 89232
2.2.1 – Comunicação da Presidência
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 66/2012 e do Projeto de Lei do Senado nº 329/2012..... 89232
2.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União
Nº 1.877/2013, na origem, encaminhando o Relatório de Atividades referente ao terceiro trimestre de 2013 **(autuado como Aviso nº 20/2013-CN)**. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*..... 89233
2.2.3 – Mensagem da Presidente da República
Nº 136/2013-CN (nº 529/2013, na origem), encaminhando as razões do Veto Total nº 50/2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 105/2012. *Constituição da Comissão Mista destinada a emitir relatório sobre o referido Veto*..... 89364
2.2.4 – Fala da Presidência (Senador Vital do Rêgo)
Homenagens ao Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda, falecido na madrugada de hoje..... 89366
2.2.5 – Discursos do Expediente
SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Apelo à aprovação de tratado bilateral entre Brasil e França para a inauguração de ponte que ligará o Amapá à Guiana Francesa. 89367
SENADOR *PAULO PAIM* – Encaminhamento de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcelo Déda, Governador de Sergipe; e outros assuntos. 89368
2.2.6 – Leitura de requerimento
Nº 1.418/2013, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda. 89375
2.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)
SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Registro do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, em três de dezembro; e outro assunto. 89377
SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Denúncias sobre supostos atos de corrupção do Governador do Estado de Roraima. 89380
SENADOR *VITAL DO RÊGO* – Críticas ao Governador do Estado da Paraíba pela redução das prerrogativas institucionais dos procuradores estaduais. 89382
2.2.8 – Leitura de requerimentos
Nº 1.419/2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda..... 89383

Nº 1.420/2013, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações. 89384

2.2.9 – Pareceres

Nº 1.361/2013, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157/2013 **(conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.421/2013)**..... 89386

Nºs 1.362 a 1.364/2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28/2011. 89394

2.2.10 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 28/2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 89409

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 72/2007 e 84/2013 e do Projeto de Lei do Senado nº 601/2011. 89409

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada 89409

2.3 – ENCERRAMENTO..... 89414

3 – ATAS

3.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de novembro de 2013 89414

3.1.1 – Comissão Temática da Liberdade de Expressão e Participação Social

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de novembro de 2013 89453

3.1.2 – Comissão Temática do Marco Legal e Regulatório

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de novembro de 2013 89477

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 2.12.2013..... 89494

5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

5.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

5.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 30 de novembro de 2013 (Publicada em Suplemento "A")

5.1.2 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal (Publicadas em Suplemento "B")

5.1.3 – Atas de Comissões Temporárias (Publicadas em Suplemento "C")

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 89495

Bancadas dos Partidos 89496

Por ordem alfabética 89497

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 89498

8 – LIDERANÇAS 89499

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 89503

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 89506

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 89522

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 89530

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 89534

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 89541

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 89547

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 89556

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 89564

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 89573

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 89581

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 89588

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 89592

CSF – Comissão Senado do Futuro..... 89596

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 89597

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)..... 89598

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 89599

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 89600

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 89600

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 89601

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)..... 89603

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)..... 89605

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 89607

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)..... 89609

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)..... 89611

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 89613

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)..... 89618
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)..... 89620
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 89621
Comissões Mistas Especiais 89622

14 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 89626
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 89627
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 89630

Ata da 218ª Sessão, Especial, em 2 de dezembro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Paim e Rodrigo Rollemberg.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 34 minutos e encerra-se às 12 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar os 30 anos do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), nos termos do Requerimento nº 1.322, de 2013, de autoria deste Senador e de outros.

Composição da Mesa.

Convidamos o Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Epaminondas Lino de Jesus; convidamos também o Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Antônio Augusto de Queiroz.

Palmas para ambos. (*Palmas.*)

Convidamos o Diretor Técnico do Dieese, Sr. Clemente Ganz Lúcio.

O Senador Rodrigo Rollemberg também já se encontra conosco.

Eu estou presidindo a Comissão de Direito Humanos, onde está acontecendo um debate sobre a morte de 242 jovens na boate Kiss, em Santa Maria. É um debate muito tenso e muito forte. Eles fizeram um apelo enorme para que eu suspendesse aquela audiência pública e viesse aqui para esse compromisso, de um projeto de minha autoria, que é essa sessão de homenagem.

Eu quero, de pronto aqui, fazer este meu pronunciamento, Toninho. Não sei se o Ulisses Riedel pôde vir – não sei se está aqui ou está em São Paulo.

Mas, para falar sobre a Diap, eu não preciso ler. Eu diria que a nossa história do movimento sindical está vinculada diretamente ao Diap. O Diap sempre esteve ao nosso lado – na Assembleia Nacional Constituinte, no embate mesmo antes da Assembleia Nacional Constituinte, quando aqui, em plena ditadura, já era o Toninho, era o Ulisses, que sempre estiveram do nosso lado, fazendo o bom debate na construção de políticas sociais, principalmente, na ótica do movimento sindical e dos trabalhadores. Ao longo da Constituinte, eu poderia dizer que foi fundamental.

Eu me lembro, Toninho, daquele encontro na Contag, no espaço da Contag. Lá estávamos nós a elaborar aquela proposta que acabou sendo o coração do texto que tratou da ordem social, principalmente do art. 6º ao 12; o capítulo dos servidores públicos também foi fundamental.

Depois trabalhamos e articulamos também a proposta no campo da previdência, sempre com a participação das entidades e, naturalmente, liderados pelo Diap. Então, Toninho, esses 30 anos do Diap têm uma história bonita, que é um orgulho muito grande para todos nós.

Este pronunciamento que faço será rápido, mas bem objetivo e sincero, por conhecer o Diap em toda sua história. Ele tem um papel fundamental ainda, com certeza, no dia a dia das nossas vidas e vai continuar tendo por muito tempo.

Faço essa rápida introdução e convido o Senador Rollemberg para que, daqui, da Presidência, faça o seu pronunciamento. Depois, ele passará a palavra para os nossos convidados da Mesa. Eu retorno à Comissão de Direitos Humanos para fazer o fechamento daquela reunião e volto ao plenário para liberar o Senador Rollemberg.

Pode ser assim?

Estamos aqui trabalhando... Trabalhar é isso, não é, Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Rollemberg vai atender outro pessoal mais tarde, e eu tenho de fechar os encaminhamentos na reunião sobre a boate Kiss, mas não poderia deixar de vir aqui abrir esta sessão tão importante em homenagem aos 30 anos do nosso querido Diap.

Então, neste momento, convido o Senador Rollemberg a assumir a Presidência. Daqui da Presidência, ele fará o seu pronunciamento e convidará os membros da Mesa a também se posicionarem sobre a importância dos 30 anos.

Nesse período em que o Senador Rollemberg fica aqui e os três falam, dá tempo de eu encerrar a outra reunião.

Obrigado, Rollemberg. V. Exª é parceiro sempre. É uma alegria trabalhar com V. Exª!

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Prezado Sr. Epaminondas Lino de Jesus, Diretor-Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; prezado amigo Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; prezado Sr. Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; prezado Senador Paulo Paim; prezados dirigentes sindicais que nos honram com as suas presenças; quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa de fazer esta homenagem ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Esta é uma homenagem justa, porque se trata de uma instituição que hoje congrega mais de mil entidades sindicais de trabalhadores, reunindo centrais, confederações, sindicatos e associações, distribuídas em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, que desenvolvem um trabalho da maior importância em defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Quero aqui homenagear um grande brasiliense, uma pessoa que nos é muito querida, especialmente para nós do PSB, o advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende. Ele foi um dos fundadores do Diap, em 19 de dezembro de 1983, com a finalidade de atuar junto aos poderes da República, em especial no Congresso Nacional, e, excepcionalmente, junto às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização e transformação em normas legais das reivindicações dos trabalhadores.

Embora o Diap tenha sido criado em 1983, a ideia da sua criação surgiu muito antes, em 1988, quando Ulisses Riedel foi convidado pelo governo norte-americano, juntamente com outros cinco advogados brasileiros, a conhecer a organização sindical americana. Lá, Ulisses Riedel e esses advogados conheceram o funcionamento dessas organizações sindicais e sua atuação no Congresso Nacional. Acompanharam a pauta, a agenda legislativa, a atuação dos Parlamentares, interferindo e dando notas, mas sempre tendo como critério a defesa dos trabalhadores.

Naquela época, como o Brasil estava sob o regime dos militares, cujas características ditatoriais praticamente retiravam do Congresso qualquer capacidade legislativa, a criação do Diap teve que esperar. Só após o início da transição democrática, em 1974, e depois do ciclo de greves, em 1978, que a ideia foi se maturando ao longo de todos esses anos e pôde começar a ser articulada.

Um dos primeiros grandes líderes sindicais a se interessar e a apoiar a criação do Diap foi o Comandante Aloísio Ribeiro, um dos diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Em agosto de 1981, no Primeiro Congresso Nacional de Estivadores, Portuários, Marítimos, Fluviários, Aeroviários, Aeronautas e Pescadores, a ideia de se pôr em prática a criação do Diap, já esboçada por Ulisses Riedel, foi colocada em votação e aprovada.

Então foi aprovado neste Congresso o esboço de um órgão suprapartidário, desvinculado de qualquer corrente ideológica, partidária ou religiosa, mas comprometido com a defesa dos trabalhadores e comprometido em bem informá-los e também os parlamentares.

Faço um registro aqui que me agrada muito, amigo Toninho, que, com respaldo deste Congresso – e o Ulisses Riedel conta isso algum tempo depois –, aponta como um dos grandes apoiadores da ideia de criação do Diap o então Presidente da Confederação Nacional dos Jornalistas Armando Rollemberg, que é meu irmão. E, segundo o relato do Ulisses Riedel, ele foi um dos grandes apoiadores da criação do Diap, especialmente por ter influência na mídia como Presidente da Confederação Nacional dos Jornalistas. Ulisses considerou esse apoio importante. Em seguida, também houve o apoio dos radialistas e dos ferroviários.

No dia 19 de dezembro de 1983, dois dias após o encerramento do Estado de emergência que na época vigorava em Brasília, na sede da Contag em Brasília, foi fundado o Diap, em uma reunião que contou com 51 entidades que aprovaram os estatutos, elegeram e deram posse à primeira diretoria e definiram a contribuição das entidades associadas.

O primeiro objetivo do Diap, entre 1983, ano de sua criação, até 1987, quando se deu início aos trabalhos constituintes, foi de organizar e planejar sua preparação para a Constituinte de 1987/1988.

Nesse sentido, podem ser apontadas três importantes ações da organização: a criação do *Jornal do Diap*, em 1985; a publicação do livro *Quem é Quem*, em 1986; e, sobretudo, a criação de projetos de ação.

O lançamento do *Jornal do Diap*, em 1985, foi importante, pois se estabeleceu como primeiro canal de comunicação entre a organização e as entidades sindicais.

Em 1986, foi publicado o livro *Quem é Quem*, primeira publicação que, a exemplo do que acontecia no Departamento Legislativo norte-americano, deu notas aos parlamentares de acordo com o seu desempenho, no que diz respeito, sobretudo, à defesa dos interesses dos trabalhadores.

No caso desta publicação do Diap, foi avaliada a atuação dos Deputados da Legislatura 1983/1987. Foi levada em consideração a atuação dos Deputados nas votações dos Decretos-Leis de arrocho salarial (2.024, 2.025, 2.065 e 2,100), da estabilidade no emprego, das Diretas-Já para Presidente da República, do Colégio Eleitoral, além de declarações dos parlamentares em relação a diversas outras matérias.

Mas foi na elaboração dos projetos de ação, isto é, em sua ação propositiva que o Diap exerceu seu papel mais importante no período pré-Constituinte. A organização elaborou oito projetos, sendo que os cinco primeiros são anteriores à Constituinte e propunham temas que seriam defendidos pelo Diap durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte.

Projetos proibindo a demissão imotivada, defendendo o poder normativo da Justiça do Trabalho; um terceiro relacionado com a organização sindical; outro tratava da ampla garantia ao direito de greve; outro se refere às demais questões de interesse do Diap na Constituinte, como a participação nos lucros, a cogestão, a reforma agrária, entre outros.

Foram feitos cinco congressos nacionais do Diap, que resultaram em uma ampla adesão do movimento sindical, a qual é símbolo o Documento 22, assinado por dez confederações e três centrais sindicais, além da Andes, no qual se comprometem a apoiar o trabalho do Diap na defesa dos interesses consensuais dos trabalhadores na Constituinte. Pode-se afirmar que esse documento formaliza o projeto elaborado pelo Diap e significa a vitória a organização no que diz respeito à consolidação de um bloco unificado dos trabalhadores.

Nesses 30 anos, o Diap se constituiu num importante e eficaz instrumento dos sindicatos e dos trabalhadores brasileiros, seja para acompanhar a tramitação de matérias do interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional, seja produzindo estudos e pesquisas que ajudaram a elevar o nível de conscientização e de politização dos trabalhadores e seus sindicatos.

Um dos trabalhos mais conhecidos e respeitados do Diap, realizado desde 1994, é a pesquisa que elege os "100 Cabeças do Congresso" e, entre eles, os Dez Parlamentares mais influentes" do Poder Legislativo, de acordo com a percepção sobre o poder e a capacidade de liderança dos eleitos na definição da agenda legislativa.

O Diap oferece vários serviços para as entidades filiadas e para o público em geral. Diariamente, a Agência Diap confecciona um boletim que é enviado aos filiados por *e-mail* e disponibilizado na página do departamento na internet. Com periodicidade mensal, publica o *Boletim* e o *Jornal do Diap*. Além disso, edita séries anuais, como "Os Cabeças do Congresso Nacional", "Agenda para Falar com os Poderes" e outras publicações, como "Estudos Técnicos", "Estudos Políticos", "Caderno Debate" e o diagnóstico da atuação parlamentar de cada um dos Deputados e Senadores brasileiros.

Publicou uma edição histórica "Quem foi Quem na Constituinte", que rastreou a atuação dos parlamentares durante a Assembleia Nacional Constituinte, avaliando o desempenho dos constituintes na votação de matérias de interesse dos trabalhadores. Ter sido Nota 10 do Diap era motivo de orgulho – e ainda é – para muitos constituintes

O Diap cumpre um papel muito importante no sentido de assessorar as entidades sindicais e o movimento popular em suas demandas no Congresso Nacional. Faz isso de uma forma transparente, para que os cidadãos em todo o País tenham acesso às informações de sua atuação.

As principais conquistas aprovadas no Congresso Nacional, principalmente na elaboração da Constituição de 1988, tiveram a marca do Diap. Em 1986, por exemplo, ocorreu reunião histórica na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, de que participaram os principais dirigentes sindicais do País e a bancada sindicalista. Na ocasião, o Diap apresentou uma proposta que passou a ser defendida na Constituinte de 1988. Hoje, 80% dela está incorporada no capítulo da ordem social da Constituição Cidadã.

Há na história, ainda, outros registros de momentos memoráveis em defesa dos trabalhadores dos setores privado e público, do campo e de aposentados e pensionistas com participação decisiva do Diap. Na elaboração da primeira lei do salário mínimo e da política salarial, foi o Diap o grande colaborador para a elaboração do texto-base, assim como na luta para o avanço de uma redação que garantisse direitos aos trabalhadores brasileiros.

Eu, pessoalmente, tenho uma gratidão muito grande ao Diap e, de forma muito especial, ao Toninho do Diap, porque eu disse isto aqui outro dia quando o Senador Paim anunciou esta sessão: logo que me elegi Deputado Federal e procurava algumas pessoas mais experientes para me aconselhar em relação ao mandato, algumas das sugestões – das avaliações e sugestões – trazidas pelo Toninho foram extremamen-

te relevantes para o sucesso do meu mandato como Deputado Federal.

Portanto, para mim, como Parlamentar e hoje Líder da Bancada do PSB no Senado, é sempre bom saber a opinião do Diap sobre os temas de interesse dos trabalhadores que tramitam no Congresso Nacional. Portanto, me sinto muito honrado, muito feliz e na obrigação de estar aqui para parabenizar o Diap e todas as entidades sindicais que fazem parte do Diap, pelo relevante e importantíssimo trabalho que desempenha no Congresso Nacional em defesa dos trabalhadores brasileiros.

Vida longa ao Diap. Parabéns.

Vamos ouvir agora o Diretor Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Sr. Epaminondas Lino de Jesus.

O SR. EPAMINONDAS LINO DE JESUS – Em primeiro lugar, eu gostaria de, embora ausente neste momento, porque retornou à Comissão, cumprimentar o Senador Paulo Paim por esta iniciativa desta sessão solene em homenagem aos 30 anos do Diap; cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, que aqui está nos prestigiando e presidindo esta sessão neste momento; Toninho, nosso Diretor de Comunicação do Diap, e o Clemente, Diretor Técnico do Dieese, que aqui também nos honra; a todos os presentes, funcionários componentes do corpo técnico do Dieese, que estão presentes, do Diap e toda a equipe que trabalha com o Toninho; Diretores do Diap, que aí se encontram, também, e demais sindicalistas e filiados, que estão nos prestigiando.

Eu não vou me alongar, porque, primeiro, o Senador Rollemberg já contou toda a história do Diap, com o seu conhecimento, desde a fundação do Diap. Eu não vou me alongar também porque o Toninho vai falar sobre o trabalho que o Diap vem realizando, porque a história do Diap o Senador já contou para nós.

Então, quero, neste instante, agradecer a oportunidade, Senador, e dizer que o Diap continua e continuará por muitos e muitos anos ainda prestando o seu serviço a todos os Congressistas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Epaminondas, pelas suas palavras.

Registro a presença entre nós do Ministro Carlos Mathias. Também registro a presença de Moisés Marques, Diretor da Terracap.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Sindical de Assessoria Parlamentar. A gente fala, formalmente, com muita formalidade, Antônio Augusto de Queiroz, mas, para todos nós, é o Toninho, do Diap.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar meus colegas de Mesa, o Senador Rodrigo Rollemberg, uma das melhores revelações da política do Distrito Federal, um Parlamentar cuja trajetória é elogiável sob todos os pontos de vista.

Não há nenhuma acusação, do ponto de vista ético ou moral, que comprometa a biografia do Senador. O seu trabalho em favor do Distrito Federal e do Brasil é inestimável. Todos nós conhecemos a sua dedicação e a sua seriedade. O seu grau de influência aqui no Congresso é mensurado frequentemente pelo Diap, que há vinte anos faz esse levantamento a partir de três critérios: o institucional, que é o posto que o Parlamentar ocupa na estrutura da Casa; o reputacional, como é que ele é visto pelos seus colegas, por jornalistas, analistas, etc.; e o decisional, como é que ele se comporta frente às situações concretas. E, em todas as oportunidades, no plano federal, no seu mandato como Deputado e como Senador, figurou na lista do Diap preenchendo os três requisitos – e não há necessidade de preencher necessariamente os três, mas o Rodrigo sempre os preencheu, ou seja, sempre atendeu a todos esses quesitos.

Há outras instituições que também auferem a atuação parlamentar: uma consultoria importante aqui de Brasília, a Arko Advice, e o Rodrigo também figura na sua publicação *Elite do Congresso*; e o Portal Congresso em Foco, que também aufere sob outra perspectiva. O Diap analisa sob o grau de influência. O Congresso em Foco analisa sob o aspecto da qualidade do Parlamentar, ou seja, é analisado, a partir de consulta pela internet, do ponto de vista dos serviços que presta à população, da qualidade desses serviços, da postura ética, etc., e o Rodrigo também sempre figura entre os mais influentes lá.

Então, é com muita satisfação que o Diap tem aqui no Rodrigo um amigo, um colaborador, um entusiasta, uma pessoa cujo pensamento está em sintonia fina com o pensamento da entidade. É um pensamento republicano, que honra muito o Distrito Federal, como nosso representante aqui no Congresso.

Eu queria também cumprimentar o nosso Diretor-Superintendente, Epaminondas Lino de Jesus, que é um entusiasta do Diap. Sempre deu espaço, como Superintendente, para que a equipe pudesse trabalhar, estimulou, apoiou. Então, é uma figura pela qual nós temos um carinho especial.

É também motivo de alegria a presença aqui do Clemente Ganz, que é Diretor Técnico de uma entidade coirmã, o Dieese, cuja trajetória e história todos nós

conhecemos pela sua importância, especialmente no levantamento dos dados a respeito do custo de vida, dos acordos salariais.

O Dieese, por exemplo, cumpriu um papel fundamental na época da ditadura denunciando a manipulação de dados e estatísticas do ponto de vista do interesse dos trabalhadores, reduzindo o impacto da inflação para evitar que houvesse reajustes semelhantes, compatíveis ou assemelhados àquilo que efetivamente ocorreu no custo de vida. E, mais recentemente, além de ter, hoje, uma das bases de dados mais importantes do Brasil, que não deixa a dever a nenhuma universidade, constituiu uma universidade para formar trabalhadores, servidores públicos e militantes sociais, e está cumprindo esse papel fundamental. Então, tem uma universidade que forma cidadãos, além de ter uma base de dados, como eu disse, com todos os acordos, o que é um parâmetro importantíssimo para a atuação de todos.

Eu queria cumprimentar também os colegas do corpo técnico aqui presentes, a Drª Zilmar, a Drª Josilma, o ex-Diretor Moisés, o amigo e diretor da CUT Pedro Armengol, o Edson do Mosap, o Vanderlindo, Presidente da entidade, e os demais colegas aqui presentes, como o Chiquinho e a Dª Josefa, entre outros amigos da entidade.

Para não me alongar muito, eu queria tecer apenas rápidas considerações a respeito da importância do trabalho de uma entidade como o Diap.

O Diap cumpre um papel fundamental como órgão de assessoramento, mas também como órgão de pressão, e atua em defesa dos interesses dos assalariados, de um modo geral, mas também se preocupa com a cidadania no sentido amplo de buscar o aperfeiçoamento das instituições, de valorizar o aperfeiçoamento dessas instituições, porque, especialmente no Brasil, nos últimos tempos, com maior ênfase mais recentemente, tem havido certa desilusão com a política, um descrédito das instituições, o que é péssimo para a democracia, principalmente para o povo mais humilde, porque a consequência disso é uma desorientação política e uma desagregação social.

Num ambiente como esse, é fundamental fazer o que o Dieese está fazendo – criando uma universidade –, e o que o Diap tem feito, que é investir em educação e formação política. Estamos convencidos de que não existe solução para os problemas coletivos fora da política. As grandes conquistas da humanidade resultaram de decisões políticas. As cinco gerações de direito foram resultado de decisão política: os direitos civis, no século XVIII, os direitos políticos, no século XIX, os direitos sociais, no final do século XIX e início do século XX, os direitos coletivos e difusos e os direitos bioéticos. Enfim, há uma série de conquistas fundamentais que são resultados de decisão política.

Se a gente pegar apenas os últimos três anos para dar exemplo do quanto é importante esse trabalho de pressão das entidades sindicais, das centrais, dos trabalhadores de modo geral na perspectiva de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, eu citaria um conjunto de leis que não existiriam caso não houvesse essa pressão, essa fiscalização: a lei que instituiu uma política de recuperação do salário mínimo, em cuja elaboração o Dieese teve um papel importantíssimo, logo depois da Constituição de 88, juntamente com o Diap; a correção da tabela do Imposto de Renda, que, antes, era ano a ano e agora está sendo por um mandado de quatro anos, um mandato governamental. Precisamos renovar isto agora, o salário mínimo, em 2015, e a tabela do Imposto de Renda, em 2014. Foi aprovado aqui, no Congresso, com a nossa ajuda, um projeto, transformado em lei, que cria a certidão negativa de débito trabalhista, que obriga qualquer prestador de serviço a estar em dia com as obrigações trabalhistas para poder ser contratado, vender produto ou serviço ao Governo. Conseguimos a ampliação do aviso prévio de 30 para até 90 dias, uma conquista importante. Reconhecimento do teletrabalho; ratificação da Convenção 151 da OIT; o adicional de periculosidade para os vigilantes; o vale-cultura para o trabalhador de baixa renda; a isenção do Imposto de Renda incidente sobre uma parcela da participação dos trabalhadores nos lucros e resultados; e, mais recentemente, a PEC ou a emenda constitucional que estende aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais.

Citei apenas 10 exemplos dos últimos quatro anos que resultaram dessa fiscalização, dessa presença. Mas o órgão não se limita à defesa dos trabalhadores, como as entidades sindicais de modo geral. Ele busca avançar no sentido de incluir na sua agenda temas que eliminem a cultura do segredo na vida pública, que deem mais equidade nas disputas eleitorais e que também ampliem a transparência e o controle social.

Nesse particular, eu queria citar algumas leis para as quais o Diap também colaborou no sentido de que elas pudessem ter sido aprovadas e sancionadas pelo Presidente ou promulgadas pelas Casas do Congresso: lei de combate à compra de votos, uma iniciativa da CNBB que contou com o nosso apoio prontamente; a Lei Geral de Acesso à Informação; a lei complementar que instituiu a ficha limpa nas eleições; a Lei de Conflitos de Interesse; a Lei Capiberibe, que obriga os entes estaduais e municipais a divulgarem, em tempo real, as despesas governamentais; a lei que criou a Comissão da Verdade; e, mais recentemente, a emenda, que o

Presidente Renan promulgou dia 28 último, que abre o voto do parlamentares em dois pontos importantíssimos, de cassação de mandatos e de apreciação de vetos presidenciais.

A regra, no Parlamento, é votar aberto. Havia quatro exceções e ficaram apenas duas: eleição da Mesa e apreciação do nome de autoridades. Fora disso, o representante não terá mais direito a voto secreto.

Então, há uma série de conquistas.

Eu não quero me alongar, porque o Presidente, certamente, tem outros compromissos, mas eu queria apenas registrar que as manifestações de junho, por exemplo – concluo dizendo isto –, foram produtos, em certa medida, da insatisfação do cidadão com as instituições públicas de um modo geral.

O cidadão se manifestou em quatro das suas cinco dimensões.

Ele se manifestou na dimensão de eleitor, porque não tem se sentido representado, e essa promulgação da PEC foi uma medida importantíssima, uma resposta às ruas. Por que o eleitor não se sente representado? Porque ele é o titular do poder. Ele apenas delega para que alguém, em seu nome, possa legislar ou administrar, mas tem que ser com base num programa, com prestação de contas e alternância no poder, e nem todos os homens públicos detentores de um mandato têm tido esse cuidado. Isso é preocupante, porque as pessoas se afastam da política.

A segunda dimensão foi a de contribuinte. A percepção geral é de que é mal-aplicado o dinheiro público, aquele que decorre da arrecadação de tributos, e que vai para financiar empresários que se apropriam desses recursos, que vai para financiar estádios que pobre não frequenta, que vai para desvio de conduta, etc.

Então, isso tudo leva as pessoas a terem essa visão parcial, focada nesse aspecto.

Isso é fundamental, é importante, mas não é tudo. As políticas públicas que o Brasil oferece são responsáveis pela paz social neste País. Não tenho tempo para detalhar esse aspecto, mas, de qualquer maneira, esse protesto na dimensão de contribuinte enfocou, basicamente, esses três pontos mencionados.

Ele se manifestou também na condição de usuário de serviços públicos. Os serviços públicos são de má qualidade. E o curioso é que não o são apenas para os pobres. Qual a diferença entre o pobre e o rico no trânsito? É que um vai dentro de um automóvel e o outro vai dentro de um ônibus, mas ambos ficam engarrafados.

Na área da saúde, a mesma coisa. Tendo um plano de saúde ou indo para o SUS, ele vai esperar do mesmo jeito.

A única diferença que ainda existe é na educação. Na segurança é a mesma situação.

Por último, a dimensão de consumidor, temeroso de que a inflação retornasse, que o juro voltasse a subir e que, portanto, a sua condição de vida piorasse nessa perspectiva.

Por que essas manifestações não tiveram uma dimensão maior ou não se mantiveram ao longo do tempo, embora eu ache que elas voltem em 2014, por conta da eleição presidencial e da Copa? Basicamente, por uma razão: porque na quinta dimensão do cidadão, que é a de trabalhador como classe, ele não se manifestou. E por que ele não se manifestou? Porque, em tese, levando em consideração custos e benefícios, ele entendeu que a situação estava razoavelmente boa do ponto de vista da melhoria da renda e do ponto de vista da geração de empregos. O índice de desemprego no Brasil hoje é muito baixo e está havendo aumento de renda, como as pesquisas do Dieese comprovam.

Se os trabalhadores tivessem ido como classe, duas teriam acontecido e uma teria sido evitada. Com a participação dos trabalhadores e suas entidades, esses movimentos de baderna que aconteceram em determinadas manifestações certamente não teriam acontecido. Em segundo lugar, estaria na pauta, com certeza, um questionamento da política econômica se os trabalhadores tivessem ido para rua. E, terceiro, certamente, haveria o pedido de destituição de governo, na medida em que estariam insatisfeitos e esses pontos não estavam presentes.

Então, reitero e concluo dizendo que a política é fundamental, precisa ser fortalecida, e que não existe solução fora da política. Quem desdenha da política o faz por ignorância, e estas são as principais vítimas do processo político, ou por má-fé, aqueles que querem que as pessoas de bem se afastem desse processo para que elas se apropriem do aparelho do Estado, porque, enquanto não inventarem outra solução, a democracia é que vai prevalecer, o Estado moderno é que vai prevalecer. E ele tem três monopólios: o de legislar, o de tributar e o de arregimentar exércitos para fazer cumprir as suas decisões. E essas três dimensões, formuladas por intermédio de políticas públicas, sempre são feitas por meio das instituições e, em consequência, por meio de pessoas eleitas diretamente.

Então, afastar a população disto significa dizer que ela não terá participação, influência nos destinos da Nação, já que não participou disso diretamente.

Anular o voto, por exemplo, não faz nenhum efeito. É um protesto individual, mas que não é considerado para efeito de resultado eleitoral. Se todo mundo anular e um votar, aquele voto valida quem foi eleito,

e, portanto, ele vai decidir, embora sem a legitimidade requerida. Então, é importante fortalecer a política.

Eu quero, então, concluir agradecendo à presidência do Presidente Renan, um democrata, um homem que, nas publicações do Diap, sempre figura entre aqueles mais influentes, tanto no critério do Diap, que já mencionei aqui, quanto no critério dos próprios Parlamentares, que votam, livre e espontaneamente, para escolher, na visão deles, os mais influentes. O Senador Renan sempre figurou nesses dois levantamentos, tanto no dos cem mais influentes, quanto no dos dez mais influentes. É um democrata, como já disse, e um homem comprometido com a transparência e a democracia. Ele tomou uma série de iniciativas muito importantes no Senado Federal em resposta às urnas. Infelizmente, nem todas elas foram, ainda, transformadas em políticas públicas, em leis, mas estão em andamento. Portanto, esse pioneirismo é motivo de elogio. Parabéns pela iniciativa, Presidente! (*Palmas*.)

Durante o discurso do Sr. Antônio Augusto de Queiroz, o Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de concedermos a palavra ao Clemente Ganz Lúcio, vamos conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB e uma das referências da Bancada do PMDB no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Diretor Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar do Distrito Federal, Sr. Epaminondas Lino de Jesus; Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar do Distrito Federal, Sr. Antônio Augusto de Queiroz; Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de São Paulo, Sr. Clemente Ganz Lúcio; senhoras e senhores, o Congresso Nacional realiza hoje esta sessão solene em homenagem aos 30 anos de existência do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

O Diap, como é mais conhecido entre nós esse Departamento Intersindical, é um dos melhores exemplos da importância da Constituição de 1988, uma Constituição Cidadã, como disse o nosso saudoso Ulysses Guimarães, e democrática, porque criou os alicerces políticos para a maior participação de uma sociedade cada vez mais pluralista e participativa nos destinos do País e do seu povo.

Vínhamos de um tempo sombrio, quando o cidadão brasileiro não tinha vez nem voz. O Texto Constitucional fez com que cidadania e democracia pudessem, de fato, caminhar juntas na construção de uma política voltada para os interesses comuns da sociedade brasileira. As decisões políticas eram tomadas sem uma participação mais efetiva do povo. A sociedade não se organizava, porque não lhe era permitido o pensamento coletivo, sob pena da perda das liberdades individuais.

Foi a sociedade organizada que restaurou as nossas liberdades, nos movimentos como o Diretas-Já, pela Anistia, pela ética na política e tantos outros. É essa mesma sociedade organizada que, neste 2013, ocupou ruas e praças de todo o País, na busca dos direitos consagrados na mesma Constituição de 1988. É a sociedade brasileira no seu justo desejo de, efetivamente, participar dos rumos da política.

O Diap teve como seu idealizador o advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende e foi criado em 19 de dezembro de 1983, no passo, portanto, dos movimentos populares que ocuparam o Congresso Nacional na construção de uma Constituição cidadã e democrática. No passo do desejo da sociedade de se organizar no sentido da maior participação nos seus próprios destinos. Uma sociedade que não quer ser, tão somente, objeto da história, mas construí-la, ela mesma, dentro dos desejados limites da democracia.

O Diap foi criado, como nos seus documentos oficiais, "para atuar junto aos Poderes da República", mas com especial ênfase "no Congresso Nacional". Nesses 30 anos, essa instituição deu mostras da sua relevância, porque seus trabalhos tornaram-se referência entre nós, pela qualidade e, principalmente, porque, para todos nós que militamos na política, sabemos que se trata de uma entidade que tem, como princípios fundamentais, "decisões democráticas, atuação suprapartidária, conhecimento técnico e atuação como instrumento dos trabalhadores em matérias consensuais no movimento sindical, que representem o seu pensamento majoritário".

É por isso, Sr. Presidente, que a atuação o Diap tem sido, para todos nós, nessas três décadas de sua existência, uma referência para a boa política. Seus trabalhos são indicadores de rumos para a tomada de decisões, principalmente no Congresso Nacional; legitimam as nossas propostas legislativas e nos indicam se os anseios gravados na Constituição de 1988 estão, de fato, sendo colocados em prática.

O Diap é constituído por centenas de entidades sindicais de trabalhadores, presentes em todos os Estados, congregando Centrais, Confederações e Associações. Diversas são as atividades desempenhadas pelo Diap no sentido de contribuir e subsidiar os deba-

tes sobre os assuntos de interesse dos trabalhadores, por meio de estudos técnicos e políticos.

Desde 1994, o Diap publica *Os Cabeças do Congresso Nacional*, que são aqueles que se diferenciam pela capacidade de conduzir debates, negociações ou articulações dentro do ambiente político.

Esta celebração pelas três décadas de existência do Diap é mais que um reconhecimento da importância de um departamento que congrega as entidades sindicais do País; é, na verdade, um culto à democracia e à cidadania. Daí que o Diap é mais que um "departamento", no sentido restrito da expressão; ele é um espaço de participação plural, democrático e cidadão.

A democracia e a cidadania também celebram a existência do Diap. Se depender da atuação do Diap, o País será sempre mais justo e verdadeiramente democrático.

Parabéns ao Diap!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Sr. Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Bom dia, Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, que preside esta Sessão Solene.

Quero saudar o companheiro Epaminondas, Diretor-Superintendente do Diap, também por muitos anos Diretor do Dieese, Coordenador do Dieese de Brasília. Trata-se de um grande militante dessas duas organizações e responsável pelo sucesso e pelo trabalho político de sustentação de instituições tão importantes como o Diap.

Quero saudar também o Antônio Augusto, nosso amigo e companheiro Toninho, pelo excelente trabalho de coordenação do Diap, por toda a militância junto ao movimento sindical e ao Congresso Nacional para trazer a agenda dos trabalhadores e fazer uma atuação junto ao Parlamento para que essas questões da vida dos trabalhadores e do mundo do trabalho estejam qualificadas pelo debate público que estas Casas, em particular o Senado, aqui promovem com tanta competência e responsabilidade.

Queria saudar os diretores sindicais do Diap, os dirigentes sindicais que representam as entidades sócias do Diap; saudá-los pelo trabalho que fizeram nesses 30 anos de sustentação e de orientação política do Diap.

Queria saudar, também, toda a equipe técnica, toda a equipe de trabalhadores e funcionários do Diap pelo excelente trabalho realizado ao longo desses anos, pelas publicações, pelo trabalho de assessoria, pelo trabalho de articulação institucional visando colocar a pauta dos trabalhadores e do mundo do trabalho no espaço legislativo.

Queria iniciar lembrando que tanto o Diap quanto o Dieese foram fundados em dezembro – o Diap, no dia 19 de dezembro, e o Dieese, no dia 22 de dezembro. Algo deve haver que o movimento sindical, em dezembro, consegue constituir unidade política para criar entidades intersindicais como essa.

Eu creio que, na experiência do mundo, o Dieese e o Diap são duas entidades únicas. No caso do Dieese, eu tenho certeza, porque nós temos um trabalho de acompanhamento e sabemos que o Dieese é a única entidade intersindical de assessoria e estatística econômica do movimento sindical – entidade unitária. O movimento sindical tem, em outros países, entidades semelhantes, mas cada central com a sua.

Aqui, no Brasil, em 1955, o movimento sindical decidiu criar uma entidade unitária para fazer assessoria socioeconômica e estatística. Trinta anos depois, decidiu, também no mês de dezembro, criar uma outra entidade unitária, que é o Diap. Acho que essa é uma sabedoria do nosso movimento sindical, uma sabedoria de um movimento que sabe qual é o seu papel e a importância que instituições como o Diap têm para a democracia e para a luta em relação às questões do trabalho.

Nós sabemos que, na democracia, o debate público é fundamental para que nós qualifiquemos as questões e para que o processo deliberativo, seja do Executivo, seja do Legislativo – e, no caso do Legislativo, com uma definição das regras que regem as relações sociais –, seja instruído por um bom debate público, pela explicitação das questões, das divergências, da construção das convergências. E o movimento sindical teve a sabedoria de decidir criar uma instituição como o Diap. E, nesses 30 anos, o Diap, na verdade, confirmou essa sabedoria com esses trabalhos todos que foram feitos, pela relevância que esse trabalho teve para qualificar o debate e com a colaboração que esse trabalho deu a esta Casa e à Câmara dos Deputados, qualificando o debate e colaborando, de forma decisiva, para que questões importantes fizessem parte da pauta e fizessem parte do processo deliberativo, favorecendo milhões de trabalhadores, qualificando a proteção e a promoção social do emprego, do trabalho e da renda dos brasileiros.

Queria ressaltar que o trabalho feito ganha relevância na democracia na medida em que o resultado se constitui, por um lado, em um bem de interesse público: o conhecimento que o Diap hoje aporta para a sociedade é um bem de interesse público, porque ele serve a todos, para que possamos qualificar esse debate. E ainda: o serviço que ele presta é de interesse público, porque, mais uma vez, interessa à sociedade que, na nossa democracia, o debate seja feito com qualidade.

Nós acreditamos, mais recentemente, agora, fazendo um trabalho articulado com o Diap, aqui no

Congresso, que o Dieese se irmana, de forma concreta, ao trabalho que o Diap faz aqui, visando fortalecer esse nosso trabalho aqui no Congresso, justamente procurando trazer cada vez mais qualidade ao debate, somando-se ao trabalho que o Diap faz, qualificando essa nossa presença do mundo do trabalho, das questões dos trabalhadores, para que tenhamos, na ação política, processos que possam fazer com que nós consolidemos e avancemos, cada vez mais, no desenvolvimento do Brasil, na promoção do enfrentamento das nossas desigualdades e para que tenhamos, de fato, um país justo, solidário, fraterno e um país que tenha, de fato, a capacidade de ser, do ponto de vista político e social, a expressão econômica que já tem por ser uma das grandes economias do nosso Planeta.

Portanto, eu queria, em nome do Dieese, registrar a honra de estar aqui representando a instituição nesta solenidade e saudar o Senado Federal por esta sessão solene em reconhecimento da importância política e social do Diap para a sociedade brasileira.

Gostaria de saudar o Diap pelos seus 30 anos, desejando longa vida a essa instituição e que continuemos, cada vez mais, como irmãos, trabalhando forte para os trabalhadores e para o trabalho no Brasil.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exmo Senador Paulo Paim, que participou da abertura desta sessão histórica; Senador Valdir Raupp; Senador Rodrigo Rollemberg; Diretor-Superintendente do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Epaminondas Lino de Jesus; Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Antônio Augusto de Queiroz, osso querido amigo Toninho, que cumpre, desde a criação do Diap, um destacado papel na coordenação, na militância, com sua insubstituível precisão política; Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sr. Clemente Ganz Lúcio; Ministro Carlos Mathias, Secretário de Transparência do Senado Federal, senhoras e senhores, é com muita satisfação que participo desta homenagem do Senado Federal – participo da sessão e a presido com igual satisfação – aos 30 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que foi fundado em 19 de dezembro de 1983, graças ao empreendedorismo e visão futurista do nosso querido amigo e advogado Ulisses Riedel, com quem tive a honra de conviver por muitos anos aqui no Congresso Nacional. Sou da eleição de 1982; portanto, antes mesmo da Assembleia Nacional Constituinte, eu já era Deputado, representando o meu querido Estado de Alagoas aqui no Congresso Nacional, e estive em todos os momentos do Diap, com o Toninho, com o Epaminondas.

Quero, mais uma vez, externar daqui, da Presidência do Senado Federal, meus parabéns ao Diap, ao Ulisses Riedel, ao Epaminondas, ao Toninho e a todos os que fazem o Diap, por seu trabalho e pelos resultados que ele exibe todos os dias; e ao Ulisses Riedel pelas ações humanitárias em prol da paz, que é também a sua faceta espiritual.

O próprio Diap definiu como meta, Senador Valdir Raupp, a atuação no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores com o propósito de buscar converter em leis as reivindicações majoritárias e consensuais dos trabalhadores.

Dessa forma, ainda antes da Constituinte de 1988, antes da abertura do Parlamento para as ruas, Ulisses Riedel anteviu a necessária e rotineira interação das instituições públicas com a sociedade organizada e, especialmente, com os trabalhadores.

Hoje, o órgão faz insubstituível ponte, Toninho, entre o Congresso Nacional, as entidades sindicais e o movimento social. O Diap conta hoje com cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, reunindo centrais, confederações, federações, sindicatos e associações distribuídas em todos os Estados do País.

Essa representação suprapartidária, sua democracia interna e o conhecimento técnico de seu corpo de funcionários inquestionavelmente se traduzem na força e na legitimidade que o Departamento tem na Capital Federal, onde suas publicações sobre as atividades do Parlamento são leituras imprescindíveis e, como eu já disse, insubstituíveis.

Além de boletins informativos, de subsídios e de histórico sobre os projetos, as votações, os estudos técnicos e políticos e o comportamento dos partidos e dos Parlamentares, o Diap publica periodicamente livros como *Quem é Quem*, com a análise da atuação dos Parlamentares sobre matérias de interesse dos trabalhadores, e também o livro *Quem foi Quem na Constituinte*, relativo à Constituinte de 1988, com a análise da atuação dos Constituintes.

Toninho, permita-me publicamente agradecer, porque tive a honra de ser um dos Constituintes nota dez, menção que mais uma vez agradeço e que é para mim motivo de orgulho pessoal.

A partir de 1994, de maneira inédita, preenchendo um vácuo na análise do comportamento do Legislativo brasileiro, o Diap passou a editar a série anual *Os Cabeças do Congresso Nacional* sobre a atuação daqueles tidos como os principais Parlamentares em Brasília.

O Diap, portanto, participou e participa ativamente da construção da democracia brasileira. E seu trabalho, dia a dia, nas atividades do Parlamento, colabora decisivamente para a melhoria e o aperfeiçoamento das instituições, na defesa da causa pública.

Um dos grandes incentivadores do Diap nos últimos anos, que, mais uma vez, quero saudar de maneira

especial pelo nosso convívio também aqui, é o dirigente Antônio Queiroz, que, inclusive, é conhecido por todos nós como Toninho. É também muito conhecido por sua dedicação permanente à causa trabalhista e à causa popular.

A edição de *Os Cabeças do Congresso Nacional* é um trabalho resultante de pesquisas feitas junto aos formadores de opinião. E, mais uma vez, quero agradecer, em nome do Congresso Nacional, a deferência que faz o livro *Os Cabeças do Congresso* aos nossos Congressistas que mais influenciam o dia a dia das nossas decisões.

Quero, sinceramente, no momento em que nos preparamos para encerrar esta sessão, desejar que o Diap celebre muitos anos de vida, muitos mais anos de vida, com a continuidade desses relevantes serviços prestados ao nosso País e ao Congresso Nacional, os quais ensejam esta justíssima homenagem pelos seus 30 anos.

Antes de encerrar, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para comunicar ao Senado Federal e ao País que, amanhã, haverá uma solenidade muito importante no Palácio do Planalto. A Presidente Dilma Rousseff convidou todos para a cerimônia de regulamentação da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Essa Lei é muito importante para a sociedade e é, sobretudo, a reafirmação dos compromissos do Senado Federal em fazer lei para os que mais precisam dela. Essa Lei reduz os limites de tempo de contribuição e de idade para a concessão de aposentadoria a pessoas com deficiência.

Como todos sabem, essa Lei estava tramitando no Senado Federal há muito tempo, e nós assumimos um fundamental compromisso com sua aprovação. Ela foi aprovada e contou para sua aprovação com a dedicação, com a competência e com a mobilização do Senador de Brasília Gim Argello.

Essa Lei caracteriza conquistas sociais importantíssimas com relação aos deficientes físicos. O homem poderá se aposentar com 25 anos de contribuição, e a mulher, com 20 anos, no caso de deficiência grave. No caso de deficiência moderada, o homem terá o direito à aposentadoria aos 29 anos. Os homens considerados com deficiência leve podem se aposentar com 33 anos de contribuição, e as mulheres, com 28 anos. Também há novas regras para quem se aposenta por idade.

Quero cumprimentar o Senador Paim, mais uma vez; o Senador Gim Argello; o Senador Lindbergh Farias, que é Senador pelo PT do Rio de Janeiro; o Senador Eduardo Braga, que é Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional; o Senador Eunício Oliveira, que é Líder da Bancada do PMDB; o Senador Valdir Raupp e também o Senador Rodrigo Rollemberg.

Dois fatos nos obrigam a apresentar, em nome do Senado Federal, os nossos pêsames, os mais sentidos pêsames.

Marcelo Déda, Governador de Sergipe, pela morte precoce aos 53 anos, deixa familiares, amigos e a população brasileira desolados. Marcelo Déda, como o Toninho sabe e todos sabem, foi um grande quadro do PT e um expoente da política nacional, tendo atuado bravamente nas discussões dos grandes temas do Brasil e do Estado que ele representou aqui durante muito tempo, o Estado de Sergipe. Déda era um homem muito culto e de personalidade admirável, era dono de um carisma e de uma eloquência cativante e de uma força notável. Essa força acompanhou Marcelo Déda nos quatro anos durante os quais ele lutou contra a doença que lamentavelmente o consumiu. A política brasileira perde um grande nome. Os familiares de Marcelo Déda e os sergipanos perdem também um grande homem.

No momento em que encerro esta sessão, quero dizer que o Senado Federal, nos últimos 12 meses, procurou cumprir seu papel na representação da sociedade brasileira. Depois das manifestações de junho, nós avançamos bastante na nossa pauta, na nossa agenda legislativa. Entre as várias matérias que aprovamos, algumas tramitaram no Senado Federal, foram aprovadas no Senado Federal e ainda aguardam tramitação na Câmara dos Deputados. Entre elas, está a que tornou a corrupção um crime hediondo, a que exige a ficha limpa para servidores dos Três Poderes, a que acaba com a aposentadoria para juízes e promotores que cometem crimes, a que regulamenta os direitos dos empregados domésticos. Como vocês sabem, nós fizemos uma mudança na Constituição para garantir aos empregados domésticos os mesmos direitos dos outros trabalhadores no Brasil.

Também já regulamentamos no Senado – falta regulamentar na Câmara dos Deputados, falta que seja aprovada lá – a lei que favorece as iniciativas populares. E votamos, recentemente, regras para o financiamento da saúde, o que era também uma demanda das manifestações de junho. Elevamos o valor do chamado Orçamento impositivo e colocamos 50% para a saúde.

Nós vamos votar – na próxima semana, já está pautado – o PNE, que é o Plano Nacional de Educação, que dá também, com relação à educação, os primeiros passos no sentido do seu definitivo financiamento. Já destinamos também, durante este ano, 75% dos *royalties* para a educação e 25% para a saúde.

Mais uma vez, Toninho, isso significa que o Senado Federal está procurando, cada vez mais, aproximar-se da sociedade brasileira, para melhor cumprir seu papel nesta representação.

Quero agradecer a todos e, mais uma vez, cumprimentar o Diap pelos 30 anos de existência. (*Palmas.*)

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 41 minutos.)

Ata da 219ª Sessão, Não Deliberativa, em 2 de dezembro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Vital do Rêgo e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 15 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito boa tarde a todos!

Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012** (nº 6.338/2005, na Casa de origem, do Deputado Sandres Júnior), que *dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2012**, do Senador Vital do Rêgo, que *acrescenta o art. 320-A à Lei nº 9.503, de 13 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que a aplicação da receita das multas de trânsito em desacordo com o disposto no art. 320 da mesma Lei configura ato de improbidade administrativa*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012, aprovado nos termos de substitutivo, retorna à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2012, vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes, o Aviso nº 1877, na origem, autuado como **Aviso nº 20/2013-CN**, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades, referente ao 3º trimestre de 2013.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 20, DE 2013-CN
(nº 1.877/2013, na origem)

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao 3º trimestre do exercício de 2013.

Respeitosamente,

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Recebi
Em ___/___/___
Flávia Mondin Leivas Bisi
Matr. 41005

idSiadoc_6902775v2-97 - Relatório de Atividades - 3º trimestre do exercício de 2013 _phl_Gabpres_felicianops

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

http://www.tcu.gov.br

Relatório Trimestral de Atividades

3º Trimestre/2013

Brasília-DF

2013

©Copyright 2013, Tribunal de Contas da União

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

www.tcu.gov.br

Diagramação, capa e compilação

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Relatório Trimestral de Atividades: 3º trimestre de 2013 / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2013.

132 p.

1. Tribunal de Contas, relatório, Brasil. I Título

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresento ao Congresso Nacional e ao cidadão brasileiro o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao 3º trimestre de 2013, nos termos previstos no art. 71, § 4º, da Constituição Federal..

É oportuno destacar que o Tribunal concentra suas ações na verificação da efetividade dos serviços prestados pela Administração Pública à sociedade, notadamente quanto à melhoria da gestão, do desempenho e da transparência, bem como nas ações tendentes a coibir os desperdícios, as fraudes e os desvios de recursos públicos.

A busca por maior transparência, tempestividade, efetividade e inovação está entre as diretrizes adotadas rumo à excelência na atuação do TCU e constam do atual Plano Estratégico do Tribunal, vigente para o período de 2011/2015.

Outra diretriz relevante é o estabelecimento de parceria realizada com os gestores públicos, no sentido de intensificar as ações de controle no combate ao desperdício e à utilização irregular de recursos, contribuindo, assim, com o aperfeiçoamento da Administração e o estabelecimento de uma melhor governança pública.

No início deste ano, o Tribunal com vistas a aprimorar sua atuação, no sentido de priorizar as áreas mais relevantes para a sociedade, empreendeu ajuste estrutural nas suas unidades técnicas, que passaram a atuar por áreas temáticas, com foco na especialização. Esse ajuste permite ao TCU maior rapidez na identificação de situações de risco e relevância e a adoção de medidas que permitam os devidos aprimoramentos.

No 3º trimestre de 2013, os benefícios das ações de controle externo alcançaram o montante de R$ 3,92 bilhões, valor 11,95 vezes superior ao custo do funcionamento do Tribunal no período (R$ 328.191.038,39).

No trimestre, destaca-se também a atuação prévia do TCU, mediante a adoção de 32 medidas cautelares, o que envolveu a aplicação de recursos públicos superiores a R$ 2,25 bilhões e evidencia o mérito da visão pró-ativa do Tribunal em relação à despesa pública, cujo intuito é neutralizar a concretização de danos ao erário.

O Tribunal se empenha a cada dia em aprimorar suas ações de controle, de modo a cumprir com excelência sua missão institucional e, de maneira proativa, busca se antecipar à ocorrência do dano, combatendo os desperdícios de recursos e induzindo melhores práticas de governança pública, com reflexos no desenvolvimento do País e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos brasileiros.

Brasília, novembro de 2013.

JOÃO RIBEIRO AUGUSTO NARDES
Presidente

1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO TCU
2. PRINCIPAIS TRABALHOS
3. SOBRE O TCU
   3.1. Competência e Jurisdição
   3.2. Estrutura
   3.3. Deliberações dos Colegiados
4. A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO
   4.1. Fiscalizações Realizadas
   4.2. Processos de Controle Externo autuados e apreciados conclusivamente
   4.3. Atos de Pessoal autuados e apreciados conclusivamente
   4.4. Medidas Cautelares
   4.5. Julgamento de Contas
   4.6. Condenações e Sanções Aplicadas
   4.7. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos
   4.8. Atuação do Ministério Público junto ao TCU
   4.9. Benefícios Financeiros das Ações de Controle
   4.10. Atuação do TCU por Área Temática
      4.10.1. Infraestrutura
      4.10.1.1. Minas e Energia
      4.10.1.2. Transportes
      4.10.1.3. Comunicações
      4.10.2. Saúde
      4.10.3. Integração Nacional e Meio Ambiente
      4.10.4. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte
      4.10.5. Planejamento e Desenvolvimento Urbano
      4.10.6. Fazenda, Desenvolvimento e Turismo
      4.10.7. Justiça e Defesa
      4.10.8. Poderes do Estado e Representação
      4.10.9. Trabalho, Previdência e Assistência Social
5. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO
   5.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares
   5.2. Audiências no Congresso Nacional
      5.2.1. Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

5.2.2. Senado Federal .....
5.3. Acordos de Cooperação e Parceiras .....
5.4. Atuação Internacional .....
5.5. Ouvidoria do TCU .....
5.6. Divulgação Institucional .....
6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....
6.1. Estratégias e Planos .....
7.1.1 Plano Estratégico .....
6.2. Gestão de Pessoas .....
6.3. Recursos Orçamentários e Financeiros .....
7. ANEXOS .....
7.1. "Organograma do Tribunal de Contas da União" .....
8.1. Anexo II - "Medidas Cautelares Concedidas" e .....
"Medidas Cautelares Revogadas" .....
8.2. Anexo III - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período" .....
Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal .....
Inabilitação para o exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança no âmbito da Administração Pública .....
8.3. Anexo IV - "Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos" .....
8.4. Anexo V - "Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)" .....

1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO TCU

• **Benefício potencial total das ações de controle**	**R$ 3,92 bilhões**
• Medidas cautelares adotadas	**32**
• Licitações e contratos suspensos cautelarmente	**24**
• Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	**R$ 2,25 bilhões**
• Responsáveis condenados em débito e/ou multados	**657**
• Valor das condenações	**R$ 326,7 milhões**
• Processos de cobrança executiva formalizados	**255**
• Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	**R$ 192,4 milhões**
•Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	**58**
• Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	**103**
• Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	**509**
• Processos julgados conclusivamente	**1.678**
• Acórdãos proferidos	**5.431**
• Atos de pessoal analisados	**25.975**
• Fiscalizações concluídas	**240**

2. PRINCIPAIS TRABALHOS

ÁREA TEMÁTICA	ASSUNTO ABORDADO		PÁGINA
I. Infraestrutura	1.	TCU informa Congresso sobre aumentos indevidos em tarifas energéticas	31
	2.	Tribunal acompanha renovação de concessões do setor elétrico	31
• Minas e Energia	3.	Atuação do TCU impede gasto irregular de R$ 51 milhões pela Eletrosul	33
	4.	TCU estabelece percentuais de referência para despesas com obras	33
	5.	Cautelar determina retenção de R$12,5 milhões na BR 163/PA	34
	6.	Tribunal fiscaliza projetos de obras rodoviárias	35
	7.	Contratos da Ferrovia Norte-Sul apresentam irregularidades	35
	8.	TCU aprova 1º estágio para concessão de trechos das BRs-262 e 050	36
• Transportes	9.	Aprovado 1º estágio de concessão da BR-101, na Bahia	37
	10.	TCU aprova 1º estágio de concessões rodoviárias	38
	11.	Tribunal determina correções em projeto da ponte sobre Rio Araguaia/PA	38
	12.	Irregularidades no metrô de Fortaleza ainda não foram solucionadas	39
	13.	TCU encontra superfaturamento em obras da BR-364 em Mato Grosso	40
• Comunicações	14.	Quadro de pessoal da ECT deverá ser regularizado	40
	15.	Fraudes em Conselho Federal de Enfermagem superam R$ 7 milhões	41
	16.	Informe sobre agrotóxicos apresenta fragilidades	42
II. Saúde;	17.	TCU declara inidoneidade de empresas envolvidas em esquema para compra de ambulâncias	43
	18.	TCU notifica Funasa sobre falhas em convênios de saneamento básico no Amapá	43
	19.	Obras de transposição do São Francisco apresentam falhas na gestão	44
III. Integração Nacional e Meio Ambiente	20.	TCU constata falhas em gestão contábil de compensação ambiental	45
	21.	Tribunal identifica falhas na Operação Carro-Pipa	46
	22.	TCU encontra irregularidades na reconstrução de Ilhota/SC	47

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

PRINCIPAIS TRABALHOS

ÁREA TEMÁTICA	ASSUNTO ABORDADO	PÁGINA
IV. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	23. Tribunal traça panorama da organização dos Jogos Olímpicos de 2016 e aponta riscos	48
	24. TCU acompanha operação de crédito para reforma do Maracanã	49
	25. Projeto da Arena Amazônia passa por nova readequação	49
	26. TCU constata irregularidades em obras nos campi da Universidade de Brasília	50
	27. TCU detecta indícios de acumulação ilícita de cargos públicos na Unir	51
V. Planejamento e Desenvolvimento Urbano	28. TCU define paridade na concessão de pensões para servidores federais	51
	29. TCU uniformiza fiscalização de licitações por empreitada por preço global	52
	30. TCU decide pela remuneração de agenciamento de passagens aéreas por taxa fixa	53
	31. TCU recomenda aprimoramento de instrumentos de avaliação de desempenho do BNDES	53
	32. Estado de Roraima deverá devolver recursos relativos a sobrepreço em obra	54
	33. Licitação para obras na Estação de Tratamento Alegria /RJ	55
	34. TCU verifica projeto desatualizado em obras de saneamento em Aracaju	56
	35. Jardim Botânico do Rio está delimitado	56
VI. Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	36. TCU fiscalizará transferência de recursos pela Caixa	57
	37. TCU encontra impropriedades no uso de cartões de pagamento do Governo Federal	57
	38. TCU acompanha reestruturação da área de seguros e previdência do Banco do Brasil	58
	39. TCU encontra irregularidades em repasses para o turismo em MG	59
	40. TCU realizará auditoria no Banco do Brasil sobre renegociação de dívidas rurais	59
	41. TCU aprova coeficientes de repartição do IPI para 2014	60
VII. Justiça e Defesa	42. TCU orienta Infraero sobre contratação integrada	60
	43. TCU aprova com ressalvas estudos para concessão de Galeão e Confins	61
	44. Tribunal identifica problemas em obras no Aeroporto do Galeão/RJ	62
	45. TCU constata pagamentos irregulares em obras do Aeroporto de Manaus	63
	46. TCU realiza monitoramento em sistema de identificação criminal	63
	47. TCU determina regularização de obras de centros de recuperação no Pará	64
VIII. Poderes do Estado e Representação	48. TCU constata impropriedades em folha de pagamento do MRE	65
	49. Câmara deverá corrigir irregularidades em folha de pagamento	66
	50. TCU põe fim a salários acima do teto no Senado	66
IX. Trabalho, Previdência e Assistência Social	51. Fiscalização das ações do Ministério do Trabalho e Emprego	67
	52. Tribunal verifica legalidade de concessões do seguro-desemprego	68

3. SOBRE O TCU

O Tribunal de Contas da União, criado em 1890 pelo Decreto nº 966-A, por iniciativa de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda à época, norteia-se, desde então, pelo princípio da autonomia e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública.

A Constituição de 1891, a primeira republicana, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas da União. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional. Esse privilégio, se, por um lado, o distingue de forma singular, por outro, aumenta a sua responsabilidade e seu compromisso para com a sociedade.

3.1. Competência e Jurisdição

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, deve ser exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

A sociedade, por sua vez, demanda moralidade, profissionalismo e excelência da Administração Pública, bem como melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. O cidadão vem deixando de ser sujeito passivo em relação ao Estado, passando a exigir melhores serviços, respeito à cidadania e mais transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude e do desvio na aplicação de recursos federais, bem como contribui para a transparência e melhoria da gestão e do desempenho da Administração Pública.

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: qualquer pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

Leis diversas têm ampliado o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993); Lei de Desestatização (Lei nº 9.491/1997); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide (Lei nº 10.866/2004); edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004); e a Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).



Também merece destaque a ampliação do leque de competências do Tribunal de Contas da União por meio da Lei nº 11.578, de 2007. Tal ato normativo, que trata da transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estabeleceu que compete ao TCU, juntamente com a Controladoria-Geral da União (CGU), fiscalizar a aplicação desses recursos e prevê situações em que deverá ser encaminhada denúncia ao Tribunal.

Além disso, o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para realização de fiscalização em obras custeadas com recursos públicos federais, com determinação expressa de acompanhamento físico-financeiro, por parte do Tribunal, da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

O quadro a seguir apresenta, de forma sintetizada, as competências do Tribunal estabelecidas na Constituição Federal:

Competências Constitucionais	Artigos
Emitir parecer prévio das contas anuais do governo da República.	71, inc. I
Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.	71, inc. II
Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.	71, inc. III
Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional.	71, inc. IV
Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais.	71, inc. V
Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.	71, inc. VI
Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas.	71, inc. VII
Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.	71, inc. VIII a XI
Sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.	71, inc. X
Emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização.	72, § 1º
Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais.	74, § 2º

Competências Constitucionais	Artigos
Fixar os coeficientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais.	161, § único

Ademais, o TCU, conforme prevê o artigo 72 da Constituição Federal, deve pronunciar-se conclusivamente sobre indícios de despesas não autorizadas, em razão de solicitação de Comissão Mista de Senadores e Deputados. Entendendo-as irregulares, proporá ao Congresso Nacional que sejam sustadas.

3.2. Estrutura

O Tribunal é integrado por nove ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois escolhidos alternadamente entre ministros-substitutos e membros do Ministério Público junto ao TCU.

O TCU é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário e pela 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro ministros. Os ministros-substitutos, em número de quatro, participam dos colegiados, substituem os ministros em seus afastamentos e impedimentos legais ou no caso de vacância de cargo.

O Plenário e as duas Câmaras do Tribunal reúnem-se de 17 de janeiro a 16 de dezembro em sessões ordinárias e, quando necessário, em extraordinárias.

O Ministro Augusto Nardes assumiu a Presidência do TCU para o exercício de 2013, e a Vice-Presidência ficou a cargo do Ministro Aroldo Cedraz. Ambos foram eleitos no dia 5 de dezembro de 2012 para mandato de um ano, permitida uma reeleição pelo mesmo período.

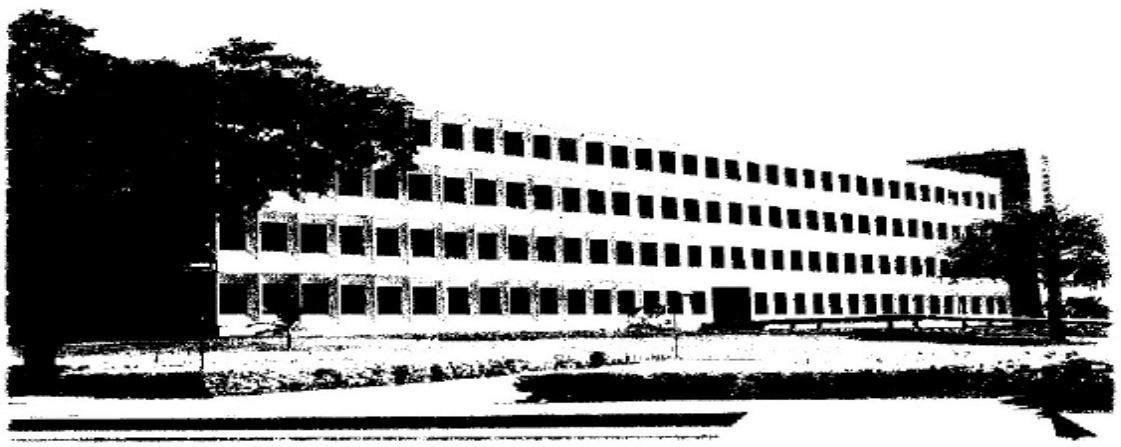
A complexidade dos tempos modernos exige do TCU agilidade no aprimoramento de sua estrutura e na sua forma de atuação. Assim, o Tribunal iniciou o exercício de 2013 com nova estrutura organizacional (Resolução-TCU nº 253, de 2012). Essa reestruturação foi mais uma iniciativa na busca pela excelência do controle externo. A principal modificação está relacionada às secretarias subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), unidade responsável pela coordenação e execução das fiscalizações do Tribunal. As mudanças implementadas buscam viabilizar a especialização das secretarias de controle externo, de acordo com o Plano Estratégico do TCU (PET 2011 - 2015).

Desse modo, a atuação das unidades técnicas do TCU passou a ser pautada por especialização e a clientela do Tribunal ficou dividida por temas. Foram criadas na Segecex quatro coordenações-gerais de controle externo, definidas de acordo com as áreas temáticas, quais sejam: Coordenação dos Serviços Essenciais ao Estado (Coestado); Coordenação da Área Social (Cosocial); Coordenação da Área de Desenvolvimento Nacional (Codesenvolvimento); e Coordenação da Área de Infraestrutura (Coinfra).

O propósito da reestruturação é que as secretarias tenham uma maior identidade em sua atuação, concentrando-se, essencialmente, em áreas relevantes para o cidadão. Além disso, espera-se que cada unidade possa identificar com maior facilidade as respectivas situações de risco e relevância de sua área, com vistas a melhor planejar suas ações, bem como compreender os modelos e os instrumentos de governança que as cercam, atuando sobre seu aprimoramento.

Isso, sem prejuízo da continuidade do trabalho especializado já desenvolvido pelas secretarias que fiscalizam as obras públicas, os processos de desestatização, os atos e gastos com pessoal e as transferências constitucionais. Também foi criada uma unidade específica para fiscalizar as contratações de bens e serviços de apoio logístico de todos os órgãos federais localizados em Brasília.

As unidades técnicas subordinadas à Segecex possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br. O Anexo I deste relatório apresenta o "Organograma do Tribunal de Contas da União"



Edifício Sede do TCU em Brasília – DF .

Autoridades do TCU



Ministro Augusto Nardes
Presidente
E-mail: min-an@tcu.gov.br
Tel. 61 3316-7201



Ministro Aroldo Cedraz
Vice-Presidente
E-mail: min-ac@tcu.gov.br
Tel. 61-3316-5402



Ministro Valmir Campelo
E-mail: min-vc@tcu.gov.br
Tel. 61 3316-7708



Ministro Walton Alencar
E-mail: min-war@tcu.gov.br
Tel. 61 3316-7446



Ministro Benjamin Zymler
E-mail: min-bz@tcu.gov.br
Tel. 61 3316-7470



Ministro Raimundo Carreiro
E-mail: min-rc@tcu.gov.br
Tel. 61-3316-7403



Ministro José Jorge
E-mail: min-jj@tcu.gov.br
Tel. 61-3316-7281



Ministro José Múcio
E-mail: min-jm@tcu.gov.br
Tel. 61-3316-7253



Ministra Ana Arraes
E-mail: min-aa@tcu.gov.br
Tel. 61-3316-7505



Proc Geral Paulo Bugarin
E-mail: pbugarin@tcu.gov.br
Tel. 61-3316-7619



Ministro-Subst Augusto Sherman
E-mail: aud-asc@tcu.gov.
Tel. 61-3316-7409



Ministro-Subst Marcos Bemquerer
E-mail: min-mbc@tcu.gov.b
Tel. 61-3316-7474



Ministro-Subst André Luís
E-mail: min-alc@tcu.gov.
Tel. 61-3316-7476



Ministro-Subst Weder de Oliveira
E-mail: min-wdo@tcu.gov.
Tel. 61-316-5250

3.3. Deliberações dos Colegiados

As deliberações do TCU assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no Boletim do Tribunal de Contas da União e podem ser acessadas no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

O Tribunal, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 1992, pode expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos. Nesse intuito, no 3º trimestre de 2013 o TCU aprovou quatro decisões normativas e uma portaria, conforme apresentado a seguir:

Decisão Normativa – TCU nº 128, de 24 de julho de 2013	• Aprova os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2014.
Decisão Normativa – TCU nº 129, de 14 de agosto de 2013	• Altera a redação da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013. (que dispõe sobre as unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2013).
Decisão Normativa - TCU nº 130, de 18 de setembro de 2013	• Aprova, para o exercício de 2014, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal. (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE).
Decisão Normativa - TCU nº 131, 25 de setembro de 2013	• Altera os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2014, constantes do Anexo Único da Decisão Normativa - TCU 128, de 24 de julho de 2013.
Portaria-TCU nº 175, de 9 de julho de 2013	• Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013. (Nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010).

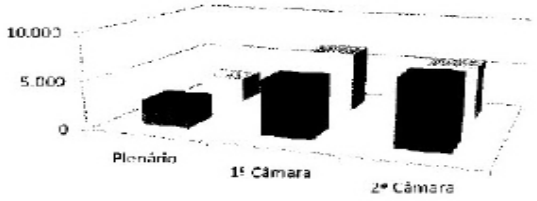
O quadro e os gráficos a seguir discriminam o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos por Colegiado no 3º trimestre de 2013 e no mesmo período do exercício de 2012.

Colegiado	Sessões		Acórdãos	
	2012	2013	2012	2013
Plenário	26	26	974	992
1ª Câmara	13	13	2.138	2.264
2ª Câmara	13	13	2.527	2.175
Total	52	52	5.639	5.431

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

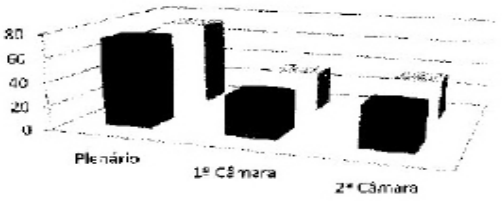
SOBRE O TCU

Acórdãos Proferidos



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Acumulado 2012	2.608	5.745	6.936
Acumulado 2013	2.636	6.474	5.791

Sessões Realizadas



	Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Acumulado 2012	74	34	34
Acumulado 2013	73	34	34

4. A ATIVIDADE DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal (CF). Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações de melhorias para a gestão pública, adoção de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou fraudulenta. Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública.

A diversidade e a abrangência da atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e da efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa.

O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

O TCU possui papel fundamental na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude e desvios de recursos públicos.

4.1. Fiscalizações Realizadas

Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu Regimento Interno (Resolução TCU nº 155/2002, alterada pela Resolução 246/2011), são: acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento.

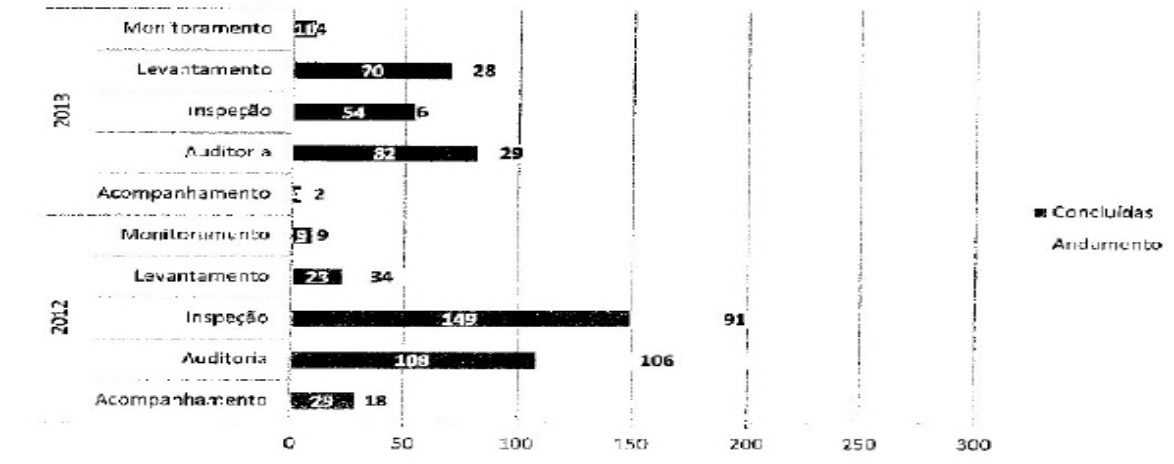
Ao término do trimestre, **240 fiscalizações haviam sido concluídas** e 49 estavam em andamento. A tabela a seguir apresenta as fiscalizações concluídas e em andamento ao final do período.

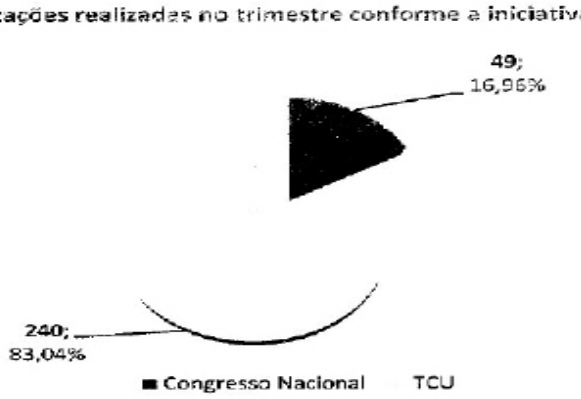
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado	3º trimestre	Acumulado
Fiscalizações concluídas no período	240	653	318	907
Fiscalizações em andamento ao final do período	49	69	258	258
Total	**289**	**722**	**576**	**1.165**

Em relação ao total de fiscalizações concluídas e em andamento no 3º semestre de 2013, é preciso destacar que a diminuição no número de fiscalizações, em comparação com o mesmo período de 2012, reflete a nova orientação do TCU, no sentido de realizar mais fiscalizações coordenadas, com maior abrangência geográfica e com maior aprofundamento no objeto de controle.

Os gráficos a seguir apresentam as fiscalizações concluídas e em andamento no período, por tipo de fiscalização e por iniciativa. Do total de fiscalizações do trimestre, **16,9%** (49) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, **83,1%** (240), por iniciativa do próprio Tribunal.

Fiscalizações concluídas e em andamento, por instrumento, no 3º trimestre de 2013 e de 2012





4.2. Processos de Controle Externo autuados e apreciados conclusivamente

No 3º trimestre de 2013, foram autuados 1.739 processos referentes à matéria controle externo. No mesmo período, o TCU apreciou, de forma conclusiva, 1.678 processos da mesma natureza.

Os quadros a seguir apresentam o quantitativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no 3º trimestre de 2013 e no mesmo período do exercício de 2012.

Processos Autuados no período (exceto processos de pessoal e sobrestados)

Classe de Assunto do Processo	Autuados			
	3º trimestre 2012 [1]	3º trimestre 2013	Acumulado 2012 [1]	Acumulado 2013
Consulta	12	15	40	46
Contas	174	324	211	338
Denúncia	69	102	253	227
Fiscalização	175	162	686	431
Outros*	176	111	459	368
Representação	563	486	1.461	1.251
Solicitação do Congresso	34	36	69	89
Tomada de Contas Especial	329	503	1.000	1.650
Total de processos	**1.532**	**1.739**	**4.179**	**4.400**

*Processos do Tipo: acompanhamento, monitoramento, comunicação, desestatização e contestação de coeficientes de transferências obrigatórias.

[1] Valores revisados em relação ao publicado no Relatório de Atividades de 2012 devido a alterações nos critérios de cômputo de apreciações conclusivas e a reclassificação de tipos processuais de pessoal

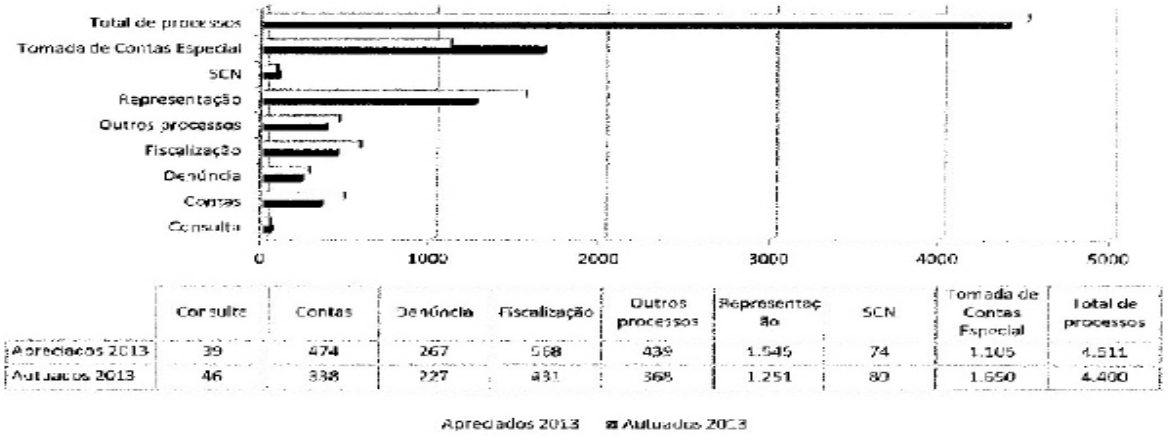
Processos apreciados conclusivamente no período (exceto processos de pessoal e sobrestados)

Classe de Assunto do Processo	Apreciados			
	3º trimestre 2012 [1]	3º trimestre 2013	Acumulado 2012 [1]	Acumulado 2013
Consulta	12	7	41	39
Contas	149	200	408	474
Denúncia	99	90	289	267
Fiscalização	223	201	564	568
Outros*	144	167	389	439
Representação	542	573	1.628	1.545
Solicitação do Congresso	20	44	54	74
Tomada de Contas Especial	331	396	1.011	1.105
Total de processos	**1.520**	**1.678**	**4.384**	**4.511**

*Processos do Tipo: acompanhamento, monitoramento, comunicação, desestatização e contestação de coeficientes de transferências obrigatórias.

Os gráficos a seguir apresentam o comparativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no 3º trimestre de 2013.

Comparativo Autuados x Apreciados no ano

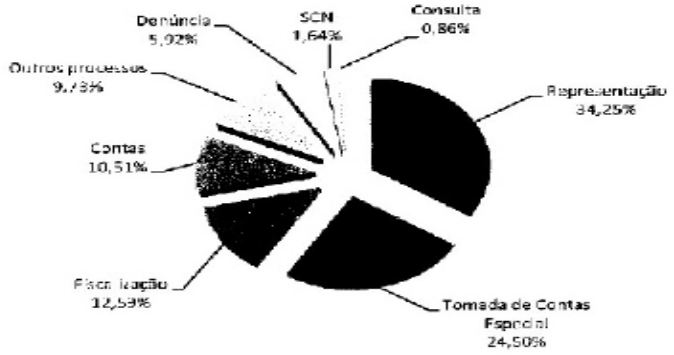


	Consulta	Contas	Denúncia	Fiscalização	Outros processos	Representação	SCN	Tomada de Contas Especial	Total de processos
Apreciados 2013	39	474	267	568	439	1.545	74	1.105	4.511
Autuados 2013	46	338	227	431	368	1.251	80	1.650	4.400

Apreciados 2013 ■ Autuados 2013

[1] Valores revisados em relação ao publicado no Relatório de Atividades de 2011 devido a alterações nos critérios de cômputo de apreciações conclusivas e à reclassificação de tipos processuais de pessoal.

Distribuição dos processos apreciados em 2013



4.3. Atos de Pessoal autuados e apreciados conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. No trimestre, foram autuados 29.961 atos de pessoal e apreciados 25.975 atos dessa natureza.

A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita por meio do Portal TCU:

www.tcu.gov.br

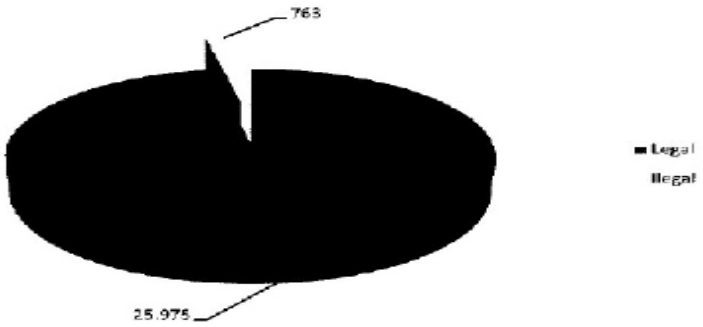
O quadro e o gráfico a seguir apresentam os atos de pessoal autuados e apreciados no 3º trimestre de 2013 e no mesmo período do exercício de 2012.

Atos de Pessoal autuados e apreciados conclusivamente

Classe de Assunto	3º trimestre 2012	3º trimestre 2013	Total 2012	Total 2013
Autuados	35.699	29.961	86.547	81.161
Apreciados	33.679	25.975	83.567	77.077
Ilegais	304	763	1.404	1.946
Legais	33.375	25.212	82.163	75.131

Do total de 25.975 atos referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no trimestre, 763 tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

Julgamento de Atos de Pessoal pela Ilegalidade



4.4. Medidas Cautelares

A tempestividade na atuação é fundamental para conferir efetividade e relevância às ações de controle externo. A atuação tardia não contribui para a defesa dos interesses do erário, nem para o atendimento às expectativas do cidadão, além de lesiva à imagem institucional.

O TCU deve responder de forma célere, tempestiva e completa às demandas que lhe são apresentadas. Atuar de forma preventiva e simultânea e agir proativamente são condições essenciais para assegurar a efetividade do controle e melhorar a imagem do Tribunal perante a sociedade.

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada. A adoção dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

No 3º trimestre de 2013 foram adotadas 32 medidas cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades jurisdicionadas, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais

superiores a R$ 2,25 bilhões, conforme se verifica no quadro adiante. No mesmo período de 2012, foram adotadas 38 medidas cautelares envolvendo um montante de R$ 2,57 bilhões. O detalhamento das medidas concedidas no 3º trimestre de 2013 consta no Anexo II deste relatório - "Medidas Cautelares Concedidas".

Medidas Cautelares adotadas por Tipo (Quantidade e Valor)

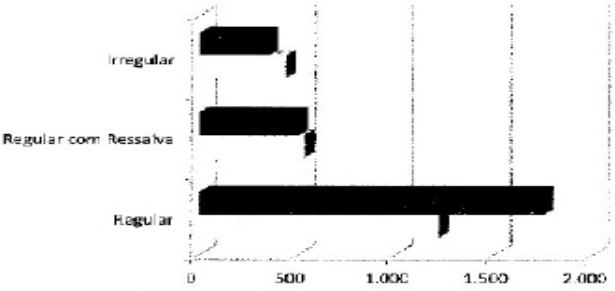
Suspensão de contratos	Suspensão de licitação	Suspensão de repasse/pagamentos	Outros	Total
	18	7	1	32
	R$ 1 bilhão	R$ 187,9 milhões	---	R$ 2,25 bilhões

4.5. Julgamento de Contas

Nos casos de omissão na prestação de contas, de não-comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar Tomada de Contas Especial (TCE), para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do respectivo ressarcimento.

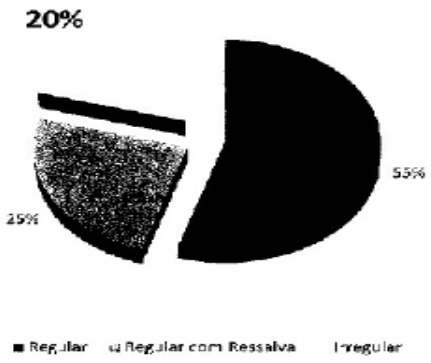
Neste trimestre, o TCU julgou de forma definitiva as contas de 2.194 responsáveis. Cabe esclarecer que cada processo de contas pode conter mais de um responsável. Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis no 3º trimestre de 2013 e no mesmo período do exercício de 2012, bem como os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade.

Resultado do Julgamento das Contas



	Regular	Regular com Ressalva	Irregular
2º de 2012	1.750	500	350
2º de 2013	1.224	531	439

Detalhamento em 2013



Motivo do julgamento pela irregularidade das contas no 3º trimestre de 2013



4.6. Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os 596 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no trimestre, 242 (40,6%) condenaram 563 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 46 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 94 responsáveis.

A seguir, os quantitativos de processos julgados e de responsáveis condenados no 3º trimestre de 2013 e no mesmo período do exercício de 2012.

Quantidade de Condenações aplicadas

Natureza	Processos		Responsáveis Condenados	
	3º trimestre 2012	3º trimestre 2013	3º trimestre 2012	3º trimestre 2013
Prestação de contas	10	10	31	35
Tomada de contas	5	6	19	14
Tomada de contas especial	223	226	433	514
Subtotal – Contas com débitos e/ou multas	238	242	483	563
Outros processos*	36	46	87	94
Total	274	288	570	657

* Fiscalização, denúncia, representação

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa ou ressarcimento de débito no valor de R$ 326,7 milhões, atualizados até 30.6.2013. Em outros processos, foram aplicadas multas que totalizaram R$ 653,3 mil. O quadro abaixo apresenta os valores das condenações aplicadas pelo TCU no 3º trimestre de 2013 e no mesmo período do exercício de 2012.

Valor das Condenações Aplicadas

Natureza	3º trimestre 2013 (R$)			3º trimestre 2012 (Débito + Multa)
	Débito	Multa	Total	
Prestação de contas	3.512.011,34	324.961,80	3.836.973,14	2.423.740,68
Tomada de contas	2.588.974,22	216.491,40	2.805.465,62	538.479,91
Tomada de contas especial	304.286.060,80	15.847.564,00	320.133.624,80	425.824.913,04
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	**310.387.046,36**	**16.389.017,20**	**326.776.063,56**	**428.787.133,63**
Outros processos	0,00	653.315,78	653.315,78	933.219,33
Total	**310.387.046,36**	**17.042.332,98**	**327.429.379,34**	**429.720.352,96**

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 3º trimestre de 2013, 58 responsáveis foram considerados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública e 103 empresas declaradas inidôneas para licitar com a União.

Podem ser consultados no Portal TCU e no Anexo III deste relatório - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período" - os nomes dos responsáveis declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas inidôneas para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal.

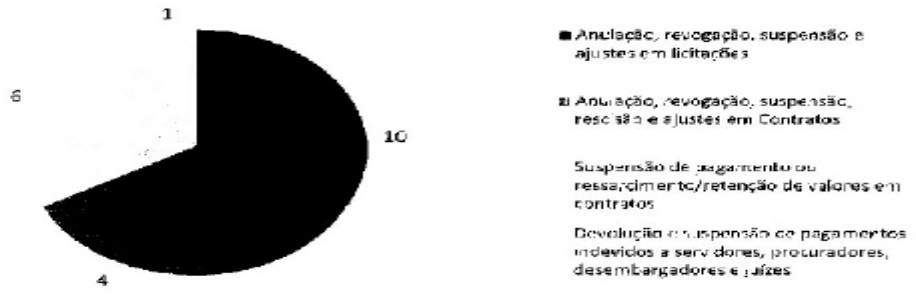
Vale esclarecer que a página do TCU na Internet apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto o citado Anexo III do presente relatório apresenta a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

4.7. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Se verificada ilegalidade de ato ou contrato em execução, consoante o preconizado no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso o órgão ou a entidade não cumpra a determinação, poderá o Tribunal sustar a execução do ato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, no caso de sustação de ato; ou ao Congresso Nacional, no caso de execução de contrato.

O gráfico adiante apresenta a distribuição dos processos deliberados no 3º trimestre de 2013 nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências, por tipo de determinação.

Deliberações de fixação de prazo para anulação/sustação de atos/contratos, por tipo



Além dessas deliberações, o TCU apreciou, no 3º trimestre, diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apurados indícios de ilegalidades. Nesses casos, o Tribunal fixou prazo para que os órgãos ou entidades envolvidos suspendessem, no todo ou em parte, os pagamentos considerados irregulares.

Informações detalhadas sobre as deliberações do TCU que fixaram prazo para anulação e sustação de atos e contratos podem ser obtidas no Anexo IV deste relatório – "Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos".

4.8. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Atua, junto ao Tribunal, Ministério Público especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCU. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal. Trata-se de órgão composto por um Procurador-Geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores. Ao MP/TCU também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal.

No 3º trimestre de 2013 foram autuados 255 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R$ 192,4 milhões. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer em 4.899 processos.

Demonstrativo de pareceres emitidos pelo Ministério Público junto ao TCU, por tipo de processo

Classe de Assunto	3º trimestre 2012	3º trimestre 2013
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	2.873	3.821
Auditoria, inspeção e levantamento	21	29
Consulta	2	2
Denúncia	8	6
Representação	43	53
Solicitação do Congresso Nacional	0	1
Tomada e prestação de contas	203	269
Tomada de contas especial	612	698
Outros processos	9	20
Total de Pareceres	3.771	4.899

4.9. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Os benefícios das ações de controle são, em grande parte, de difícil mensuração em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

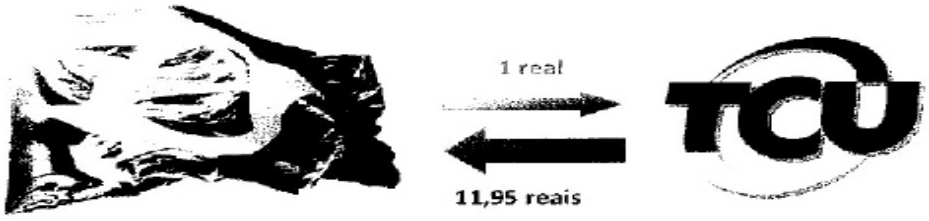
Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado.

No 3º trimestre de 2013, além das condenações em débito e em multa, diversas deliberações do TCU resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos. Adiante, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações.

Benefício	Acórdão	Processo	Valor (R$)
Correção de irregularidades ou impropriedades	1.684/2013-Plenário	000.379/2013-1	2.000.000,00
	1.918/2013-Plenário	005.924/2011-1	641.730,98
	1.994/2013-Plenário	007.422/2012-1	38.684.924,27
	2.290/2013-Plenário	008.472/2008-8	50.627.488,80
	2.290/2013-Plenário	008.472/2008-8	69.597.561,76
	4.526/2013-1ª Câmara	016.995/2011-2	7.409.790,88
	2.377/2013-Plenário	035.807/2012-1	5.347.697,68
	2.142/2013-Plenário	010.572/2010-4	288.443.443,16
	2.602/2013-Plenário	019.100/2009-4	335.722.046,41
	1.853/2013-Plenário	014.293/2012-9	1.500.000.000,00
Incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de programas de Governo	2.089/2013-Plenário	012.829/2012-9	132.000.000,00
	5.428/2013-1ª Câmara	013.726/2012-9	403.841,95
	2.260/2013-Plenário	024.129/2011-9	737.328.226,44
Redução de preço máximo em processo licitatório específico	2.203/2013-Plenário	005.793/2012-2	38.505.999,75
	1.660/2013-Plenário	006.934/2012-9	39.431.120,38
	2.603/2013-Plenário	009.439/2013-7	117.715.500,04
	1.823/2013-Plenário	007.722/2006-7	19.053.247,28
	2.234/2013-Plenário	013.419/2013-7	109.645.690,77
	2.015/2013-Plenário	013.816/2013-6	46.289.370,00
Outros benefícios diretos	2.540/2013-Plenário	019.263/2011-2	54.000.000,00
TOTAL			3.592.847.680,55

Ao valor dessas deliberações deve ser somado, também, como benefício das ações de controle, os valores das condenações em débito e aplicação de multas (R$ 327.429.379,34).

Assim, somados esses valores, o benefício financeiro total das ações de controle, no 3º trimestre de 2013, atingiu o montante de R$ 3.920.277.959,89, valor 11,95 vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período (R$ 328.191.038,39).



4.10. Atuação do TCU por Área Temática

Estão relacionados a seguir os resultados da atuação do TCU, no 3º trimestre de 2013, que se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas. Esses trabalhos estão agrupados conforme as dez Áreas Temáticas definidas pelo Congresso Nacional para a divisão setorial dos trabalhos de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), quais sejam:

1. Infraestrutura;
2. Saúde;
3. Integração Nacional e Meio Ambiente;
4. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
5. Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
6. Fazenda, Desenvolvimento e Turismo;
7. Justiça e Defesa;
8. Poderes do Estado e Representação;
9. Agricultura e Desenvolvimento Agrário; e
10. Trabalho, Previdência e Assistência Social.

4.10.1. Infraestrutura

4.10.2. Minas e Energia

TCU informa Congresso sobre aumentos indevidos em tarifas energéticas

Com base em informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Tribunal verificou que seis companhias distribuidoras de energia elétrica realizaram reajustes tarifários indevidos entre julho de 2011 e junho de 2012. Os reajustes foram provocados por alterações nos normativos que regulamentam a compra de energia elétrica. O exame feito pelo TCU partiu de solicitação do Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Federal Eduardo da Fonte.

Quando o fim dos contratos se aproxima, as empresas distribuidoras de energia elétrica compram um mix de energia para continuar o abastecimento à população. Nesse mix, constam energia existente, mais barata, e energia nova, que tem custo maior. A Resolução nº 450/2011 editada pela Aneel permitiu menor quantidade de energia mais barata nesse pacote, em desacordo com o decreto que normatiza as operações (Decreto 7.521/2011). Com o aumento no custo da compra de energia, o repasse para os consumidores foi maior também.

A Aneel alterou a citada resolução em 2012 e abriu processo para apurar o aumento indevido de tarifas. O relator da auditoria, Ministro José Jorge, afirmou que "é importante salientar que tais ocorrências, envolvendo majoração indevida dos índices de reajuste tarifários, estão sendo apuradas no âmbito da própria Agência Reguladora". Os resultados da verificação deverão ser encaminhados ao TCU em 90 dias. (Acórdão nº 2.454 /Plenário, de 11.09.2013; TC nº 001.812/2013-0; Relator: José Jorge, Unidade Técnica: SefidEnergia).

Tribunal acompanha renovação de concessões do setor elétrico

Auditoria do TCU analisou as metodologias utilizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para a definição dos valores de indenização e de tarifa aderentes às concessões cujos contratos venceriam a partir de 2015.

A fiscalização apontou diferenças entre os valores de ativos de transmissão calculados pela Aneel para fins de indenização e aqueles estimados pelo Tribunal a partir do banco de preços da própria Agência. Tais disparidades decorreram da utilização pela Aneel de orçamentos elaborados em 2005 presentes em seu banco de preços, enquanto o TCU baseou seus cálculos em parâmetros e valores mais atuais constantes do mesmo banco de preços.

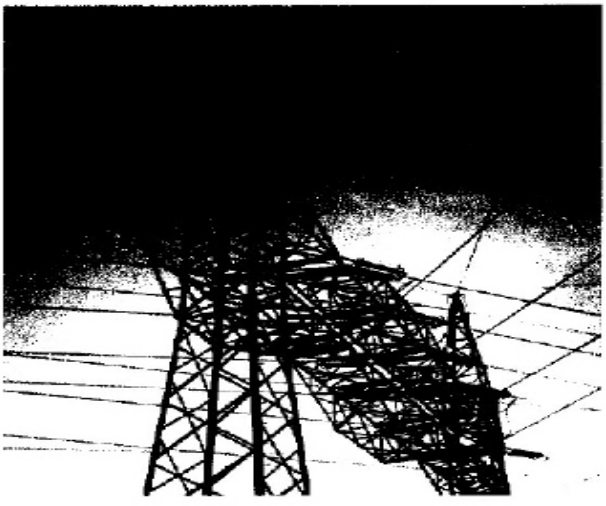
A amostra selecionada para esse exame não é representativa o suficiente para permitir extrapolações para o conjunto de itens indenizáveis, o que demanda análise mais aprofundada do tema. Portanto, não é possível afirmar que houve sobrepreço ou subpreço em relação aos valores de indenização calculados. Assim, o Tribunal irá analisar mais aprofundadamente a metodologia empregada pela Aneel no cálculo das indenizações relativas aos ativos de transmissão.

O TCU identificou, ainda, fragilidades nas metodologias de definição das tarifas de geração e transmissão. Em ambos os casos, os modelos adotados para estimar o custo de operação e manutenção das geradoras e transmissoras (O&M) desconsideraram variáveis que têm impacto direto nos custos dessas empresas, tais como: tipo dos equipamentos, fatores ambientais, condições climáticas, relevo, grau de automação, entre outras. Valores de tarifas incorretos podem culminar na descontinuidade do serviço, se subavaliados, ou na cobrança de valores inadequados do consumidor, se superavaliados.

A auditoria apontou também a necessidade de definição da metodologia que regerá as indenizações dos ativos de transmissão não depreciados existentes em 31.5.2000 e estabelecimento dos critérios que conduzirão a renovação das concessões de distribuição.

Nos termos do art. 8º da Lei 12.783/2013, as concessões que não optassem pela prorrogação de seus contratos deveriam ser licitadas, na modalidade leilão ou concorrência. No entanto, o TCU não constatou ações do Ministério das Minas e Energia (MME) destinadas ao cumprimento desse dispositivo.

O Tribunal salientou o aumento da previsão de aportes do Tesouro Nacional para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de R$ 3,3 bilhões para R$ 8,46 e que; apesar desse aumento, nenhuma transferência havia sido feita à conta do referido encargo.



O TCU recomendou à Aneel que fiscalize os custos operacionais das geradoras e transmissoras que optaram pela prorrogação das concessões e que, se necessário, aperfeiçoe a metodologia utilizada na definição das tarifas dessas concessionárias.

Ainda, determinou à Agência que encaminhe a metodologia que regerá as

indenizações dos ativos de transmissão não depreciados, existentes em 31.5.2000, bem como, determinou ao MME que apresente os fundamentos e as diretrizes que regerão a prorrogação das concessões de distribuição.

Ao MME também foi determinado que apresente plano de ações destinadas ao cumprimento do art. 8º da Lei 12.783/2013, quanto à licitação das concessões não renovadas e vincendas, assim como as ações executadas relativas às concessões não renovadas, mas já vencidas. Por fim, o TCU determinou à Eletrobras que publique em seu sítio na internet os fluxos financeiros que envolvem as operações oriundas da Lei nº 12.783/2013, de maneira que exponha todas as entradas advindas do Tesouro Nacional e o destino dado a tais recursos. (Acórdão nº 1.836/Plenário, de 10.07.2013; TC nº 001.843/2013-3; Relator: Ministro José Múcio, Unidades Técnicas: SecobEnergia e SefidEnergia)

Atuação do TCU impede gasto irregular de R$ 51 milhões pela Eletrosul

Auditoria do Tribunal concluiu que não há suporte legal para concessão de incentivos financeiros pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. a empregados. Para estimular a migração do plano de previdência complementar de benefício definido (Plano BD) para o novo plano de contribuição definida (Plano CD), ambos geridos pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Fundação Elos), a empresa estatal gastaria R$ 51 milhões.

Durante a fiscalização, o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, adotou medida cautelar para que a Eletrosul se abstivesse de desembolsar os incentivos até o exame final da questão pelo TCU, em razão dos indícios de irregularidade. Antes do julgamento do processo, a Eletrosul informou que o incentivo à migração havia sido revogado.

Mesmo com a revogação dos incentivos pela estatal, o TCU informará ao Ministério das Minas e Energia, ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) sobre o resultado do trabalho. (Acórdão nº 2.540/Plenário de 18.09.2013; TC nº 019.263/2011-2; Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-SC)

4.10.2.1. Transportes

TCU estabelece percentuais de referência para despesas com obras

O Tribunal aprovou novo estudo que definiu faixas de valores para taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) para vários tipos de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos. Os

percentuais servirão de base para as análises de orçamentos feitas pelo Tribunal. O objetivo do TCU é impedir que sejam pagos valores abusivos.

O BDI é uma taxa que o construtor aplica sobre o custo direto de realização de uma obra para obter o preço final. Refere-se a despesas indiretas, tributos incidentes sobre o faturamento e remuneração (lucro). A falta de padronização sobre como gestores e construtoras determinam os preços de obras causa equívocos e distorções que motivaram o TCU a realizar o estudo para estabelecer parâmetros.

No trabalho foi abordada a questão conceitual e teórica do BDI, aplicando-se conceitos da contabilidade de custos, quanto aos seguintes aspectos: dinâmica da formação de preços de obras públicas; formas de classificação dos custos incorridos; identificação dos itens que compõem a taxa de BDI; e influência de diversas variáveis no cálculo do BDI.

"A existência de uma tabela de referência é uma diretriz para que possam ser detectadas as incongruências que ocasionaram o percentual final elevado", afirmou o relator do processo, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer. Os percentuais definidos refletem variáveis e particularidades que caracterizam obras públicas, mas não são fixos. Admitem variações segundo cada caso.

O TCU vem promovendo padronização de conceitos e entendimentos sobre a correta aplicação de recursos públicos. A ação tem objetivo de favorecer a transparência na execução dos gastos e de propiciar aos órgãos de controle maior rigor técnico na análise dos preços contratados. O estudo foi realizado em parceira com a Câmara Brasileira de Indústria da Construção. (Acórdão nº 2.622/Plenário, de 14.8.2013, TC nº 036.076/2011-2, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecobEdificação)

Cautelar determina retenção de R$12,5 milhões na BR 163/PA

Medida cautelar do TCU determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) a retenção de R$ 12,5 milhões, em dois contratos para construção da BR-163/PA, no Estado do Pará. A decisão decorre de descumprimento de determinações anteriores, que visavam ressarcimentos e ajustes de preços. Os valores deverão ser retidos nos próximos pagamentos às contratadas.

A retenção determinada recairá sobre parte dos pagamentos e se refere a sobrepreço nos custos de usinagem de concreto betuminoso e de transporte de material betuminoso, além de pagamentos indevidos por serviços de pavimentação. O Dnit e as empresas afetadas poderão se pronunciar, se quiserem, sobre a determinação. (Acórdão nº 2.528/Plenário, de 18.09.2013; TC nº 015.532/2011-9; Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: SecobRodov)

Tribunal fiscaliza projetos de obras rodoviárias

O TCU consolidou o resultado de 14 auditorias realizadas em obras rodoviárias em 2012 e cujo foi objetivo avaliar a qualidade dos projetos elaborados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). As equipes de auditoria examinaram a adequação dos projetos com as normas, a compatibilidade dos preços orçados com o de mercado e a correta quantificação dos serviços.

Para cada rodovia fiscalizada, foi autuado um processo, no qual foram ou estão sendo tratados os indícios de irregularidades verificados no respectivo projeto. O TCU fez algumas determinações ao Dnit para projetos futuros. De acordo com o relator do processo, Ministro José Múcio, as providências, uma vez adotadas, evitarão que fases posteriores sejam executadas sem a adequada fundamentação técnica.

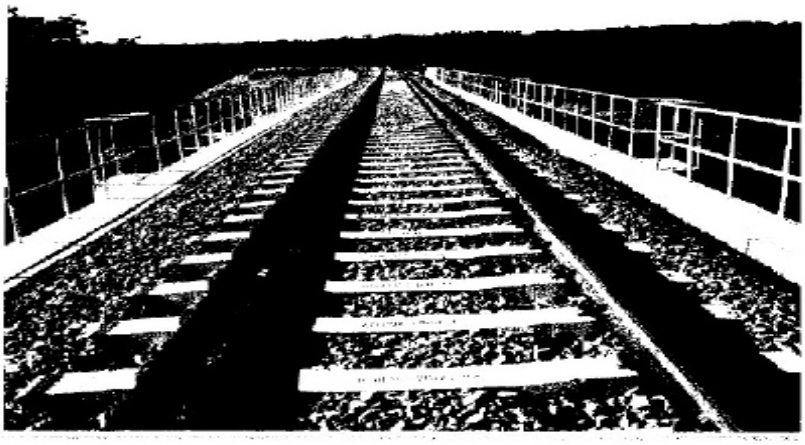
Uma das determinações ao Dnit foi a adoção de metodologia de análise técnica que contemple a obrigatoriedade de apresentação, por parte das empresas projetistas, de estudos topográficos e projetos de terraplanagem em arquivos digitais compatíveis com o sistema CAD (*Computer Aided Design*). A medida visa facilitar o acesso às informações e a fiscalização.

Outras impropriedades que deverão ser corrigidas referem-se a dimensionamento do pavimento e cálculo do custo de material betuminoso. O Tribunal irá monitorar o cumprimento das determinações. (Acórdão nº 1.994/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 007.422/2012-1; Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: SecobRodovia)

Contratos da Ferrovia Norte-Sul apresentam irregularidades

Auditoria do TCU verificou que os contratos para construção de lotes da Ferrovia Norte-Sul, entre Palmas/TO e Uruaçu/GO, seguem com irregularidades. O Tribunal acompanha o empreendimento desde 2008, quando encontrou indícios de sobrepreço em contratos de execução das obras.

Nesse último acompanhamento, o TCU também verificou que levantamento feito pela própria Valec, empresa responsável pela obra, aponta problemas como serviços pagos e não executados e serviços mal executados que devem ser refeitos, somando cerca de R$ 35 milhões. Contudo, a Valec recebeu a obra como se



não houvesse pendência. Dessa forma, deverá apresentar justificativas ao Tribunal sobre os indícios de irregularidades, que podem comprometer a integridade da ferrovia, causar retrabalhos e consequentes prejuízos aos cofres públicos. A Valec deverá apresentar levantamento dos valores irregulares e as possíveis sanções às construtoras e à supervisoras da obra.

Apesar das constatações, o relator do processo, Ministro Valmir Campelo, destacou que "os indícios não são passíveis de enquadramento nas hipóteses legais para recomendação de bloqueio da execução da obra, pois os contratos se encontram em fase de encerramento".

Em relação ao sobrepreço, as medidas cautelares que determinaram retenção de valores continuam válidas, mas estão suspensas desde 2009 por ações judiciais. A retenção é medida alternativa proposta pelo TCU para evitar que o dano se concretize e recai sobre 10% do valor do pagamento às construtoras. (Acórdão nº 2.174/Plenário, de 14.08.2013, TC nº 009.099/2013-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecobHidroferrovia)

TCU aprova 1º estágio para concessão de trechos das BRs-262 e 050

O Tribunal aprovou o primeiro estágio de concessão dos trechos rodoviários BR-262/ES/MG e BR-050/GO/MG, integrantes da 3ª Etapa – Fase III do Programa de Concessões Rodoviárias Federais (Procrofe). Os lotes representam 802,7km, ou 14% do total da extensão dessa etapa.

A auditoria do TCU deu atenção especial à avaliação do modelo econômico-financeiro, da qualidade dos parâmetros técnicos, das cláusulas contratuais e das soluções de engenharia adotadas. O objetivo foi realizar uma análise técnica e independente dos elementos relevantes que embasarão a concessão, ampliando a segurança do processo e a possibilidade de benefício para a sociedade.

Os principais documentos avaliados foram o plano de outorga, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, os estudos ambientais, o Programa de Exploração das Rodovias, os relatórios das audiências públicas, as minutas de edital e de contrato. A documentação inclui orçamento, custo estimado de prestação de serviços, projeção de receitas e de ganhos extras.

O trabalho foi realizado em contato contínuo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o que permitiu correções durante a fiscalização. Os ajustes feitos referem-se aos estudos econômico-financeiros, ambientais e de engenharia e ao aperfeiçoamento do Programa de Exploração de Rodovias e de minutas de contratos.

Em relação a lotes com obras a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Ministério dos Transportes deverá, em conjunto com a ANTT e com o próprio Departamento, adotar indicadores de avaliação funcional e estrutural do pavimento do Programa de Exploração da Rodovia como critério de recebimento. A medida busca assegurar que as obras a serem entregues pelo DNIT às concessionárias estejam no mesmo padrão exigido para concessão.

O Ministro relator do processo ressaltou que, em relação à melhoria notada pela auditoria nos estudos de viabilidade técnica e das soluções de engenharia adotadas nos projetos, "trata-se de excelente evolução, haja vista que a deficiência desses estudos inviabilizou, anteriormente, a manifestação do Tribunal sobre a correção da estimativa dos investimentos, o que levou ao não prosseguimento dos processos licitatórios".

O objetivo das atuais concessões é a duplicação total das rodovias até o quinto ano de concessão, e 10% dos trechos devem estar prontos antes de início da cobrança de pedágio. Em etapas anteriores do Programa, houve grandes deságios da tarifa básica de pedágio na fase de licitação, proporcionados pelos ajustes recomendados pelo TCU e pela competitividade dos leilões. (Acórdão nº 1.974/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 016.442/2013-0; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: SecobRodovia)

Aprovação do 1º estágio de concessão da BR-101, na Bahia

O TCU aprovou o primeiro estágio da concessão do trecho rodoviário da BR-101/BA, Lote 1, integrante da 3ª etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais (Procrofe). A etapa avaliou o cumprimento dos ritos legais obrigatórios para realização da concessão e a atualização e validade dos estudos técnicos apresentados.

Algumas determinações foram feitas à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), com o objetivo de aumentar a eficácia dos estudos técnicos. A agência deverá corrigir, nos estudos de manutenção da rodovia, o volume diário médio anual de tráfego, de forma que o valor se torne coerente com o volume de veículos a ser suportado por cada pista. Terá ainda que alterar uma das camadas do pavimento da pista a ser duplicada e reavaliar, no orçamento, as quantidades estimadas para o serviço de valetas de proteção que interceptam as águas, evitando a saturação do solo e prováveis danos à rodovia.

"Considerando a importância do modal rodoviário, o alto custo dos valores envolvidos diretamente na concessão, o longo prazo de duração dos contratos, é essencial que se proceda de forma cautelosa e



certeira, para certificar que a concessão será realizada em parâmetros adequados, em perfeita sintonia com a lei, trazendo benefícios à sociedade", ressaltou o relator do processo, Ministro Walton Alencar. (Acórdão nº 2.304/Plenário, de 28.08.2013, TC nº 019.565/2013-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidades Técnicas: SefidTransporte).

TCU aprova 1º estágio de concessões rodoviárias

O Tribunal aprovou o primeiro estágio da desestatização das rodovias federais BR-153/TO/GO, TO-080, BR-060,153 e 262/DF/GO/MG e BR-163/MT. Porém, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deverá rever itens do orçamento para a concessão antes de lançar o edital. O TCU analisou os estudos de viabilidade apresentados e determinou à ANTT que modifique preços e periodicidade de execução estimados para os serviços de corte da vegetação.

Nos próximos estudos de viabilidade das concessões rodoviárias federais, a Agência deverá melhorar a fundamentação técnica de estimativa de gastos com terraplanagem, para aumento ou duplicação das rodovias.

As concessões são precedidas de estudos, que devem caracterizar o que está sendo licitado, retratando o atual estado da rodovia e as projeções de investimentos e ganhos. O relatório de acompanhamento informa que alterações propostas recentemente pelo Tribunal, em análises de outros lotes, foram efetivadas nos estudos analisados e resultaram em diminuição do teto das tarifas de pedágio para esses trechos, entre 11 e 12%.

O relator do processo, Ministro Walton Alencar, ressaltou que a qualidade dos estudos tem melhorado. "Trata-se de excelente evolução, haja vista que a deficiência desses estudos inviabilizou, anteriormente, a manifestação do Tribunal sobre a correção da estimativa dos investimentos". (Acórdão nº 2.604/Plenário, de 25.09.2013; TC nº 021.554/2013-7; Relator: Ministro Walton Alencar; Unidade Técnica: SefidTransportes).

Tribunal determina correções em projeto da ponte sobre Rio Araguaia

O TCU realizou nova auditoria nas obras de construção da ponte sobre o Rio Araguaia, na rodovia BR-153/TO/PA, entre as cidades de Xambioá/TO e São Geraldo do Araguaia/PA, e detectou que o projeto executivo apresenta pendências que deverão ser corrigidas para a próxima licitação. As principais falhas dizem respeito à insuficiência de cotações e inconsistência na composição de preço unitário do serviço de "lançamento e posicionamento de vigas pré-moldadas".

Assim, o Tribunal determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), responsável pelo empreendimento, que realize pesquisa de preços com no mínimo três cotações de

empresas diferentes para equipamentos e materiais não previstos nos sistemas oficiais de preços referenciais, Sicro 2 e Sinapi.

O Dnit deverá ainda avaliar a produtividade adotada na composição de preço unitário do serviço "lançamento e posicionamento de vigas pré-moldadas", que se apresenta subdimensionada, em função do extenso tempo estimado para o lançamento de uma viga pré-moldada, fato que pode resultar em novo sobrepreço.

Em 2011, o TCU determinou ao Dnit que anulasse a licitação, no valor de R$ 226 milhões, bem como o contrato decorrente, e realizasse nova concorrência, em razão de sobrepreço e inclusão de quantitativos inadequados na planilha orçamentária, com potencial dano de R$ 73,7 milhões, entre outras irregularidades.

O projeto executivo fiscalizado em 2013 e, ainda em elaboração, apresenta mudanças significativas em relação ao projeto básico licitado, englobando a correção de preços unitários, as metodologias de execução de serviços, a adequação do plano de obra, o detalhamento dos elementos estruturais, a alteração no traçado da ponte e a inclusão de vários serviços novos no orçamento-base.

Além das determinações de correção, o TCU informará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que subsistem os indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação constatados em 2011. (Acórdão nº 1.786/Plenário, de 10.07.2013; TC nº 007.190/2013-1; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Unidade Técnica: SecobRodov)

Irregularidades no metrô de Fortaleza ainda não foram solucionadas

Nova fiscalização do TCU nas obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza aponta que não foram adotadas medidas para correção de irregularidades identificadas anteriormente. Segundo o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, a empresa responsável pelos serviços prestados "persiste" no desrespeito aos limites relativos a supressões e acréscimos de serviços estabelecidos inicialmente em contrato.

As razões que motivaram a auditoria foram a reincidência dessas irregularidades e a falta de solução de outras que originaram superfaturamento nas obras e recomendaram a retenção parcial de pagamentos. O TCU comunicou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que órgão gestor ainda não implementou integralmente as medidas indicadas pelo Tribunal e que não foram detectados novos indícios de irregularidades.

As obras de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza estão inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto completo do metrô de Fortaleza prevê a construção das

linhas Sul, Oeste, Leste e dos ramais de Maranguape e Parangaba/ Mucuripe. Quando terminada, a obra deverá atender passageiros dos municípios de Caucaia, Maracanaú, Pacatuba e Gualúba. (Acórdão nº 2.153/Plenário, de 14.08.2013, TC nº 009.098/2013-5, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: SecobHidroferrovia)

TCU encontra superfaturamento em obras da BR-364 em Mato Grosso

O Tribunal determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) que adote as medidas necessárias para recuperar aos cofres públicos mais de R$ 2,5 milhões gastos com obras de manutenção de trechos rodoviários da BR-364 em Mato Grosso. A medida foi adotada após monitoramento de decisões anteriores. O empreendimento compreende 249,5 km e foi contratado por de cerca de R$ 125 milhões.

Auditoria do TCU constatou superfaturamento devido a não execução da obra com a qualidade prevista, pagamentos antecipados de serviços e remuneração inadequada de transporte de materiais. O superfaturamento também decorre da dupla incidência de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) no serviço de usinagem de concreto em um dos contratos.

De acordo com o relator do processo, Ministro Aroldo Cedraz, "verificou-se que as contratadas estavam utilizando um percentual menor de materiais betuminosos no concreto. Ou seja, a administração estava pagando por um quantitativo de material que não estava sendo efetivamente aplicado". Além disso, o Dnit contratou empresa para supervisionar as obras um ano após o início do empreendimento, o que contribuiu para realização de pagamentos em quantitativos acima dos efetivamente executados e para a qualidade deficiente em itens da obra.

O TCU multou os responsáveis pelas irregularidades e constituiu processos específicos de tomada de contas especial a fim de apurar os débitos e as responsabilidades sobre os superfaturamentos. O Tribunal determinou ainda que o Dnit realize estudos para verificar a qualidade das obras e encaminhe ao TCU os resultados. (Acórdão nº 1.989/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 011.517/2010-7; Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: SecobRodov).

4.10.2.2. Comunicações

Quadro de pessoal da ECT deverá ser regularizado

O TCU determinou prazo para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) elabore, em parceria com o Ministério das Comunicações e com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), plano de avaliação do quadro de pessoal.

A decisão decorre de auditoria do Tribunal que verificou que a ECT contratou mão de obra temporária para exercício de atividades de natureza contínua. O Ministério do Planejamento ainda deverá enviar cronograma para readequação do quadro de pessoal, especialmente no que se refere à substituição dos trabalhadores que se enquadram na irregularidade.

A análise do TCU levou em consideração contratos das diretorias regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Brasília, referentes à prestação de serviços temporários para carteiros e operadores de triagem e transbordo, no período de 2011 a 2013, que totalizam mais de R$ 300 milhões.

O relatório de auditoria informou que a Empresa está realizando esforços para substituir a mão de obra temporária por empregados concursados. Porém, a ampliação de quadro de pessoal não depende unicamente da estatal, devendo ser autorizada pelo MP.

Para elaboração do plano de avaliação, a ECT e os ministérios deverão considerar a estratégia de negócio da estatal, a quantidade de trabalhadores temporários que exercem atividades contínuas e os recursos orçamentários necessários para viabilizar a readequação do quadro de pessoal. Além disso, deverão levar em conta, principalmente, a necessidade de substituições de trabalhadores temporários por trabalhadores concursados. (Acórdão nº 2.305/Plenário, de 28.8.2013, TC nº 044.290/2012-8, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: SefidEnergia).

4.10.3. Saúde

Fraudes em Conselho Federal de Enfermagem superam R$ 7 milhões

O TCU condenou os envolvidos no esquema de desvio de recursos públicos do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) a pagarem mais de R$ 14 milhões. As irregularidades ocorreram entre 1995 e 2002 e somam R$ 7,5 milhões, em valores da época. O restante, cerca de R$ 6,8 milhões, é referente a multas aplicadas pelo Tribunal aos responsáveis.

As fraudes envolveram 31 empresas e 45 pessoas que atuaram em 41 licitações. As empresas apresentavam propostas fictícias e emitiam notas fiscais frias para recebimento de valores repassados a beneficiários pré-definidos.

A auditoria do TCU constatou que o esquema acontecia da seguinte forma: inicialmente, eram realizadas licitações forjadas, com participação de empresas ligadas entre si, por servidores do Cofen ou por terceiros, com o objetivo de aparentar competitividade e dar legalidade às contratações. Posteriormente, as empresas vencedoras emitiam notas fiscais frias, sem contraprestação de serviços ou fornecimento dos produtos requeridos. Por fim, representantes da alta gestão do Cofen autorizavam o pagamento com base nas notas fiscais, mediante cheques endossados por pessoas físicas ou jurídicas ligadas ao esquema.

O Tribunal declarou as 31 empresas ligadas ao esquema inidôneas para participar de licitações com a administração pública, com penas que variaram entre quatro e cinco anos. Os envolvidos ainda ficarão impedidos de exercer cargos públicos em comissões ou funções de confiança, por períodos que variam entre cinco e oito anos. As irregularidades também estão sendo apuradas pela Justiça Federal. (Acórdão nº 2.169/Plenário, de 14.08.2013; TC nº 025.733/2006-9; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecexPrevidência)

Informe sobre agrotóxicos apresenta fragilidades

Auditoria do TCU avaliou a efetividade dos procedimentos de controle adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na emissão do Informe de Avaliação Toxicológica e identificou falhas no controle interno e no fluxo de trabalho. O informe é um dos documentos necessários para registro e controle de agrotóxicos, componentes e similares.

Entre os principais problemas apontados pelo Tribunal estão a insuficiência de servidores para atender à quantidade crescente de pedidos de registro de agrotóxicos no Brasil e valores das taxas de fiscalização para produtos agrotóxicos inferiores a de outros produtos regulados, o que favorece pedidos de registro para produtos que não serão comercializados.



Em relação aos controles, há baixa confiabilidade e fragilidades de segurança no instrumento para gerenciar processos de registro, além de designação de pessoas de fora do quadro da Gerência-Geral de Toxicologia para análise de estudos de resíduos de agrotóxicos.

O TCU determinou à Anvisa, entre outras medidas, que apresente plano de ação com cronograma para adoção das medidas necessárias à solução dos problemas apontados e que conclua o Sistema de Informações sobre Agrotóxicos, atualmente em desenvolvimento.

O processo de registro de agrotóxicos é realizado com a participação de três instituições federais. Além da Anvisa, atuam o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Trata-se de auditoria originada a partir de solicitação do Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. (Acórdão nº 2.303/Plenário, de 28.08.2013, TC nº 011.726/2013-0, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: SecexSaúde)

TCU declara inidoneidade de empresas envolvidas em esquema para compra de ambulâncias

O Tribunal declarou a inidoneidade das empresas envolvidas na chamada "Operação Sanguessuga", esquema de fraudes à licitações para compra de ambulâncias. A decisão decorre de auditoria que apurou a responsabilidade das empresas envolvidas no esquema. Foram analisados contratos fraudados pelos grupos Domanski e Planam. O TCU acompanha o processo desde 2011 a pedido da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das ambulâncias.

Entre as empresas do grupo Domanski que fraudaram as licitações estão a Reven Bus Revendedora de Ônibus Ltda. e AABA Comércio de Equipamentos Médicos Ltda. Os fatos que evidenciam as fraudes incluem propostas não datadas e ausência de assinaturas na ata de habilitação dos licitantes, coincidência, entre as duas empresas e as empresas do grupo Domanski, de data e de hora de emissão de documentos para habilitação à licitação e ausência de questionamento de documentação inválida apresentada pela vencedora da licitação. O Tribunal acolheu parcialmente as justificativas das empresas Barigui Veículos Ltda. e CMP Rocha & Cia Ltda., por entender que não há provas suficientes que comprovem a participação no esquema.

A Delta Construções e Veículos Especiais Ltda. e a Torino Comercial de Veículos Ltda. também foram declaradas inidôneas por fraudar licitações para a compra de ambulâncias em associação com empresas do Grupo Planam. Nesse caso, constataram-se, entre os indícios, assinaturas, datas, endereços e carimbos não originais em documentos próprios, maneira conhecida de fraude por permitir alegação de falsidade do ato.

As empresas não poderão participar, durante cinco anos, de licitação que utilize recursos públicos federais. O TCU recomendou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que desenvolva mecanismo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) que permita a identificação de empresas declaradas inidôneas que tenham intenção de participar de licitações futuras. Cabe recurso das decisões. (Acórdão nº 1.986/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 013.774/2012-3; Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Selog).

TCU notifica Funasa sobre falhas em convênios de saneamento básico no Amapá

Auditoria do Tribunal examinou os projetos e as condições de implementação e acompanhamento de termos de compromisso firmados entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e

os municípios de Laranjal do Jari, Oiapoque e Itaubal, no Estado do Amapá, para execução de obras de abastecimento de água. O trabalho foi realizado em maio e junho deste ano.

Nos três municípios foram identificados atrasos significativos nas obras e indícios de pagamentos indevidos. O TCU considerou precária a fiscalização realizada, pelos responsáveis, para acompanhamento das obras: "Não se verifica, por parte dos convenentes, estrutura mínima de recursos humanos, de materiais e de tecnologia, necessária à fiscalização das obras, não havendo, sequer, funcionários designados para essa função", observou o relator do processo, Ministro Valmir Campelo.

O TCU notificou a Funasa sobre as falhas apontadas em exame preliminar realizado nos convênios firmados entre a Fundação e os municípios citados, com valor total estimado em R$ 46,8 milhões. (Acórdão nº 1.981/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 013.496/2013-1; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-AP).

4.10.4. Integração Nacional e Meio Ambiente

Obras de transposição do São Francisco apresentam falhas na gestão

O TCU verificou falhas na gestão das obras de transposição do Rio São Francisco (PISF). Os problemas envolvem os eixos Norte e Leste do projeto e são recorrentes desde o início da execução do Projeto. O Ministério da Integração Nacional (MI) deverá enviar ao TCU o relatório atualizado da gestão do PISF.

Diante da importância socioeconômica e dos vultosos recursos públicos destinados à implantação do PISF, as obras do Projeto são acompanhadas pelo Tribunal desde 2005.

No Eixo Norte, que levará água para o sertão de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, a fiscalização deste ano constatou que o Ministério não fez a retenção cautelar de pagamentos no valor de R$ 16,6 milhões, decorrente de sobrepreço e quantitativos inadequados no orçamento do lote 8. O TCU ouvirá o MI sobre o descumprimento da medida e sobre a subcontratação irregular para execução de serviços de um dos lotes.

Demais indícios de impropriedades identificados, como alterações contratuais sem formalização de aditivo e supressões e acréscimos contratuais, foram devidamente justificadas ou estão em apuração pelo Ministério, que também está investigando deficiências identificadas pelo TCU em projeto executivo de um dos lotes da obra.

O Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e do agreste de Pernambuco e da Paraíba, está com obras remanescentes em fase de licitação. Um novo programa dividiu a execução dos serviços de forma a

tornar sequencial a operação do sistema de canais, barragens, túneis e aquedutos, seguindo o caminho das águas, da captação ao reservatório final.

As previsões iniciais apontavam o montante de R$ 3, 2 bilhões para os contratos de obras dos trechos I e II no Eixo Norte e do trecho V, no Eixo Leste. O valor passava de R$ 8,2 bilhões em fevereiro de 2013. (Acórdãos nº 2.058; nº 2059; nº 2.060; nº 2.061; e nº 2.062; todos do Plenário, de 07.08.2013; TC nº 008.894/2013-2, TC nº 009.861/2013-0, TC nº 013.069/2013-6, TC nº 013.070/2013-4, TC nº 013.071/2013-0, respectivamente; Relator: Raimundo Carreiro)



RIO SÃO FRANCISCO – Obra de Integração – Eixo Norte – Lote 5

TCU constata falhas em gestão contábil de compensação ambiental

Fiscalização do Tribunal constatou falhas na operacionalização dos recursos de compensação ambiental (CA) gerenciados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As constatações decorrem de auditoria que avaliou a aplicação e a fiscalização dos recursos da Compensação Ambiental, criada pela Lei 9.985/2000, com destaque para a aplicação dos valores dos últimos dez anos, bem como sobre a eficiência e a eficácia dos programas de Governo assistidos com esses recursos.

Empreendimentos de significativo impacto ambiental são obrigados a pagar a CA, ainda no período de licenciamento da obra, que será utilizada para apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação federais (UCs). O valor da compensação se baseia no grau de impacto ambiental a ser causado e no montante de investimentos utilizados no empreendimento.

Uma das falhas encontradas foi o fato de os responsáveis pelas obras depositarem os valores da compensação ambiental em contas escriturais da Caixa Econômica – contas abertas em nome do empreendimento pagador da compensação com saldos que funcionam como se fossem uma conta única exclusiva para o ICMBio. Após autorização do Instituto, a Caixa providencia os desembolsos para a execução da CA e realiza os pagamentos dos bens e serviços aos fornecedores.

Embora os recursos de CA sejam gerenciados pelo ICMBio, a auditoria do Tribunal verificou que não transitam pela Conta Única do Tesouro Nacional e não são registrados na contabilidade do Órgão. Para o relator do processo, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, "não é preciso descer a análises detalhadas e dogmáticas para sustentar que órgãos e entidades públicas não podem gerenciar recursos em nome de particulares, como se prepostos fossem, sujeitos a posterior prestação de contas perante aqueles".

Diante disso, o TCU determinou ao ICMBio que não autorize os empreendimentos a pagarem a CA mediante depósito em contas escriturais abertas na Caixa. Caso ainda haja saldo da compensação nas contas escriturais, o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio devem adotar, em 120 dias, as providências necessárias para que os valores sejam incorporados à Conta Única do Tesouro e ao orçamento fiscal da União.

Outra falha encontrada pelo TCU diz respeito à interrupção, entre 2006 e 2011, das atividades de cálculo, destinação e cobrança da CA, sob responsabilidade do Ibama. Verificou-se que a paralisação foi ocasionada por indefinições normativas e alterações organizacionais devido à criação do ICMBio em 2007. Como resultado desse contexto, há um expressivo passivo de obrigações não cumpridas. Além disso, a auditoria constatou que o Ibama não possui sistema informatizado de controle dos processos de licenciamento geradores da compensação ambiental.

Apurada as falhas, o Tribunal determinou prazo para que o Ibama apresente plano de ação para identificar os empreendimentos sujeitos à compensação que não tiveram seus licenciamentos ambientais analisados, com a definição do cálculo do valor da CA e da unidade de conservação beneficiária. O TCU ainda recomendou que o Órgão institua procedimentos de controle de processos de CA, com intuito de proporcionar mais segurança e confiabilidade às informações. (Acórdão nº 1.853/Plenário, de 17.07.2013; TC nº 014.293/2012-9; Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: SecexAmbiental).

Tribunal identifica falhas na Operação Carro-Pipa

Auditoria do TCU analisou a Operação Carro-Pipa (OCP), ação que integra o Programa Emergencial de Distribuição de Água e tem por objetivo distribuir água potável às populações atingidas pela seca na região do semiárido nordestino e região norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Em dezembro de 2012, a Operação Carro-Pipa abrangia 782 municípios, 3,8 milhões de pessoas, correspondente a cerca de 760.000 famílias, e um volume de recursos da ordem de R$ 400 milhões.

O TCU constatou ausência de mecanismos de controle de funcionamento do Programa que podem trazer riscos à efetividade da distribuição de água e ocasionar desperdícios de recursos e benefícios indevidos a indivíduos.

Verificou-se, também, que a fase de fornecimento (distribuição) da água à população fica a cargo de agentes privados – pipeiros e apontadores; laudos de potabilidade da água desatualizados;

falta de inspeção periódica para averiguar o estado geral dos veículos; ausência de normativo dispondo sobre o volume padrão de água potável a ser distribuído por pessoa.

Foi detectada, ainda, a inexistência de limite máximo para a quantidade de carradas recebidas por apontador. Há regiões em que os apontadores são responsáveis por um número superior a 30 carradas (a carrada corresponde a um fornecimento que varia de oito a dez mil litros de água potável). No Município de Dormentes/PE, a equipe de auditoria verificou que a apontadora, responsável por um número relevante de carradas, apropriou-se indevidamente da água, não a distribuindo para os demais populares.

Observou-se, ainda, que não há critérios padronizados para a habilitação de carros-pipa ao cadastramento na OCP, o que possibilita o cadastro de carros-pipa inadequados para a distribuição de água e o favorecimento pessoal de pipeiros, em detrimento dos objetivos estabelecidos no Programa.

A fim de contribuir para correção das falhas apontadas, o TCU recomendou ao Ministério da Integração Nacional, que estabeleça mecanismos de avaliação da efetividade do Programa, além de assegurar que a documentação requerida para fazer parte do OCP esteja completa. Também foi recomendado ao Ministério que estabeleça critérios de alteração do volume padrão de água a ser distribuída às populações.

Ao Comando do Exército, ligado ao Ministério da Defesa, o tribunal recomendou a avaliação permanente da água a ser distribuída, além do estabelecimento de limite máximo de carradas e de critérios padronizados para cadastramento e seleção de carros-pipa. (Acórdão nº 1.722/Plenário, de 03.07.2013; TC nº 043.346/2012-0; Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: SecexDefesa).

TCU encontra irregularidades na reconstrução de Ilhota/SC

Fiscalização do Tribunal realizada no Município de Ilhota, em Santa Catarina, apurou supostas irregularidades envolvendo recursos federais aplicados nas obras de reconstrução do Município, que foi o mais atingido no Estado pelas enchentes ocorridas em novembro de 2008.

Uma das constatações da fiscalização foi a construção parcial de casas para famílias carentes. Das 65 previstas, foram concluídas 29. O TCU também verificou indícios de deficiência do projeto básico para construção de duas pontes, além de possível superfaturamento em contratos para limpeza, dragagem e recuperação das margens de ribeirões.

O Tribunal determinou à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina que adote providências para a recuperação dos valores indevidamente pagos à empresa responsável pela construção das casas. Ao Departamento Estadual de Infraestrutura de Santa Catarina foi determinado prazo para a apuração de falhas no projeto e/ou na execução das pontes, que tenham contribuído para os danos

ocorridos no início de 2011. (Acórdão nº 2.090/Plenário, de 07.08.2013; TC nº 020.143/2011-7; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; Unidade Técnica: Secex-SC)

4.10.5. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

Tribunal traça panorama da organização dos Jogos Olímpicos de 2016 e aponta riscos

Auditoria do TCU avaliou a gestão e a organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro. Um dos problemas encontrados foi a baixa execução orçamentária da União dos projetos, o que indica um alerta quanto à implementação tempestiva da infraestrutura para os Jogos. Desde 2010, 5% do previsto foi pago. Segundo o Ministro Aroldo Cedraz, relator do processo,, "é razoável inferir que o atual fluxo de recursos apresenta risco de atraso no andamento das ações".

O relatório do Tribunal apontou que a governança dos Jogos, sofre ainda com a falta de definições de prazos, valores e responsabilidades pelas ações que precisam ser desenvolvidas. O Brasil foi escolhido para sediar a Olimpíada de 2016 em 2009 e, a menos de três anos dos jogos mundiais, não tem elaborado o documento que indica os projetos essenciais e os gestores responsáveis (matriz de responsabilidades).

A avaliação também identificou sobreposição de atribuições e de atividades entre as instituições responsáveis pela organização dos Jogos. A formação de um consórcio com entes dos três níveis da administração pública brasileira, municipal, estadual e federal, foi considerada um ponto forte pela análise do TCU. A gestão associada está representada pela Autoridade Pública Olímpica (APO) e facilita a distribuição de atividades.

Contudo, o papel da APO tem sido esvaziado, segundo a auditoria, entre outros fatos, pela criação do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos. A análise aponta que a APO não tem exercido plenamente o papel de mediadora entre organizadores das Olimpíadas e Paralimpíadas.

A indefinição de responsabilidades também pelo acompanhamento de receitas e despesas do Comitê Rio 2016 levou o Tribunal a recomendar à Casa Civil da Presidência da República que regulamente as questões relacionadas com a cobertura de déficit financeiro do Comitê, visando proteger os cofres federais, pois só a União firmou compromisso de cobrir saldo negativo.

Para diminuir riscos percebidos pela auditoria, o TCU recomendou uma série de medidas e fez determinações aos órgãos competentes pela administração dos Jogos. Uma delas é o delineamento e a publicação dos projetos e das correspondentes responsabilidades.

As informações sobre as ações de controle e monitoramentos do Tribunal dos preparativos para os Jogos Olímpicos estão reunidas na cartilha "O TCU e as Olimpíadas de 2016", disponível no Portal TCU.

(Acórdão nº 2.596/Plenário, de 25.09.2013; TC nº 012.890/2013-8; Relator: Ministro Aroldo Cedraz; Unidade Técnica: Secex-RJ).

TCU acompanha operação de crédito para reforma do Maracanã

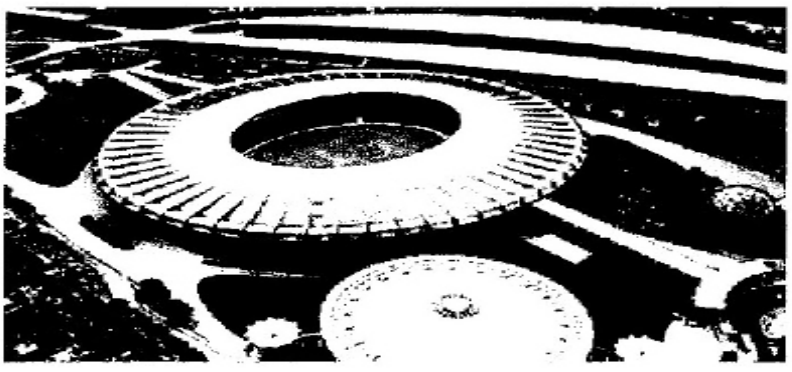
O Tribunal comunicou ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que, até o momento, não foram encontradas irregularidades capazes de impedir a transferência de recursos para as obras de reforma do Estádio Maracanã, empreendimento que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. O TCU examinou as alterações contratuais feitas até o 10º Termo Aditivo, durante acompanhamento da operação de crédito que financia parte da reforma. A obra foi concluída, mas há pagamentos pendentes.

A obra no Maracanã, inicialmente orçada em R$ 720 milhões, atingiu R$ 1,05 bilhão até o 10º Termo Aditivo. O aumento foi causado por alterações no projeto básico, pois diversas soluções previstas não se ajustavam às necessidades de prazo, quantidade e qualidade necessárias para a consecução da obra. As modificações também foram necessárias a fim de atender a exigências da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e da certificação ambiental de sustentabilidade (LEED – *Leadership in Energy and Environmental Design*).

O TCU comunicou ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) que avaliou somente o custo unitário, e não as exatas quantidades de todos os serviços. De acordo com o relator do processo, Ministro Valmir Campelo, a maioria dos itens acrescidos necessita de verificação paralela à execução da obra, o que cabe ao TCE-RJ. (Acórdão nº 1.980/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 012.119/2012-1; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidades Técnicas: SecexEstataisRJ e SecobEdificações).

Projeto da Arena Amazônia passa por nova readequação

Auditoria do TCU examinou a nova readequação do projeto executivo da Arena Amazônia, com impacto de R$ 54,4 milhões no orçamento da obra. O custo do estádio, que será utilizado na Copa do Mundo 2014, passará de R$ 605 milhões.



Segundo a auditoria, a mudança no valor do empreendimento não prejudicará a finalidade e a integridade do crédito, concedido pelo Programa ProCopa-Arenas. Os preços sugeridos adequaram-se às manifestações anteriores do Tribunal. Dos acréscimos no preço

da obra, 96% correspondem a serviços já avaliados em fiscalizações anteriores. Mais de 88% das mudanças no projeto executivo foram na estrutura de concreto armado. Verificou-se, também, que essa readequação ocorreu "fundamentalmente" pela substituição das estruturas para pré-moldadas.

Desde 2010, o TCU acompanha a operação de crédito para construção do estádio, formalizada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Governo do Amazonas. Esta auditoria verificou a regularidade do financiamento, mas a fiscalização do contrato de execução da obra compete ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM).

O TCU informará ao BNDES que não vê obstáculos, até o momento, para a liberação do fluxo dos recursos financiados. (Acórdão nº 1.815/Plenário, de 17.07.2013; TC nº 019.083/2013-0; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecobEdific).

TCU constata irregularidades em obras nos campi da Universidade de Brasília

Auditoria do Tribunal nas obras realizadas nas unidades acadêmicas da Fundação Universidade de Brasília (FUB) constatou diversas deficiências relacionadas à qualidade dos serviços executados. Foram identificados problemas construtivos nas fachadas, paredes internas, pisos internos, esquadrias, estrutura de concreto armado, forros de gesso e pintura. Foram fiscalizadas obras da FUB no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), e nos campi de Planaltina/DF e Gama/DF.

Na UnB Planaltina, foram identificadas fissuras e trincas que estavam prestes a causar o deslocamento de parte da peça fissurada e, na estrutura do prédio, constataram-se patologias decorrentes da concretagem inadequada, com a existência de nichos e desagregação do concreto.

No prédio da UnB Gama, detectou-se grandes fissuras na região em que a escada se encontra com a laje pré-fabricada e, também, a existência de fissuras nos pisos de granitina dos halls de circulação e em paredes internas.

A auditoria encontrou, ainda, irregularidades no Instituto de Ciências Biológicas (IB), localizado no campus Darcy Ribeiro, e na Clínica Odontológica de Ensino e Assistência e Farmácia Universitária, localizada no Hospital Universitário de Brasília (HUB). Foram apontadas patologias nas fachadas, paredes internas, pisos internos e forros, além de infiltrações em diversos locais internos e nas fachadas dos prédios, e também falhas na pintura e má qualidade dos materiais empregados.

O TCU determinou à FUB que adote as ações necessárias para sanar as irregularidades encontradas e que se abstenha de receber definitivamente qualquer parcela das obras até que todos os problemas identificados sejam corrigidos pelas empresas contratadas. Também determinou à FUB que

avalie se é oportuna a aplicação de penalidades aos contratados pelas obras. O TCU irá monitorar o cumprimento das determinações.

A fiscalização fez parte de uma série de auditorias feitas pelo TCU destinadas a avaliar a qualidade de obras concluídas há menos de cinco anos em terminais aeroportuários e edifícios administrativos. (Acórdão nº 1.712/Plenário, de 03.07.2013; TC nº 034.366/2012-1; Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: SecobEdif).

TCU detecta indícios de acumulação ilícita de cargos públicos na Unir

Auditoria do Tribunal na Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir) detectou indícios de casos de acumulação indevida de cargos públicos, de infração ao regime de dedicação exclusiva e de acumulação de cargos sem comprovação de compatibilidade de horários. Também foi verificado que a Fundação não dispõe de mecanismos de controle, capazes de evitar tais fraudes.

O TCU determinou prazo à Unir para que regularize as falhas encontradas e que estabeleça rotinas periódicas de verificação, com objetivo de impedir novas ocorrências. A Fundação também deverá examinar a compatibilidade de horários dos servidores apontados pela auditoria e se não há prejuízos às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados. (Acórdão nº 1.711/ Plenário, de 03.07.2013; TC nº 027.707/2011-3; Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-RO).

4.10.6. Planejamento e Desenvolvimento Urbano

TCU define paridade na concessão de pensões para servidores federais

De acordo com decisão do Tribunal, pensões civis decorrentes de aposentadorias de servidores federais, ocorridas antes da EC 41/2003, só terão a equiparação com os valores pagos a servidores em atividade se o óbito que originou o benefício tiver ocorrido até 31 de dezembro de 2003, data da publicação da emenda. A paridade, então, abrange quem, nessa data, estava fruindo do benefício ou tinha direito a ele.

O TCU analisou a possibilidade de equiparação de valores das pensões decorrentes de aposentadorias concedidas antes de 2003, quando foi editada a Emenda Constitucional 41, que acabou com a paridade geral entre servidores ativos e inativos. Após a emenda, a igualdade ficou restrita a alguns grupos. Para casos de benefícios com base em óbito posteriores a essa data, os reajustes seguirão o índice usado pelo Regime Geral da Previdência Social.

A Ministra Ana Arraes, relatora do processo, avalia que decisões, tanto do Tribual quanto do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmam que a pensão é regida pela legislação em vigor na data do falecimento do servidor.

Em razão da edição de emendas constitucionais posteriores à EC 41/03, duas exceções são feitas. Uma delas para pensões decorrentes de aposentadorias por invalidez de servidores que ingressaram no serviço público até dezembro de 2003. Outra, para pensões por morte de servidor que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, e tenha cumprido os requisitos para se aposentar até essa data. (Acórdão nº 2.553/Plenário, de 18.09.2013; TC nº 033.376/2010-7; Relator: Ministra Ana Arraes; Unidade Técnica: Sefip).

TCU uniformiza fiscalização de licitações por empreitada por preço global

O Tribunal uniformizou procedimentos de fiscalização para contratações executadas sob o regime de empreitada por preço global (EPG), ou seja, quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total. Nesse caso, pagamento só é efetuado após a conclusão dos serviços ou etapas, a depender do previsto no cronograma físico-financeiro.

De acordo com as diretrizes definidas, o TCU verificará se a escolha pela EPG está fundamentada nos autos do processo licitatório, se há regras claras a respeito das medições no edital e se a proposta ofertada segue as quantidades do orçamento-base da licitação. O Tribunal definiu também que, em regra, a EPG deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados. Caso contrário, a escolha pelo regime deve ser justificada.

Alterações no projeto ou nas especificações da obra ou serviço devem ser feitas por aditivo contratual, a menos que as variações quantitativas nos serviços sejam pequenas e não interfiram no preço total do empreendimento. Termos aditivos também poderão ser ajustados, caso haja subestimativas ou superestimativas relevantes na planilha orçamentária. As normas valem também para licitações feitas sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

De acordo com o relator do processo, Ministro Valmir Campelo, "não raro, a empreitada por preço global, por suas particularidades, quando não assentada em ambiente de regras claras, tem gerado um clima contratual de insegurança, em terreno infértil para abalizar o bom andamento dos contratos e, consequentemente, garantir o sucesso das contratações". O Ministro acrescentou que as auditorias realizadas pelo Tribunal têm identificado o desvirtuamento do instituto e a aplicação distorcida da Lei de Licitações. "As repercussões vão desde o superfaturamento até o abandono dos contratos, afora os infindáveis litígios judiciais", concluiu.

A Revista do TCU fará uma edição especial sobre o assunto. (Acórdão nº 1.977/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 044.312/2012-1; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecobEdificação).

TCU decide pela remuneração de agenciamento de passagens aéreas por taxa fixa

O Tribunal revogou a medida cautelar que suspendia os efeitos da instrução normativa que regulamenta a contratação de serviços de aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais no âmbito da Administração Pública Federal. Trata-se da IN nº 7/2012, editada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Com a norma, o serviço passou a ser pago por taxa fixa de agenciamento e não por desconto sobre o faturamento. Em 2012, o gasto com passagens aéreas pela Administração Pública direta, considerando apenas o Poder Executivo Federal, atingiu o montante de R$ 890 milhões.

A cautelar foi concedida pelo TCU após representação da empresa Eurexpress Travel Ltda. alegar que o novo critério de licitação não oferecia vantagens ou economia à Administração Pública. Porém, o argumento não foi comprovado. Para o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, o fato de o serviço de agenciamento não depender do valor da tarifa, torna mais razoável que a remuneração seja por taxa fixa. "Qualquer modelo remuneratório que estabeleça um percentual do valor da tarifa, seja ele por maior desconto ou por maior acréscimo, configuraria estímulo para que as empresas contratadas não escolhessem as passagens mais baratas", destacou.

O TCU recomendou à SLTI que avalie se é conveniente rever o normativo para que sejam inseridos requisitos como exigência de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes e concessão de benefícios às agências de viagens que ofereçam passagem com menor tarifa. Também recomendou à Secretaria que veja a possibilidade do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) - em desenvolvimento pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) - conter módulo para pesquisa de preços praticados pelas companhias aéreas, para confirmação de utilização dos bilhetes e para gestão das faturas a serem pagas pelos órgãos.

A Secretaria deverá, ainda, realizar estudos para avaliar a vantajosidade da contratação direta das companhias aéreas para fornecimento de passagens. Para conferir transparência às compras, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) deverá exigir que as companhias aéreas registrem o valor da tarifa paga em seus cartões de embarque. (Acórdão nº 1.973/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 003.273/2013-0; Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Selog).

TCU recomenda aprimoramento de instrumentos de avaliação de desempenho do BNDES

Auditoria do Tribunal identificou e analisou os critérios e instrumentos utilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para avaliar a efetividade das operações de apoio financeiro do Banco, bem como o alcance das respectivas metas.

O Banco, por meio de dez áreas operacionais, presta apoios financeiros, mediante: financiamentos; subscrição de valores mobiliários; recursos não reembolsáveis destinados às atividades sociais, culturais, científico-tecnológicas e ambientais; e políticas transversais que correspondem a inversões complementares para o desenvolvimento do País.

Os indicadores de desempenho corporativo do BNDES focam os produtos, mas segundo a avaliação do TCU, deveriam ser priorizados indicadores de efetividade, por contribuírem para o planejamento das ações e permitirem melhor avaliação dos objetivos estipulados. Verificou-se, também, que a sobreposição e a complementaridade entre diferentes instrumentos de apoio financeiro - produtos, linhas de financiamento e programas - influenciam a análise de efetividade desses instrumentos. Pela ausência de normas, a equipe de auditoria utilizou como parâmetro as práticas de organismos internacionais de fomento, em particular do Banco Mundial (Bird).

Além das possibilidades de melhoria em relação aos indicadores, o TCU constatou baixa participação das partes interessadas no monitoramento e na avaliação dos instrumentos de apoio financeiro e necessidade de aperfeiçoamento da organização de unidades do Banco responsáveis pela área. Outras fragilidades identificadas foram a desconsideração de estudos de efetividade e impacto na renovação dos programas e a pouca divulgação e transparência dos resultados obtidos e das análises efetuadas.

O relator do processo, Ministro José Múcio, destacou a importância da auditoria, enfatizando o papel que o BNDES desempenha na economia brasileira. Ele observou que as intervenções do Banco tem abrangência nacional, regional e setorial, atingindo praticamente todos os segmentos de atividade econômica.

O TCU recomendou ações para aprimoramento da avaliação de desempenho do BNDES, entre elas, a implementação de sistema de monitoramento e avaliação abrangendo todas as áreas operacionais. (Acórdão nº 1.839/Plenário, de 17.07.2013; TC nº 018.693/2012-1; Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: SecexEstataisRJ).

Estado de Roraima deverá devolver recursos relativos a sobrepreço em obra

Auditoria do TCU constatou sobrepreço de cerca de R$ 6,5 milhões nas obras de reforma e construção do Complexo Esportivo Canarinho, em Boa Vista/RR. Esse montante corresponde a 18% do valor contratado e deverá ser retido pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal nos próximos pagamentos à empresa contratada. Além do sobrepreço, a fiscalização identificou projeto executivo deficiente.

O Tribunal também determinou ao Estado de Roraima que repactue o contrato firmado com a Coema Paisagismo, Urbanismo e Serviços, empresa executora da obra, bem como realize a oitiva da

referida empresa e da Secretaria de Infraestrutura do Estado. A empresa poderá apresentar garantia em substituição à retenção de parte do pagamento. A medida foi adotada pelo TCU como alternativa à paralisação das obras em caso de irregularidades graves.

A auditoria apontou que o projeto executivo da obra, em razão da falta de detalhamento e imprecisão, assemelha-se a um projeto básico. Além disso, as rampas de acesso às arquibancadas, serviço mais relevante do empreendimento e que corresponde a 10% do valor da obra, não apresentam as especificações necessárias.

O Tribunal comunicou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional os indícios de irregularidades detectados na obra. (Acórdão nº 2.088/Plenário, de 07.08.2013; TC nº 003.714/2013-6; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecobEdificação).

Licitação para obras na Estação de Tratamento Alegria /RJ

O TCU verificou irregularidades no edital de concorrência para construção da Estação de Tratamento de Esgoto Alegria (ETE Alegria), no Rio de Janeiro (RJ), orçada em R$ 418 milhões. As obras de implantação do Coletor Tronco Manguinhos, do Saneamento da Maré e do Coletor Tronco Timbó Faria também fazem parte do projeto executivo. Segundo dados do Governo do Rio de Janeiro, as obras beneficiarão cerca de 2,5 milhões de habitantes, com o tratamento de esgotos oriundos da bacia sanitária Alegria.

A realização de uma única licitação para todo o complexo de obras é uma irregularidade. Em decisão anterior, o TCU decidiu que a Secretaria de Obras do Rio (Seobras/RJ) deveria dividir o empreendimento em parcelas técnicas e econômicas, promovendo mudanças no edital de concorrência, uma vez que as irregularidades contrariavam a Lei de Licitações. No entanto, nenhuma mudança foi feita e as irregularidades permanecem.

Para a relatora do processo, Ministra Ana Arraes, "o risco de interrupção na execução de um trecho da obra pode ocorrer tanto na realização da licitação do complexo como um todo, como com a divisão do empreendimento. Caso isso fosse motivo para não dividir a execução, nunca se parcelaria a construção de rodovias e de ferrovias, por exemplo. O que se deve evitar é que um contrato tenha reflexo direto em outro na execução de uma mesma obra."

Outra falha encontrada no edital se refere à vedação da soma dos atestados que qualificam de forma técnica os licitantes para os serviços nas obras. De acordo com a auditoria, esse ponto restringe a competitividade do certame.

O TCU determinou ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica que não repassem recursos federais para o financiamento da obra, visto as irregularidades no processo licitatório. Para que haja a

aplicação dos recursos no empreendimento, a Seobras/RJ deverá elaborar e lançar novo edital de licitação, sem as falhas. (Acórdão nº 1.998/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 023.957/2012-3; Relatora: Ministra Ana Arraes, Unidade Técnica: SecobEnergia).

TCU verifica projeto desatualizado em obras de saneamento em Aracaju

O Tribunal fez uma série de determinações à Caixa Econômica Federal (CEF) relacionadas ao repasse de recursos para a obra de ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Aracaju. A decisão decorreu do descumprimento de determinações anteriores feitas à Companhia Estadual de Saneamento de Sergipe (Deso), para correção e atualização de projetos a serem utilizados como base de licitações.

Em 2010, o TCU determinou à Deso que somente iniciasse a obra de esgotamento sanitário em cinco sub-bacias após as revisões e atualizações dos projetos correspondentes. A empresa, contudo, deu continuidade ao processo licitatório com o projeto desatualizado. A irregularidade aumentou o valor da obra em mais de R$ 1 milhão, devido ao custo da administração local prevista no contrato.

O Tribunal determinou à Caixa Econômica Federal, responsável pela liberação de recursos, que glose esse valor. A Caixa deverá, ainda, realizar levantamento dos equipamentos e do pessoal efetivamente mobilizados e efetuar eventuais glosas nos valores correspondentes, caso encontre acréscimos indevidos nos serviços. O mesmo procedimento deverá ser adotado para serviços e instalações dos canteiros de obras.

O TCU determinou também a análise de planilhas orçamentárias e a confirmação das distâncias de transporte, com o objetivo de evitar pagamentos superiores ao permitidos pela legislação. O ex-Presidente da Deso foi multado. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1.849/Plenário, de 17.07.2013; TC nº 006.575/2011-0; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecobEdif).

Jardim Botânico do Rio está delimitado

O TCU considerou realizada a delimitação do perímetro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, determinada à Secretária de Patrimônio Público da União (SPU), ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

Com a definição dos limites territoriais do Jardim Botânico – primeira etapa –, a SPU e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) terão 90 dias para providenciar a cessão da área ao JBRJ. Depois de realizada a cessão da área – segunda etapa –,o registro imobiliário deverá ser feito em até 180 dias, que será a terceira etapa. A contagem do prazo para cumprimento da segunda etapa – cessão da área ao JBRJ – iniciará com a ciência da decisão do TCU.

Após a finalização das três fases citadas, que devem ser cumpridas uma após a outra, é que serão adotados os procedimentos para reintegração de posse estabelecidos no Acórdão 2380/2012 –

Plenário. É nesta última fase que serão adotadas as medidas para remoção dos moradores afetados pela delimitação da área do Jardim Botânico, nos prazos definidos pela deliberação do TCU.

O recadastramento das famílias que moram no Jardim Botânico ainda está em andamento. O relator do processo, Ministro Valmir Campelo, entendeu ser essa uma atribuição dos órgãos competentes que pode "prosseguir paralelamente às determinações impostas nos acórdãos". (Acórdãos nº 1.276/Plenário, de 29.5.2013; e nº 2.177/Plenário, de 14.8.2013, TC nº 030.186/2010-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-RJ).

4.10.7. Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

TCU fiscalizará transferência de recursos pela Caixa

Auditoria do Tribunal analisará os processos de desbloqueio de recursos e de prestação de contas final relacionados aos contratos de repasse executados pela Caixa Econômica Federal. Esses contratos são instrumentos administrativos pelo qual a Caixa atua, como mandatária da União, para executar e fiscalizar transferências de recursos federais a estados, municípios e Distrito Federal. Os valores desembolsados entre 2010 e 2012 somaram mais de R$ 4,9 bilhões.

Levantamento realizado pelo TCU identificou riscos na atuação da Entidade, tais como: erro na documentação apresentada e em análises técnicas inerentes ao planejamento e à execução do objeto do contrato, além de inexecução das atividades pelo responsável. De acordo com a auditoria, o nível de probabilidade de ocorrência dessas falhas chega a 35%.

Para o Ministro José Múcio, relator do processo, "a finalidade da auditoria é testar os controles internos e ressaltar os pontos em que há necessidade de melhoria na atuação da Caixa como mandatária da União nos contratos de repasse". (Acórdão nº 2.076/Plenário, de 07.08.2013; TC nº 006.076/2013-0; Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: SecexFazenda).

TCU encontra impropriedades no uso de cartões de pagamento do Governo Federal

Auditoria do Tribunal realizada no Ministério da Cultura (MinC), no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e na Fundação Cultural Palmares (FCP) avaliou a regularidade de pagamentos a título de suprimentos de fundos realizados mediante Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF). Suprimento de fundos é uma modalidade de pagamento utilizada para aqueles casos em que não é possível aplicar o processo orçamentário normal, como, por exemplo, para atender a despesas de pequeno vulto.

O Tribunal detectou desvirtuamento no uso de suprimento de fundos e determinou prazo para que o Ministério da Cultura analise as prestações de contas relativas a uma série de processos de

pagamentos realizados dessa forma. O TCU também recomendou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que, juntamente com o banco operador do cartão, adeque as funcionalidades da solução de tecnologia às necessidades de controle da Administração Pública Federal, inclusive no que se refere à limitação do uso do cartão, por suprimento, estritamente dentro dos prazos e limites de valor autorizados.

No MinC, o TCU encontrou impropriedades como a utilização de saque para pagamentos de despesas sem prévia autorização; concessão de limites de crédito do cartão sem justificativa ou motivação e superiores à demanda necessária; despesas acima do limite do suprimento concedido ou empenhado; gastos fora do prazo de aplicação autorizado; e utilização de suprimentos de fundos com despesas que não podem ser consideradas eventuais ou excepcionais, como contas de água ou saneamento.

As constatações no Iphan foram a utilização de suprimento de fundos para pagamento de despesas rotineiras e para aquisição de materiais permanentes. No Ibram, foi detectada a utilização de suprimentos de fundos para aquisição de material permanente e gastos fora do prazo de aplicação autorizado. Na FCP, foi verificada ausência de análise da prestação de contas de suprimentos de fundos e gastos fora do prazo de aplicação autorizado. Acórdão nº 1.624/Plenário, de 26.06.2013; TC nº 007.098/2012-0; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: SecexDesenvolv).

TCU acompanha reestruturação da área de seguros e previdência do Banco do Brasil

O Tribunal continuará a acompanhar a reestruturação de empresas do Banco do Brasil S.A (BB) da área de seguros, previdência e capitalização até que todo o processo seja concluído. A decisão resultou de auditoria que avaliou a legalidade, a economicidade e a legitimidade dos processos de reestruturação de entidades do BB, envolvendo os atos de gestão praticados nos exercícios de 2008 a 2011. Foram fiscalizados R$ 7,79 bilhões em recursos, quantia que abrangeu as principais saídas e entradas de caixa ocorridas no processo de reorganização, assim como o valor econômico das participações acionárias aportadas pelo Banco no Grupo Segurador BB & Mapfre.

Para o TCU, os fatos contábeis envolvem materialidade relevante, motivo pelo qual decidiu acompanhar a área de seguros, previdência e capitalização até o término da reestruturação. A auditoria apurou ágio contábil (compra ou venda com valor a maior) e deságio contábil (compra ou venda com valor a menor) nos contratos de compra e venda de ações celebrados pela BB Seguros para a aquisição da participação acionária detida pela Sul América Capitalização na Brasilcap e na Brasilveículos, e pela Aliança Bahia na Cia de Seguros Aliança do Brasil.

Entre os principais motivos que levaram o TCU a realizar a auditoria, estão a relevância e a materialidade do processo de reestruturação dos negócios de seguridade do BB, no qual houve a prática de atos como a dissolução de sociedade, o estabelecimento de novas parcerias, a compra e venda de

participações em empresas, além de modificações na estrutura acionária das entidades subsidiárias e controladas. (Acórdão nº 1.760/Plenário, de 10.07.2013; TC nº 007.300/2012-3; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecexFazenda).

TCU encontra irregularidades em repasses para o turismo em MG

O Tribunal realizou fiscalização em 15 municípios de Minas Gerais com o objetivo de verificar a regularidade na aplicação dos recursos transferidos pelo Ministério do Turismo para ações de desenvolvimento de infraestrutura turística no Estado. O TCU encontrou falhas na operacionalização de 35 contratos de repasse e determinou prazo para que o Ministério do Turismo informe as providências adotadas para corrigir as questões apontadas.

Todos os municípios fiscalizados não eram, à época da assinatura dos contratos de repasse, reconhecidos pelos órgãos oficiais como de interesse turístico. O objetivo de alguns desses contratos, notadamente pavimentação de ruas e reformas de quadras esportivas, não tem a finalidade de desenvolver o turismo, contrariando as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Turismo.

A auditoria também constatou que o Ministério do Turismo vem descumprindo rotineiramente os cronogramas de desembolso ajustados, atrasando os repasses de recursos. Isso tem impactado a execução das obras contratadas, pois nem todos os municípios conseguem custear os serviços com recursos próprios. Umas das causas apontadas para o problema é o contingenciamento de recursos pelo Governo Federal.

Alem disso, foram encontrados descumprimentos recorrentes da Lei de Licitações relacionados à publicidade, em especial, a falta de divulgação do edital de convocação por todas as formas exigidas, bem como o atraso da publicação do instrumento de contrato resumido e de seus aditamentos na imprensa oficial. (Acórdão nº 2.298/Plenário, de 28.08.2013, TC nº 012.970/2012-3, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-MG).

TCU realizará auditoria no Banco do Brasil sobre renegociação de dívidas rurais

Auditoria do Tribunal irá verificar a regularidade da atuação do Banco do Brasil nos processos de renegociação e securitização de dívidas oriundas de crédito rural, desde 2001 até o período atual.

O referido trabalho decorre de solicitação do Congresso Nacional, originária da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) da Câmara dos Deputados.

A auditoria irá verificar a correção monetária aplicada às dívidas agrícolas pelo Banco do Brasil, relacionadas ao Plano Bresser e Plano Collor; o expurgo de honorários advocatícios do saldo devedor dos créditos agrícolas quando exigido por previsão normativa; a continuidade da concessão de crédito e readequação de garantias de dívidas renegociadas; a cessão de créditos rurais para a União; e a avaliação da evolução dos empréstimos agrícolas no Banco do Brasil no período posterior à securitização das dívidas,

abrangendo a verificação dos normativos, inadimplência e outros temas relevantes associados ao assunto. (Acórdão nº 1.713/Plenário, de 03.07.2013; TC nº 010.934/2013-8; Relator: Ministro José Múcio, Unidade Técnica: SecexFazenda).

TCU aprova coeficientes de repartição do IPI para 2014

O Tribunal aprovou decisão normativa que fixa os coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal sobre 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para o exercício de 2014. O TCU utilizou dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e calculou os coeficientes de rateio a partir dos valores, em dólares, das exportações realizadas no período de julho de 2012 a junho de 2013.

Para que haja repartição da receita arrecada com o IPI, é levado em conta a origem do produto exportado e o conceito de produto industrializado adotado pela legislação federal referente ao IPI. A participação de cada unidade é limitada ao máximo de 20% do montante a ser distribuído.

Entre os três estados que terão maior participação no montante a ser distribuído em 2014 estão São Paulo (20%), com o limite de arrecadação, Rio de Janeiro (16,8%) e Minas Gerais (14,5%). Roraima, com 0,003%, Acre, com 0,004%, e Piauí, com 0,020%, possuem os três menores coeficientes de arrecadação.

São Paulo é o único Estado que permanecerá com o percentual de arrecadação inalterado para o exercício de 2014 em comparação a 2013. Entre os estados que terão aumento percentual na arrecadação em comparação a 2013, se destacam Rondônia, que passou de 0,17% em 2013 para 0,28% em 2014; Tocantins, de 0,06% para 0,09%; e o Distrito Federal, de 0,12% para 0,16%. (Acórdão nº 1.912/Plenário, de 24.07.2013; TC nº 017.060/2013-3; Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Semag).

4.10.8. Justiça e Defesa

TCU orienta Infraero sobre contratação integrada

Auditoria do Tribunal apontou indícios de irregularidade no edital de licitação para contratação das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins/MG. Foram constatadas inconsistências em estimativas de quantitativo contidas no anteprojeto que fundamentou licitação. O empreendimento encontra-se na matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014 e está sendo licitado pelo regime de contratação integrada, o RDC.

A licitação tem por objeto selecionar empresa de engenharia para elaboração dos projetos básicos e executivos e execução das obras e serviços de reforma e ampliação do Terminal de Aviação Geral (TAG) e implantação do Terminal de Passageiros 3 no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

A auditoria verificou que os valores contidos no orçamento foram obtidos a partir da comparação do valor por metro quadrado de obras e serviços já contratados pela Infraero, sem as adaptações necessárias. O cálculo da área a ser reformada em Confins envolveu itens não considerados no cálculo para obtenção dos valores de referência. Por exemplo, a empresa incluiu as áreas das projeções dos beirais e das varandas, ou seja, a área da cobertura. Já na formação dos valores unitários de referência, considerou apenas a área abrangida pela edificação, utilizando as paredes externas do terminal como limite. Isso geraria uma supervalorização das obras de Confins, mas em reunião entre a equipe técnica da Infraero e a equipe de auditoria do TCU, a empresa admitiu a necessidade de ajustes e modificou o edital. A alteração reduziu em 9% o valor inicialmente estimado para a obra.

O Tribunal também identificou falta de justificativa técnica para a adoção da contratação do tipo RDC, denominada contratação integrada, irregularidade tratada em outro processo no TCU. Essa foi a terceira tentativa de licitar a obra, e resultou deserta, o que significa que não compareceram interessados.

O TCU informou à Infraero que, para contratação integrada, as estimativas de preço deverão ser baseadas em orçamento sintético detalhado, o quanto possível, e nos sistemas oficiais de preços referenciais Sinapi e Sicro, devidamente adaptadas às condições da obra. Estimativas paramétricas e de avaliação aproximada baseadas em obras similares deverão ser adotadas somente nas frações da obra que não estiverem suficientemente detalhadas no anteprojeto. (Acórdão nº 1.814/Plenário, de 17.07.2013; TC nº 009.768/2013-0; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecobEdif)

TCU aprova com ressalvas estudos para concessão de Galeão e Confins

Os estudos que fundamentam a concessão dos aeroportos de Confins, em Belo Horizonte/MG, e do Galeão, no Rio de Janeiro/RJ, foram aprovados com ressalvas pelo TCU. Nessa primeira fase do acompanhamento, o Tribunal analisou as premissas e os parâmetros utilizados para definir o fluxo de caixa dos projetos e os valores mínimos da outorga. Correções propostas pelo Tribunal no curso do trabalho resultaram em aumento nos valores mínimos de outorga (de R$ 4,73 bilhões para R$ 4,83 bilhões, no caso de Galeão, e de R$ 994 milhões para R$ 1,09 bilhão, no caso de Confins).



Segundo a relatora do processo, Ministra

Ana Arraes, inconsistências apontadas anteriormente pelo TCU foram corrigidas, mas algumas recomendações não foram atendidas e, por isso, foram reforçadas. Uma delas refere-se à participação da Infraero nas sociedades a serem constituídas. O Tribunal mais uma vez recomendou que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) reexamine a necessidade de participação da Infraero e, caso opte pela manutenção dessa empresa pública entre os sócios, fundamente de forma adequada e preveja, no contrato, a redução gradativa dessa participação.

De acordo com a relatora, a exigência de que o candidato a operador aeroportuário deva ter experiência em aeroporto que atenda pelo menos 35 milhões de passageiros anualmente carece de fundamentação técnica e pode restringir indevidamente a competição do processo de concessão.

Assim, o TCU condicionou a publicação do edital à inclusão, no processo de concessão, dos fundamentos legais e técnicos para exigência de experiência em processamento de passageiros, de forma a demonstrar, tecnicamente, que os parâmetros fixados são adequados, imprescindíveis, suficientes e pertinentes ao objeto licitado.

Da mesma forma, o Tribunal determinou que sejam devidamente motivadas eventuais cláusulas que vedem a participação, nos leilões para concessão de Galeão e Confins, de pessoas jurídicas que sejam acionistas das atuais concessionárias de serviço público de infraestrutura aeroportuária. O TCU continuará acompanhando o processo de concessão desses aeroportos. (Acórdão nº 2.466/Plenário, de 11.09.2013, TC nº 007.578/2013-0, Relator: Ministra Ana Arraes, Unidades Técnicas: SefidTransporte e SecobEdificações)

Tribunal identifica problemas em obras no Aeroporto do Galeão/RJ

O TCU realizou auditoria nas obras de adequação do terminal de passageiros 1 do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. A execução da ação, incluída na matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014, foi contratada por R$ 153 milhões.

A auditoria identificou atraso no andamento da obra, em relação ao previsto no cronograma. Até fevereiro deste ano, a execução física correspondia a 9,34%. Para que a entrega da obra ocorra até abril de 2014, conforme previsão, o percentual deveria ser de 19,51%.

O Tribunal determinou à Infraero que tome as providências previstas no contrato para o caso de atraso, como a possibilidade de aplicação de multa. Se constatado prejuízo, também devem ser adotadas as medidas necessárias para o ressarcimento.

Além do atraso, o TCU identificou que a escolha do regime de execução contratual por empreitada por preço global é incompatível com as características da obra. Assim, a empresa deverá adotar as medidas necessárias à repactuação do contrato de forma a alterar o regime de execução para empreitada

por preço unitário. (Acórdão nº 1.978/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 007.109/2013-0; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecobEdificação).

TCU constata pagamentos irregulares em obras do Aeroporto de Manaus

Auditoria do Tribunal constatou novas irregularidades na execução e no pagamento de serviços de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto de Manaus/AM. O TCU acompanha o andamento da obra desde 2011, a qual está incluída na matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

O TCU verificou que a evolução física da obra não acompanhou a execução dos gastos, em parte, devido a pagamentos antecipados de materiais e de serviços. De acordo com a fiscalização, as novas impropriedades demonstram que também existem outros fatores que impedem que a execução acompanhe o contrato. Um deles é o pagamento de serviços de guindastes com superfaturamento de mais de R$ 2 milhões. Verificou-se que os equipamentos pagos diferem "substancialmente" dos previstos e pagos.

Para o relator do processo, Ministro Valmir Campelo, apesar do compromisso da Infraero de corrigir as falhas antes mesmo do término da fiscalização, "os achados demonstram, de novo, um distanciamento dos gestores quanto à devida obediência às suas obrigações e deveres contratuais".

Diante das irregularidades, foi determinado à Infraero que encaminhe ao TCU a documentação comprobatória das medidas adotadas para a correção das falhas encontradas. A Empresa também foi notificada acerca da ausência de controle da fiscalização da obra do terminal e do descumprimento de cláusulas contratuais, como a falta de verificação dos limites para subcontratações e a substituição do profissional responsável pela obra. (Acórdão nº 1.979/Plenário, de 31.07.2013; TC nº 007.432/2013-5; Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecobEdificações).

TCU realiza monitoramento em sistema de identificação criminal

O Tribunal realizou o segundo monitoramento do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais (Afis), adotado pelo Departamento de Polícia Federal (DPF). Foi verificado o cumprimento das recomendações e determinações feitas à Diretoria Técnico-Científica do Departamento de Polícia Federal (Ditec/DPF) e ao próprio DPF, em consequência do primeiro monitoramento e do acórdão original (Acórdão 889/2007-TCU-Plenário).

O Departamento de Polícia Federal adota o Afis como sistema de comparação de impressões digitais com impressões previamente armazenadas no banco de dados para identificar pessoas fichadas em termos criminais. O sistema funciona nas 28 unidades descentralizadas e, atualmente, a empresa Iafis Systems do Brasil Ltda. executa os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a substituição de *hardware* e prestação de suporte técnico.

O monitoramento apontou que 33,33% das deliberações relatadas foram cumpridas, 58,33% estão em implementação e 8,33% não podem ser aplicadas no momento.

Entre as recomendações feitas pelo TCU está a de redirecionar, à Diretoria Executiva do DPF, todos os comandos referentes ao Sistema Afis ainda pendentes de implantação e, anteriormente, endereçados à Ditec/DPF, tendo em vista que esse sistema deve ser de responsabilidade da mais alta administração.

O Sistema Afis também foi solicitado para atender ao projeto de recadastramento biométrico de eleitores, por acordo celebrado entre a Justiça Eleitoral e o Ministério da Justiça, sendo que cabe ao Afis a garantia da unicidade dos eleitores recadastrados pela Justiça Eleitoral. Paralelamente, o Projeto de Registro de Identificação Civil (RIC), atualmente com planejamento indefinido, poderá utilizar a mesma base de dados, o que aumenta a importância do sistema Afis e das decisões a ele associadas.

A auditoria do TCU apontou urgência em se definir estrutura administrativa suficiente para atender a ampla demanda do Afis, considerando que há riscos na adoção do sistema nos dois projetos: tanto no processo de recadastramento eleitoral, em razão da grande capacidade que a demanda exigirá do banco de dados do sistema, quanto na utilização do banco de dados do Afis para o RIC, pois a indefinição da arquitetura do projeto pode acarretar grandes mudanças na estrutura atual. (Acórdão nº 2.166/Plenário, de 14.08.2013, TC nº 044.496/2012-5, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Sefit).

TCU determina regularização de obras de centros de recuperação no Pará

O Tribunal determinou à Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) e à Caixa Econômica Federal que adotem medidas para correção das irregularidades em aplicação de recursos para construção de presídios no Estado. Auditoria do TCU detectou mudanças do objeto dos contratos, decorrentes de alterações qualitativas, projetos básicos deficientes ou desatualizados, alteração injustificada dos quantitativos contratados, atrasos nas obras e serviços e fiscalização ou supervisão de obras deficientes ou omissas.

Os trabalhos de auditoria abrangeram as obras dos centros de recuperação nos municípios de Breves, São Félix do Xingu, Marabá e Santarém, destinados a abrigar detentos condenados aos regimes fechado ou semi-aberto. Os centros de Breves e São Félix, com previsão de 166 vagas, são destinados a detentos do sexo masculino. Os de Marabá e Santarém têm capacidade para 86 detentas. As obras fiscalizadas envolvem mais de R$ 12 milhões.

O TCU determinou à Susipe que adote medidas para regularizar a falta de comprovação da realização dos serviços aditados às obras dos centros de Breves, Marabá e Santarém e a contratação de obras com projetos deficientes. Os documentos não permitem aferir os quantitativos das planilhas orçamentárias e não possuem memórias de cálculos e o detalhamento do projeto de terraplanagem. A Susipe deverá tomar providências quanto ao atraso injustificado na obra do Centro de Recuperação de

São Félix do Xingu e comprovar regularidade e necessidade da proposta de aditamento do contrato de construção do mesmo presídio, em valor correspondente a 81,3% do inicialmente contratado. Deverá ainda formalizar a substituição do reservatório em concreto armado por reservatório metálico no centro de Breves e regularizar as deficiências na fiscalização das obras dos presídios, especialmente no que se refere ao controle tecnológico do concreto utilizado.

Ainda de acordo com a decisão do TCU, a Caixa deverá adotar providências com vistas ao saneamento das irregularidades identificadas na gestão dos recursos repassados ao Governo do Pará, manifestando-se em 90 dias sobre a pertinência das providências a cargo da Susipe. As obras continuarão sendo fiscalizadas pelo Tribunal. (Acórdão nº 1.766/Plenário, de 10.07.2013; TC 013.137/2012-3; Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-PA).

4.10.9. Poderes do Estado e Representação

TCU constata impropriedades em folha de pagamento do MRE

Auditoria do Tribunal identificou irregularidades nos pagamentos de pessoal do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores (MRE) em missão no exterior. Foram detectadas aplicação de fator de correção cambial (FCC) sem amparo jurídico, remuneração acima do teto constitucional e ausência de critérios sistemáticos para modificar os índices de correção cambial.

O FCC objetiva preservar o poder aquisitivo dos servidores em missão no exterior. No entanto, da forma como está sendo aplicado sobre a indenização de representação no exterior, o FCC não tem amparo em norma adequada, pois precisa ser regulamentado por decreto do Poder Executivo. O TCU determinou prazo de 120 dias para que o MRE interrompa os pagamentos indevidos.

A respeito das remunerações acima do teto, também foi estabelecido prazo para correção. No cálculo dos valores a serem pagos, de acordo com a Constituição, o MRE deverá computar parcelas referentes à retribuição básica, à gratificação no exterior por tempo de serviço e ao fator de correção cambial incidente sobre essas parcelas.

O Tribunal recomendou ainda que, quando houver regularização jurídica do FCC, o MRE estabeleça parâmetros para fixação ou revisão dos valores. Dentre eles, indicadores de taxas de câmbio e de custo de vida, considerando o nível de oscilações desses fatores. (Acórdão nº 2.054/Plenário, de 07.08.2013; TC nº 013.716/2012-3; Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: SecexPrevi)

Câmara deverá corrigir irregularidades em folha de pagamento

Auditoria do TCU na folha de pagamentos da Câmara dos Deputados identificou irregularidades que correspondem a 18% do valor total da folha, equivalente a R$ 517 milhões por ano. Entre as falhas estão: servidores com acumulação ilegal de cargos, casos de incompatibilidade de jornadas de trabalho e irregularidades na remuneração. Uma das situações refere-se à progressão remuneratória. A Câmara adotou para técnicos legislativos padrões reservados, por lei, a analistas. A medida foi adotada por meio de resolução, o que só poderia ser feito por lei específica.

Além desses casos, foram identificados casos de servidores que desempenham funções comissionadas e cumprem jornada inferior à obrigatória, mas tem remuneração integral. O TCU determinou medidas para a correção das irregularidades.

Para os casos de remuneração acima do limite constitucional, o Tribunal determinou à administração da Câmara que regularize os pagamentos, considerando a parcela da remuneração referente ao exercício de função comissionada ou cargo em comissão. Segundo o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, "não merecem acolhida as razões apresentadas pela administração da Câmara dos Deputados, não devendo ter continuidade a exclusão da retribuição pelo exercício de cargo ou função comissionada da base de cálculo do teto constitucional".

Outra impropriedade refere-se à incorporação da Gratificação de Atividade Legislativa (GAL) à remuneração do servidor pelo maior valor, pago aos que exercem função comissionada. O TCU determinou que o servidor receba apenas pelo valor do cargo que exerce e que a incorporação à remuneração de novos servidores seja interrompida, por ser incompatível com a legislação. A GAL foi criada para retribuir serviços prestados durante as sessões conjuntas do Congresso Nacional e extraordinárias da Câmara dos Deputados, realizadas fora do horário normal do expediente.

O volume total fiscalizado foi de R$ 2,7 bilhões. (Acórdão nº 2.142/Plenário, de 22.08.2013; TC nº 010.109/2010-4; Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Sefip)

TCU põe fim a salários acima do teto no Senado

O Senado Federal realizou pagamentos a servidores em desconformidade com a legislação. Segundo auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), a folha de pagamentos do órgão registra, entre 2009 e 2010, irregularidades que envolvem 464 remunerações acima do teto constitucional. As apurações foram feitas com base no valor do teto e na estrutura remuneratória vigentes no período das irregularidades. As quantias recebidas irregularmente nos últimos cinco anos chegam a R$ 300 milhões e deverão ser devolvidas.

Além de pagamentos acima do teto, o TCU identificou horas extras indevidas, acúmulo irregular de cargos públicos, cumprimento de jornada de trabalho inferior ao estabelecido por lei e aumentos ilegais. Há ainda casos de servidores do Senado que recebiam gratificações a que não tinham direito.

Somadas, as irregularidades encontradas equivalem a R$ 157,8 milhões ao ano, valor que se refere a 10% da folha. A regularização dos casos em desacordo com a lei deverá ser feita em 30 dias a contar do recebimento da notificação.

As medidas determinadas pelo TCU para correção das ilegalidades devem permitir redução de gastos, com o fim de pagamentos de benefícios e de gratificações descabidas. O volume fiscalizado foi de R$ 1,5 bilhão, montante anual da folha de pagamento do Senado Federal, à época da auditoria. (Acórdão nº 2.602/Plenário, de 25.09.2013; TC nº 019.100/2009-4; Relator: Ministro Walton Alencar; Unidade Técnica: Sefip).

4.10.10. Trabalho, Previdência e Assistência Social

Fiscalização das ações do Ministério do Trabalho e Emprego

Em consonância com as ações de outros órgãos de controle, recentemente divulgadas pela imprensa, o TCU tem atuado ativamente na fiscalização das ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que foram objeto de apurações recentes da Polícia Federal, especialmente no que diz respeito ao programa Projovem Trabalhador e aos ajustes firmados entre o MTE e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Quanto ao primeiro caso, em maio de 2011, foi autuada representação pelo Ministério Público junto ao Tribunal ante as notícias veiculadas à época, dando conta de supostas irregularidades na aplicação de recursos federais repassados por diferentes órgãos ao Instituto Mundial de Desenvolvimento e Cidadania (IMDC), na execução do Projovem Trabalhador em Minas Gerais.

Esse processo de representação deu origem a auditoria que teve por objetivo verificar a aplicação dos recursos transferidos pelo MTE a entidades sediadas no Estado de Minas Gerais, bem como avaliar os procedimentos adotados pelo Órgão concedente para a liberação de recursos, com montante fiscalizado de mais de R$ 30,5 milhões.

O trabalho verificou que o Governo de Minas Gerais, por meio do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), uma autarquia estadual, repassou integralmente a execução do Projovem Trabalhador ao IMDC.

Além das irregularidades que resultaram em propostas de audiências e citações, analisadas pelo TCU em processo de tomada de contas especial, constatou-se, também, a insuficiência da documentação apresentada para comprovação da execução financeira do Projovem Trabalhador pelo IMDC, com indícios de fraude nos documentos que respaldaram a movimentação dos recursos.

Essa última constatação, ainda em 2012, gerou a remessa da deliberação proferida pelo TCU [Acórdão 2.175/2012-Plenário] ao Departamento de Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, acompanhada do respectivo relatório e voto, para as providências pertinentes. Os dados enviados à

Polícia Federal e ao Ministério Público auxiliaram no fornecimento de informações para as investigações procedidas por esses órgãos, que foram recentemente divulgadas pela imprensa.

Outro processo em que houve atuação do TCU refere-se a convênio firmado entre o MTE e a Universidade Federal de Juiz de Fora, para qualificar profissionais para atuarem na Copa do Mundo, no qual o Ministério chegou a repassar cerca de R$ 22 milhões à Instituição. Em 2012, após constatar a publicação de ajuste do convênio no DOU, e tendo identificado indícios de irregularidades na celebração, o TCU autuou processo para verificar os termos do ajuste com a UFJF, que envolve R$ 45,3 milhões.

Nesse processo, o Tribunal propôs oitiva prévia da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego (SPPE/MTE) para que apresentasse explicações a respeito da ausência de estudos que definissem a demanda para qualificação de trabalhadores, carga horária dos cursos definida sem estudos técnicos e custos do ajuste não baseados em pesquisas de mercado. Verificou-se, ainda, a falta de documentos específicos que atestassem a capacidade da UFJF de atender o objeto do ajuste, tendo em vista a clara intenção em transferir a sua execução para entidades privadas.

O TCU, ainda no âmbito da oitiva, alertou a SPPE e a UFJF quanto à possibilidade de o Tribunal vir a suspender a execução do termo de cooperação, caso não fossem apresentadas manifestações ou estas não fossem acolhidas.

Diante das indagações do TCU, a SPPE rescindiu o ajuste em abril de 2013 e a UFJF devolveu aos cofres do MTE R$ 22,6 milhões. Do mesmo modo, devido à rescisão, deixou-se de descentralizar à UFJF outros R$ 22,7 milhões. (Acórdão nº 2.175/Plenário, de 2012, TC nº 031.247/2011-3, Relator: Ministro Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecexPrevidência)

Tribunal verifica legalidade de concessões do seguro-desemprego

Auditoria do TCU na base de dados do Sistema Seguro-Desemprego constatou fragilidades que ocasionam concessões indevidas de parcelas do referido auxílio a trabalhadores formais. Essa categoria absorve 95% dos pagamentos do seguro-desemprego.

Entre as situações em desacordo com a legislação, há pagamento de parcelas a beneficiário reempregado, acumulação de parcelas do seguro com benefícios da Previdência e com remuneração paga pela administração pública. Segundo análise feita pelo Tribunal, os casos demonstram "lacuna" no cruzamento de dados e ocorrem ainda por falhas e atrasos na alimentação dos cadastros de empregados e desempregados (Caged) e de informações sociais (CNIS).

Em relação à segurança do sistema de informação, a auditoria aponta falta de gerenciamento de risco capaz de alertar os gestores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre possíveis falhas e fraudes. O MTE é também responsável pela fiscalização do Programa de Seguro-Desemprego.

O TCU determinou que o Ministério apure e providencie a devolução das parcelas pagas indevidamente e também recomendou ao Órgão para que estude alterações na forma de checagem dos dados e na alimentação dos sistemas e cadastros usados como base para concessão do seguro.

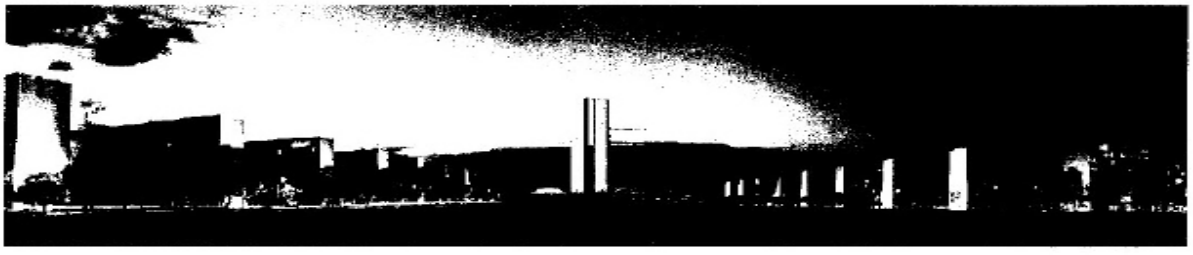
O pagamento de seguro-desemprego é uma das ações do Programa de Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Além dos trabalhadores formais, o seguro é pago a pescadores artesanais, empregados domésticos, trabalhadores resgatados e por meio de bolsa para qualificação profissional. (Acórdão nº 2.089/Plenário, de 07.08.2013; TC nº 012.829/2012-9; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecexPrevi).

5. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle.

Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição de foco de atuação, ao fortalecimento do controle externo e ao incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem ser exemplo para utilização em toda a Administração Pública.



5.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as comissões técnicas ou de inquérito podem solicitar ao TCU a realização de auditorias e o fornecimento de informações sobre fiscalizações efetuadas.

Essas demandas são atendidas por meio da instauração de processos denominados Solicitação do Congresso Nacional (SCN). Durante o 3º trimestre de 2013, foram autuados, no Tribunal, 36 processos dessa natureza e atendidas 15 solicitações. Ao final do período, estavam em tramitação 103 processos do tipo SCN.

• Processos de SCN autuados	36
• Processos de SCN atendidos	15
• Processos de SCN em tramitação no Tribunal	103

5.2. Audiências no Congresso Nacional

Entre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem como tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, à ampliação da oferta de produtos e à apresentação de trabalhos relevantes do Tribunal ao Parlamento.

Desse modo, a participação do Tribunal em reuniões de Comissões e em audiência pública se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional. Estão relacionadas a seguir as participações do Tribunal nesses eventos no 3º trimestre de 2013.

5.2.1. Câmara dos Deputados

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle,

Comissão de Educação; e Comissão de Ciência e Tecnologia, e

Comissão de Comunicação e Informática

Representante do TCU, da área de fiscalização de Educação, participou no dia 03.07, de audiência pública conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Comissão de Educação e Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para debater a edição, pela Controladoria-Geral da União (CGU), da coletânea de entendimentos sobre a gestão de recursos das instituições federais de ensino superior (Ifes) e dos institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Ifets).

O documento elaborado em fevereiro deste ano pela CGU e pelo Ministério da Educação (MEC) contém 122 perguntas e respostas formuladas e respondidas por auditores da controladoria sobre a gestão das instituições para tirar dúvidas dos gestores, evitar recursos das instituições federais de ensino superior e de pesquisa.

O representante do Tribunal ressaltou que a coletânea é uma iniciativa que contribui para o aprimoramento da gestão acadêmica e reduz os riscos de cometimento de irregularidades pelos gestores das Ifes e dos Ifets. O texto tem o objetivo de padronizar a gestão de compras, contratos e prestação de serviços dentro das universidades e institutos de pesquisa, e é destinado a instituições de ensino superior.

Comissão Mista de Orçamento

Representante do TCU, da área de fiscalização da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social participou de audiência pública realizada pela Comissão Mista de Orçamento na Câmara dos Deputados, na qual se discutiu o funcionamento do Sistema S.

O representante do Tribunal esclareceu a relação do Sistema S com o TCU e resaltou que os Serviços Sociais Autônomos são entidades paraestatais, sem finalidade lucrativa, criadas por lei, que desempenham tarefas consideradas de relevante interesse. Para tanto, recebem a oficialização do Poder Público, que lhes fornece a autorização legal para que arrecadem de forma compulsória recursos de parcela da sociedade e deles se utilizem para a manutenção de suas atividades: as denominadas contribuições parafiscais.

Dessa forma, o Sistema S, por gerir recursos públicos provenientes dessas contribuições parafiscais, está sob a jurisdição do TCU, nos termos do art. 70, da CF da Constituição Federal.

Também foi abordada a necessidade de aperfeiçoamento da legislação, com vistas a garantir maior transparência e controle desses recursos públicos que no ano de 2012 totalizaram, aproximadamente, R$ 15 bilhões. Ressaltou ainda que nos últimos três anos foram realizadas 11 auditorias que verificaram, entre outras coisas, balanços patrimoniais, disponibilidades financeiras, receitas e despesas, transferências de recursos às federações e confederações, folhas de pagamento de pessoal e a legalidade na aquisição de serviços, em especial, nas áreas de comunicação, marketing e publicidade.

Comissão de Finanças e Tributação

No dia 16.07, representantes do TCU participaram de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O assunto em discussão foi o PLP 238/2013, que propõe alterações no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que trata da concessão de benefícios tributários dos quais decorram renúncias de receitas, bem como dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, estados e municípios.

Segundo os representantes do Tribunal, a flexibilização do art. 14 da LRF na forma prevista pelo PLP 238/2013, que possibilita a compensação de renúncias de receitas por meio de ajustes na programação orçamentária e financeira e por meio do excesso de arrecadação, pode acarretar uma ampliação descomedida da utilização desses mecanismos, afetando o caráter excepcional dos benefícios tributários e prejudicando o papel do orçamento público como instrumento de planejamento, execução e controle das ações governamentais. Ademais, as alterações podem colocar em risco o alcance das metas fiscais. Assim, foi destacado que alterações no dispositivo devem ser cuidadosamente analisadas, para que não sejam comprometidos o controle e a transparência desses instrumentos.

A respeito do segundo tema, o TCU apresentou dados obtidos em levantamento realizado com o objetivo de identificar as ações do Poder Executivo para acompanhamento dos haveres da União com os entes da federação. Foram destacados alguns riscos decorrentes de uma eventual alteração dos critérios de indexação aplicáveis aos contratos de refinanciamento de dívida celebrados entre União, estados e municípios ao amparo da Lei 9.496/1997 e da MP 2.185/2001.

Comissão de Tributação e Finanças

No início do mês de outubro, representante do TCU participou de audiência pública promovida pela Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados para discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 177/12 de autoria do Deputado Esperidião Amin. O PLP estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de parcerias e convênios entre órgãos públicos e organizações não governamentais (ONGs).

O representante do Tribunal na audiência destacou a visão do TCU em relação a determinados pontos da matéria. Mostrou-se favorável à criação de critérios de avaliação e monitoramento para que as ONGs recebam recursos públicos, à criação de indicadores para essas entidades e responsabilidade pessoal e solidária para o gestor da organização.

Comissão de Viação e Transportes (CVT)

No dia 10.07, representante do TCU, da área de fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes, participou de audiência pública realizada pela Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados. O encontro discutiu as obras de infraestrutura do setor aéreo e as concessões dos aeroportos de Confins em Minas Gerais e Galeão no Rio de Janeiro.

O participante do Tribunal ressaltou que o TCU realiza controle concomitante das etapas-chave do processo licitatório das concessões de infraestrutura, o que permite trazer maior segurança para o processo e corrigir falhas antes da publicação do edital, da licitação e da assinatura do contrato. Ele também apresentou acompanhamento feito pelo Tribunal em outros processos de concessões aeroportuárias, destacando os principais achados e deliberações do TCU resultantes do acompanhamento das outorgas dos aeroportos de São Gonçalo do Amarante, Guarulhos, Brasília e Viracopos.

O representante do TCU ressaltou, ainda, que as concessões aeroportuárias são processos novos no Brasil e que exigem uma robusta estrutura de governança e atenção especial dos órgãos de controle.

Comissão de Minas e Energia

Representante do TCU, da área de fiscalização de desestatização e regulação de Energia e Comunicações, participou, no dia 10.07, de audiência pública na Comissão de Minas e Energia para discutir a transferência dos ativos de iluminação pública aos municípios, e a repercussão sobre o valor da contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP).

Atualmente, na maior parte dos estados brasileiros, os municípios assumiram a responsabilidade pela prestação do serviço de iluminação. Porém, em sete estados (Roraima, Amapá, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e parte do Paraná), o serviço ainda está a cargo das distribuidoras.

A Comissão de Minas e Energia ressaltou que enviará pedido à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para que o Órgão defina, de forma clara, as regras para a transferência de ativos da iluminação pública das distribuidoras de energia para os municípios. A transferência, aprovada pela Agência, passará a valer em fevereiro de 2014.

Comissão de Minas e Energia

Representante do TCU, da área de fiscalização de desestatização e regulação de Energia e Comunicações, participou de reunião, na Câmara dos Deputados, com Deputado César Halum.

Na ocasião foram apresentados ao Deputado os trabalhos realizados pelo TCU no setor de telecomunicações, bem como esclarecimentos referentes à atuação do Tribunal no exercício do controle externo das agências reguladoras. Também foram destacadas auditorias realizadas, como a avaliação da governança regulatória (2261/2011-TCU-Plenário) e avaliação da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no acompanhamento da qualidade da prestação dos serviços de telefonia (Acórdão 2109/2006-Plenário). O Deputado César Halum é autor da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 95/2002.

5.2.2. Senado Federal

Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do Senado

No dia 17.09, o Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, recebeu a Senadora Kátia Abreu, relatora da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do Senado. O objetivo da visita foi tratar de aspectos necessários ao aprimoramento da Lei 8.666/1993.

Em 2013, a Lei completou 20 anos e, segundo o Presidente do Tribunal, está desatualizada: "Se voltarmos a 1993, quando a Lei foi criada, praticamente não existia tecnologia da informação", ressaltou o Presidente.

5.3. Acordos de Cooperação e Parceiras



Com a constante evolução tecnológica e a modernização da administração pública, mostrou-se relevante a busca de novas formas de cooperação que aprimorem o desempenho corporativo do TCU no cumprimento de sua missão institucional. Nesse intuito, o Tribunal seguidamente tem celebrado acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicas, nacionais e internacionais, bem como com entidades civis.

De modo geral, a cooperação técnica tem se mostrado saudável na medida em que propicia o intercâmbio de conhecimentos e de experiências e, de parte a parte, contribui para a capacidade de resposta das entidades envolvidas. A celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal são regulamentados pela Resolução TCU nº 211/2008.

No 3º trimestre de 2013, o TCU firmou Acordos de Cooperação Técnica com as seguintes instituições:

- **Junta Comercial da Paraíba**, período de vigência 22/07/13 a 21/07/14
- **Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia (CREA/ Paraíba)**, período de vigência 24/07/13 a 23/07/14
- **Senado Federal**, período de vigência 12/07/13 a 11/07/14
- **Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo** (Partícipes: Tribunais de Contas dos Estados do Ceará; Mato Grosso do Sul; Alagoas; Sergipe; Roraima; Goiás; Pará; Minas Gerais; Rondônia; Pará; Ceará; Maranhão; Goiás; Amapá; Tocantins; Paraná; São Paulo; Pernambuco; Bahia; Rio de Janeiro; Paraíba; Espírito Santo; Acre; Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Rio Grande do Norte; Amazonas; Mato Grosso; e Piauí; Tribunal de Contas do Distrito Federal; Associação dos Membros dos Tribunais de Contas; Instituto Rui Barbosa; Tribunal de Contas do Município - Rio de Janeiro; Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia; Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Período de vigência 05/08/13 a 04/08/15.
- **Escola Superior do Ministério Público da União**, período de vigência 16/08/13 a 15/08/15
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**, período de vigência 23/07/13 a 22/07/15
- **Confederação Nacional de Municípios**, período de vigência 31/07/13 a 30/07/15
- **Banco Central do Brasil**, período de vigência 05/07/13 a 04/07/15
- **Tribunal de Contas dos Municípios - Bahia**, período de vigência 22/08/13 a 21/08/15
- **Secretaria de Estado da Receita – Paraíba**, período de vigência 22/08/13 a 21/08/18
- **Tribunal de Contas do Estado – Bahia**, período de vigência 05/09/13 a 04/09/15
- **Fundação Alexandre de Gusmão**, período de vigência 20/08/13 a 19/08/15
- **Supremo Tribunal Federal (STF)**, período de vigência 01/08/13 a 13/08/15
- **Tribunal Regional Eleitoral - Rio de Janeiro**, período de vigência 25/09/13 a 24/09/15
- **Tribunal de Contas do Município - Rio de Janeiro**, e **Tribunal de Contas do Estado - Rio de Janeiro**, período de vigência 25/09/13 a 24/09/18.

O Tribunal, com o propósito de interagir com as unidades jurisdicionadas, entendendo-as como parceiras na missão de assegurar o bom uso dos recursos públicos em benefício da sociedade,

bem como visando atuar preventivamente no exercício do Controle Externo, promove encontros, palestras e seminários de caráter formativo e informativo. Tais eventos, entre os quais se inclui o **Diálogo Público**, são realizados por meio das unidades técnicas do TCU e com a participação de autoridades e dirigentes da Casa.

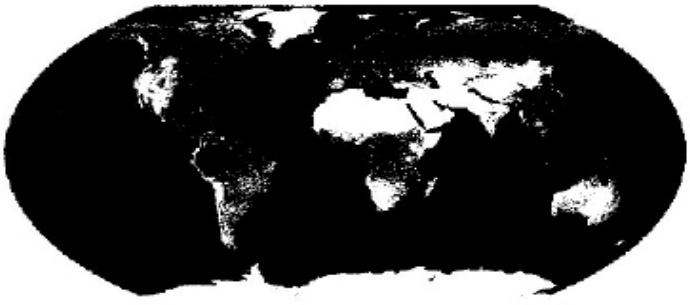
Para a realização dos eventos que integram o Diálogo Público, o Tribunal convida gestores públicos das esferas estadual, federal e municipal e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes de órgãos e entidades da Administração Pública, fundações públicas e privadas para discutirem temas voltados para a gestão do dinheiro público, aspectos operacionais e o exercício do controle. O TCU, sem abrir mão de apurar a legalidade dos atos da Administração, busca atuar de forma mais pedagógica para auxiliar gestores a adotar medidas que evitem, desde a origem, irregularidades que se repetem ano após ano, como sobrepreço, superfaturamento, licitação irregular, falta de projetos básico ou executivo, e inadequados estudos ambientais.

Em 2013, o TCU deu novo impulso aos eventos de Diálogo Público. Neste ano, as realizações que integram essa iniciativa têm como tema principal ***A melhoria da governança pública***. Estão relacionados a seguir os principais eventos realizados pelo Tribunal no âmbito do Diálogo Público no 3º trimestre.

- **Resultados da Auditoria na coleta e tratamento de preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi)**, c
- **Diálogo Público: para a Melhoria da Governança Pública**, realizado em **Salvador**, Bahia, no dia 06.08;
- **Diálogo Público: para a Melhoria da Governança Pública**, realizado em **Recife**, Pernambuco, no dia 02.09; e
- **Diálogo Público: para a Melhoria da Governança Pública** , realizado no **Rio de Janeiro**, Rio de janeiro, no dia 17.09.

Além desses eventos, o TCU também recebeu no decorrer do trimestre, diversas autoridades da Administração Pública, com o objetivo de tratar de temas diversos, relacionados ao exercício do controle.

5.4. Atuação Internacional



No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a Organização das Entidades

Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Desse modo, o TCU mantém relações de cooperação com Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de vários países. A cooperação vai desde o mero atendimento a pesquisas e outras trocas de informações até a organização de atividades de treinamento e intercâmbio técnico.

Não obstante encontrarem-se em vigor vários acordos bilaterais celebrados entre o Tribunal e outras EFS, maior ênfase tem sido dada à cooperação técnica que se desenvolve no contexto de acordos multilaterais de cooperação.

No início de 2013, o Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, assumiu a **Presidência da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs)**. Formada por mais de 30 países, a Olacefs tem por objetivo aperfeiçoar a atividade de fiscalização nos países membros. Essa é a primeira vez que o Brasil assume a Presidência da Organização. O Ministro Nardes foi eleito durante a XXII Assembleia Geral da Olacefs, realizada na cidade de Gramado/RS, em novembro de 2012. A cerimônia de posse aconteceu no dia 29 de janeiro.

No 3º trimestre de 2013, o TCU esteve representado nos seguintes eventos relacionados a esses organismos.

- **Reunião Olacefs-Carosai**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, em 04 de julho, em Tegucigalpa, Honduras

- **LV Reunião do Conselho Diretivo da Olacefs**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, em 05 de julho, em Tegucigalpa, Honduras

- **Fórum regional sobre empresas e direitos humanos**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, no período de 28 a 30 de agosto , em Medellín, Colômbia

- **Conferência CRECER**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, no período de 31 de julho a 2 de agosto, em Catagena, Colombia.

- **Reunião da Presidência e Secretaria Executiva da Olacefs**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, em 17 de julho, em Santiago, Chile

- **Congresso Internacional "A corrupção: flagelo mundial".**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, no período de 28 a 30 de agosto, em Bogotá, Colômbia

- **47ª Reunião do Conselho Diretivo da Afrosai e Reunião Olacefs-Afrosai**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes e o Ministro Walton Alencar, nos dias 12 e 13 de setembro, em Rabat, Marrocos

- **LVI Reunião do Conselho Diretivo da Olacefs e Reunião do Comitê de Execução do Programa Olacefs/GIZ**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes e o Ministro Walton Alencar, nos dias 14 e 15 de setembro, em Rabat, Marrocos

- **Seminário sobre gênero e desenvolvimento sustentável na América Latina**

Participação da Ministra Ana Arraes, nos dias 1º e 2 de julho, em San José, na Costa Rica

- **Seminário "O papel das EFS no marco de políticas públicas, transparência e prestação de contas e participação cidadã".**

Participação do Ministro – Substituto Augusto Sherman, nos dias 10 a 12 de julho, em Assunção, Paraguai

- **Seminário "Combate à corrupção: balanço para uma proposta"**

Participação do Ministro – Substituto Marcos Bemquerer, no dia 2 de setembro, na Cidade do México, México

- **11ª Reunião do Subcomitê de Auditoria de Conformidade da Intosai**

Participação do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, nos dias 18 e 19 de setembro.

- **Visita à EFS e órgãos governamentais da Coréia do Sul !**

Participação do Ministro José Múcio, nos dias 2 a 6 de setembro

Participação do TCU em Auditorias Coordenadas

- **Grupo de Trabalho de Auditoria de Obras Públicas**

Durante a LV Reunião do Conselho Diretivo da Olacefs , foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho de Auditoria de Obras Públicas.

Unidades Envolvidas: integram a equipe de auditoria participantes do TCU e das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) do Panamá, Costa Rica, Paraguai, Republica Dominicana, Venezuela. A auditoria coordenada de obras públicas será liderada por esse grupo e deverá ocorrer no próximo ano.

Objetivo: entre os objetivos específicos do grupo está a capacitação de auditores em auditorias de obras públicas, bem como a identificação de temas e desafios comuns às EFS da região.O Tribunal de Contas da União, com o apoio do Comitê de Capacitação Regional da Olacefs, oferecerá dois cursos de capacitação, na modalidade à distância, a, aproximadamente, 60 auditores, de várias entidades membros da Olacefs.

- **Auditoria coordenada na área de exploração e produção e petróleo e gás natural**

Durante a LV Reunião do Conselho Diretivo da Olacefs , foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho de Auditoria de Obras Públicas.

Unidades Envolvidas: integram a equipe de auditoria participantes do TCU, Colômbia e Peru.

Objetivo: O tema da auditoria é a integridade, fidedignidade e transparência dos processos de medição da produção de petróleo e gás e o cálculo e pagamento de participações governamentais correspondentes.

Após a realização do Seminário Internacional de Auditoria Coordenada em Petróleo e Gás, em maio de 2013, e após o nivelamento conceitual entre as equipes, teve início a fase de execução da auditoria. Foram realizados trabalhos de campo durante o 3º trimestre de 2013. Em reunião presencial, foram discutidas com as equipes as principais conclusões da auditoria realizada, a suficiência das evidências coletadas, a adequação das análises procedidas e a pertinência das propostas de encaminhamento;

As equipes dos três países também iniciaram a elaboração dos relatórios das respectivas auditorias. Após a conclusão dessa fase, proceder-se-á à elaboração de um relatório final consolidando os principais achados e análises feitas. O objetivo da elaboração desse documento é fornecer um panorama da situação de desenvolvimento do tema na região da América-Latina, propiciando uma análise mais adequada da necessidade de políticas públicas para a área.

- **Auditoria coordenada em recursos hídricos**

Unidades Envolvidas: Sob a coordenação da EFS da Argentina, integra o atual plano de trabalho da Comissão de Meio Ambiente da Olacefs (COMTEMA). Treze EFS confirmaram interesse nessa auditoria – EFS da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela.

Objetivo: examinar a gestão dos organismos governamentais responsáveis pela implementação das políticas hídricas em nível nacional. Isso porque, devido à importância da água para o processo de desenvolvimento, seus impactos na saúde pública e na qualidade dos ecossistemas, o governo tem responsabilidade de garantir a provisão de serviços básicos e o equilíbrio entre os diversos usos, de acordo com o interesse público.

Com a realização dessa auditoria coordenada, espera-se que as EFS tenham, ao final do trabalho, um retrato completo da gestão de recursos hídricos em seus países, podendo definir um plano futuro de auditorias no setor. O relatório conjunto final, consolidando as análises nacionais, será também um importante documento para mostrar a situação dos recursos hídricos na América Latina. Vale lembrar que esse tema compõe uma das metas constantes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

- **Auditoria coordenada em áreas protegidas:**

Objetivo: avaliar a gestão de áreas protegidas em diferentes biomas dos países da Olacefs, avaliando se estão presentes as condições normativas, institucionais e operacionais para que elas atinjam os seus objetivos e identificando boas práticas para contribuir para o aperfeiçoamento da gestão.

O produto final do trabalho consistirá em relatório consolidado contendo análise baseada em indicadores e mapas. Será um documento que apresenta uma visão objetiva e independente do tema, abrangendo diferentes atores e jurisdições e permitindo que as áreas protegidas sejam vistas como um amplo sistema que vai além de fronteiras nacionais e apresenta uma dimensão inter-regional.

5.5. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU. No período de 2004 a 2013, o Tribunal recebeu aproximadamente 40 mil manifestações. A seleção dessas manifestações é feita pela Ouvidoria, que as encaminha para as unidades técnicas competentes.

O Tribunal lançou em 2011 novo sistema de ouvidoria, o Sisouv Web, que tem como objetivo aprimorar o tratamento das manifestações e facilitar o acesso do cidadão. A atual versão do sistema agrega novas funcionalidades, entre elas:

- possibilidade de o cidadão disponibilizar mais de uma forma de contato;
- capacidade de recepção de até 4 arquivos de áudio, vídeo, imagens ou documentos com tamanho de até 5MB cada;
- redução da quantidade de intervenções manuais da Ouvidoria no processo de análise;
- eliminação de outros sistemas necessários para o tratamento de manifestações.

O acesso ao Sisouv se dá pelo Portal TCU, no endereço http://www.tcu.gov.br/sisouv_web ou pela central de atendimento 0800-644 1500, opção 1, em que um dos atendentes cadastrará a manifestação no sistema. A Ouvidoria também pode ser acessada via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

No 3º trimestre de 2013, foram registrados 1.385chamados, sendo 37,18%(515) de solicitação de informação, esclarecimento, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral e 36,75% (509) referentes a indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais. Em decorrência das irregularidades ou ilegalidades notificadas, as unidades técnicas do TCU podem autuar processos de denúncia e representação, que serão objeto de investigação por parte do Tribunal.

O quadro a seguir detalha os chamados registrados pela Ouvidoria do Tribunal no 1º trimestre de 2013 e no mesmo período do exercício de 2012.

Manifestações atendidas pela Ouvidoria

Tipo de Manifestação	3º trimestre 2012	3º trimestre 2013
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos	447	509
Pedido de acesso à informação	---	515
Outros*	994	361
Total	1.441	1.385

Reclamação, crítica, elogio e sugestão e orientação de caráter geral.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

5.6. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

Portal TCU	• http://www.tcu.gov.br
Página Contas Públicas	• Lei nº 9.755/98 – http://www.contaspublicas.gov.br
Portal da Rede de Controle da Gestão Pública	• http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole
	• Encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios trimestral e anual das atividades do TCU - disponíveis no Portal TCU
	• Revista do TCU, Auditorias do TCU e Informativo TCU
	• Notícias do TCU veiculadas às segundas, quartas e sextas-feiras
	• http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014
Portal de Acesso à Informação	•http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/transparencia
Repórter TCU	•Boletim de rádio semanal sobre a atuação do TCU

Neste trimestre, teve destaque o lançamento do "Repórter TCU", uma iniciativa do Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, considerando a estimativa de que cerca de 37 milhões de pessoas ouvem rádio com frequência no Brasil. Trata-se de um boletim de rádio semanal sobre a atuação do TCU que é distribuído para as rádios brasileiras. O "Repórter TCU" é um boletim, de dois minutos de duração, que se propõe a informar em linguagem direta e objetiva as decisões do Tribunal, de modo a aproximar o TCU do cidadão.

Por meio do Portal de Acesso à Informação, o cidadão conta, ainda, com a possibilidade de acesso a informações públicas disponibilizadas pelo TCU, em cumprimento à Lei 12.527, de 2011. Essa lei, denominada "Lei de Acesso à Informação", garante ao cidadão brasileiro o acesso às informações públicas sob guarda do Estado, conforme previsto na Constituição Federal. A Lei torna possível uma maior participação popular e facilita o controle social das ações governamentais. No TCU, a lei foi regulamentada pela Resolução 249/2012.

Na página de acesso à informação do TCU, estão disponíveis informações sobre as contas do TCU, licitações e contratos, concursos, relatórios e outros temas de interesse da sociedade. Caso uma informação não seja localizada, basta clicar no ícone "Pedido de Acesso à Informação", para ser direcionado a um sistema específico que permite ao cidadão solicitar ao TCU uma informação.

No 3º trimestre de 2013, no tocante a publicações, o TCU lançou os seguintes títulos:

- Revista do TCU 127. Periódico quadrimestral destinado à divulgação dos trabalhos do Tribunal, além de trabalhos sobre assuntos de interesse do controle externo e da Administração Pública em geral. A revista é distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos; e está disponível no Portal do TCU na internet (http://www.tcu.gov.br).

- Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2012. O Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República apresenta ao País o diagnóstico do TCU sobre aspectos relevantes do desempenho e da conformidade da gestão pública federal no ano anterior. É o mais abrangente e importante produto do controle externo e constitui etapa fundamental no processo democrático de prestação de contas governamental, pois subsidia o Congresso Nacional e a sociedade com elementos técnicos e informações essenciais para compreensão e avaliação do Executivo na condução dos negócios do Estado.

• Convênios e Outros Repasses - 4ª edição. Trata-se de nova edição da publicação lançada em 2003, mas que mantém a proposta de colaborar no aperfeiçoamento da Administração Pública proporcionando orientações e informações sobre convênios e outras formas de repasse de recursos. Esta edição traz as inovações decorrentes do advento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), com atualizações referentes às normas e aos procedimentos trazidos Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507, de 2011.

• Sumários Executivos - Levantamento da Governança de Tecnologia da Informação (2012). A publicação faz parte de processo de trabalho estabelecido pelo TCU, que prevê a realização de levantamento para acompanhar a situação de governança de TI a cada dois anos. Em decorrência do aprendizado e do amadurecimento, este levantamento teve ajustes em relação a alguns conceitos de governança e de gestão de TI. Seguindo o modelo Cobit 5, deixou-se mais clara a distinção entre governança e gestão de TI. Além disso, foi incluída a dimensão resultados, subdividida em três grupos de questões: resultados da gestão; resultados da governança para os cidadãos e resultados da governança para a sociedade.

• Mercado Interno de Etanol. Apresenta o relatório de levantamento de auditoria que teve por objetivo fornecer aos diversos setores governamentais e à própria Sociedade, uma visão panorâmica e consistente sobre as políticas públicas dirigidas ao mercado do etanol no Brasil, bem como sobre a respectiva regulação governamental.

• O TCU e as Olimpíadas de 2016. A publicação tem como objetivo informar, de modo resumido, as ações adotadas pelo TCU para acompanhar os processos concernentes à preparação e à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, bem como os resultados das fiscalizações realizadas pelo Tribunal em alinhamento com o Plano Estratégico do TCU, cujo foco reside na coibição de fraudes e desvios de recursos públicos como na indução da efetividade dos serviços prestados pela Administração Pública.

• Catálogo de Ações Educacionais ISC 2013/2014. O TCU tem investido significativamente no desenvolvimento do corpo técnico e na aprendizagem organizacional, com o objetivo de adquirir, desenvolver e alinhar competências profissionais e organizacionais. Além disso, o TCU tem buscado apoiar a capacitação de servidores de outros órgãos públicos, com o objetivo de atender às exigências da sociedade brasileira por excelência na gestão pública.

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), como unidade estratégica responsável pela educação corporativa do Tribunal, desenvolve as soluções necessárias ao alcance desses objetivos e neste catálogo apresenta as ações educacionais desenvolvidas.

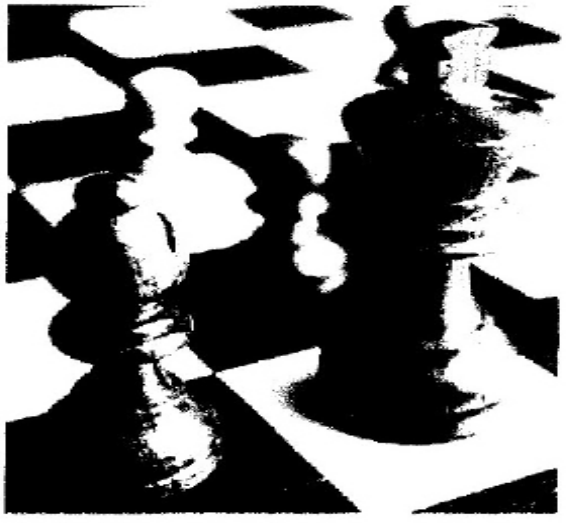
• Revista Olacefs 13. Periódico semestral que objetiva divulgar matérias jornalísticas e artigos técnicos com temática relativa às Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) que compõem a Organização, ao controle externo, à investigação científica especializada, à transparência na Administração Pública e ao combate à corrupção.

• Boletim Olacefs 4. Periódico bimensal digital publicado no Portal Olacefs (www.olacefs.org), instituído como meio de comunicação e divulgação das atividades gerais, reuniões de trabalho da Organização e ações resultantes da sua atuação.

6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

6.1. Estratégias e Planos

O instrumento do planejamento, no âmbito do TCU, possui duas vertentes básicas: procura alinhar estratégias, processos e pessoas aos objetivos institucionais, por meio de metas anuais a serem alcançadas; atua, também, como indutor da melhoria da gestão, na medida em que identifica problemas e respectivas causas e estabelece ações corretivas.



É grande o desafio em que se constitui o exercício do efetivo controle externo sobre a Administração Pública, que rapidamente se moderniza e opera em ambiente de complexidade crescente e de mudanças aceleradas. Tornam-se imperativas a rápida identificação e a adoção de novos instrumentos, mecanismos e processos, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade do controle exercido.

Nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a estabelecer prioridades e melhor atender as expectativas e demandas da sociedade e do Congresso

Nacional. O estabelecimento de metas desafiadoras de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais, tem contribuído para melhoria dos resultados, aperfeiçoamento da gestão de recursos e desenvolvimento progressivo da organização.

As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o 3º semestre de 2013 foram distribuídas ao longo do período, para fins de acompanhamento e avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance das metas pactuadas para o período alcançou o valor de 117,79%.

Indicadores	Peso %	Meta	Resultado	% Ajustado*	% Final
Atos de pessoal apreciados conclusivamente	14,29%	60.000	77.077	125%	17,86%
Índice de redução do estoque de processos de controle externo autuados até 2010	28,57%	55%	52,46	95,39%	27,25%
Processos de controle externo apreciados conclusivamente	57,14%	4.000	4.511	112,78%	64,44%
				Resultado do TCU no 3º Semestre.	109,55%

* O resultado do alcance das metas é limitado a 125%

Cabe ressaltar que uma parcela da remuneração dos servidores da instituição está atrelada ao alcance de resultados institucionais. Essa prática tem contribuído para melhorar os resultados da atuação do controle, assim como para a articulação e a interação de prioridades, iniciativas e unidades do Tribunal. Em todas as etapas, são fundamentais a participação ativa e o compromisso de todo o corpo técnico e deliberativo com os destinos traçados para o TCU.

7.1.1 Plano Estratégico

O TCU é um dos poucos órgãos da República com dupla preocupação em relação ao Planejamento da Administração Pública: na sua atuação administrativa, tem o dever de otimizar seus processos e servir de exemplo a todos os gestores; enquanto em sua atuação na área fim, o controle externo, precisa contribuir para o aperfeiçoamento de todos os demais órgãos e entidades.

Um Plano Estratégico define, em linhas gerais, o caminho a ser seguido para reforçar a legitimidade da organização ao longo do tempo. Podemos caracterizá-lo, ainda, como o conjunto de objetivos e ações necessários ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro de cada instituição.

A íntegra do plano estratégico do Tribunal pode ser acessada no Portal TCU em www.tcu.gov.br

De forma que o TCU possa cumprir sua missão de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública e alcançar sua visão de ser reconhecido como instituição de excelência no controle

externo, foi materializado mapa estratégico que contempla grupo de objetivos inseridos nas perspectivas de "Resultados" esperados, de "Processos Internos" a serem desenvolvidos, de "Pessoas e Inovação" e de "Orçamento e Logística" necessários.

O raciocínio traduzido no referido mapa é muito simples: é preciso assegurar recursos para capacitar pessoas que serão responsáveis pelo aprimoramento dos processos institucionais com vistas ao alcance dos resultados almejados.

Por esse motivo, são essenciais a construção, a compreensão e a comunicação de estratégias que assegurem o cumprimento da missão e o alcance da visão institucional com resultados capazes de atender às expectativas da sociedade, do Congresso Nacional e do Estado em relação à atuação e ao papel conferido ao Tribunal ao longo da história.

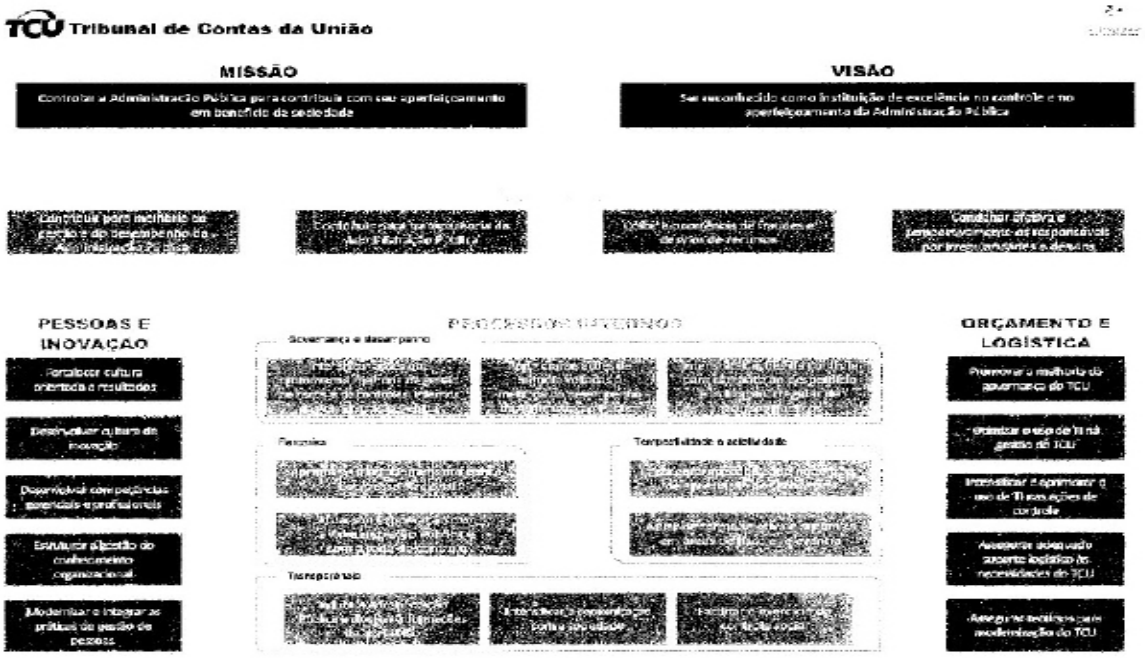
Os objetivos inseridos na perspectiva "Orçamento e Logística" permitem ao TCU promover a melhoria de sua governança e intensificar o uso de tecnologia da informação em suas ações de controle, bem como proporcionam a modernização de sua gestão.

Já na perspectiva "Pessoas e Inovação", o TCU procura investir constantemente no desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais do seu corpo técnico. Certamente conhecimentos deverão ser adquiridos ou aprimorados para que o TCU esteja preparado para enfrentar os desafios futuros que se aproximam. Essa perspectiva envolve, por exemplo, o conhecimento de novas tecnologias, a identificação de áreas de inovação e cenários imprevistos.

De modo concomitante, devem ser feitos investimentos na estruturação da gestão do conhecimento organizacional e na modernização e integração das práticas de gestão de pessoas, sempre com foco no fortalecimento da cultura orientada a resultados e na inovação.

Espera-se que o alcance dos objetivos das duas perspectivas anteriores seja lastro para o sucesso da terceira: "Processos Internos". Na qual estão contemplados objetivos relacionados a governança e desempenho; parcerias com órgãos e entidades que zelam pela qualidade do gasto público, em especial com o Congresso Nacional; tempestividade e seletividade das ações de controle; indução da Administração Pública para divulgação de informações de sua gestão e intensificação da comunicação com a sociedade para facilitar o controle social.

Mapa Estratégico do Tribunal de Contas da União



Espera-se que a melhoria dos processos de trabalho do TCU seja marco para a geração contínua de resultados concretos à sociedade. O Mapa Estratégico prevê quatro diretrizes de resultados para a atuação do Tribunal de Contas da União: contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho da Administração, contribuir para transparência dos gastos e ações governamentais, coibir a ocorrência de fraudes e desvios de recursos, e condenar efetiva e tempestivamente os responsáveis por irregularidades e desvios de recursos.

Por fim, cabe ressaltar que o planejamento materializado nesse plano é dinâmico e precisa ser constantemente avaliado e aprimorado.

6.2. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.653 estavam ocupados no final do trimestre. No período, houve 8 vacâncias, sendo cinco no cargo de

Auditor Federal de Controle Externo e três no cargo de Técnico Federal de Controle Externo. Também foi provido um cargos de Auditor Federal de Controle Externo.

Quadro de pessoal da Secretaria do TCU

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupado
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.556	1.506
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	211	207
Subtotal	**1.767**	**1.713**
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	150	148
Técnico Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	758	752
Subtotal	**908**	**900**
Auxiliar de Controle Externo – área serviços gerais	20	19
Total	**2.695**	**2.632**

Distribuição da força de trabalho dos auditores do TCU



Desenvolvimento Profissional e Capacitação

O aprimoramento da política interna de gestão de pessoas é um dos objetivos estratégicos do TCU. A valorização profissional do servidor é aspecto imprescindível para a consolidação da imagem de excelência da Instituição.

Desse modo, o Tribunal tem investido significativamente no desenvolvimento de seu corpo técnico e na aprendizagem organizacional, com o objetivo de adquirir, desenvolver e alinhar competências profissionais e organizacionais, permitir o alcance dos objetivos estratégicos, incentivar a colaboração e o compartilhamento de conhecimento, estimular processos contínuos de inovação e

promover o aperfeiçoamento organizacional. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), como unidade estratégica responsável pela educação corporativa do TCU, desenvolve as soluções necessárias ao alcance desses objetivos.

Nos últimos anos, foram implementadas diversas ações de reestruturação e modernização, tais como: modelagem de processos de trabalho; estrutura organizacional matricial; adoção das diretrizes de qualidade propostas pela norma ISO 10.015; organização dos eventos educacionais em programas de desenvolvimento de competências; especialização da equipe; atualização e melhoria do referencial normativo balizador da educação corporativa; ampliação da educação a distância; aperfeiçoamento do modelo de gestão de pessoas por competências; promoção de ações de capacitação da cadeia de valor do TCU; e estabelecimento de diversos acordos de cooperação técnica e operacional.

No 3º trimestre de 2013, foram realizados 144 eventos de desenvolvimento profissional e capacitação, dos quais participaram 4.631 servidores (do Tribunal e de outras instituições). Além disso, 165 servidores do TCU participaram de 67 eventos promovidos por outras instituições.

O Tribunal possui programa de bolsas de estudos para pós-graduação nas áreas de Direito Público, Contabilidade e Orçamento Público, Economia do Setor Público, Avaliação de Políticas Públicas, Gestão Governamental, Controle da Administração Pública, Tecnologia da Informação, Gestão do Conhecimento Organizacional, Gestão de Pessoas e Gestão de Serviços e Logística.

6.3. Recursos Orçamentários e Financeiros

O orçamento do Tribunal para o ano de 2013 apresentou dotação de R$ 1.507.258.345,00. A despesa liquidada até o final do 3º trimestre foi de R$ 1.011.427.610,96 (67,10%) da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

Dotação Orçamentária - Situação em 30.09.2013

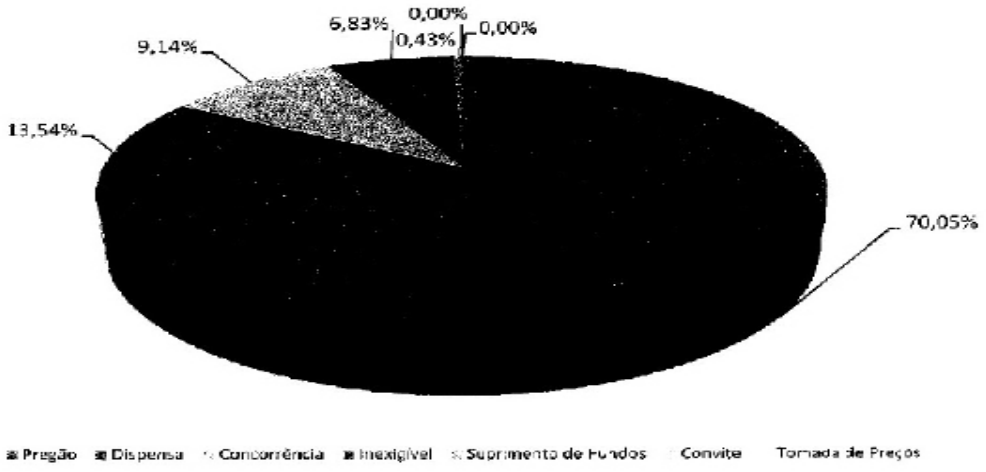
Natureza da despesa	Dotação	Liquidado
Despesas correntes	1.411.074.835,00	404.577.041,61
Pessoal	1.231.054.285,00	331.670.122,44
Ativo	678.333.270,00	186.484.995,65
Inativo e Pensionista	432.556.477,00	108.224.925,91
PSSS*	120.164.538,00	36.960.200,88
Juros e encargos da dívida	-	-
Outros custeios	180.020.550,00	72.906.919,17
Material de consumo	3.971.996,03	2.146.140,71
Serviços de terceiros	104.433.829,70	49.918.911,91
Auxílio financeiro	62.923.056,66	16.395.011,38
Outras despesas	8.691.667,61	4.446.855,17
Despesas de capital	96.183.510,00	91.253.692,43
Total	1.507.258.345,00	495.830.734,04

* Plano de Seguridade Social do Servidor.

A seguir, informações detalhadas sobre os procedimentos licitatórios liquidados no período.

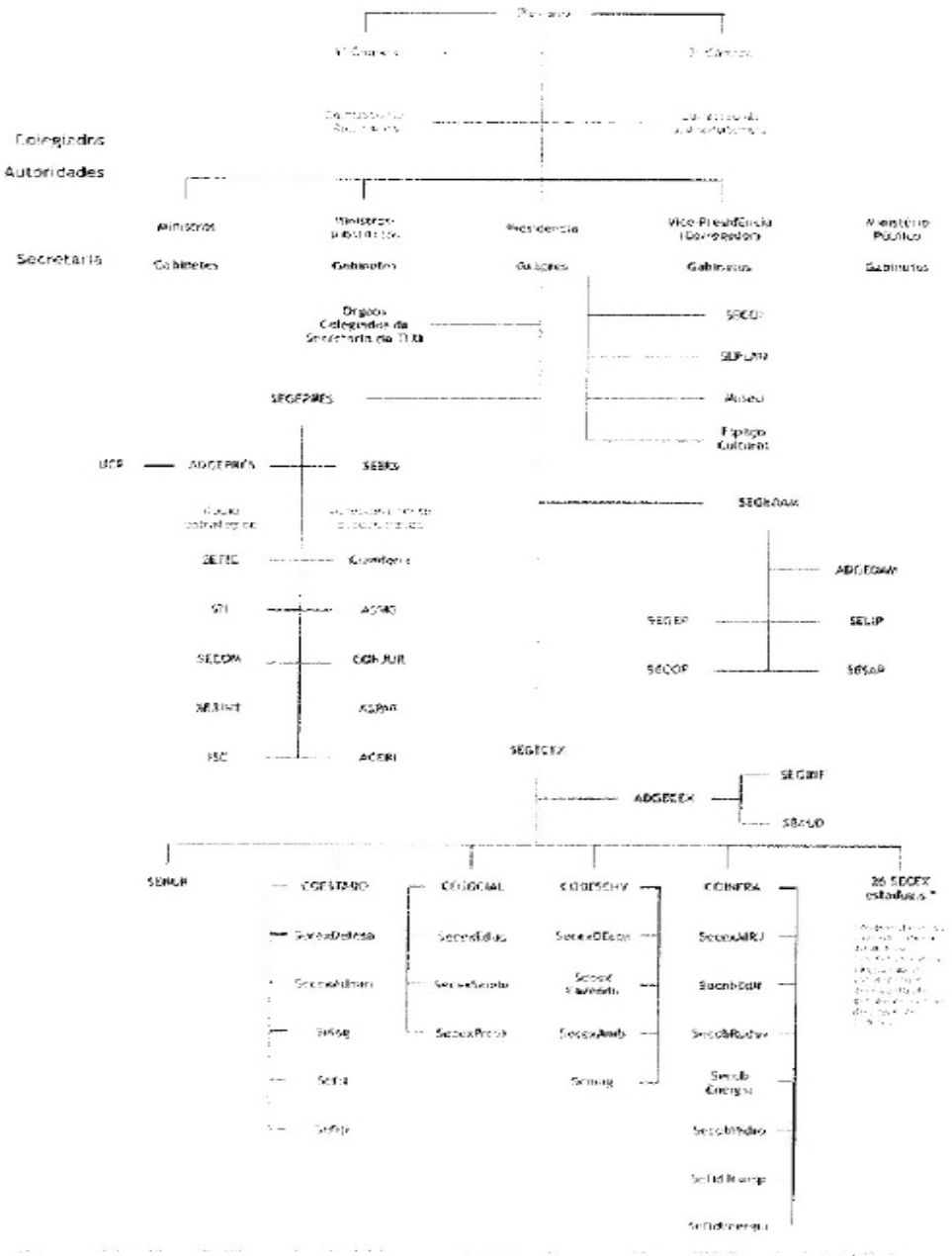
Modalidade	3º trimestre 2013	Total 2013
Dispensa	3.694.471,98	8.523.047,81
Convite		0,00
Tomada de preços		0,00
Concorrência	2.493.935,15	2.729.748,81
Pregão	19.111.780,19	45.137.467,80
Inexigível	1.864.491,22	3.982.141,65
Suprimento de Fundos	117.779,31	406.620,99
TOTAL	27.282.457,85	60.779.022,06

Execução orçamentária por modalidade de licitação aplicável (no trimestre)



7. ANEXOS

7.1. "Organograma do Tribunal de Contas da União"



8.1. Anexo II - "Medidas Cautelares Concedidas" e "Medidas Cautelares Revogadas"

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R$)
BAHIA		
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Que se abstenha de autorizar novas adesões ao objeto da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 59/2012, com vistas ao Registro de Preços para dote itens, entre servidores de rede, estante rack, chaveadora, módulo de memória, placas de rede e switch, a cargo da UFBA. (Ata nº 37/Plenário, de 25.09.2013, TC 010.043/2013-6, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-BA).	R$ 1.611.770,00
Companhia de Transportes de Salvador (CTS)	Abstenha-se de aceitar provisória ou definitivamente as obras objeto do Contrato SA 01/1999, tramos I e II, ou dar qualquer forma de quitação ao Consórcio Metrosal relativamente à execução de tal contrato, até que resolvidas ou solucionadas as questões suscitadas pelo TCU. (Acórdão nº 1.847/Plenário, de 17.07.2013, TC 008.896/2009-2, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Sexex-BA)	R$ 970.000.000,00
DISTRITO FEDERAL		
Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq)	Que suspenda os efeitos da Resolução 2.852/2013, editada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), até pronunciamento de mérito do TCU a respeito das ocorrências apontadas. (Ata nº 32/Plenário, de 21.08.2013, TC 021.121/2013-3, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: SefidTransporte).	Valor não mensurado
Estado de Roraima (RR)/ Secretaria de Infraestrutura	Adote medidas no sentido de repactuar o Contrato n. 3/2012, de modo a observar os preços máximos calculados pela equipe de auditoria. (Acórdão nº 2088/Plenário, de 07.08.2013, TC 008.714/2013-6, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecobEdif).	Valor não mensurado
Secretaria Executiva do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal	Nas futuras transferências de recursos efetuadas com base no Contrato de Repasse n. 0227.0348.435-05/2010, efetuem a glosa do valor de R$ 6.540.962,67 em relação às obrigações da União, correspondente ao sobrepreço identificado no Contrato n. 3/2012 e nos respectivos termos aditivos. (Acórdão nº 2088/Plenário, de 07.08.2013, TC 008.714/2013-6, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, Unidade Técnica: SecobEdif).	R$ 6.540.962,67
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	Suspensão das Concorrências 4/2013 e 5/2013, promovidas pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec), devido à existência de fortes indícios de sobrepreço no item "Sondagem Geofísica", do orçamento-base das licitações. (Ata nº 34/Plenário, de 04.09.2013, TC 016.357/2013-2, Relator: Ministro Walton Rodrigues, Unidade Técnica: SecobHidroferrovia).	R$ 6.775.421,39
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Que considere, com relação ao Edital RDC Presencial nº 232/2013-00, o valor de R$ 71.290.999,55, para a aplicação da cláusula editalícia 6.2.6.1, tendente a desclassificar as propostas que permanecerem, após a negociação, acima do orçamento estimado pela Administração. (Despacho exarado no TC 012.242/2013-6 em 27/8/2013, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: SecobHidroferrovia).	R$ 4.695.420,64
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Retenha, nas medições imediatamente seguintes, relativas ao Contrato 38/2009, celebrado com sociedade empresária Três Irmãos Engenharia Ltda., a importância de R$ 4.955.860,64, até a efetiva adoção da medida indicada no subitem 9.4.1 do Acórdão 1.383/2012, Plenário. (Acórdão nº 2.528/Plenário, de 18.09.2013, TC 015.532/2011-9, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: SecobRodov).	R$ 4.955.860,64
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Retenha, nas medições imediatamente seguintes, relativas ao Contrato 528/2010, celebrado com o Consórcio Agrimat-Cavalca-Lotufo, a importância de R$ 7.600.000,00, até a efetiva adoção das medidas indicadas nos subitens 9.4.2.1, 9.4.2.2 e 9.4.3 do Acórdão 1.383/2012, Plenário, com as alterações promovidas pelo Acórdão 604/2013,	R$ 7.600.000,00

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO II – MEDIDAS CAUTELARES

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R$)
	Plenário. (Acórdão nº 2.528/Plenário, de 18.09.2013, TC 015.532/2011-9, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: SecobRodov).	
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Limite o pagamento dos serviços "concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ)" e "transporte de material betuminoso (CAP 50/70 com polímero, RR-2C e CM-30)", no âmbito do Contrato 528/2010, celebrado com o Consórcio Agrimat-Covaica-Lotufo, aos valores de R$ 113,61/t e R$ 445,63/t, respectivamente, até a efetiva adoção das medidas indicadas nos subitens 9.4.2.1, 9.4.2.2 e 9.4.3 do Acórdão 1.383/2012, Plenário, com as alterações do Acórdão 604/2013, Plenário. (Acórdão nº 2.528/Plenário, de 18.09.2013, TC 015.532/2011-9, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: SecobRodov).	Valor não informado
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Limite o pagamento dos serviços de pavimentação, no âmbito do Contrato 544/2010, celebrado com o Consórcio CBEMI-Contern-DM, ao valor encontrado na "situação 1 alternativa", descrita na análise técnica do consórcio executor, até a efetiva adoção da medida indicada no subitem 9.6 do Acórdão 1.383/2012, Plenário. (Acórdão nº 2.528/Plenário, de 18.09.2013, TC 015.532/2011-9, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: SecobRodov).	R$ 8.400.000,00
Hospital das Forças Armadas (HFA)	Abstenha de dar prosseguimento ao Pregão Eletrônico 37/2012, que tem como objeto a contratação de serviços de limpeza nas instalações do HFA, em Brasília, em razão de prováveis irregularidades cometidas na fase de habilitação do certame. (Ata nº 21/Plenário, de 12.06.2013, TC 012.718/2013-0, Relator: Ministra Ana Arraes, Unidade Técnica: Selog).	R$ 8.400.000,00
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	Abstenha de empregar recursos da União no pagamento de despesas relacionadas à execução do Contrato 161/2012, celebrado com a Metalúrgica Valença Indústria e Comércio Ltda., e de qualquer outro ajuste decorrente do "Edital de Licitação para Registro de Preços, Pregão Eletrônico nº 170/2012 – SES/DF", assim como de autorizar adesões àquele registro de preços, até ulterior deliberação do TCU. (Ata nº 22/Plenário, de 19.06.2013, TC 015.707/2013-0, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Selog).	R$ 167.040.000,00
Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ)	Abstenha de constituir ata de registro de preços e, por consequência, celebrar contrato decorrente do Pregão Eletrônico n.º 4/2013. Caso já tenha firmado contrato, o DPF/MJ deverá abster-se de praticar qualquer ato com vistas à sua execução. (Ata nº 23/Plenário, de 26.06.2013, TC 016.116/2013-5, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Selog).	R$ 7.429.565,80
Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos (SESGE) do Ministério da Justiça.	Suspensão dos atos decorrentes do Pregão Eletrônico 18/2013, com vistas ao Registro de Preços de mobiliário não técnico para onze Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR), a serem utilizados como principal ferramenta de segurança pública para a Copa do Mundo de 2014. (Ata nº 28/Plenário, de 31.07.2013, TC 019.516/2013-4, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Selog).	R$ 6.146.006,81
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	Suspenda o andamento do Pregão Presencial 11/2013-SRP, bem como as atas de registro de preços dele decorrentes, assim como futuras adesões, até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões suscitadas. (Ata nº 30/Plenário, de 07.08.2013, TC 010.656/2013-8, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade técnica: Selog).	R$ 597.885.489,77
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	Suspenda a realização do Pregão Eletrônico nº 49/2013, até que o Tribunal decida sobre o mérito das questões suscitadas. O referido pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para a administração e fornecimento dos meios necessários para aquisição de vales alimentação/refeição, destinados a empregados e a comissionados da Codevasf. (Ata nº 31/Plenário, de 14.08.2013, TC 019.340/2013-3, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Selog).	R$ 14.926.912,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Que se abstenha, no âmbito do Pregão Eletrônico 24/2013, destinado à contratação de serviço de comunicação de dados por rede de telefonia móvel para acesso à internet com tecnologia 3G, de classificar as concorrentes sem que, previamente, se promova diligência para verificação de compatibilidade entre os modems e os tablets por meio de testes de amostras, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993. (Ata	R$ 266.954.282,56

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO II – MEDIDAS CAUTELARES

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R$)
	nº 31/Plenário, de 14.08.2013, TC 021.336/2013-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Sefti).	
ESPÍRITO SANTO		
Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER/ES)	Que se abstenha de firmar o contrato com a empresa vencedora da Concorrência Pública 17/2012, cujo objeto é a "contratação de empresa para execução das obras e serviços de construção de nova pista de pouso e decolagem e de nova pista de táxi do Aeroporto de Linhares /ES. (Ata nº 37/Plenário, de 25.09.2013, TC 024.909/2013-0, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: Secex-ES).	R$ 32.375.229,63
MINAS GERAIS		
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Que suspenda as contratações decorrentes do Pregão Eletrônico 0294/2012, realizado pela Universidade e que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção de materiais gráficos, com logística de entrega em todo o território nacional, e de conversão de conteúdo para leitura em meio digital. (Ata nº 32/Plenário, de 21.08.2013, TC 021.404/2013-5, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-MG).	R$ 50.182.823,58
PARAÍBA		
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Que suspenda o Pregão Eletrônico 35/2013, conduzido pela Universidade Federal de Campina Grande, cujo objeto é a aquisição parcelada de mobiliário. (Ata nº 34/Plenário, de 04.09.2013, TC 019.848/2013-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-PB).	R$ 15,3 milhões
PARANÁ		
Banco do Brasil S.A	Suspensão de todos os atos relativos ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 2013/10316, realizado pelo Banco para aquisição de equipamentos de ar condicionado tipos modular – "Split" (lote 1) e monobloco – janela (lote 2), a serem entregues nas dependências da Instituição nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. (Ata nº 31/Plenário, de 14.08.2013, TC 021.039/2013-5, Relator: Ministro José Múcio Monteiro, Unidade Técnica: Secex-PR).	R$ 5.245.488,00
PERNAMBUCO		
Hospital Naval de Recife	Suspensão da contratação de itens licitados no Pregão Eletrônico 03/2013, que teve como objeto o registro de preços de materiais hospitalares. (Ata nº 32/Plenário, de 21.08.2013, TC 021.640/2013-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-PE).	R$ 903.926,50
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco / MEC	Determinar à Univasf que, no âmbito do Convênio nº 2/2013, firmado com o Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH), abstenha-se de efetuar à convenente remuneração variável por critérios de qualidade. (Acórdão nº 2.626/Plenário, de 25.09.2013, TC 018.450/2013-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-PE).	Valor não mensurado
RIO DE JANEIRO		
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Que se abstenha de dar continuidade ao Pregão Eletrônico SRP 1/2013, conduzido pela Faculdade de Farmácia da UFRJ, cujo objeto é a constituição de registro de preços para eventual aquisição de equipamentos laboratoriais. (Ata nº 28/Plenário, de 31.07.2013, TC 018.699/2013-7, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-RJ).	Valor não Informado
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Que se abstenha de adotar quaisquer atos decorrentes dos itens 1, 3, 6, 7, 8, 12, 13, 24, 27, 39, 47, 51, 55, 77, 82, 85, 86, 104, 105, 106, 114 e 115 do Pregão Eletrônico 65/2012, lançado pela UFF, e que tem por objeto a aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de equipamentos de informática e outros correlatos. (Ata nº 37/Plenário, de 25.09.2013, TC 016.462/2013-0, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-RJ).	R$ 21.856.820,70

ANEXO II – MEDIDAS CAUTELARES

Órgão	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R$)
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)	Suspensão do Pregão Eletrônico 022/2013/GALIC/AC/CBTU, cujo objeto é o registro de preços para a aquisição de 8.300 toneladas de trilhos TR-45, destinados às Superintendências de Trens Urbanos de João Pessoa/PB e Natal/RN. (Ata nº 33/Plenário, de 20.08.2013, TC 021.862/2013-8, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: SecexEstatais).	R$ 39.462.350,00
RIO GRANDE DO NORTE		
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Que se abstenha de adotar quaisquer atos decorrentes do Pregão Eletrônico 02/2013 ou do contrato celebrado com a empresa Telc. Telecom Empreendimentos Ltda.-ME (CNPJ: 04.841.288/0001-88), até que este Tribunal delibere, no mérito, a respeito da regularidade dos procedimentos em causa, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443/1992, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei (Ata nº 34/Plenário, de 04.09.2013, TC 018.901/2013-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-RN).	R$ 8.595.115,00
RORAIMA		
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR)	Determinar ao TRE/Roraima que se abstenha de efetuar quaisquer pagamentos a servidores, relativos à diferença do benefício auxílio-alimentação existentes entre os valores pagos TRE/RR e aqueles pagos pelos Tribunais Superiores, até que haja decisão de mérito do TCU acerca da matéria. (Ata nº 33/Plenário, de 20.08.2013, TC 010.148/2013-2, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-RR).	Valor não mensurado
SÃO PAULO		
Secretaria de Saúde do Município de Guarulhos/SP	Que suspenda o andamento e os eventuais desdobramentos do Pregão Presencial nº 85/2013-FMS, promovido pela Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP, destinado à aquisição de medicamentos. (Ata nº 27/ Plenário, de 24.07.2013, TC 019.870/2013-2, Relator: Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-SP).	Valor não mensurado
Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana / Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (DR/SPM/ECT)	Suspenda os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico 13000090/CPL/DR/SPM/, que teve como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos do Centro de Transporte Operacional Saúde (CTO Saúde), estimada em 9.000 horas/ano. (Ata nº 32/Plenário, de 21.08.2013, TC 021.552/2013-4, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Unidade Técnica: Secex-SP).	R$ 1.587.011,80
TOCANTINS		
Gerência Executiva do INSS de Palmas/TO	Abstenha de assinar ata de registro de preços e contrato decorrentes do Pregão Eletrônico 4/2013, cujo objeto é a aquisição de cartuchos de impressora. (Ata nº 29/Plenário, de 26.06.2013, TC 013.923/2013-7, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-TO).	R$ 933.760,00
Valor total envolvido em cautelares		**R$ 2.255.834.216**

8.2. Anexo III - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão
AP	Instituto Amazonia de Formacao, Estudos e Pesquisas	Sotaque Propaganda Ltda. - ME	029.266/2011-4	AC-1.924-27/2013-PL
BA	IBGE - Depart. Regional Nordeste 1/BA	Impacto Mão-de-Obra Ltda.	028.899/2012-1	AC-2.452-35/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	Aplice Construções Incorporadora e Serviços Ltda.	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	CZ Construções e Prestadora de Serviços Ltda. - ME	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	Comax Construção Civil Ltda.	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	FC Serviços Comercio e Representações Ltda.	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	Fenix Construções Projetos e Serviços Ltda. - EPP	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	HB Construções e Serviços Ltda.	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	Performance Pavimentação e Drenagem Ltda.	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
CE	Prefeitura Municipal de Aquiraz - CE	Remissão Construções Ltda.	018.130/2012-7	AC-2.331-33/2013-PL
DF	Colégio Militar de Brasília	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
DF	Comando da 11ª Região Militar - MD/CE	Sanreg Rio Comercio e Indústria Ltda.	028.830/2012-1	AC-1.902-27/2013-PL
DF	Conselho Feceral de Enfermagem	Afford Distribuidora Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Feceral de Enfermagem	Ampliar Engenharia Planejamento Construções e Reformas Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Feceral de Enfermagem	AN Papelaria Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Compuexport Informatica do Brasil Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Compumeier Equipamentos Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Data Office Suprimentos Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Editora Beto Brito Som, Dados e Imagem Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Enterprise do Meier Eletronico Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Flag Line Indústria e Comercio Ltda. - EPP	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Grafica e Editora Regis Aló Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Hegel Editora Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

DF	Conselho Federal de Enfermagem	Helio Artes Graficas Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	High Level Serviços Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Hiperativa Comiunicações e Artes Grafices	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Infoplan Informatica e Planejamento Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Kbk Servicos Tecnicos Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Kirios Grafica Editora Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	New Pel Papelaria Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	O & C Distribuidora Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Panther Comercio, Importação e Exportação Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Papelaria Bom Astral Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Papelaria Van Mex Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Papelaria Vilca Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Politec Revestimentos e Polimentos Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Romo Data Suprimentos e Papelaria Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	R.S. Brito Grafica Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Sercon Bazar e Papelaria Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Skilo Artes Graficas Ltda. - ME	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	S.M.R. 25 Informatica Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Supricomp Distribuidora de Produtos Eletronicos Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Syllitour Viagens e Turismo Ltda.	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - MS	Scrool Comercio de Materiais de Escritorio Ltda.	028.758/2012-9	AC-1.779-25/2013-PL
DF	Departamento de Engenharia e Construção do Exército - MD/CE	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
DF	Departamento Nacional de Produção Mineral - MME	Compulab Comércio de Produtos Magazine Ltda.	024.965/2010-3	AC-2.460-35/2013-PL
DF	Departamento Nacional de Produção Mineral - MME	Informe - Soluções Inteligentes	024.965/2010-3	AC-2.460-35/2013-PL
DF	Fundação Universidade de Brasília - MEC	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
DF	Ministério da Defesa (Vinculador)	High Tech Informatica Ltda. - ME	028.967/2012-7	AC-2.310-33/2013-PL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

DF	Ministério da Saúde (Vinculador)	High Tech Informática Ltda. - ME	028.967/2012-7	AC-2.310-33/2013-PL
DF	Secretaria Executiva - MP	Global Ip Tecnologia Da Informação Ltda. -EPP	016.820/2012-4	AC-2.134-31/2013-PL
DF	Supremo Tribunal Federal - STF	Comercial Politan Ltda. - EPP	028.747/2012-7	AC-1.894-27/2013-PL
GO	Centro de Gestão do Espaço Físico da UFG - MEC	Escribrasil - Comercial de Equipamentos Ltda.	028.752/2012-0	AC-1.776-25/2013-PL
GO	Centro de Gestão do Espaço Físico da UFG - MEC	Premier Eventos Ltda.	028.757/2012-2	AC-1.778-25/2013-PL
GO	Centro de Gestão do Espaço Físico da UFG - MEC	Scroo! Comercio de Materiais de Escritorio Ltda.	028.758/2012-9	AC-1.779-25/2013-PL
GO	Universidade Federal de Goiás - MEC	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
GO	Universidade Federal de Goiás - MEC	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
GO	Universidade Federal de Goiás - MEC	Montano Importacao e Exportacao Ltda. - EPP	028.986/2012-1	AC-1.834-26/2013-PL
MG	Escola Preparatória de Cadetes do Ar	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
MG	Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
MS	Comando do Comando Militar do Oeste - MD/CE	Vimax Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. - ME	028.991/2012-5	AC-1.707-24/2013-PL
PB	Comando do 1º Grupamento de Engenharia - MD/CE	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
PB	Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS	Comtermica	029.269/2010-5	AC-1.840-26/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa - PB	Construtora Caiçara Ltda.	019.356/2010-2	AC-2.151-31/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa - PB	F. B. Construcoes Ltda.	019.356/2010-2	AC-2.151-31/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de Conceição - PB	Construtora Pau D'arco Ltda.	030.223/2007-4	AC-2.079-29/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de Malta - PB	Somar Construtora Ltda.	025.459/2009-3	AC-2.228-32/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de São José de Caiana - PB	Convap Construções e Empreendimentos do Vale do Piancó Ltda.	002.431/2009-1	AC-2.147-31/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de São José de Caiana - PB	José Salviano Filho	002.431/2009-1	AC-2.147-31/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de São José de Caiana - PB	Lorenark Empreiteira de Obras Bonitense Ltda.	002.431/2009-1	AC-2.147-31/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de Taperoá - PB	Transamerica Construtores Associados Ltda.	006.980/2010-4	AC-2.148-31/2013-PL
PB	Superintendência Estadual da Funasa na Paraíba	Construtora Arcoverde Ltda.	001.468/2010-3	AC-1.926-27/2013-PL
PE	2º Comando Aéreo Regional	Barreto Comercio e Servicos Ltda. - ME	028.724/2012-7	AC-1.825-26/2013-PL
PE	2º Comando Aéreo Regional	Campos Maia Materiais de Construção Ltda. - ME	028.727/2012-6	AC-1.826-26/2013-PL
PE	2º Comando Aéreo Regional	Cristianne Dayse Maciel Soares - ME	028.729/2012-9	AC-1.827-26/2013-PL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

PE	2º Comando Aéreo Regional	Lograpa Comercio e Servicos Ltda. - ME	028.730/2012-7	AC-1.828-26/2013-PL
PE	3º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta	Barreto Comercio e Servicos Ltda. - ME	028.724/2012-7	AC-1.825-26/2013-PL
PE	3º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta	Cristianne Dayse Maciel Soares - ME	028.729/2012-9	AC-1.827-26/2013-PL
PE	3º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta	Lograpa Comercio e Serviços Ltda. - ME	028.730/2012-7	AC-1.828-26/2013-PL
PE	7º Depósito de Suprimento	Campos Maia Materiais de Construção Ltda. - ME	028.727/2012-6	AC-1.826-26/2013-PL
PE	7º Depósito de Suprimento	Cristianne Dayse Maciel Soares - ME	028.729/2012-9	AC-1.827-26/2013-PL
PE	7º Depósito de Suprimento	N. Paes de Melo Junior Comercio - ME	028.733/2012-6	AC-1.829-26/2013-PL
PE	Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército	Barreto Comercio e Serviços Ltda. - ME	028.724/2012-7	AC-1.825-26/2013-PL
PE	Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército	Campos Maia Materiais de Construção Ltda. - ME	028.727/2012-6	AC-1.826-26/2013-PL
PE	Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército	NE Comercio e Serviços Ltda. - EPP	028.734/2012-2	AC-1.830-26/2013-PL
PE	Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército	N. Paes de Melo Junior Comercio - ME	028.733/2012-6	AC-1.829-26/2013-PL
PR	DPF - Superint. Regional/PR - MJ	Escribrasil - Comercial de Equipamentos Ltda.	028.752/2012-0	AC-1.776-25/2013-PL
PR	DPF - Superint. Regional/PR - MJ	Premier Eventos Ltda.	028.757/2012-2	AC-1.778-25/2013-PL
PR	DPF - Superint. Regional/PR - MJ	Scrool Comercio de Materiais de Escritorio Ltda.	028.758/2012-9	AC-1.779-25/2013-PL
RJ	Academia Militar das Agulhas Negras	Serv-Rio Terceirização e Servicos Ltda. - ME	028.831/2012-8	AC-1.698-24/2013-PL
RJ	Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro	Aço Parana Comercio de Aço e Ferro Ltda.	028.743/2012-1	AC-1.893-27/2013-PL
RJ	Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
RJ	Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro	Comercial Politan Ltda. - EPP	028.747/2012-7	AC-1.894-27/2013-PL
RJ	Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro	Eurobravin Comercio e Servios Ltda. - ME	028.976/2012-6	AC-1.832-26/2013-PL
RJ	Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro	Grupo Asa Empresarial Ltda.	028.754/2012-3	AC-1.777-25/2013-PL
RJ	Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro	Lab De Iguacu Comercial de Peças para Veiculos Ltda. - EPP	028.790/2012-0	AC-1.896-27/2013-PL
RJ	Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
RJ	Base Aérea dos Afonsos	C C S Valente Comercio de Generos Alimenticios - EPP	028.768/2012-4	AC-1.895-27/2013-PL
RJ	Comando da 1ª Divisão de Exército	Artex Serviços e Reformas Ltda.	028.762/2012-5	AC-1.781-25/2013-PL
RJ	Comissão de Valores Mobiliários - MF	Modern Service Locação de Mão de Obra Ltda.	028.932/2012-9	AC-1.706-24/2013-PL
RJ	Departamento de Educação e Cultura do Exército	Comercial Vencini Ltda.	028.772/2012-1	AC-1.782-25/2013-PL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

RJ	Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
RJ	Divisão de Orientação Alimentar da UFF (Extinta)	Solamaris do Rio Fornecedora de Frutas e Legumes Ltda.	028.833/2012-0	AC-1.699-24/2013-PL
RJ	Hospital de Aeronáutica dos Afonsos	Duplamar Rio Comercial Ltda. - EPP	028.776/2012-7	AC-1.783-25/2013-PL
RJ	Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia	Wolf Comercial Ltda.	028.838/2012-2	AC-1.700-24/2013-PL
RJ	Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica	CBPR Materiais e Servicos Ltda.	028.770/2012-9	AC-1.896-27/2013-PL
RJ	Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica	Nuelan Comercio de Materiais e Servicos Ltda. - EPP	028.820/2012-6	AC-1.901-27/2013-PL
RJ	Parque Regional de Manutenção da 1ª Região Militar	Alianca Carvalho Comercio e Servicos de Produtos Industriais e Automotivos Ltda.	028.760/2012-3	AC-1.780-25/2013-PL
RJ	Parque Regional de Manutenção da 1ª Região Militar	E C da Silva Comercio e Representação - ME	028.777/2012-3	AC-1.897-27/2013-PL
RJ	Parque Regional de Manutenção da 1ª Região Militar	Mobile Ton Eletronica Ltda.	028.797/2012-4	AC-1.900-27/2013-PL
RJ	Parque Regional de Manutenção da 1ª Região Militar	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
RJ	Universidade Federal Fluminense - MEC	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
RN	Base Aérea de Natal	Lograpa Comercio e Servicos Ltda. - ME	028.730/2012-7	AC-1.828-25/2013-PL
RN	Base Aérea de Natal	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
RN	Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte	Construtora Solares Ltda.	028.839/2012-9	AC-1.701-24/2013-PL
RN	Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte	Crast Construções e Serviços Ltda. - EPP	028.891/2012-0	AC-1.831-26/2013-PL
RN	Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte	HML Comercio Varejista de Maquinas e Serviços de Manutenção Ltda.	028.894/2012-0	AC-1.702-24/2013-PL
RS	Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
SE	Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Sergipe	Impacto Mão-de-Obra Ltda.	028.899/2012-1	AC-2.452-35/2013-PL
SP	22º Batalhão Logístico Leve	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
SP	22º Batalhão Logístico Leve	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	22º Batalhão Logístico Leve	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
SP	2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve - MD/CE	Moretti & Mendonca Comercio de Produtos Alimenticios Ltda. - EPP	028.916/2012-3	AC-1.905-27/2013-PL
SP	Academia da Força Aérea	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
SP	Academia da Força Aérea	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	Academia da Força Aérea	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
SP	Arsenal de Guerra de São Paulo	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL

(Cont.)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

SP	Base de Aviação de Taubaté - Com. Exérc.	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
SP	Base de Aviação de Taubaté - Com. Exérc.	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	Base de Aviação de Taubaté - Com. Exérc.	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012 2	AC-1.906-27/2013 PL
SP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
SP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	Grupo Asa Empresarial Ltda.	028.754/2012-3	AC-1.777-25/2013-PL
SP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	Moretti & Mendonca Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP	028.916/2012-3	AC-1.905-27/2013-PL
SP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
SP	Comando da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel)	RM de Mogimirim Industria e Comercio de Moveis Ltda. - EPP	028.921/2012-7	AC-1.705-24/2013-PL
SP	Comando da 2ª Região Militar	Moretti & Mendonca Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP	028.916/2012-3	AC-1.905-27/2013-PL
SP	Escola de Especialistas da Aeronáutica	Comercial Itapuia Ltda. - EPP	028.912/2012-8	AC-1.704-24/2013-PL
SP	Escola de Especialistas da Aeronáutica	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
SP	Escola Preparatória de Cadetes do Exército	Comercial Itapuia Ltda. - EPP	028.912/2012-8	AC-1.704-24/2013-PL
SP	Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga	Na Ativa Comercial Ltda.	028.919/2012-2	AC-1.906-27/2013-PL
SP	Grupamento de Infra-Estrutura e Apoio de São José dos Campos	A.C.I. Network Guedes Ltda. - EPP	028.900/2012 0	AC-1.703-24/2013-PL
SP	Grupamento de Infra-Estrutura e Apoio de São José dos Campos	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
SP	Grupamento de Infra-Estrutura e Apoio de São José dos Campos	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	Grupamento de Infra-Estrutura e Apoio de São José dos Campos	Comercial Itapuia Ltda. - EPP	028.912/2012-8	AC-1.704-24/2013-PL
SP	Hospital de Aeronáutica de São Paulo	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	Hospital de Aeronáutica de São Paulo	Moretti & Mendonca Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP	028.916/2012-3	AC-1.905-27/2013-PL
SP	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - MCT	Comercial Angaw Ltda. - ME	028.904/2012-5	AC-1.903-27/2013-PL
SP	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - MCT	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	Parque de Materia. Aeronáutico de São Paulo	Moretti & Mendonca Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP	028.916/2012-3	AC-1.905-27/2013-PL
SP	Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo	Moretti & Mendonca Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP	028.916/2012-3	AC-1.905-27/2013-PL
SP	Subdiretoria de Abastecimento	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
SP	Subdiretoria de Abastecimento	Lonaplas Indústria e Comercio Ltda.	028.791/2012-6	AC-1.899-27/2013-PL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

TO	Prefeitura Municipal de Palmas - TO	Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática Industria Ltda.	029.026/2011-3	AC-1.975-28/2013-PL
	Comando de Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército - MD/CE	Comercial Esteves Ribeirão Preto Ltda.	028.907/2012-4	AC-1.904-27/2013-PL
	Diretoria de Intendência da Aeronáutica	Indústria de Confeccoes Rota S Ltda.	028.983/2012-2	AC-1.833-26/2013-PL
		Aaba Comércio de Equipamentos Médicos Ltda.	013.774/2012-3	AC-1.986-28/2013-PL
		Delta Veículos Especiais Ltda.	015.246/2012-4	AC-1.987-28/2013-PL
		Elimar Prestadora de Serviços em Geral Ltda.	028.924/2012-6	AC-2.235-32/2013-PL
		Reven Bus Revendedora de Ônibus Ltda.	013.774/2012-3	AC-1.986-28/2013-PL
		Torino Comercial de Veículos Ltda.	015.246/2012-4	AC-1.987-28/2013-PL
Total de empresas declaradas inidôneas: 103				

Inabilitação para o exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança no âmbito da Administração Pública				
UF	**Unidade Jurisdicionada**	**Autuado**	**Processo**	**Acórdão**
AC	Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (Em Liquidação)	Maurício Hasenclever Borges	425.021/1998-0	AC-1.784-25/2013-PL
AC	Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (Em Liquidação)	Rômulo Fontenelle Morbach	425.021/1998-0	AC-1.784-25/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Alba Regina Capozzi	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Alexandre Costa Valente	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Amaury Luz Netto	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Demir Pinto De Castro	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Ernesto Alejandro Zabotinsky	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Fernando Antonio De Lima Cananea	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Germano Luis Delgado De Vasconcelos	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Gilberto Linhares Teixeira	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Hercilia Jorgete Lopes De Souza	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Hildebrando Trindade De Brito	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Hildecley Trindade De Brito	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

Inabilitação para o exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança no âmbito da Administração Pública				
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Hortência Maria de Santana Linhares	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Iva Maria Barros Ferreira	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	João Batista Vieira	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	José Manoel Pazos Antelo	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Jose Ronaldo Silva De Souza	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Josetonio Pedro Da Silva	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Lauro Coldeira Constantino	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Louise Maria Holtz Santos De Oliveira	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Manoel Alves Correa	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Maria Lúcia Martins Tavares	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Marilanda Lopes de Lima	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Mario Reis Xavier Junior	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Murilo Kubrusly Aranha	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Neomisia Silva de Souza de Carvalho	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Paulo Roberto Costa Rosa	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Renato Lopes	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Roberto Carlos de Freitas Teixeira	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Roberto José Carneiro Mattos	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Robson Pinheiro Leitão	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Rosa Maria Rodrigues Pereira	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Rosangela Alo Pinto	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Salomão Jacob Raffe Levy	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Samuel Alves da Silva Neto	025.733/2006-9	AC-2.169-31/2013-PL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 3º TRIMESTRE DE 2013

ANEXO III – SANÇÕES NÃO-PECUNIÁRIAS APLICADAS NO PERÍODO

Inabilitação para o exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança no âmbito da Administração Pública				
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Samuel de Oliveira Goulart	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Selma Aquino Lins Antelo	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Sergio Antonio Kubrusly Aranha	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Silvana Conceição de Lima Di Santo	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Sonia Lebeis Pires	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Ubirajara Pereira de Souza	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Valter Leal Teixeira	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Walter Rangel de Souza	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
DF	Conselho Federal de Enfermagem	Zelio Medeiros dos Santos	025.733/2005-9	AC-2.169-31/2013-PL
MA	Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Maranhão	Adalva Alves Monteiro	005.921/2010-4	AC-2.248-32/2013-PL
MA	Prefeitura Municipal de Pinheiro - MA	Jose Genesio Mendes Soares	009.765/2010-8	AC-2.330-33/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa - PB	Alberto Nepomuceno	019.356/2010-2	AC-2.151-31/2013-PL
PB	Prefeitura Municipal de Conceição - PB	Alexandre Braga Pegado	030.223/2007-4	AC-2.079-29/2013-PL
PI	Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Piauí	Gaspar Dias Ferreira	030.106/2010-9	AC-2.607-37/2013-PL
RJ	Gerência Executiva do Inss - Rio de Janeiro-Centro/RJ - INSS/MPS	Gilvan Velloso Prado	044.703/2012-0	AC-2.449-35/2013-PL
RJ	Gerência Executiva do Inss - Rio de Janeiro-Centro/RJ - INSS/MPS	Paulo Roberto dos Anjos	044.695/2012-8	AC-2.299-33/2013-PL
RJ	Superintendência Estadual da Funasa do Rio de Janeiro	Álvaro José Rocha	001.603/2013-2	AC-2.444-35/2013-PL
RJ	Superintendência Estadual da Funasa do Rio de Janeiro	Élcio Lemos da Silva	001.603/2013-2	AC-2.444-35/2013-PL
TO	Prefeitura Municipal de Palmas - TO	Maria do Socorro Pereira Rocha Peruffo	029.026/2011-3	AC-1.975-28/2013-PL
TO	Prefeitura Municipal de Palmas - TO	Melquisedeque Correa	029.026/2011-3	AC-1.975-28/2013-PL
TO	Prefeitura Municipal de Palmas - TO	Silmara Prevedi Olandoski	029.026/2011-3	AC-1.975-28/2013-PL
Total de responsáveis inabilitados: 58				

8.3. Anexo IV - "Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos"

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Apreciação
Anulação, revogação, suspensão, rescisão e ajustes de Contrato	Petrobras Transporte S.A. (Transpetro); (Acórdão nº 2221/ Plenário de 21/08/2013; TC 029.289/2009-0; Relator: Ministro José Múcio)
	Caixa Econômica Federal – CAIXA, Estado de Roraima, Coema Paisagismo, Urbanismo e Serviços Ltda., Architech Consultoria e Planejamento Ltda. e Ministério dos Esportes (Acórdão nº 2088/ Plenário de 07/08/2013; TC-003.714/2013-6; Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer)
	Caixa Econômica Federal - Gerência de Filial de Logística em Belo Horizonte (Acórdão nº 1.684/ Plenário de 03.07.2013; TC 000.379/2013-1; Relator: Ministro José Múcio)
	Congresso Nacional (Acórdão nº 1847/ Plenário de 17/07/2013; TC-003.896/2009-2; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)
Suspensão de pagamento ou ressarcimento /retenção de valores de Contrato	Município de Aquiraz/CE (Acórdão nº 2331/ Plenário de 28/08/2013; TC-018.130/2012-7; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti)
	Secretaria de Estado de Obras do Rio de Janeiro (Acórdão 1998/ Plenário de 31/07/2013; TC 023.957/2012-3; Relatora: Ministra Ana Arraes)
	Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura do Acre – Deracre, Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa (Acórdão 1918/ Plenário de 24/07/2013; TC 005.924/2011-1; Relatora: Ministra Ana Arraes)
	Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro (Acórdão 1686/ Plenário de 03/07/2013; TC 004.665/2011-2 Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Petróleo Brasileiro S.A (Acórdão nº 2290/ Plenário de 28/08/2013; TC 008.472/2008-3; Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes no Estado de Santa Catarina (Acórdão nº 1754/ Plenário de 10/07/2013; TC-007.407/2009-9; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti)
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em Licitação -	Caixa Econômica Federal - Gerência de Filial de Logística em Belo Horizonte (Acórdão nº 1684/ Plenário de 03.07.2013; TC 000.379/2013-1; Relator: Ministro José Múcio)
	Conselho Regional de Psicologia (Acórdão nº 1718/ Plenário de 03/07/2013; TC-012.940/2013-5; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)
	Banco do Brasil S/A (Acórdão nº 1913/ Plenário de 24/07/2013; TC-004.526/2013-9; Relator: Ministro José Múcio)

	Universidade Federal do Rio de Janeiro (Acórdão nº 2627/ Plenário de 25/09/2013; TC 018.899/2013-7; Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Município de Aquiraz/CE (Acórdão nº 2331/ Plenário de 28/08/2013; TC-018.130/2012-7; Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)
	Ministério da Cultura – MinC (Acórdão nº 2561/ Plenário de 18/09/2013; TC 021.258/2013-9; Relator: Ministro-Substituto André Luís)
	Procuradora da República, Sra. Ana Carolina Resende Maia Garcia (Acórdão nº 2631/ Plenário de 25/09/2013; TC 022.391/2013-4; Relator: Ministro Valmir Campelo)
	Gerência Executiva Norte do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo (Acórdão nº 2073/ Plenário de 07/08/2013; TC 008.893/2013-6; Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – Ifam (Acórdão nº 4913/ 2ª Câmara de 20/08/2013; TC 019.284/2013-6; Relator: Ministro-Substituto André Luís)
	Instituto Nacional de Seguridade Social – Gerência Executiva em Palmas/TO (Acórdão nº 2318/ Plenário de 28/08/2013; TC 013.923/2013-7; Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
Devolução e/ou suspensão de pagamentos indevidos a servidores, procuradores, desembargadores e juízes	Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT (Acórdão nº 2306/ Plenário de 28/08/2013; TC 007.570/2012-0; Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira)

8.4. Anexo V - "Obras com indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R)"

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
AL	(PAC) Canal do Sertão - Alagoas	028.502/2006-5 RAIMUNDO CARREIRO/ 003.075/2009-9 RAIMUNDO CARREIRO	IG-R	Contrato 01/93 CPL-AL - Obras do Canal de Adução do Sistema Integrado de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para o Sertão Alagoano, trecho do Km 0 ao Km 45 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de BDI excessivo. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de inconsistências no Edital / Contrato / Aditivo. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de jogo de planilha. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). (2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de BDI excessivo. (2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de inconsistências no Edital / Contrato / Aditivo. (2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 10/2007 - CPL/AL - Obras e Serviços de execução do Canal Adutor do Sertão Alagoano, trecho compreendido entre os Km 45 e Km 64,7; Sistema e Instalações Elétricas e de Bombeamento relativos à Estação Elevatória do sistema de Adução do Canal; e Implantação dos Perímetros de Irrigação Pariconha I e Pariconha II (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de BDI	No que tange aos Contratos nº 01/1993-CPL/AL e nº 10/2007-CPL/AL, com indícios classificados como IG-R, o item 9.2 do Acórdão 1.882/2011-TCU-Plenário determinou à Semfra/AL que, caso julgue oportuno e conveniente aceitar a renovação da Apólice Seguro Garantia nº 1.50.40000110 em substituição às retenções cautelares relativas nos Contratos nº 01/1993 CPL/A e 10/2007 CPL/AL, exija da contratada, com antecedência de 90 dias, que faça constar no item 1 (Objeto) das "Condições Especiais do Seguro-Garantia Judicial Ampla Defesa" que a cobertura da apólice passará efeito somente depois de transitada em julgado a decisão proferida pelo TCU, abstendo-se de vincular a eventual ação judicial para a discussão da deliberação definitiva desta Corte, nos estritos termos exigidos pelo Acórdão nº 2.860/2008-TCU-Plenário. Já em relação aos editais nº 40/2009 (trecho 3), nº 41/2009 (trecho 4) e nº 12/2010 (trecho 5) o Acórdão 1.221/2013-TCU-P (22/5/2013) tornou insubsistente o item 9.3 do Acórdão 3.146/2010-TCU-P, o que ocasionou a reclassificação desses três objetos para IG-C. Dia 21/6/2013, a Construtora Queiroz Galvão apresentou documentação no intuito de esclarecer os pontos ainda pendentes, tal manifestação encontra-se em análise pelo TCU

1. Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberarem sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).
IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
				excessivo. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Edital 12/2010 T1 CPL/AL Execução das obras e serviços de Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o Km 123,4 e o Km 150 correspondente ao Trecho 5. (2010) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Edital 40/2009 - T1-CPL/AL - Execução de obras e serviços de Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o Km 64,7 e o Km 92,93, correspondente ao Trecho 3. (2010) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Edital 41/2009 - T2-CPL/AL - Licitação com o objetivo de contratar empresa para execução das obras e serviços de construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o km 92,930 o km 128,400, correspondente ao Trecho 04. (2010) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	
AL	Obras de Esgotamento Sanitário em Pilar/AL	006.365/2013-2 WALTON ALENCAR RODRIGUES	IG-P	Contrato sem número - Execução das obras de esgotamento sanitário no município de Pilar/AL. (2011) Os desembolsos dos recursos referentes ao convênio não têm conformidade com o Plano de Trabalho correspondente. (2011) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Convênio 553838 - Execução das obras do sistema de esgotamento sanitário no município de Pilar/AL - Convênio 2386/2005 (2011) Os desembolsos dos recursos referentes ao convênio não têm conformidade com o Plano de Trabalho correspondente.	Conforme Acórdão 987/2012-P, para continuidade da obra deve ser providenciado pelo gestor: (i) repactuação da planilha orçamentária do contrato vigente, eliminando os indícios de sobrepreço detectados; (ii) apresentação de cronograma de recuperação dos valores superfaturados no contrato vigente; (iii) análise e aprovação do novo Plano de Trabalho do Convênio pela Funasa, com a manifestação conclusiva da mesma sobre a adequação dos preços do orçamento apresentado, de modo que o projeto básico a ser executado esteja de acordo com Plano de Trabalho aprovado e também com preços compatíveis ao SINAPI. Em 16/8/2012 a Prefeitura Municipal de Pilar protocolou junto ao TCU documentação com esclarecimentos. Tal documentação foi analisada

1.1.2 Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: Indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: Indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
					e considerada insuficiente para elidir os indícios de irregularidade identificados, tendo o Acórdão 29/2013-P, de 23/1/2013, ratificado o entendimento de que os indícios de irregularidades graves subsistem. Em 18/04/2013 a Funasa encaminhou o Ofício 281 COGED/AUDIT (TC 014.537/2012-4) informando que o convênio 2368/2005 teve parecer pela não aprovação das contas e informando, ainda, que aquela Fundação adotou as providências para que seja iniciado o processo de Tomada de Contas Especial - TCE no referido Convênio.
AM	Obras do Terminal Fluvial de Barcelos/AM	009.116/2012-5 AUGUSTO SHERMAN	IG-R	Contrato 7/2010 - Execução de obras e serviços de engenharia para a implantação de porto no Município de Barcelos/AM (2012) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	O AC 687/2013-P, de 27/3/2013, determinou a reclassificação do achado de IG-P para IG-R, tendo em vista "a anuência do contratado quanto à retenção de valores a serem pagos, até a decisão de mérito acerca do tema, pelo TCU".
BA	(PAC) Trens Urbanos de Salvador: Lapa - Pirajá	007.162/2006-0 AUGUSTO SHERMAN / 002.588/2009-0 AUGUSTO SHERMAN	IG-R	Contrato 10/2004 - Fornecimento e implantação dos sistemas de sinalização, controle, telecomunicações e de material rodante do Metrô de Salvador (2006) Ausência de planilha orçamentária de quantitativos e preços unitários referentes ao projeto básico e/ou executivo Contrato SA-01 - Obras civis de implantação do Metrô de Salvador/BA. (2006) Execução/pagamento de serviços não previstos no contrato (2007) Superfaturamento	O Acórdão 2.873/2008-TCU-Plenário (item 9.3.1) determinou à CTS que apresentasse orçamento detalhado da obra, envolvendo os objetos dos Contratos SA-01(Consórcio Metrosal) e SA-12 (Contrato 10/2004 - Consórcio Bonfim), fazendo distinção entre itens já executados e itens ainda a executar, dividindo o orçamento em itens relativos aos tramos I e II. Por meio dos Ofícios CT-DIPRE 369/11 e CT-DIPRE 415/11, a CTS encaminhou o orçamento detalhado da obra. Estes orçamentos foram analisados em processo de tomada de contas especial que avaliou o débito do Contrato SA-01 em R$166 milhões (1999). O processo encontra-se em fase de citação. A respeito das garantias financeiras oferecidas pelos Consórcios Metrosal e Bonfim com o objetivo de resguardar o erário dos prejuízos advindos dos indícios de superfaturamento no empreendimento, as cartas de fiança oferecidas pelo Metrosal apresentam algumas deficiências que estarão sanadas se vierem a ser cumpridas determinações feitas pelo TCU. Já no dia 25/9/2013, foi entregue resposta ao Ofício nº 1402/2013-TCU/SECEX-BA, a qual se encontra em análise pelo Tribunal.
BA	(PAC) Construção da Ferrovia de	016.731/2011-5 WEDER	IG-P	Contrato 58/2010 - Execução, sob o regime de empreitada	Para deliberação conclusiva sobre os contratos 58/2010 (lote 5),

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
	Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - No Estado da Bahia	DE OLIVEIRA		por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para a implantação do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), compreendido entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA, Lote 5, do fim da Ponte sobre o Rio São Francisco (Km 828 + 130) até o Riacho da Barroca (Km 990 – 170), com extensão de 162,04 km (2011) Projeto básico deficiente ou desatualizado. Contrato 59/2010 - Execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para a implantação do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), compreendido entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA, Lote 6, da Estrada Vicinal de Acesso à BR-135 (Km 665 + 920) até o início da Ponte sobre o Rio São Francisco (km 825 + 230), com extensão de 159,31 km (2011) Projeto básico deficiente ou desatualizado. Contrato 60/2010 - Execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para a implantação do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste compreendido entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA, Lote 7, do Rio das Fêmeas (km 504 + 800) até a Estrada Vicinal de Acesso à BR-135 (km 665 + 920), com extensão de 161,12 km (2011) Projeto básico deficiente ou desatualizado. Contrato 85/2010 - Execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, de obras e serviços de engenharia para construção de ponte sobre o Rio São Francisco, a ser implantada entre o km 825 + 230 e o km 828 + 130 do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), compreendido entre Ilhéus/BA e Barreiras/BA - Lote 5A (2011) Projeto básico deficiente ou desatualizado.	59/2010 (lote 6), 60/2010 (lote 7) e 85/2010 (lote 5A), o TCU determinou oitiva da Valec e audiência dos responsáveis, que, após prorrogação de prazo, foram apresentados em 24 e 31/10/2011, respectivamente. A apreciação desses documentos culminou no Acórdão 3301/2011-TCU-Plenário, cujo item 9.1 determinou a manutenção da medida cautelar que suspendeu a execução dos contratos e o item 9.3 comunicou à CMO a manutenção da IG-P. No ano de 2012, o Acórdão 1866/2012-TCU-Plenário, de 18/7/2012, deliberou que a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A não implementou integralmente as medidas saneadoras indicadas por esta Corte para sanear os indícios de irregularidades graves que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012), apontados nos Contratos 58/2010, 59/2010, 60/2010 e 85/2010, relativos às obras de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho Caetité-Barreiras, no estado da Bahia, e que assim, subsistem os indícios e seu saneamento depende da adoção das medidas corretivas apontadas no Acórdão 3301/2011-TCU - Plenário e pactuadas com a CMO, conforme Relatório 1/COI, de 2011, datado de 16/12/2011. Já no dia 15/8/2013, a Valec encaminhou o Ofício 1474/2013 PRESI com o objetivo de apresentar ao Tribunal de Contas da União análises e conclusões relativas às alterações nos projetos dos Lotes 5 e 5A da Ferrovia de Integração Oeste Leste, advindas das determinações dos Acórdãos nº 3301/2011 - TCU - Plenário e nº 1866/2012 - TCU Plenário, bem como seus respectivos reflexos sobre o custo das obras. Documentação está sendo analisada pela Unidade Técnica do TCU. O Acórdão 2700/2013-TCU-P, de 2/10/2013, determinou a reclassificação do Contrato 58/2010 (Lote 5) para IG-C devido ao atendimento pelo gestor das determinações do AC 3301/2011-TCU-P.
CE	(PAC) Trens Urbanos de Fortaleza - Implantação Trecho Sul	008.122/2006-9 RAIMUNDO CARREIRO	IG-R	Contrato 014/98 - Execução das obras civis e sistemas fixos e móveis (material rodante) do 1º Estágio do METROFOR, e da variante de carga trecho norte-sul (2006) Superfaturamento	No âmbito do Acórdão 3070/2008-P, as principais pendências por parte do órgão gestor foram: a) Efetuar a retenção de valores no âmbito do Contrato 014/Metrofor/1998, ou a sua substituição por seguro garantia ou

2013

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: Indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: Indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
					fiança bancária; b) Reter valores até que se promova a repactuação do Contrato 014/Metrofor/1998; c) Adotar providências ao saneamento das pendências alusivas ao material rodante; d) Efetuar levantamento da situação atual do projeto e elaborar cronograma; e) Apresentar orçamento detalhado da obra objeto do Contrato 014/Metrofor/1998, distinguindo os itens executados e a executar; f) Apresentar estudos que evidenciem em que nível o projeto de implantação do Metrô de Fortaleza pautou-se na intenção de possibilitar a implantação de um sistema intermodal de transporte urbano de passageiros. No âmbito do Acórdão 2450/2009-TCU-P, as principais pendências por parte do órgão gestor foram: a) Repactuar os preços no âmbito do Contrato 014/Metrofor/1998; b) Reter valores até que se promova a repactuação do Contrato 014/Metrofor/1998; c) Exigir da contratada a comprovação de adequabilidade dos custos de administração local computados no BDI; d) Manter as retenções, seguros garantias e fianças bancárias até o julgamento final de mérito da tomada de contas especial; e) Tomar providências quanto ao agravo de instrumento 99827-CE interposto pelas Construtoras Queiroz Galvão e Camargo Corrêa junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Após nova auditoria realizada em 2011, o Acórdão 722/2012-P informou que ainda não foram implementadas integralmente pelo órgão gestor as medidas indicadas por esta Corte, nos Acórdãos 3070/2008-TCU-P e 2450/2009-TCU-P. Essa informação foi ratificada pelo Acórdão 1166/2012-TCU-P, de 16/5/2012. O Contrato 14/1998 relacionado a essa obra contém irregularidade grave com recomendação de retenção (IGR), devido ao indício de superfaturamento identificado no TC 008.122/2006-6. Posteriormente

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
					à prolação do Acórdão 2.450/2009-TCU-Plenário, em 14/12/2009, o consórcio contratado interpôs pedido de reexame contra os subitens 9.1, 9.5.1, 9.5.4 e 9.5.5 do aludido acórdão. O referido recurso foi admitido por despacho de 4/5/2010 do Ministro Raimundo Carreiro, com efeito suspensivo em relação aos subitens mencionados. As determinações constantes dos itens 9.1, 9.5.1, 9.5.4 e 9.5.5 do Acórdão 2.450/2009-TCU-Plenário não foram implementadas devido à suspensão decorrente da interposição de pedido de reexame, que está em análise pelo Tribunal.
CE	Implantação 2ª etapa irrigação Baixo Acaraú-CE	028.808/2011-0 ANA ARRAES	IG-R	Contrato 46/2002 - Execução das obras civis, fornecimento e montagem de equipamentos do Projeto Baixo Acaraú - 2ª Etapa (2011) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	O Acórdão nº 3382/2012 TCU Plenário, ante a celebração de acordo entre as partes, que estabeleceu a retenção de valores suficiente à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, determinou a reclassificação do achado "Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado", relativo ao contrato PGE 46/2002-Dnocs, de pIG-P para IG-R, com fundamento no art. 91, § 1º, inciso V, da Lei 12.465, de 12/8/2011 (LDO/2012). Determinou também a oitiva da empresa contratada e do Dnocs para que se manifestem acerca do sobrepreço apurado. A empresa contratada encaminhou, em 7/5/2013, manifestação contendo as razões de justificativas em face do que consta no Acórdão nº 3.382/2012 - TCU - Plenário, a qual se encontra em análise pelo TCU.
GO	(PAC) Construção da Ferrovia Norte-Sul/GO	021.283/2008-1 AROLDO CEDRAZ / 011.287/2010-1 AROLDO CEDRAZ	IG-R	Contrato 13/2006 - Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 105 km, compreendido entre o Pátio de Santa Isabel e o Pátio de Uruaçu/GO - Lote 04 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 14/2006 - Obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 12 km, compreendido entre o Porto Seco de Anápolis e o Viaduto sobre a GO-222 em Anápolis/GO. Lote 01	Não estão sendo realizadas as retenções (IG-R) conforme determinação do Ministro-Relator em decisão cautelar exarada em 27/1/2009 (TC 021.283/2008-1) em detrimento de decisões liminares emanadas pela Justiça Federal entre 2009 e 2011 (ver relatório do Acórdão 2.433/2011 - TCU - Plenário). LOTE (S/N) - CONTRATO 021/01 - CAMARGO CORRÊA Verificou-se que a retenção foi substituída por apólice de seguro do Banco Itaú, entretanto a apólice encontra-se vencida desde 16/3/2011, quando da realização do Fiscobras 2011. LOTE 2 CONTRATO 015/06-Camargo Correa - contrato rescindido) Substituição da retenção e dos valores retidos acumulados por apólice

Fonte: Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
				(2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 15/2006 - Obra de infra-estrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 52 km, compreendido entre Ouro Verde de Goiás e o Pátio de Jaraguá/GO - Lote 2 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 16/2006 - Obra de Infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais na Ferrovia Norte-Sul/GO, no trecho de 71 km, compreendido entre o Pátio de Jaraguá/GO e o Pátio de Santa Izabel, próximo à cidade de Rialma/GO Lote 03 (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos) Contrato 21/2001 - Obra de infra-estrutura e superestrutura ferroviária no trecho Anápolis-Porangatu, no subtrecho compreendido entre o km 0,00 e o km 40,074 (GO) - Lote Sem Número, localizado entre os Lotes 1 e 2 da FNS GO (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 58/2000 - Execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, de obra de infraestrutura e superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais, no trecho de 52 km, compreendido entre Ouro Verde de Goiás e o Pátio de Jaraguá no Estado de Goiás, relativo ao Lote 2 (2010) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Contrato 60/2009 - Execução sob o regime de empreitada por preço unitário, de Obra de Infraestrutura e	de seguro garantia. O Contrato 058/2009 - Constran S/A substituiu o Contrato 015/06. No novo contrato houve retenção de 11,26% entre janeiro de 2010 e novembro de 2011. LOTE 3 - CONTRATO 016/06 - ANDRADE GUTIERREZ Decisão judicial desobrigou a Valec a realizar as retenções (e devolver todo valor acumulado até então), em setembro de 2009, por força de decisão de 1º grau no âmbito do processo 2009.34.00.029511-2 (17ª Vara da Justiça Federal do DF) LOTE 4 - CONTRATO 060/09 - SPA (remanescente do Contrato 013/06-Constran - rescindido) Decisão judicial desobrigou a Valec a realizar as retenções em 27/10/2010 (e devolver todo valor acumulado até então), por força de decisão de 2º grau no âmbito do processo (Agravo 005747327.2010.4.01.0000/DF ao 35896-75.2010.4.01.3400-8ª Vara Federal do DF) O processo no TCU que apura o sobrepreço inicial dos referidos contratos é o TC 021.283/2008-1. Em 17/1/2013 a contratada encaminhou justificativa a respeito do Contrato 014/2006. Os autos encontram-se em análise pelo TCU.

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
				superestrutura ferroviárias e obras de arte especiais, no trecho de 105 km, compreendido entre o Pátio de Santa Izabel e o Pátio de Uruaçu, no Estado de Goiás, relativo ao Lote 4 (2010) Superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado.	
PE	(PAC) Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Construção da Adutora Pirapama - no Estado de Pernambuco	044.443/2012-9 VALMIR CAMPELO	IG-R	Contrato CT.05.07.0.0467 - Execução, pelo regime de empreitada por preços unitários, das obras e serviços de IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PRODUTOR PIRAPAMA, inclusive com o fornecimento dos materiais e equipamentos. (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos).	Com relação ao Contrato CT.05.07.0.0467, o órgão gestor deve, conforme o Acórdão 2.710/2009-TCU-Plenário, repactuar o contrato para a adequação aos preços máximos admissíveis indicados. As retenções cautelares já efetuadas com base no item 9.1 do Acórdão 157/2009-TCU-Plenário devem ser mantidas ou, caso seja do interesse da contratada, podem ser liberadas mediante a apresentação de seguro-garantia ou fiança bancária. No âmbito do Fiscobras 2012, foi verificado que a Compesa adotou medidas junto à contratada, objetivando a repactuação do Contrato CT.05.07.0.0467, sem obter sucesso em razão de a contratada não ter aceitado a redução no valor do ajuste. As retenções cautelares efetuadas com base no item 9.1 do Acórdão 157/2009-TCU-Plenário foram liberadas mediante a apresentação, pela contratada, de seguros garantia.
PE	(PAC) Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife (PE)	008.472/2008-3 VALMIR CAMPELO	IG-R	Contrato 0800.0033808.07.2 - Projeto e execução de terraplenagem e serviços complementares de drenagem, arruamento e pavimentação (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). (2008) Superfaturamento - Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 0800.0055153.09.2 - (DUTOS) Serviços e fornecimentos necessários à implantação dos dutos de recebimento e expedição de produtos da RNEST, compreendendo análise de consistência do projeto básico, projeto de detalhamento, fornecimento de materiais,	Contrato de terraplanagem: Em 2009 a Unidade Técnica identificou que as retenções estavam sendo efetuadas pela Petrobras, no entanto, ainda é necessária a renegociação do valor contratado. Em 2011, as retenções foram substituídas por seguro-garantia (c/ prévia anuência do Ministro-Relator). O Acórdão 1780/2012-TCU-P, de 11/7/2012, detectou que em relação ao Contrato 0800.0033808.07.2 (terraplenagem), verificou-se que a apresentação das garantias para suportar uma possível determinação de ressarcimento aos cofres da Petrobras vem sendo cumprida e o valor assegurado é suficiente para suportar uma eventual determinação de ressarcimento. Esse mesmo Acórdão informou também que o início de irregularidade grave do tipo IG-R depende da repactuação desse contrato. O Acórdão 2290/2013-TCU-P, de 28/8/2013, determinou à Petrobras

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

[*] IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

Dezembro de 2013 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Terça-feira 3 89351

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
				fornecimento de equipamentos, construção civil, instalações elétricas, montagem eletromecânica, preservação, condicionamento, testes, apoio à pré-operação e operação assistida, na Refinaria do Nordeste - Abreu e Lima - RNEST, no município de Ipojuca/PE. (2011) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	que executa as garantias prestadas pelo consórcio, pela confirmação do superfaturamento de R$ 69,6 milhões (data base de junho/2007), descontado o valor dos créditos efetivamente revertidos à Petrobras por força do 14º Termo aditivo ao contrato, devidamente corrigidos monetariamente, bem como autoriza, depois que a Petrobras comprovar perante ao Tribunal as providências anteriores, o consórcio levantar as garantias remanescentes.
PI	Av. Marginal Leste - Controle Enchentes Rio Poty - Teresina	009.046/2012-7 ANA ARRAES	IG-P	Contrato 01/99 - Construção da Av. Marginal Leste, margeando o Rio Poty, em Teresina /PI. (2005) Sobrepreço (2005) Termo aditivo superior aos limites legais sem atendimento a Dc 215/99-P Edital 002/97 - Construção da Av. Marginal Leste, margeando o Rio Poty, em Teresina /PI (2005) Ausência no edital de critério de aceitabilidade de preços máximos (2005) Demais irregularidades graves no processo licitatório (2005) Restrição ao caráter competitivo da licitação	Segundo o AC 2681/2012-P (3/10/2012) o saneamento da IG-P depende da adoção da seguinte medida pelo órgão gestor: anulação da concorrência 2/1997 e do decorrente contrato 1/1999.
RR	Obras de melhoria no Complexo Esportivo Canarinho	033.714/2013-6 MARCOS BEMQUERER	IG-R	Contrato 03 - Execução de obras de engenharia visando a melhoria da infraestrutura do Complexo Esportivo Canarinho, no Estado de Roraima. (2013) Projeto executivo deficiente ou desatualizado. (2013) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. (2013) Sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado. Contrato de repasse 754696 - Execução de melhoria da infraestrutura do Complexo Esportivo Canarinho, no Estado de Roraima. (2013) Projeto executivo deficiente ou desatualizado. (2013) Sobrepreço decorrente de preços excessivos	O Acórdão 2088/2013-TCU-Plenário, de 7/8/2013, determinou a reclassificação do achado referente a Projeto Executivo Deficiente ou Desatualizado, de IG-P para IG-C, já os achados os quais indicam a ocorrência de sobrepreço, de IG-P para IG-R. Essa mesma deliberação determinou: "informar à construtora Coema Paisagismo, Urbanismo e Serviços Ltda. que, caso discorde da retenção de valores determinada no subitem 9.1 supra até a resolução de mérito do processo, e, ainda, não apresente garantias no valor suficiente para prevenir o possível dano ao erário de R$ 6.540.962,67, os achados de auditoria relativos ao sobrepreço serão reclassificados para Indício de Irregularidade Grave com Recomendação de Paralisação - IG-P".

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
				frente ao mercado. (2013) Sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado.	
RS	(PAC) BR-448/RS - Implantação e Pavimentação	008.945/2011-0 WALTON ALENCAR RODRIGUES	IG-P	Contrato 484/2009-00 - Execução das obras de implantação e pavimentação na rodovia BR-448/RS, lote 01, trecho: entr. BR-116/RS - RS-118 (Sapucaia do Sul) - entr. BR-290/RS (Porto Alegre), segmento km 0,00 - km 9,14, extensão 9,14 km, referente ao edital 197/2009-00. (2011) Superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade. (2011) Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado. (2011) Superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado. (2011) Superfaturamento decorrente de reajustamento irregular. Contrato 491/2009-00 - Execução das obras de implantação e pavimentação na rodovia BR-448/RS, lote 02, trecho: entr. BR-116/RS - RS-118 (Sapucaia do Sul) - entr. BR-290/RS (Porto Alegre), segmento km 9,14 - km 14,44, extensão 5,30 km, referente ao edital 197/2009-00 (2011) Superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade. (2011) Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado. (2011) Superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado. (2011) Superfaturamento decorrente de reajustamento irregular. Contrato 492/2009-00 - Execução das obras de implantação e pavimentação na rodovia BR-448/RS, lote 03, trecho: entr. BR-116/RS - RS-118 (Sapucaia do Sul) - entr. BR-290/RS (Porto Alegre), segmento km 14,44 - km 22,34, extensão	O Acórdão 2.872/2012-TCU-Plenário, de 24/10/2012, determinou comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que subsistem os indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação, apontados nos contratos 484/2009, 491/2009 e 492/2009, e que seu saneamento depende da adoção, pelo Dnit, das medidas elencadas no item 9.1 do referido Acórdão (repactuação de preços/quantitativos contratuais e descontos nas medições futuras de cada um dos contratos).

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
				7,90 km, referente ao edital 197/2009-00. (2011) Superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade. (2011) Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado. (2011) Superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado. (2011) Superfaturamento decorrente de reajustamento irregular.	
RS	(PAC) BR-116/RS - Melhoria de capacidade incluindo duplicação	008.063/2012-7 WALTON ALENCAR RODRIGUES	IG-P	Edital 342/2010-00 - Execução das Obras de Melhorias de Capacidade, incluindo Duplicação na Rodovia BR-116/RS, Trecho: Div. SC/RS (Rio Pelotas) - Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - subdivididos em 09 lotes. (2010) Projeto básico deficiente ou desatualizado. (2010) Projeto básico/executivo sub ou superdimensionado. (2010) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	O Acórdão 1.596/2011-P (15/6/2011) condicionou a revogação da medida cautelar determinada pelo relator, ministro Walton Alencar Rodrigues, em 2/2/2011, ao efetivo cumprimento das medidas saneadoras indicadas na decisão: a) alterar o custo de referência da "indenização de jazida"; b) alterar a composição do serviço "escavação e carga de material de jazida", de forma que ela preveja apenas os custos com "escavadeira hidráulica", "ferramentas", "encarregado de turma", "servente" e "indenização de jazida"; c) substituir as composições dos serviços de "sub-base" e de "base" executados com "macadame seco" pelas composições de referência do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (Daer/RS) para o serviço de "macadame seco"; d) substituir as composições dos serviços de "escavação carga e transporte de solos inadequados", previstas nos orçamentos dos lotes de 4 a 9, pela composição "escavação carga e transporte de material de 1ª categoria", constante do Sicro 2; e) substituir as composições de restauração rodoviária dos "serviços concreto betuminoso usinado a quente", "base de brita graduada", "compactação de aterros a 95%", "compactação de aterros a 100%", "enleivamento", "hidrossemeadura, escavação carga e transporte de material de 1ª categoria", e "escavação carga e transporte de material de 3ª categoria", pelas respectivas composições de construção; f) realizar sondagens a percussão, de forma a avaliar o real volume de

(*) Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: Indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
					solo mole projetado para as obras dos lotes 1 a 3, e providenciar os ajustes dos quantitativos previstos para o serviço de "escavação, carga e transporte de solos moles". Atualmente estão sendo analisadas as oitivas das contratadas, apresentadas em 4/4/2013 e 8/4/2013.
TO	(PAC) Ferrovia Norte-Sul - TO	018.509/2008-9 VALMIR CAMPELO	IG-P	Contrato 035/07 - Obras de infra-estrutura e superestrutura ferroviária e obras de arte especiais da Ferrovia Norte - Sul,no trecho do TO - 080 Palmas (km 719,16) - Córrego Jaboti (km 818,30),Lote 12,com 99,14 km de extensão (Concorrência 001/2007) (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 036/07 - Obras de infra-estrutura e superestrutura ferroviária e obras de arte especiais da Ferrovia Norte-Sul,no Córrego Jaboti (km 818,30) - Córrego Cabeceira Grande (km 927,76),lote 13,com 109,46 km de extensão (Concorrência 001/2007) (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 037/07 - Obras de infra-estrutura e superestrutura ferroviária e obras de arte especiais da Ferrovia Norte-Sul,no Córrego Cabeceira Grande (km 927,76) - Córrego Chicote (km 1029,89),lote 14,com 102,13 km de extensão (Concorrência 001/2007) (2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos). Contrato 038/07 - Obras de infra-estrutura e superestrutura ferroviária e obras de arte especiais da Ferrovia Norte-Sul,Corrego Chicote (km 1029,89) - Rio CanaBrava (km 1095,71), Lote 15,com 65,82 km de extensão (Concorrência 001/2007)	O gestor continua cumprindo as retenções determinadas pelo TCU, salvo determinação contrária emanada do Poder Judiciário, que ocorreu para os Contratos 36/07 e 37/07 (reclassificados pelo TCU como IG-P) e, mais recentemente, para o Contrato 38/07 (Ação Ordinária n. 2009.34.00.036232-2/IFDF). Por intermédio dos Acórdãos 1922/2011-P e 1923/2011-P, o TCU determinou à Valec que, tome as providências para repactuação dos Contratos 36/07 e 37/07, de modo a sanear o sobrepreço de, respectivamente, R$ 42.096.469,29 e R$ 40.340.201,35, data base jan/2007. Nesse momento, o TCU está analisando as manifestações apresentadas pela Andrade Gutierrez nos lotes 13 e 14 após instrução da Serur que analisou recurso por ela impetrado. Já o Acórdão 2174/2013-TCU-P, de 14/8/2013, determinou comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que subsistem os indícios de irregularidades (IG-P) informados anteriormente pelo item 9.4 do Acórdão 1922/2011-TCU-Plenário e item 9.4 do Acórdão 1923/2011-TCU-Plenário, no que se refere aos Contratos Valec 036/07 e 037/07, bem como os indícios de irregularidades (IG-R) detectados no Contrato Valec 035/07, esclarecendo ainda que permanecem válidas as medidas cautelares de retenção de valores que recaem sobre os citados contratos, medidas essas adotadas por meio de decisão monocrática exarada em 16/9/2008 no âmbito do TC-018.509/2008-9, homologadas pelo Colegiado Pleno do TCU em 17/09/2008 e confirmadas mediante Acórdãos nºs 2.143/2008 e 2.843/2008, que decidiram agravos interpostos, respectivamente, pela Valec e pelas contratadas, contra as referidas decisões cautelares.

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
				(2008) Sobrepreço - Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (serviços insumos e encargos).	
TO	Construção da Barragem do Rio Arraias em Arraias/TO	008.875/2009-5 AUGUSTO SHERMAN	IG-P	Contrato 045/2005 - Elaboração do Projeto Executivo, dos Projetos Básicos Ambientais (PBA's) e Gerenciamento, Assessoria Técnica, Supervisão e Fiscalização das obras da Barragem do Rio Arraias/ TO - Eixo 16 (2009) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. Contrato 117/2004 - Construção da Barragem do Rio Arraias - Eixo 16, com fornecimento e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos, de acordo com o Programa de Perenização das Águas do rio Tocantins (Propertins), em Arraias - TO. (2009) Sobrepreço decorrente de BDI excessivo. (2009) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado. (2009) Superfaturamento decorrente de reajustamento irregular. Convênio 610857 - Convênio 113/2007 - Construção da Barragem do Rio Arraias - Eixo 16, contemplando a elaboração do projeto executivo, projetos básicos ambientais, supervisão, gerenciamento, fiscalização, assessoria técnica, bem como a execução das obras de engenharia da Barragem do Rio Arraias em Tocantins. (2009) Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	O Acórdão 1.475/2012-TCU-Plenário, de 13/6/2012, comunicou que subsistem os indícios de irregularidade grave com recomendação de paralisação (IG-P), relativos aos Contratos 117/2004 e 45/2005, e que o saneamento de tais indícios depende das seguintes medidas pelo órgão gestor: - promover o desconto nas próximas faturas de valores atinentes ao superfaturamento detectado nos preços referentes aos serviços executados até a 14ª medição; - promover a repactuação do contrato, de forma a limitar os preços dos serviços pendentes de execução aos de referência apurados pela Secob; - retirar do BDI o item 'administração local', no percentual de 8,23% sobre os custos dos serviços inicialmente contratados, transportando-o para a planilha de custos diretos, com o devido detalhamento de seus componentes, após o cumprimento da medida anterior, recalcular o novo BDI a ser aplicado sobre os custos unitários diretos dos serviços necessários à conclusão da obra, de modo que os preços referenciais respeitem os limites indicados no subitem 9.1.2.1 do Acórdão 3.239/2011-TCU-Plenário; - adequar os índices de reajuste de preços utilizados no contrato para serviços referentes a concreto estrutural e para o serviço "Concreto compactado a rolo - CCR", conforme percentual de referência adotado pela Secob-1, consubstanciado em índice de obras hidrelétricas (IOH), coluna de Concreto Armado, corrigido, no caso do item de CCR, pela atualização do cimento. As medidas saneadoras acima indicadas são objeto de determinações deste Tribunal constantes dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 3239/2011-TCU-Plenário, que se encontram suspensos em face de pedido de reexame interposto pela empresa egesa engenharia S.A. Foi entregue, dia 29/7/2013, manifestação do gestor a respeito das determinações do Acórdão 3239/2011-TCU-Plenário. Já no dia 13/8/2013, foi entregue manifestação do gestor em atendimento ao

Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende a conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

ANEXO V – OBRAS COM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE GRAVE

UF	Obra	Processo(s) / Relator(es)	Gravidade(*)	Motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
					Ofício nº 514/2013-TCU/SecobHidroferrovia, de 26/7/2013, esses documentos encontram-se em análise por esse Tribunal.
TO	(FAC) Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia na Rodovia BR-153/TO, ligando as cidades de Xambioá/TO a São Geraldo do Araguaia/PA	025.820/2013-3 MARCOS BEMQUERER	IG-P	Contrato TT-385/2011-99-00 - Sub-rogação do Contrato 243/2010, celebrado entre a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins e o Consórcio EGESA - CMT/ARAGUAIA (Líder Egesa Engenharia S/A.) Objeto do Contrato 243/2010: Execução de serviços necessários a construção da ponte sobre o Rio Araguaia, Rodovia Federal BR-153/TO/PA [2011] Projeto básico deficiente ou desatualizado. [2011] Quantitativos inadequados na planilha orçamentária. [2011] Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.	O TCU, por meio do Acórdão 2051/2012-P (3/5/2012), decidiu que subsistem os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, constatados em auditoria realizada em 2011, os quais se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 92 da Lei n. 12.465/2011 (LDO/2012), apontados no Contrato nº. TT-385/2011 com potencial dano ao erário de, pelo menos, R$ 77 milhões (ref. nov/2009), e que seu saneamento depende da anulação do referido contrato pelo Dnit. O Acórdão 2819/2012-P (17/10/2012) fixou o prazo de 15 dias para que o Dnit anule a Concorrência 046/2012 e o Contrato TT-385/2011-99, dela decorrente.

124 Os dados deste Anexo resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.
(*) IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).
IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no (art. 93, IV, "a" e "b", da Lei 12.708/2012 - LDO/2013).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

DECRETO Nº 966 A - de 7 de novembro de 1890

Crêa um Tribunal de Contas para o exame, revisão e julgamento dos actos concernentes á receita e despeza da Republica.

.....

Art. 1º - É instituido um Tribunal de Contas, ao qual incumbirá o exame, a revisão e o julgamento de todas as operações concernentes á receita e despeza da Republica.

.....

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

.....

.....

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....

Art. 3º Ao Tribunal de Contas da União, no âmbito de sua competência e jurisdição, assiste o poder regulamentar, podendo, em conseqüência, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

.....

Art. 58. O Tribunal poderá aplicar multa de Cr$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em outra moeda que venha a ser adotada como moeda nacional, aos responsáveis por:

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

I - contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único do art. 19 desta Lei;

II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III - ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário;

IV - não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal;

V - obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas;

VI - sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;

VII - reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista no caput deste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.

§ 2º O valor estabelecido no caput deste artigo será atualizado, periodicamente, por portaria da Presidência do Tribunal, com base na variação acumulada, no período, pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários da União.

§ 3º O Regimento Interno disporá sobre a gradação da multa prevista no caput deste artigo, em função da gravidade da infração.

.....
.....

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

.....
.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993.

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

.....

.....

LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....

.....

DECRETO Nº 2.271, DE 7 DE JULHO DE 1997.

Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

.....

.....

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

.....

.....

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 9.755, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.

.....

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

.....

LEI Nº 10.866, DE 4 DE MAIO DE 2004.

Acresce os arts. 1o-A e 1o-B à Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide, e dá outras providências.

.....

.....

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

.....

.....

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005.

Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

.....

.....

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

.....

.....

LEI Nº 11.578, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008.

.....

Art. 1º A transferência obrigatória de recursos financeiros pelos órgãos e entidades da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC cuja execução pelos entes federados seja de interesse da União observará as disposições desta Lei.

.....

.....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O calendário de tramitação, estabelecido nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, será publicado.

É o seguinte o calendário:

Leitura: 2/12/2013

Até 07/12	prazo para publicação da matéria;
Até 22/12	prazo para apresentação de relatório;
Até 06/02	prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
Até 13/02	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no *Diário do Senado Federal* de 3 de dezembro do corrente.

O expediente será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 28 de novembro do corrente, da **Mensagem nº 136, de 2013-CN** (nº 529, de 2013, na origem), da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do Veto Total nº 50, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Câmara nº 105, de 2012 (nº 7.191/2010, na Casa de origem), que *regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência*.

São as seguintes a Mensagem e as razões de veto:

VETO TOTAL
Nº 50, DE 2013

aposto ao

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2012
(nº 7.191/2010, na Casa de origem)

(Mensagem nº 136/2013-CN – nº 529/2013, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 7.191, de 2010 (nº 105/12 no Senado Federal), que "Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência".

Ouvidos, o Ministério da Fazenda e a Secretaria-Geral da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei conforme as seguintes razões:

> "O projeto estabelece restrições excessivamente onerosas, sobretudo para pequenos municípios e empregadores, que tendem a contratar um único profissional para a condução deste tipo de veículo e para outras finalidades. Além disso, ao prever benefícios específicos para esta categoria de trabalhadores, o projeto acaba por ferir a isonomia em relação a outros condutores de veículos e gerar uma fragmentação da classe trabalhadora. Por fim, a proposta pretende utilizar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH como mecanismo para a fiscalização do cumprimento da lei. Contudo, considerando que a CNH não contempla qualquer previsão sobre se o veículo conduzido é ou não de emergência, a medida imposta seria de difícil fiscalização e implementação."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 26 de novembro de 2013.

PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2012
(nº 7.191/2010, na Casa de origem)

Regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A atividade de condutor de veículos de ambulância e de veículos de emergência rege-se, de forma complementar à legislação de trânsito, por esta Lei.

Art. 2º Ficam assegurados aos condutores de veículos de emergência, a expensas do empregador, os seguintes benefícios:

I - treinamentos especializados e reciclagem em cursos específicos de condução de veículos de emergência, a cada 5 (cinco) anos; e

II - seguro destinado à cobertura de riscos inerentes à atividade de condução de veículos de emergência.

Art. 3º É vedado ao empregador incumbir ao condutor de veículos de emergência atribuição distinta da prevista em sua Carteira Nacional de Habilitação - CNH, salvo em situações de urgência nas quais sejam necessários procedimentos de primeiros socorros.

Art. 4º Os infratores dos dispositivos desta Lei incorrerão na multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por condutor, aplicada em dobro em caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão Mista)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nos termos do arts. 10-A e 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, e da Resolução nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Total nº 50, de 2013 (PLC 105/2012)

Senadores

Paulo Bauer
(Bloco Minoria – PSDB/SC)
Relator do projeto no Senado

Eduardo Amorim
(Bloco União e Força – PSC/SE)
Relator do projeto no Senado

Eunício Oliveira
(Bloco Maioria – PMDB/CE)

Paulo Paim
(Bloco Apoio ao Gov. – PT/RS)

Vicentinho Alves
(SDD/TO)

Deputados

José Guimarães
(PT/CE)

Nilda Gondim
(PMDB/PB)

Vanderlei Macris
(PSDB/SP)

Onofre Santo Agostini
(PSD/SC)

Eurico Júnior
(PV/RJ)

A Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto no prazo de vinte dias, nos termos do art. 105 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, encerrar-se-á em 6 de fevereiro de 2014.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e, com menção em Deus, queremos prestar, em nome do Presidente Renan Calheiros e de toda a Mesa Diretora, as mais profundas homenagens àquele que foi, para os sergipanos e brasileiros, um exemplo de homem público. Refiro-me a Marcelo Déda Chagas, no início desta sessão, para, de forma sentida, homenagear-lhe.

Nascido em 11 de março de 1960, foi um advogado e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores. Com carreira política em seu Estado natal, Sergipe, ele foi Deputado Estadual, Deputado Federal e, em 2000, eleito Prefeito de Aracaju, cargo que ocupou de 2001 até 2006, quando renunciou para disputar o governo estadual. Elegeu-se Governador de Sergipe, naquele ano, e foi reeleito em 2010, cargo que ocupou até a sua morte.

Que a família do Governador Déda e os seus companheiros tenham a certeza da histórica passagem desse inesquecível homem público. Nossos sentimentos, em nome do Senado Federal.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável, mas também gostaria de juntar minhas palavras às de V. Exª e manifestar minha solidariedade à família e ao povo sergipano.

Eu diria que, hoje, a notícia nos tomou a todos de surpresa. Causou-nos enorme tristeza a perda de Marcelo Déda, um militante, Governador do seu Estado, com toda uma história política e um serviço político prestado ao povo de Sergipe e ao povo do Brasil.

Portanto, a perda de Marcelo Déda é uma enorme tristeza para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O registro de V. Exª será encaminhado também à família enlutada.

Vamos à lista de oradores.

O Senador Cristovam Buarque ainda se dirige ao Senado.

Senador Paulo Paim.

Já tive o prazer de cumprimentar S. Exª. Estava despachando no Cafezinho. Convido V. Exª para abrir a lista de oradores na tarde de hoje.

Após o Senador Paulo Paim, o Senador Capiberibe, para uma comunicação inadiável. Depois, Senador Rollemberg e Senador Mozarildo.

Senador Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como se trata de comunicação inadiável, e o meu é longo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Permutando com o Senador Paulo Paim, sem prejuízo dos outros oradores, Senador Capiberibe com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, venho à tribuna para falar de um tema que nos preocupa: a Ponte Binacional, que vai ligar o Amapá à Guiana Francesa.

Apesar de estar pronta desde junho de 2011, a ponte ainda não foi inaugurada, pois inexiste aduana e outros serviços do lado brasileiro, ao contrário do francês, que, na hora em que terminou a ponte, todos os serviços estavam implantados.

O DNIT, órgão responsável pelas obras para abrigar esses serviços, informa que as obras só estarão prontas em setembro de 2014. A previsão é a de que a Anvisa, a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, o Ibama, a Receita Federal, a Receita Estadual atuem no lado brasileiro.

Essas obras estão orçadas em R$13,695 milhões. Desse montante, o Governo do Estado está entrando com R$4 milhões.

Em sua última visita ao Amapá, o Senador José Sarney apressou-se em informar que a Ponte Binacional seria finalmente inaugurada no próximo dia 12 de dezembro, conforme lhe havia informado a Presidenta Dilma Rousseff. Ocorre que o governo da França só aceita inaugurar a ponte após a aprovação, pelo Parlamento brasileiro, do acordo bilateral firmado entre a França e o Brasil, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Sarkozy, em 2008. Daí a inauguração foi adiada *sine die.* Não há prazo para inaugurar.

Não custa lembrar que o acordo foi assinado pelo Presidente Lula e pelo Presidente da França, Nicolas Sarkozy, em dezembro 2008. Para que o acordo tenha validade, como no caso de qualquer acordo que o Brasil assine com outro país, ele deve ser ratificado pelo Congresso Nacional. Assim, em abril de 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou o acordo para ser ratificado pelo Congresso Nacional – em 2008; nós estamos em 2013. O parlamento francês já ratificou o acordo há muito tempo. Entretanto, até hoje o Parlamento do Brasil não o ratificou.

Infelizmente, o acordo ficou guardado, durante cinco anos, na gaveta do Deputado Federal Bala Rocha, Relator do acordo na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, sem uma explicação consistente. Após ser pressionado pelo governo francês, o Governo da Presidente Dilma Rousseff desengavetou o acordo e o aprovou na Comissão de Relações Exteriores, na de Integração Nacional, na Desenvolvimento Regional e da Amazônia e na de Justiça e Cidadania. Ou seja, já passou por todas as comissões. O acordo está pronto para ser votado no plenário da Câmara de Deputados faz meses.

Infelizmente, o acordo foi retirado da pauta de votação da Câmara dos Deputados por solicitação de parte da Bancada do Amapá, que exige do Governo brasileiro compensações para o Estado. Nesse sentido, eu gostaria de lembrar que a União, o Governo Federal, alocou para a Prefeitura do Oiapoque R$16 milhões para atender com água toda a população do Oiapoque, e esse dinheiro foi, simplesmente, desviado. O resultado é que, há dez dias, a Polícia Federal fez uma operação: prendeu o ex-Prefeito, que deixou o cargo no final do ano passado, e também o superintendente da Funasa, que se encontra preso até hoje, em função de suspeita de ter desviado essa contribuição da União.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – A demora na votação do acordo é inadmissível e inexplicável, afinal está claro que é preciso aprovar o acordo no Congresso Nacional para a inauguração da ponte e para regularizar a circulação de bens e de pessoas pela fronteira, o que aumentará a integração entre o Amapá e o Brasil com os países do Platô das Guianas: Suriname, República das Guianas, Venezuela e, inclusive, com os Estados de Roraima e Amazonas.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Na visita à França, em dezembro de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente François Hollande assinaram uma declaração conjunta, na qual o oitavo ponto é consagrado à cooperação Amapá-Guiana. Os Presidentes se comprometeram a estabelecer acordos sobre o transporte rodoviário internacional de passageiros e de mercadorias, sobre estabelecimento de um regime especial transfronteiriço para os produtos de subsistência entre Saint-Georges de l'Oyapock e Oiapoque.

Também se comprometeram a criar um documento comum para a população transfronteiriça: delimitar o território e os beneficiários, os pontos de passagem e os direitos e deveres dos beneficiários de ambos os lados, entre outros aspectos.

Finalmente, ambas as partes afirmaram a vontade de fortalecer a cooperação sobre os graves problemas de interesse comum: garimpo ilegal, pesca ilícita e imigração clandestina.

É uma vergonha para nós, brasileiros, que o lado francês da Ponte Binacional esteja pronta desde junho de 21011 (*Fora do microfone.*) até hoje.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Estou encerrando, Sr. Presidente. Que o Governo brasileiro não tenha tido a competência de terminar sua parte da obra para que ela possa ser inaugurada.

Inclusive, o acesso brasileiro à ponte, obra delegada pelo DNIT ao Governo do Amapá, está apenas aguardando a construção da aduana para receber o asfalto, haja vista que não seria correto fazer o asfaltamento para depois refazê-lo.

Mais vergonhoso ainda é que o Parlamento brasileiro não ratifique um acordo assinado em dezembro de 2008 pelo ex-Presidente Luiz Inácio, do Brasil, e Nicolas Sarcozy, da França, e já ratificado pelo parlamento francês.

Por isso, apelo ao Presidente da Câmara, Deputado Henrique Alves, para que coloque em votação o acordo França-Brasil, pois, dessa forma, estaremos cumprindo a parte que nos cabe para o avanço das relações entre o Brasil e a França. E, para o desenvolvimento do Amapá, é fundamental olhar...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – ...cooperação com os países limítrofes, com os países fronteiriços nossos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Em nome da Presidência, reitero o apelo que V. Exª faz ao Presidente da Câmara.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Vital do Rêgo, que para orgulho nosso preside a sessão, sei que V. Exª já fez um comentário sobre a morte do nosso querido amigo Marcelo Déda, mas não poderia deixar de encaminhar à Mesa um voto de pesar e sei que naturalmente outros vão encaminhar. Assim, se V. Exª permitir, eu gostaria de ler este voto de pesar, pois fui colega dele, fomos Deputados juntos, parceiros de muitos momentos. Eu tinha, como tenho, muito respeito pela imagem e pelas ideias dele.

Exmº Sr. Vital do Rêgo, Presidente da sessão, requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à esposa e filhos do Governador Marcelo Déda.

Faleceu, como V. Exª já lembrou, na madrugada desta segunda-feira, 2 de dezembro, aos 53 anos, o Governador de Sergipe, que estava internado no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, para tratar de um câncer de estômago e pâncreas.

Marcelo Déda era advogado, militante do PT desde 1985 e conquistou o seu primeiro cargo político em 1986, quando foi eleito deputado estadual com mais de 30 mil votos.

Retornou à política em 1994, quando foi eleito Deputado Federal, sendo reeleito na Câmara em 1998.

Em 2000, por vontade soberana do povo, foi escolhido Prefeito de Aracaju e começou o primeiro mandato em 2001, sendo reeleito em 2004.

Déda, como era chamado, foi eleito Governador de Sergipe em 2007 e reeleito em 2011, e cumpriria mandato até 2014.

O amigo e companheiro deixa uma bela trajetória política e uma lacuna que não será preenchida no Partido dos Trabalhadores.

Nas redes sociais, a família postou a seguinte mensagem: "O céu acaba de ganhar mais uma estrela, Marcelo Déda 'voou nas asas da quimera'. Paz & Bem".

Deixamos aqui registrado, Sr. Presidente, não só em nome do PT, mas, creio eu, em nome de todos aqueles que o conheciam e acompanharam a sua história e a sua trajetória este nosso voto de pesar. E peço que seja enviado para a Srª Eliane Aquino, esposa, e aos filhos, Marcella, Yasmim, Luísa, João Marcelo e Mateus.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim, o voto de pesar de V. Exª encarna o sentimento de toda a Casa. Está determinada a sua publicação e as imediatas providências regimentais. Devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, tivemos, hoje pela manhã, uma audiência pública para discutir a situação da Boate Kiss, após o lamentável episódio em que perderam a vida 242 pessoas.

Realizei audiência pública a pedido dos familiares, que entendiam que providências deveriam ser tomadas para o atendimento dos familiares e a investigação devida de todos os fatos que levaram àquele episódio que tirou a vida dos 242 jovens, pela menos na sua ampla maioria.

Nessa reunião, Sr. Presidente, houve alguns encaminhamentos que passo a ler aqui, até porque sei que, principalmente, o povo gaúcho está acompanhan-

do passo a passo essa questão que chocou o Brasil e o mundo.

Encaminhamentos:

1) vamos encaminhar ofício ao Ministro da Justiça para que seja agilizado o anteprojeto de lei que regulamenta a prevenção e o combate a incêndio, a fim de que a mensagem da Presidenta Dilma chegue ao Congresso o mais rápido possível;

2) elaborar projeto de lei para estabelecimento de uma política nacional de antídotos, prevendo o treinamento médico, fornecimento e distribuição de medicamentos e antídotos, nos moldes do Sistema Nacional de Antídotos (Sinant), criado em 1993. Disse a doutora que cuidou diretamente de dezenas e dezenas ou centenas de pessoas que ficaram intoxicadas que esse antídoto não existe no Brasil e que foram necessários três, quatro, cinco dias para que chegasse. Que tenhamos esse tipo de antídoto, no caso de incêndio, por exemplo, ao alcance da população;

3) elaborar lei para o apoio público nas áreas de saúde, trabalho e previdência social às vítimas e seus familiares, em caso de tragédias. Um dos advogados lá presentes trouxe-me legislação que existe na Argentina, que eu, de imediato, me comprometi a transformar em lei, para que tenhamos um tipo de seguro, um fundo de atendimento aos familiares quando perdem seus entes queridos. No caso, por exemplo, houve uma família que perdeu o pai e os dois filhos. Restou a mães, que não tem como se manter, não tem como viver. Ela não trabalhava, era dona de casa. Como fica uma situação como essa?

4) diligência para fiscalizar a atuação dos Poderes Públicos na situação atual pós-tragédia de Santa Maria. Que a Comissão vá a Santa Maria e acompanhe a situação dos familiares;

5) elaboração de política de incentivo à cultura.

Em resumo, os universitários querem, Sr. Presidente, que haja, principalmente nas universidade públicas, um espaço em que os jovens possam se formar, ali a sua festa de formatura sem ter de ir para uma boate. Alugam, pagam uma fortuna e, naquele caso, o lugar virou um caldeirão, onde as pessoas morreram.

Essas são algumas das sugestões que foram retiradas do evento.

A criação de políticas públicas. Muitas delas poderão ser implementadas a partir do próprio Estatuto da Juventude, do qual tive a satisfação de ser o relator e a Casa aprovou.

Falaram também da importância da criação de uma central de atendimentos para casos como esse.

Quero agradecer muito aos que lá estiveram. Por exemplo, o Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, ocorrida na Boate Kiss, em Santa Maria, que me procurou em Canoas, Rio Grande do Sul, para que eu encaminhasse essa audiência, o Sr. Adherbal Alves Ferreira; o Vice-Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, ocorrida na Boate Kiss, Sr. Walter Souza Cabistani, assim como o Sérgio; o Alex Monaiar, estudante que aqui representou os estudantes, ele que é estudante de Psicologia e que coordena o Diretório Central dos Estudantes daquela universidade; a Drª Solange Garcia, Professora da Universidade do Rio Grande do Sul, sua especialidade é toxicologia e foi ela quem propôs essa lei; Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS do Ministério da Saúde, que relatou todo o apoio que o Ministério deu naquele episódio e que está acompanhando; José Eduardo Fogolin, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, que fez também uma bela exposição; Luiz Fernando Smaniotto, que é advogado da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, que foi quem me sugeriu esse projeto do fundo – baseado em uma lei da Argentina –, que já encaminhei; e o Cel. Alexandre Augusto Aragon, que ali representou o Ministério da Justiça, principalmente a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Força Nacional.

Foram muito elogiados por todos, bombeiros, Polícia Militar, Exército e Aeronáutica, pelo apoio que deram a todos naquele momento.

Mas, Sr. Presidente, como eu estava lá presidindo aquela reunião, não pude vir ao plenário. Eu mesmo era autor de uma sessão de homenagem ao Diap. Como só pode ser na segunda-feira, a única segunda-feira livre a partir do meio-dia era essa segunda.

E como eu tive de ficar lá, e a audiência só terminou por volta de 13h30, 14h, eu vim ao plenário, fiz a abertura e uma pequena saudação ao Diap. Mas quero, neste momento, deixar o meu pronunciamento aqui, como se o tivesse feito hoje pela manhã, na íntegra, Sr. Presidente. E vou fazer a leitura rápida.

Quero saudar aqui os Senadores e Senadoras, autoridades e sindicalistas.

O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) foi fundado em 19 de dezembro de 1983. Portanto, daqui a 17 dias, completará 30 anos.

O Diap foi criado para atuar junto aos Poderes da República, em especial ao Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às Assembleias Legislativas

e Câmaras de Vereadores, no sentido de fortalecer a legislação na visão dos trabalhadores do campo, da cidade, aposentados e pensionistas, na transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais dos trabalhadores.

O Diap é um instrumento dos trabalhadores que foi idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual Diretor-Técnico da entidade.

É constituído por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, congregando centrais, confederações, sindicatos e associações, distribuídas em todos os Estados e no DF. Exercem o comando político-sindical do Diap as próprias entidades.

Sua diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais. O atual Presidente é Celso Napolitano, do Sindicato dos Professores de São Paulo.

O Diap oferece vários produtos e serviços para as entidades filiadas e para o público em geral.

Diariamente, confecciona a Agência Diap, enviada aos filiados por *e-mail* e disponibilizada na página do Departamento na internet.

Com periodicidade mensal, publica o *Boletim* e o *Jornal do Diap*. Além disso, edita séries anuais, como *Os Cabeças do Congresso Nacional* e a *Agenda para Falar com os Poderes*. Faz publicações, estudos técnicos, estudos políticos, cadernos de debate e atuação parlamentar, com destaque para a *Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2011-2015*; *Por dentro do governo – como funciona a máquina pública*; *Para que serve e o que faz o movimento sindical*; *Noções de Política e Cidadania*. Ressalta-se a edição histórica *Quem Foi Quem na Constituinte*, que rastreou e acompanhou, Senador Mozarildo, a atuação de cada Parlamentar.

A história do Diap é uma histórica bonita, que orgulha a todos nós. O Diap tem cumprido um papel fundamental no Congresso, fazendo a ponte com o conjunto do movimento sindical brasileiro. Eu diria, inclusive, Senador Rollemberg, que presidiu a sessão – o que foi muito importante, porque dividimos, assim, a responsabilidade do evento –, que as principais conquistas aprovadas, principalmente, no processo de elaboração da Constituição de 1987 e 1988, tiveram, na visão dos trabalhadores, a marca do Diap.

Tive o privilégio de compartilhar com a equipe do Diap momentos memoráveis. Lembrei, hoje pela manhã, e lembro agora aquele encontro que tivemos na Federação dos Trabalhadores na Agricultura, onde elaboramos o texto básico que serviu para a defesa que fizemos ali, naquele momento em que os Constituintes discutiam, principalmente, o Título "Da Ordem Social", nos capítulos sobre os servidores públicos e a Previdência.

Escrevemos, no Diap também, o *ABC da Política Salarial*, quando presidia, ainda, a Comissão do Trabalho, que até hoje é uma referência que ajudou a construção da atual política de salário mínimo para o País.

Sr. Presidente, ao longo desses quase 30 anos, o Diap cumpriu esse papel de ajudar a formular, ajudar a informar, de contribuir com o debate, subsidiar argumentos fortes para nós todos, na linha de interesse do nosso povo, aqui dentro e no debate público, mesmo lá fora.

O Diap, eu diria, é um marco na história do Parlamento brasileiro. Parabéns aos seus diretores, ao Presidente Celso Napolitano, a todos os integrantes do corpo técnico, entre eles, Ulisses Riedel e Antônio Augusto de Queiroz.

O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) cumpre o seu papel na história. Nos seus 30 anos, ele deixou marcado, em muitos e muitos momentos, um papel fundamental na defesa, sempre, dos interesses dos trabalhadores.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda fazer um registro sobre o que está acontecendo hoje no Rio de Janeiro. A ONG Instituto FGTS Fácil promoverá no dia de hoje, 2 de dezembro, no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, no Rio de Janeiro, um importante debate sobre as propostas de mudanças da Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O evento, denominado Fórum FGTS 47 Anos – Justiça para o Trabalhador, pretende, como sugere o nome, buscar fórmulas que beneficiem milhões de trabalhadores brasileiros cujas contas vinculadas integram os recursos do Fundo.

Autor do PLS n° 581/2007, que propõe mudanças na legislação do Fundo para melhorar a remuneração das contas vinculadas, fui convidado pela entidade promotora para participar do evento. Não pude, porque tinha que estar aqui devido a essas duas agendas de hoje pela manhã. Mas quero, de imediato, dizer ao Instituto FGTS Fácil que, se estivesse lá, defenderia, sim, com muita consciência e com muita tranquilidade – sei que tenho o apoio deles – que o Fundo de Garantia é uma poupança nossa e deveria ser corrigido conforme a poupança, algo em torno de 1% ao mês. E hoje recebe 3% ao ano.

Na verdade, o FGTS é o fruto do trabalho diário dos trabalhadores. Eles teriam mais que o direito de receber, no ato da aposentadoria, pelo menos como se estivessem guardando o dinheiro na poupança. E os que fossem demitidos receberiam o dinheiro.

Enfim, muitas são as perdas. Essas perdas são discriminadas no citado projeto, e aqui destaco de onde:

a) de fraudes nas empresas, especialmente pelo não recolhimento das parcelas mensais ou das multas a serem aplicadas, no valor estimado de R$80 bilhões;

b) de expurgos dos Planos Econômicos Bresser e Collor II, não reconhecidos pela Justiça Federal, no montante estimado de R$34 bilhões;

c) da não aplicação dos índices compatíveis de atualização monetária, com impacto calculado em R$67 bilhões; além de outras fraudes e de ditos "erros" – entre aspas – bancários, que lesavam o patrimônio dos trabalhadores em mais de R$16 bilhões.

Esses números hoje estão evidentemente ultrapassados. Calcula-se que somente a manutenção da TR, como fator de atualização monetária dos saldos, seja responsável por um expurgo ou um prejuízo de R$210 bilhões e que mais R$27 bilhões poderiam engordar as contas vinculadas...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... se houvesse sido adotada a divisão, à base de 50%, dos lucros líquidos resultantes dos financiamentos e investimentos.

Uma das fórmulas propostas no PLS n° 581/2007, para minimizar os prejuízos dos trabalhadores – pauta essa que coincide com a pauta do fórum que está se realizando neste momento – é buscar que haja a correção pelo menos de acordo com o processo correspondente à aplicação da poupança.

Sr. Presidente, eu faço aqui um longo pronunciamento, valorizando o Fundo de Garantia e querendo que ele seja considerado uma poupança do trabalhador, repito, para que ele, no momento em que mais precisar, possa contar com esse dinheiro que é fruto do seu suor, do seu trabalho e – por que não dizer? – até de suas lágrimas muitas vezes.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que considere na íntegra todos os meus pronunciamentos.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero saudar aqui os senadores e as senadoras presentes, autoridades, sindicalistas.

O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – foi fundado em 19 de dezembro de 1983. Portanto, daqui 17 dias completará 30 anos.

O DIAP foi criado para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais da classe trabalhadora.

É um instrumento dos trabalhadores que foi idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual Diretor-Técnico da entidade.

É constituído por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores congregando centrais, confederações, sindicatos e associações distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal, que exercem o comando político-sindical do DIAP.

Sua diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais. O atual presidente é Celso Napolitano, do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro/SP).

O DIAP oferece vários produtos e serviços para as entidades filiadas e para o público em geral.

Diariamente, confecciona a Agência DIAP, enviada aos filiados por e-mail e disponibilizada na página do Departamento na Internet.

Com periodicidade mensal, publica o Boletim e o Jornal do DIAP.

Além disso, edita séries anuais como Os "Cabeças" do Congresso Nacional e Agenda Para Falar com os Poderes e outras publicações: Estudos Técnicos, Estudos Políticos, Cadernos-Debate e Atuação Parlamentar com destaque para Radiografia do Congresso Nacional – Legislatura 2011 – 2015; Por dentro do governo – como funcional a máquina pública; Para que serve e o que faz movimento sindical; Noções de Política e Cidadania no Brasil.

Ressalta-se a edição histórica Quem foi Quem na Constituinte, que rastreou a atuação dos parlamentares durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, a história do DIAP é uma história bonita que orgulha todos nós. O DIAP tem cumprido um papel fundamental aqui no Congresso Nacional fazendo a ponte com o conjunto do movimento sindical.

Eu diria, inclusive, que as principais conquistas aqui aprovadas, principalmente no processo da elaboração da nova Constituição (1987/1988) tiveram a marca do DIAP.

Tive o privilégio de compartilhar com a equipe do DIAP momentos memoráveis em defesa dos trabalhadores do setor privado, dos servidores públicos e dos aposentados e pensionistas, não apenas na Constituinte, quando fui membro titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, mas na sua regulamentação e na resistência às investidas contra os direitos dos trabalhadores.

Na elaboração da primeira lei de salário mínimo e de política salarial estava lá o DIAP dando a sua contribuição, inicialmente fornecendo o texto-base, depois na luta pela derrubada dos dois vetos e, finalmente, na celebração da derrubada dos vetos, quando escreveu a cartilha ABC da Política Salarial", editada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

O DIAP também contribuiu na elaboração da lei de anistia dos demitidos no Governo, no inicio dos anos 90, que alguns conhecem como Lei Paulo Rocha e outros a chamaram de Lei Barelli.

Srªs e Srs., eu poderia falar outras exemplos da atuação e colaboração do DIAP aqui no Congresso.

Ao longo desses quase trinta anos o DIAP cumpriu esse papel de ajudar a formular, de ajudar a informar, de contribuir com debates, de subsidiar com argumentos fortes para que os deputados e senadores pudessem então defender o interesse do nosso povo aqui dentro e, como sempre tenho dito, divulgar o que realmente aqui dentro acontece, já que sabemos que não é fácil dar informação precisa para aqueles que mais delas necessitam, que são os trabalhadores.

O DIAP, eu diria, é um marco na história do Parlamento brasileiro.

Parabéns aos seus diretores, ao presidente Celso Napolitano, a todos integrantes do corpo técnico, entre eles Ulisses Riedel e Antonio Augusto de Queiroz.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ONG "Instituto FGTS Fácil" promoverá, na próxima segunda-feira, 2 de dezembro, no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, no Rio de Janeiro, um importante debate sobre as propostas de mudanças na Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o funcionamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O evento, denominado Fórum FGTS 47 Anos – Justiça para o Trabalhador, pretende, como o nome sugere, encontrar fórmulas que beneficiem milhões de trabalhadores brasileiros cujas contas vinculadas integram os recursos do Fundo.

Autor do PLS nº 581/2007, que propõe mudanças na legislação do Fundo de Garantia para melhorar a remuneração das contas vinculadas, fui convidado pela entidade promotora para participar do evento na condição de expositor.

Impossibilitado de comparecer, em razão de compromissos assumidos anteriormente, quero de público reiterar meus agradecimentos ao Instituto FGTS Fácil e também tecer alguns comentários sobre essas iniciativas que visam proteger o patrimônio do trabalhador brasileiro.

Antes, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, devo salientar que o projeto que encaminhei ao exame desta Casa Legislativa, em 2007, tinha o caráter de iniciativa popular.

Na verdade, era o fruto de um esforço coletivo – uma iniciativa do Instituto FGTS Fácil, que foi elaborado com a contribuição de técnicos, sindicalistas e trabalhadores, e que reuniu cerca de 1 milhão e 260 mil assinaturas.

À época, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço completava 40 anos, e já então, ressalvados os benefícios que trouxe à classe trabalhadora, representava uma perda estimada em 197 bilhões de reais aos titulares das contas vinculadas.

Essas perdas são discriminadas no citado projeto, e em sua maior parte derivavam:

> **a)** de fraudes nas empresas, especialmente com o não recolhimento das parcelas mensais ou das multas a serem aplicadas, no valor estimado de 80 bilhões de reais;
> **b)** de expurgos dos planos econômicos Bresser e Collor II, não reconhecidos pela Justiça Federal, no montante estimado de 34 bilhões de reais;
> **c)** da não aplicação dos índices compatíveis de atualização monetária, com impacto calculado em 67 bilhões de reais; além de outras fraudes e de erros bancários, que lesavam o patrimônio da classe obreira em mais 16 bilhões de reais.

Esses números, hoje, estão evidentemente ultrapassados. Calcula-se que somente a manutenção da TR como fator de atualização monetária dos saldos seja responsável por um expurgo superior a 210 bilhões de reais; e que mais 27 bilhões de reais poderiam engordar as contas vinculadas se houvesse sido adotada a divisão, à base de 50%, dos lucros líquidos resultantes dos financiamentos e investimentos.

Uma das fórmulas propostas no PLS nº 581/2007 para minimizar os prejuízos dos trabalhadores – a qual coincide com a pauta do Fórum a realizar-se na segunda-feira –, é exatamente a adoção de novo índice de atualização monetária para atualizar o saldo das contas do Fundo de Garantia.

Nesse caso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) seria adotado em substituição à Taxa Referencial (TR).

O objetivo básico dessa proposta, Senhor Presidente, como se percebe, é evitar que as contas vinculadas dos trabalhadores continuem acumulando

prejuízos pela adoção de um índice que não repõe as perdas inflacionárias.

Adicionalmente, essa medida implicaria um aumento no saldo do Fundo de Garantia, o que equivale a dizer aumento dos recursos destinados aos investimentos.

Outra proposta do projeto que há seis anos trouxe à apreciação deste colendo Plenário é o repasse, para os trabalhadores, de 50% dos lucros obtidos com os recursos do fundo utilizados para os financiamentos de casa própria e obras de infraestrutura e saneamento básico.

Com essa medida, deve-se observar, o trabalhador passaria, finalmente, a receber uma parte dos lucros obtidos com a aplicação do seu próprio dinheiro; e o aumento no saldo das contas vinculadas, ao mesmo tempo, aumentaria a capacidade de novos investimentos.

O PLS nº 581/2007 encaminha outras propostas concernentes ao funcionamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mas restrinjo-me à explicitação desses dois itens por coincidirem com a pauta do Fórum FGTS 47 Anos – Justiça para o Trabalhador; e, também, por serem propostas já encampadas por entidades sindicais e outras representativas dos interesses da classe obreira.

Por oportuno, gostaria de destacar, ainda que brevemente, como ocorre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia.

Como se sabe, os saldos das contas vinculadas do Fundo são provenientes dos depósitos mensais, pelos empregadores, do valor correspondente a 8% do salário de cada empregado.

A correção mensal desses depósitos se faz com a aplicação de duas taxas: a TR, Taxa Referencial, que é o fator de atualização monetária, adotada em 1991, à qual o Banco Central aplicou um redutor; e uma taxa de valorização do saldo, fixada em 3% ao ano, a título de capitalização dos juros.

Os recursos que passam a compor o fundo, como é do conhecimento geral, financiam investimentos de natureza social nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana.

A forma de correção dos depósitos vinculados ao FGTS sofreu, desde 1966, quando o Fundo foi instituído, diversas mudanças, até chegar à fórmula vigente, nos termos da Lei nº 8.036, de 1990, a chamada "nova lei do FGTS".

A atualização monetária do saldo das contas vinculadas, no período em que predominavam as altas taxas de juros, ficava próxima dos indicadores tradicionais da inflação, chegando eventualmente a superá-los.

Entretanto, Sr. Presidente, a partir de 1998 se observaria um crescente distanciamento da TR em comparação com o INPC.

> *"Essa tendência – anotou o DIEESE em recente e fundamentado estudo sobre a questão –, deveu-se, por um lado, à queda da taxa de juros da economia; e, por outro, aos critérios implícitos na definição do redutor constante da metodologia de cálculo da TR".*

A disparidade entre o rendimento das contas vinculadas e os resultados do FGTS se tornou mais notória à medida que melhorava o desempenho da economia brasileira, com crescimento das taxas de emprego, aumento real dos salários e formalização nos novos postos de trabalho.

No citado estudo, o DIEESE demonstra ter ocorrido, no período de 2000 a 2011, "forte discrepância entre o rendimento do Fundo e o rendimento dos cotistas".

Em todos esses anos, as contas vinculadas dos trabalhadores tiveram um rendimento muito inferior ao do Fundo, na maioria das vezes não alcançando metade da taxa de retorno das aplicações.

Além disso, em dez dos 12 anos pesquisados os rendimentos dos trabalhadores foram inferiores até mesmo à inflação do período.

Diante dessa situação, o DIEESE, no mesmo rumo do PLS nº 581/2007 e da pauta do Fórum FGTS 47 Anos – Justiça para o Trabalhador, propõe a modificação da fórmula de cálculo da Taxa Referencial ou a adoção de outra forma de atualização dos saldos das contas vinculadas.

Essa questão é de grande importância, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, em função da magnitude desse instituto que é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A própria Caixa Econômica Federal, gestora do Fundo, reconhece que ele é um patrimônio dos trabalhadores brasileiros, além de instrumento indutor do desenvolvimento, de geração de empregos e de programas sociais nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana.

Para termos uma ideia de sua abrangência, basta dizer que o FGTS liberou, no ano passado, nada menos que 108 bilhões de reais, entre financiamentos, saques e investimentos; que teve uma arrecadação líquida, recorde, aliás, de 18 bilhões de reais; e que concedeu 6 bilhões e 700 milhões de reais em descontos para 379 mil mutuários com renda familiar de até seis salários mínimos.

Ao todo, o Fundo compreende mais de 112 milhões de contas ativas; e dos 65 bilhões de reais em saques pagos aos trabalhadores, 13 bilhões contem-

plaram brasileiros residentes no Japão, Estados Unidos, França, Inglaterra, Bélgica, Irlanda, Luxemburgo e Holanda.

Seus investimentos em programas sociais beneficiaram 9 milhões de pessoas e possibilitaram a geração de 1 milhão e 300 mil empregos diretos.

Esses, Sr. Presidente, são alguns números, sem dúvida eloquentes, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. São investimentos e programas que revelam sua magnitude.

É preciso não perder de vista, entretanto, que todos os recursos envolvidos nessas políticas públicas têm sua origem nas contas vinculadas dos trabalhadores, ou seja, são um patrimônio do trabalhador brasileiro, que está sendo mal remunerado pelo uso do seu dinheiro.

É compreensível, e até desejável, que o Fundo logre obter rendimentos de seus investimentos e financiamentos.

O que não é compreensível é que o trabalhador, dono desses recursos, não tenha participação nos lucros líquidos e, muito frequentemente, sequer atualização monetária compatível para evitar perdas inflacionárias.

O Fórum FGTS 47 Anos – Justiça para o Trabalhador, propõe um amplo debate visando corrigir essas distorções. Além da troca da TR pelo INPC, para a atualização monetária das contas vinculadas, constam da pauta a destinação de 50% do lucro líquido do Fundo para as contas dos trabalhadores; o repasse de 50% das multas pagas pelas empresas, em recolhimentos atrasados, para o trabalhador prejudicado; e a adoção de paridade no Conselho Curador do FGTS, entre outras medidas.

Lamentando, Sr. Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, não poder participar do Fórum patrocinado pelo Instituto FGTS Fácil, senti-me impelido a trazer a Vossas Excelências essas reflexões acerca das mudanças que se propõem ao Fundo de Garantia.

Por ser um instrumento indutor do desenvolvimento, da geração de empregos e da melhoria da qualidade de vida; e substancialmente por ser um fundo constituído pelo patrimônio dos trabalhadores, acredito que os verdadeiros donos desses recursos merecem um tratamento melhor no que concerne ao rendimento de suas contas vinculadas.

Para finalizar, Sr[a]s e Srs. Senadores, gostaria de citar os projetos de minha autoria que versam sobre o tema FGTS:

SF PLS 361/2012 que dispõe sobre a política de valorização dos benefícios da previdência social

SF PLS 69/2011 que altera a Lei nº 9.496/1997, e a MP nº 2.185-35/2001, para permitir que operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinadas aos entes públicos para investimentos em saneamento e habitação sejam excluídas do cálculo do limite de endividamento

SF PLS 371/2009 que altera o art. 20 da Lei nº 8.036/1990 para permitir a movimentação do FGTS no caso que específica.

SF PLS 466/2009 Ementa: Modifica a Lei nº 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para autorizar os titulares de contas a aplicarem até 10% (dez por cento) de seu saldo em fundos de investimento que aplicam seus recursos em projetos de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal

SF PLS 535/2009 Ementa: Altera a Lei nº 5.859/1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

SF PLS 263/2007 Ementa: Acrescenta § 21 ao art. 20 da Lei nº 8.036/1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para os aposentados que voltam a trabalhar e dá outras providências

SF PLS 581/2007 Ementa: Altera a Lei nº 8.036/1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências"

SF PLS 586/2007 Ementa: Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036/1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais

SF PLS 126/2006 Ementa: Acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei nº 8.036/1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação. Outros Números: CD PL. 1648/2007

SF PLS 12/2004 Ementa: Altera o artigo 2º da Lei 10555/2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R$ 100,00 (cem reais), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências

SF PLS 68/2004 Ementa: Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar

SF PLS 143/2004 que dispõe sobre a redução dos encargos sociais que incidirem sobre as contratações que representem acréscimo no número de empregados

SF PLS 308/2004 Complementar Ementa: Prorroga o prazo para se firmar o Termo de Adesão, relativo aos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar nº 110/2001

SF PLS 358/2004 Complementar Ementa: Altera a Lei Complementar nº 110/2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências

SF PLS 22/2003 que permite a movimentação do FGTS para reconstrução de casa própria destruída em razão de acidentes graves

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Constarão na íntegra os três pronunciamentos de V. Exª, a alusão á comemoração do Diap e o pronunciamento mais forte, mais contundente, falando em nome das vítimas do incêndio da Boate Kiss.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.418, DE 2013

Excelentidssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR a esposa e filhos do Governador Marcelo Déda.

JUSTIFICAÇÃO

Faleceu na madrugada desta segunda-feira (2 de dezembro), aos 53 anos, o Governador de Sergipe, que estava internado no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, para tratar de um câncer de estomago e pâncreas.

Marcelo Déda era advogado, militante do PT desde 1985 e conquistou o seu primeiro cargo político em 1986, quando foi eleito deputado estadual com mais de 30 mil votos.

Retornou à política em 1994, quando foi eleito deputado federal, sendo reeleito na Câmara em 1998.

Em 2000, foi escolhido prefeito de Aracaju e começou o primeiro mandato em 2001, sendo reeleito em 2004.

Déda, como era chamado, foi eleito governador de Sergipe em 2007 e reeleito em 2011, e cumpriria mandato até 2014.

O amigo e companheiro deixa uma bela trajetória política e uma lacuna no Partido dos Trabalhadores.

Nas redes sociais a família postou a seguinte mensagem:

"O céu acaba de ganhar mais uma estrela, Marcelo Déda voou 'nas asas da quimera'. Paz & Bem".

Deixamos registrado aqui nossa mais profunda tristeza.

Gostaria que o presente VOTO DE PESAR fosse enviado para Sra. Eliane Aquino, esposa, e aos filhos Marcella, Yasmim, Luísa, João Marcelo e Mateus.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2013.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

Dados para Correspondência

Palácio do Governo do Estado, Av. Adélia Franco, 3305 - Grageru - Aracaju/SE - CEP: 49020-040.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Transfiro a Presidência.

O próximo orador é o Senador Rodrigo Rollemberg e, depois, o Senador Mozarildo Cavalcanti, por ordem de inscrição.

O Sr. Vital do Rêgo deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o meu primeiro registro na tarde de hoje o faço com profunda tristeza, Senador Paulo Paim. Soube que V. Exª já se referiu e também o Senador Vital do Rêgo ao falecimento do Governador Marcelo Déda.

Todos aqui sabem da minha origem sergipana. Os meus pais são de Sergipe, nós mantemos ainda um profundo vínculo com o Estado de Sergipe. Portanto, o falecimento de Marcelo Déda nos toca profundamente.

Marcelo Déda foi um Político com P maiúsculo. Foi um político que soube aliar uma grande capacidade de diálogo, uma grande capacidade de formulação e uma grande capacidade de execução. Mas também era um grande orador, talvez um dos maiores oradores desta geração. Aliás, não tenho dúvida de que Marcelo Déda foi um dos políticos mais brilhantes desta nova geração de políticos.

Logo cedo, ingressou no Partido dos Trabalhadores. Elegeu-se pelo Partido dos Trabalhadores, contando sempre com a militância de Sergipe. Foi um excelente prefeito, que modificou completamente a cidade de Aracaju.

Vinha sendo um governador cujo trabalho foi reconhecido pela população do Estado, tanto que recentemente, na última eleição, foi reeleito.

Eu sempre digo, Senador Paulo Paim, que as pessoas que têm ido ao Estado de Sergipe, especialmente a Aracaju, têm ficado muito impressionadas porque a cidade melhorou, como é uma cidade bonita, como é uma cidade bem cuidada. E, sem tirar o mérito de prefeitos anteriores e de prefeitos posteriores a Marcelo Déda, é importante registrar que Aracaju mudou de forma substantiva a partir da gestão de Marcelo Déda.

Perde Sergipe, perde o Brasil, perde o Partido dos Trabalhadores e perdemos todos nós que lutamos por um país justo, solidário e generoso.

Marcelo Déda era um político correto, um político honesto, um político competente e um político que, embora tenha galgado cargos muito importantes, até o maior do seu Estado, como o de governador, nunca perdeu a sua simplicidade, a sua proximidade com a população.

Eu me lembro – e isso me marcou profundamente – que, num desses Pré-Caju, eu estava em Aracaju, de férias, que é um evento que antecede o carnaval em Aracaju; Déda, como governador, se misturou àquela multidão, sem segurança, como um aracajuano, como um sergipano que estava ali extravasando a sua alegria,

Eu quero aqui cumprimentar a sua esposa; trazer nossa solidariedade, nossas condolências à sua esposa, Eliane Aquino, a seus cinco filhos, aos seus amigos e a todos que tiveram o prazer de conviver com Marcelo Déda, que, além de todas essas qualidades, era um bom amigo, um bom companheiro, uma pessoa extremamente aprazível e extremamente agradável. Tenho certeza de que falo em nome de todos os militantes do Partido Socialista Brasileiro. Nosso Senador Antonio Carlos Valadares, que deve estar neste momento em Sergipe, era um grande amigo, um grande companheiro de Marcelo Déda. E o nosso Presidente, o Governador Eduardo Campos, tinha em Marcelo Deda e em sua esposa Eliane – ele e Renata – dois grandes e queridos amigos, um grande interlocutor sobre as questões que afligem o Brasil, que afligem o Nordeste.

Portanto, Marcelo Déda se foi, mas deixa conosco o seu compromisso, o seu exemplo de compromisso na construção de um Brasil melhor.

Quero aqui também, Senador Paulo Paim, registrar que amanhã, dia 3 de dezembro, será celebrado o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que já representam algo em torno de 1/4 da população do País, ou seja, 45,6 milhões de brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda que estejamos diante de grandes desafios para a garantia plena dos direitos desses brasileiros, não podemos deixar de celebrar os avanços que, apesar de tardios, fazem a diferença no Brasil, que foi um dos primeiros países a assinar a Convenção das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência, ratificada pelo País em 2008.

Lembro que participei ativamente desse processo, ainda como Deputado Federal, e, na ocasião, a grande bandeira histórica levantada pelas pessoas com deficiência se referia à dignidade. Isso porque o nível de desrespeito era tão flagrante e disseminado no Brasil que o combate ainda não tinha tanto foco na autonomia, mas no direito à vida digna – uma batalha essencialmente cultural contra uma visão arraigada que tinha a deficiência como uma doença a ser curada, a ser combatida, e não como uma condição humana a ser respeitada, a ser preservada e valorizada em

nossa sociedade. Foi com a Convenção Internacional que o direito à autonomia e participação passou a ser disseminado no Brasil e no mundo.

Deficiência era muitas vezes tida como ineficiência, porque o princípio que prevalecia era o de que essas pessoas não seriam úteis ao desenvolvimento e, portanto, deveriam estar alijadas, quase que "isoladas em sua limitação". Mas os limites ao nosso desenvolvimento são muito mais complexos do que as limitações do corpo físico – e incluem tantos e mais graves limites no campo econômico, político, social e cultural.

Quando falamos em limites do outro, temos que nos perceber em nossas limitações. Muitas vezes, mais grave do que não poder escutar é não ter disposição para compreender, para perceber o outro. Mais grave do que não poder falar é não ter o espírito aberto ao diálogo, em seu sentido real de troca mesmo, de partilha de saberes. Assim como, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais grave do que não poder ver é não ter a sensibilidade de cultivar uma visão além de si; de saber enxergar como exercício do espírito, e não apenas do corpo, pelas lentes de outra visão de mundo, altruísta, solidária, agregadora.

Faço esta reflexão nesta tribuna porque, para falar de deficiência, qualquer que ela seja, é preciso, antes, entender as limitações, simbolicamente enraizadas pela sociedade, na relação com as pessoas com deficiência. É importante agregar valor cultural a essa discussão. O preconceito, a intolerância e toda forma de discriminação é que são, na verdade, um dos maiores limites, não só para uma sociedade inclusiva, mas para o nosso desenvolvimento.

Estamos falando de 45 milhões de brasileiros e brasileiras, de pessoas que podem e têm muito a contribuir para o pensar e fazer cultural no País, e também para o crescimento econômico, para o crescimento social, para o desenvolvimento da Nação. Estamos falando de eficiência.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se, antes, a bandeira, o discurso inclusivo para pessoas com deficiência se restringia à garantia do direito à proteção integral e à vida digna, hoje ele se fortalece pela garantia de uma vida participativa, pelo desenvolvimento da autonomia, da independência e da emancipação pessoal e social desses cidadãos.

A Convenção Internacional de 2008 foi um marco nesse sentido, porque alicerçou essa mudança jurídica, mas também simbólica, sendo o primeiro tratado de direitos humanos pactuado neste século XXI – e, no caso do Brasil, com *status* constitucional. Após quatro anos de sua ratificação no Brasil, podemos sentir mais os seus avanços no último ano, com a instituição do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – o Plano Viver sem Limites –, lançado em novembro de 2011 pelo Governo Federal, com previsão de investimentos de R$7,6 bilhões até 2014.

O programa já apresenta importantes conquistas nestes primeiros anos de implementação, com ações nas áreas de acessibilidade, assistência social, trabalho, saúde e educação, que incluem: escolas equipadas com recursos multifuncionais, ampliação do transporte escolar acessível e da formação de educadores em Libras (Linguagem Brasileira de Sinais), entre outros avanços.

Hoje o Brasil já discute a implantação de escolas bilíngues para surdos, que é lei, aprovada pelo Congresso. O Plano Viver sem Limites também, aos poucos, muda o Brasil em termos de acessibilidade arquitetônica com calçadas, espaços públicos, espaços de lazer, acesso à escola, ao trabalho e à formação profissional, embora devamos reconhecer que há muito, muito, muito, muito que avançar entre o que está na lei e a prática, entre as intenções e os efetivos gestos para garantir a acessibilidade a todas as pessoas com deficiência neste País.

Amanhã, a Presidenta Dilma Rousseff vai promulgar decreto que permite que as pessoas com deficiência possam se aposentar mais cedo. O decreto regulamenta a Lei Complementar nº 142, de 2013, aprovada pelo Congresso Nacional, que trata da aposentadoria concedida a pessoas com deficiência filiadas ao Regime Geral da Previdência Social, fixando condições diferenciadas para a concessão de aposentadorias por idade e por tempo de contribuição aos segurados.

Não se trata de um novo benefício, mas, sim, de atender a uma demanda histórica dos movimentos sociais ao reconhecer esse direito das pessoas com deficiência, respaldado no princípio da igualdade.

Também quero destacar aqui algumas propostas legislativas em tramitação aqui no Congresso, que merecem apoio especial de nós, Parlamentares.

O PLS nº 250, de 2005, Projeto de Lei Complementar, define critérios especiais para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência. Atualmente, aguarda pauta para discussão aqui no Plenário. Entendo que este é o momento adequado, o momento em que vamos comemorar esta data, para apreciarmos essa matéria no Plenário do Senado Federal.

Também me refiro à importância de a Câmara dos Deputados apreciar e aprovar a Lei Geral dos Concursos, que regulamenta a realização de concursos em âmbito federal. Tive a honra de ser o relator dessa matéria e, atendendo a reivindicação dos movimentos das pessoas com deficiência, de ampliar de 5% para 10%

o número mínimo de vagas disponibilizadas para pessoas com deficiência nos concursos públicos federais.

Também ali definimos que os editais deverão ser distribuídos em Língua Brasileira de Sinais e que os surdos terão também o direito de realizar as suas provas em Libras.

Também quero fazer um apelo especial pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 347, de 2009, hoje em tramitação na Câmara dos Deputados, mas que chegará em breve nesta Casa para discussão. A proposta garante acesso à educação especializada para pessoas com deficiência, sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino.

Também lembro que estamos, neste momento, debatendo o Plano Nacional de Educação, e um dos momentos mais bonitos e participativos dessa discussão foi exatamente quando se debateu a Meta nº 4, quando tivemos uma ampla mobilização das pessoas com deficiência de todo o Brasil, que vieram aqui para defender os seus direitos, o direito de ter uma escola inclusiva, mas também o direito de ter acesso às APAEs e aos Centros de Ensino Especial, entendendo que todos nós somos favoráveis ao ensino inclusivo, mas temos a percepção de que nem todas as escolas estão preparadas para receber todas as pessoas com todos os tipos de deficiência hoje existentes e que, portanto, precisamos trabalhar no sentido de fortalecer o ensino inclusivo, mas sem deixar de reconhecer o papel das APAEs e dos Centros de Ensino Especial.

Tivemos um momento marcante nesse debate, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando o Presidente da Comissão de Educação, Senador Cyro Miranda, e a Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, a meu convite, visitaram o Centro de Ensino Especial, aqui, no Distrito Federal, podendo conhecer a situação, as dificuldades e as peculiaridades de um Centro de Ensino Especial e a necessidade de convivência com as escolas inclusivas.

Tivemos, aqui, na capital, um problema, tratado nessa PEC nº 347, quando o Conselho Regional de Educação do DF proibiu o acesso de alunos com mais de 21 anos ao ensino especial. Depois da mobilização das famílias dos alunos, dos profissionais de ensino e da sociedade, o Governo do Distrito Federal voltou atrás na sua decisão.

Um exemplo concreto do quanto é preciso avançar não só em políticas, mas em consciência e sensibilidade. Na educação, crianças com deficiências representam um terço de todas as crianças fora da escola no Brasil. Mas o que é preciso se compreender é que a escola inclusiva é também saída para a crise do ensino brasileiro. Teremos adultos diferentes quando crianças puderem conhecer e ver de perto o quanto é possível crescer, aprender e se renovar diante das limitações e, principalmente, o que deve ser realmente valorizado na vida.

Eu também gostaria de destacar, como desafio estratégico, o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas. Só assim poderemos construir, de fato, sociedades de conhecimento inclusivas, com tecnologias que podem, e muito, melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiências ao oferecer melhor acesso à informação e ao conhecimento, à educação e à saúde, assim como ao emprego.

Tenho muita honra, Senador Paim, de, como Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, ter lançado, salvo engano, o primeiro edital via Finep para o financiamento de tecnologias assistivas no nosso País.

Eram estas as considerações que eu gostaria de fazer hoje, Sr Presidente, Senador Paulo Paim, que tem um histórico de luta em defesa das pessoas com deficiência.

Os limites não estão definidos pela condição de cada pessoa, mas pela cultura, que dá sentido à vida em sociedade. Avançamos para um novo paradigma, que ainda precisa ser processado não só em políticas, mas em práticas cotidianas. Ao incluir as pessoas com deficiência, não estamos apenas ajudando essas pessoas, mas todos os cidadãos brasileiros a compreender, a lidar e, principalmente, a aprender com a diferença.

Por fim, quero, mais uma vez, aqui, apelar ao Senado para que possa tomar as providências administrativas no sentido de que possamos ter, muito rapidamente, o Senado totalmente acessível às pessoas com deficiência. Tenho cobrado, por exemplo, a interpretação, em Língua Brasileira de Sinais, de nossas reuniões de comissões e de plenário.

O Presidente do Senado comunicou também que aguarda cobrar da diretoria administrativa providências para que, muito em breve, nós tenhamos o Senado completamente acessível às pessoas com deficiência, seja pela interpretação em Língua Brasileira de Sinais... Defendemos que esses intérpretes estejam em todas as portarias, nas comissões, no plenário e também na televisão, na TV Senado, para que todos os surdos possam acompanhar os debates do Senado, além de outras providências do ponto de vista da acessibilidade.

Está aqui um exemplo da cultura brasileira que precisa ser transformada. Aqui, uma pessoa com deficiência, um cadeirante não consegue subir a esta tribuna porque não há acesso às pessoas com deficiência.

Essa é uma mudança de paradigma que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pes-

soas com Deficiência, assinada pelo Brasil, com *status* constitucional, nos impõe para que, efetivamente, tanto nas ações como nos gestos, nas construções, na mobilidade urbana, os hospitais e as escolas, todos os ambientes deste País sejam adaptados à acessibilidade e possam garantir acessibilidade às pessoas com deficiência.

Era este o registro, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que eu gostaria de fazer na tarde de hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permite-me uma rápida manifestação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aloysio Nunes Ferreira com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria compartilhar com V. Exª e com o Senado a tristeza que sinto pela morte de um extraordinário político brasileiro, o Governador Marcelo Déda.

V. Exª me permitiu subscrever com o senhor um requerimento de voto de pesar em que o Senado manifestará a sua consternação pelo desaparecimento do Governador, mas, uma vez que represento a minha bancada na assinatura do requerimento de voto de pesar, eu gostaria de dizer uma rápida palavra de caráter pessoal, pois perdi, com a morte de Marcelo Déda, um grande amigo.

Eu o conheci quando chegamos aqui, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, e, imediatamente, estabeleceu-se entre nós uma grande afinidade, constatamos entre nós uma grande afinidade, não só porque fomos trabalhar na mesma Comissão da Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça, mas também porque, ao longo dos anos em que convivemos, não obstante divergências políticas por sermos de partidos diferentes, por termos orientações políticas distintas, nós sempre mantivemos um diálogo, para mim, muito enriquecedor.

Marcelo Déda era um homem culto, inteligente, era uma personalidade cativante, um brilhantíssimo orador, foi um Deputado que marcou, com sua presença, o Congresso Nacional e deixa em todos nós uma lembrança imorredoura.

Eu tive a oportunidade de ir a Aracaju quando ele era Prefeito. Ele teve a generosidade de me conferir a mais alta condecoração do Município.

Depois, eu o vi outras vezes, em atividades oficiais e também, às vezes, quando ele vinha a Brasília para tratar de assuntos relativos ao seu governo e também em eventos partidários. Sempre que pudemos, nos encontramos.

A morte de Marcelo Déda, realmente, para mim, é uma perda no plano pessoal, além de ser uma perda para a política brasileira.

Eu gostaria que V. Exª, ao encaminhar este voto de pesar, enfatizasse, junto à família do nosso querido Deda, essa minha manifestação, manifestação de alguém que foi seu amigo, seu admirador e que o considera um dos grandes políticos da minha geração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Aloysio Nunes. V. Exª, como Líder da Oposição, na sua fala – permita-me que eu diga isto –, está falando pelo conjunto da Casa. V. Exª tem toda autoridade para falar em nome de todos os Líderes, já que Marcelo Déda foi Deputado, Prefeito e Governador pelo Partido dos Trabalhadores.

Eu faço o registro como se V. Exª tivesse falado por todos os Senadores da República.

Muito obrigado, Senador Aloysio.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, há ocasiões em que até fico constrangido de vir com tanta frequência à tribuna para denunciar situações que o meu Estado está atravessando sob o comando desse Governador que ainda está *sub judice* e que, talvez por isto, está provocando tantos episódios de corrupção e descalabro.

Hoje, recebi a denúncia de profissionais aprovados num concurso para a área de saúde, após terem sido imediatamente admitidos e terem tomado posse, estão sem receber os seus salários há 70 dias. E mais: o governo ainda avisa que vai pagar, talvez, no dia 10, quando então já estarão completando 80 dias de trabalho sem receber os seus salários.

É uma verdadeira afronta à saúde dos cidadãos e um desrespeito para com os funcionários que ele realmente esteja agindo assim. Aliás, vem agindo assim com várias categorias funcionais. Os funcionários da educação já entraram em greve; agora, hoje, entrou

em greve a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Roraima, afora os escândalos tanto em órgãos como a Fundação do Meio Ambiente e o Instituto de Terras de Roraima. Enfim, é difícil encontrar um órgão sequer nesse governo que não esteja sendo vítima da corrupção justamente provocada e comandada por ele.

No entanto, quando um empregador, no caso o Governo do Estado, deixa de tratar os seus servidores públicos como a coisa mais importante para, justamente, servir ao povo deflagra uma situação que mereceria uma apuração adequada, já que o governador vem sistematicamente também atrasando os repasses que, constitucionalmente, tem de fazer ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa.

Então, Roraima realmente está vivendo um momento de desmonte. Esse governador, que recebeu o Estado com cerca de R$100 milhões de saldo em caixa, hoje deve muito mais, talvez, do que R$500 milhões em empréstimos contraídos e em dívidas a pagar a fornecedores, a pequenos empresários, tanto da construção civil quanto de outras áreas, que, coitados, ficam às vezes pegando dinheiro emprestado para poder sanar as suas dificuldades.

Mas, como médico, fico realmente indignado em ver profissionais da saúde há 70 dias trabalhando sem receberem os seus salários, só com uma promessa de pagamento no dia 10, perfazendo, portanto, 80 dias trabalhando sem salário. E somente agora, na sexta-feira, ele pagou os servidores da educação.

Então, vejam: educação e saúde sendo tratadas realmente como uma coisa sem importância, o que, aliás, verdadeiramente, é o que ele tem feito. São desvios de recursos da saúde, desvios de recursos da educação, inclusive com greve do transporte escolar; as escolas caindo aos pedaços. Nos hospitais, falta de tudo, até material de consumo simples, como esparadrapo ou algum remédio de que o paciente precise, caso em que um parente tem de comprar para que seja aplicado no paciente.

Espero muito que Roraima não aguarde até a eleição de 2014 para mudar esse quadro. Ainda confio que o Tribunal Superior Eleitoral vai julgar o processo que existe contra esse governador, pela cassação de seu mandato, que está naquela Corte desde março de 2011. O processo está no quinto relator e nenhum dos quatro relatores anteriores deu parecer contra ou a favor; estão, assim, mantendo o jogo de empurra que só beneficia o governador, pela sua corrupção, que tem dado certo, porque ele continua no exercício do mandato, e que, ao mesmo tempo, presta um desserviço à população de Roraima, ao eleitor que perde a fé, que acredita que não vale à pena votar em pessoas honestas, porque as desonestas terminam triunfando por força, como se diz, de ter "um bom banco" e uma boa banca. Um bom banco vou botar entre aspas, que é o financiador das campanhas, e uma banca de advogados famosos a quem ele paga altos honorários, com certeza, de forma corrupta, haja vista que, quando ele assumiu o governo, era um empresário falido, e, hoje, é dono de mansões e de outros bens de que temos notícia.

Espero realmente que os órgãos de fiscalização, especialmente o Ministério Público estadual, o Tribunal de Contas do Estado, por omissão ou por lentidão, não compactuem com essas coisas.

Eu fico realmente lamentando e espero que também as autoridades federais – Polícia Federal, Tribunal de Contas da União – fiscalizem muito bem essa questão, porque, nesses recursos, há dinheiro federal. É dinheiro federal que não cai do céu, é retirado dos impostos que todos nós pagamos.

Então, eu, como filho de Roraima, como parlamentar que foi Constituinte e que batalhou para que Roraima se transformasse em Estado, saindo daquela figura triste de Território Federal, onde os governadores eram nomeados, onde não havia Tribunal de Justiça, não havia Tribunal de Contas, quando eles pintavam e bordavam... E, agora, que conseguimos, por uma ação minha e dos demais Constituintes, passar os Territórios de Roraima e Amapá a Estados membros da Federação, temos agora o azar de termos um governador que está aí há 7 anos e que só tem colocado o nosso Estado tanto em uma situação de insegurança, porque a Polícia está sucateada, como o tornou um Estado sem saúde, porque não paga sequer os salários dos servidores da saúde, bem assim os da educação.

De um modo geral, o nosso Estado está sendo roubado, deteriorado e quem paga o pato, como se diz no popular, é o povo. Quem paga o pato são os servidores públicos. Como eu disse, os servidores da saúde completarão 80 dias sem receber os salários. São quase três meses!

Isso é um absurdo para um Estado que tem, considerando o valor *per capta*, o melhor índice de recursos *per capta* do País, porque recebe o Fundo de Participação dos Estados e outras transferências obrigatórias e voluntárias. No entanto, esses recursos não vão para o povo. Infelizmente, vão para um grupinho pequeno que hoje está comandando o Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Esse foi o Senador Moazarildo Cavalcanti.

Passamos agora a palavra, como orador inscrito, ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, brasileiros e brasileiras que nos acompanham por meio do sistema de comunicação do Senado Federal, eu quero tratar, hoje, de um assunto que, entre outros tantos, maculam a Administração Pública do meu Estado.

Quando os interesses da Paraíba ou dos paraibanos são colocados em risco, cabe a este Senador dar a sua palavra, oferecer o seu pronunciamento da mais alta Câmara brasileira. E os interesses legítimos da Paraíba têm sido permanentemente aviltados por conta de uma ação ditatorial, coronelista, violenta do Governador do Estado.

Agora, o alvo é a Procuradoria, que existe para defender o interesse público e o interesse do Estado.

A carreira de Procurador foi criada, constitucionalmente, para defender esses interesses e evitar os ônus, e que estes ônus recaiam sobre os contribuintes quando a Administração usa mal as verbas públicas.

No entanto, a Instrução Normativa nº 1, de 2013, da Procuradoria-Geral do Estado, publicada em 26 de outubro – portanto, há um mês –, no *Diário Oficial*, recobre-se de uma distorção absurda e inaceitável.

Diz o art. 1º da Instrução Normativa mencionada:

> *As petições iniciais objetivando a propositura de demandas judiciais fundadas nas Leis nºs 7.347/1985, 8.429/1992 e 8.666/1993, qualquer que seja a temática jurídica, serão subscritas privativamente pelo Procurador-Geral do Estado ou, em conjunto, com o Procurador-Geral Adjunto, ou Assessoria Especial do Procurador-Geral.*

Simplesmente retirou todos os outros Procuradores desse mister de demandar junto à instância nas tramitações jurídicas.

Cabe lembrar, senhoras e senhores, que a Lei nº 8.666 é a que trata de licitações, tanto as da Administração Pública paraibana como as de todos os outros Estados.

Sobre esta lei, o Senado Federal tem uma comissão especial, que tenho a honra de presidir e de cuja relatoria está encarregada a brilhante Senadora Kátia Abreu. Lá, estamos, agora, reformando essa Lei nº 8.666, exatamente pela imensidão de furos que, lamentavelmente, sugerem fraudes cometidas contra a Administração Pública.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o que os Procuradores da Paraíba estão alegando é que a publicação da mencionada Instrução Normativa é uma tentativa de impor-lhes a chamada "Lei da Mordaça" estadual, transformando a Procuradoria-Geral do Estado, essa instituição respeitabilíssima, em "Procuradoria do Governo" – em vez de Procuradoria-Geral do Estado, repito, tornar-se-á "Procuradoria do Governo" –, numa maneira de fazê-la coonestar (dar aparência de honestidade) atos reprováveis e até mesmo suspeitos da administração atual.

Os Procuradores paraibanos reclamam que a carreira de Procurador vem sofrendo, por parte do Governo Estadual, reiterados ataques às suas prerrogativas funcionais. E ainda afirmam que, no lugar do diálogo e da construção de soluções para uma carreira, que, lamentavelmente, tem sido exposta ao vexame pelo Governo Estadual, ela é tratada como adversária, não como parceira, e o que tem prevalecido é a intolerância, a perseguição, a vindita mais mesquinha.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só uma postura análoga às piores ditaduras explicaria a atitude da Procuradoria-Geral do Estado, que resolveu, há pouco, impor definitivamente a mordaça aos colegas Procuradores paraibanos, que já vêm sendo perseguidos pelo simples fato de se pautarem pelas prerrogativas constitucionais no exercício de suas funções.

Aliás, pior do que apenas a mordaça, agora eles estão de mãos e pés atados e não podem exercer as atribuições do cargo. Por uma espécie de odiosa censura, como aquela dos tempos do autoritarismo, estão impedidos esses Procuradores de tomar qualquer iniciativa, já que tudo dependerá do crivo e da vontade da autoridade institucional, o que tem o efeito de sujeitar as ações da Procuradoria ao subjetivismo, ao voluntarismo, à direção pessoal e direta do seu dirigente.

Os procuradores são sempre parceiros da boa administração e da correta implantação das políticas públicas, mas, se confirmadas irregularidades, também são legitimados a movimentar ações baseadas na Lei nº 8.429/92, a Lei da Improbidade Administrativa, independentemente da aprovação das contas dos gestores, inclusive atingindo bens pessoais dos envolvidos.

A nota emitida pelos Procuradores do Estado da Paraíba, no final do ano passado, destaca que "a Procuradoria-Geral do Estado é o único órgão legitimado constitucionalmente para o assessoramento jurídico do Estado, e somente os procuradores têm competência e imparcialidade para tais atividades".

Ocorre que os contratos da Administração Pública vêm sendo analisados por advogados comissionados temporários dentro das próprias secretarias, fator impeditivo para que haja unidade de entendimento jurídico.

Isso também pode acarretar a nulidade de todos os ajustes, em virtude do descumprimento do art. 132 da Constituição Federal.

Porém, é forçoso reconhecer que tal prática cai como uma luva para servir aos interesses dos dirigentes do Estado. Não é mais possível conviver com o arbítrio e o autoritarismo demonstrados pela Instrução Normativa nº 1, de 2013, da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba.

Espero que prevaleça o bom senso e que a Procuradoria-Geral do Estado reveja suas decisões, o que só a engrandecerá perante a opinião pública, para garantir a lisura nas atividades da Administração Pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Vital do Rêgo.

Agora, chamamos o Senador Aloysio Nunes Ferreira como orador inscrito. (*Pausa.*)

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

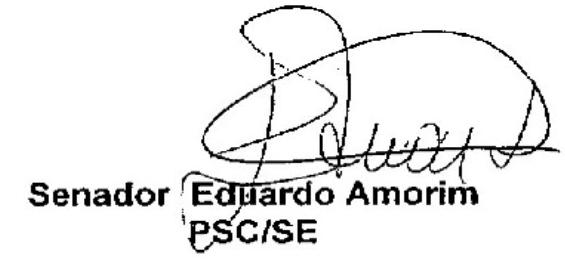
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.419, DE 2013

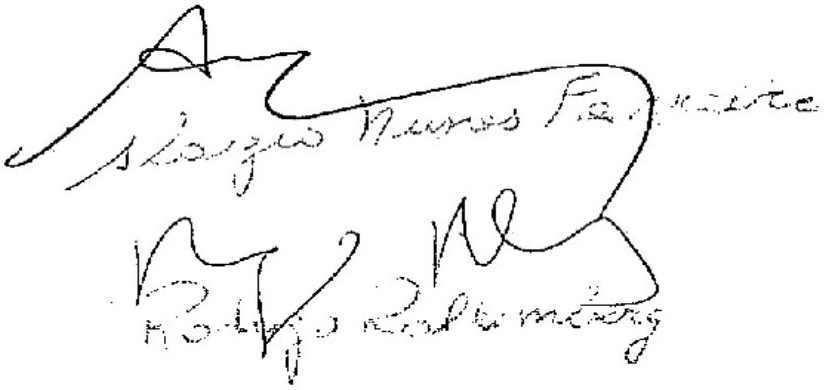
Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Deda, com a apresentação de condolências à sua família e ao Estado de Sergipe, e a representação do Senado Federal nos funerais e cerimônias em homenagem à sua memória.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.



Senador Eduardo Amorim
PSC/SE



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.420, DE 2013

(REQUERIMENTO Nº 42, DE 2013 – CCT)

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes às transferências de controle societário de que tratam os Ofícios "S" nºs 8, 12 e 15 a 21, de 2012, e nºs 39 a 45, de 2011:

I. Data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido direta ou indiretamente;

II. Data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que:

   a. recebeu a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência direta; ou que

   b. detém a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência indireta;

III. Números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV. Comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Senador ZEZÉ PERRELLA

Walter Pinheiro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 42, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 42ª REUNIÃO, DE 27/11/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EVENTUAL SEN. VALDIR RAUPP

RELATOR: SEN. WALTER PINHEIRO (autor)

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 1.361, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2013 (nº 677/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Iguape, Estado de São Paulo.

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

RELATOR "AD HOC": Senador **WALTER PINHEIRO**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao crivo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 157, de 2013 (nº 677, de 2012, na Câmara dos Deputados), que analisa o ato que outorgou permissão à *Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguape, Estado de São Paulo.

O ato de outorga resulta de processo licitatório iniciado em 2001 e concluído apenas em 2008, no qual a empresa vencedora propôs pagar R$410.000 pelo direito de exploração, por dez anos, de uma rádio FM na cidade de Iguape, valor bem superior ao ofertado pelo segundo colocado, registrado em R$ 251.147; cerca de três vezes a média das doze propostas de preço analisadas; e quase 25 vezes o preço mínimo de R$ 16.650 estipulado pelo Ministério das Comunicações. Nos quesitos técnicos, todas as candidatas obtiveram a pontuação máxima, de forma que a decisão acabou reduzida à maior oferta de preço.

Após ter sido habilitada e classificada no certame, a Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva teve sua participação na licitação considerada irregular no Parecer/MC/CONJUR/TFC nº 991-2.17/2007, que fundamentou despacho do Ministro das Comunicações, em 12 de julho de 2007, determinando a anulação do procedimento licitatório para a cidade de Iguape.

A motivação contida no referido parecer foi a apresentação, por parte da proponente declarada vencedora, de declaração de idoneidade em desacordo com os termos exigidos no edital de concorrência.

Após recorrer **intempestivamente** dessa decisão, a empresa acabou beneficiada por uma autotutela administrativa, firmada pelo então Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, que reviu as conclusões do parecer anterior.

Publicada a Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008, o ato de outorga foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal, tendo sido aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Protocolado no Senado Federal em 5 de julho de 2013, o PDS nº 157, de 2013, foi distribuído a mim para relatar em 14 de agosto, sem que tenham sido oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Conforme determina o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à CCT opinar sobre proposições que tratem de comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Esta Comissão tem estado mais atenta na análise dos projetos de decreto legislativo referentes aos serviços de radiodifusão, em face de denúncias que chegaram ao Senado nos últimos dois anos. No caso presente, novamente, uma verificação mais criteriosa dos documentos que integram os autos revelou indícios de irregularidades que merecem a atenção dos membros da CCT.

Em dezembro de 2012, denúncia feita pelo advogado André Barroso Lopes Moura Ferraz, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal sob o nº 27.482, que faz referência a parecer da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, fundamentou a decisão da CCT de recomendar à Mesa do Senado Federal a aprovação de requerimento de informações ao Ministro das Comunicações a respeito da Empresa de Radiodifusão Ursa Maior, **cujos sócios são as mesmas pessoas que subscrevem o capital social da Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva.**

Vale lembrar que reportagem publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* afirma que uma das sócias dessas empresas, a Sra. Neidi Maria Pedroso, exerceria a atividade de cabeleireira na cidade de Itapecerica da Serra, no estado de São Paulo, levantando suspeitas sobre seu interesse e sua possibilidade de financiar a exploração de uma rádio FM no Rio Grande do Sul. A empresa Ursa Maior teria de liquidar, segundo a reportagem, mais de oito milhões de reais referentes ao pagamento pelo direito de exploração de outorgas de radiodifusão obtidas em processos licitatórios realizados pelo Ministério das Comunicações, um dos quais supostamente seria o que ora analisamos.

A reportagem também menciona outra pessoa, com sobrenome idêntico ao da Sra. Neidi Pedroso, que estaria respondendo pelos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de armas, e que também seria sócio dirigente de empresa vencedora de nove procedimentos de outorga para exploração do serviço de radiodifusão, nos quais teria despendido mais de quatro milhões de reais. O jornal então questiona a origem lícita dos recursos usados na compra dessas outorgas.

Ao observarmos que o valor ofertado pela Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva destoa significativamente dos lances feitos por outras onze participantes da licitação, chegando a ser quase três vezes

superior à média desses valores, concluímos que pode haver fundamento nas denúncias feitas pelo periódico paulista e ressaltadas pelo advogado Ferraz.

Os Poderes Executivo e Legislativo precisam organizar bases de dados integradas com informações sobre os procedimentos e atos de outorga, renovação e transferências de controle de serviços de radiodifusão, para serem capazes de cruzar dados sobre as pessoas físicas e jurídicas contempladas com o direito de gerir as emissoras de rádio e televisão desse País. Na ausência de sistemas e ferramentas computacionais que nos habilitem a fazer esses cruzamentos, continuaremos nos arriscando a autorizar que deliquentes explorem esse importante serviço de comunicação.

A despeito de o ato de outorga a que se refere o PDS nº 157, de 2013, ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados, cumpre ao Senado Federal averiguar a veracidade das informações veiculadas pela imprensa. Como a validade jurídica do ato do Poder Executivo depende da aprovação das duas Casas Legislativas, é tempestiva e pertinente a ação de fiscalização que ora propomos a esta Comissão, antes da deliberação final sobre a referida proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pelo encaminhamento do requerimento de informações a seguir, a ser dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações, e pelo sobrestamento do PDS nº 157, de 2013, para aguardar os resultados da referida diligência, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº 1.421, DE 2013

(REQUERIMENTO Nº 38, DE 2013 – CCT)

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Mesa do Senado Federal encaminhe ao Ministro de Estado das Comunicações os seguintes questionamentos sobre o ato a que se refere a Portaria nº 993, de 23 de

dezembro de 2008, que outorgou à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. permissão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguape, no estado de São Paulo:

1. O Ministério das Comunicações recebeu, investigou ou solicitou às autoridades policiais competentes que investigassem alguma denúncia de irregularidade envolvendo a Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. ou quaisquer dos seus sócios até a presente data?

2. A Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva ou quaisquer de seus sócios foram contemplados com outras outorgas para explorar alguma modalidade do serviço de radiodifusão?

3. O Ministério das Comunicações detém alguma informação que desabone a qualificação técnica ou financeira da referida empresa para explorar os serviços que lhe foram outorgados?

4. Os serviços de radiodifusão outorgados à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva estão em operação?

5. A referida empresa já efetuou algum pagamento relacionado à permissão outorgada para explorar rádio FM na cidade de Iguape, em São Paulo?

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2013.

Sen. Valdir Raupp , Presidente

, Relatora

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 42ª REUNIÃO, DE 27/11/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Valdir Raupp

RELATOR: Senª Walter Pinheiro (AD Hoc.)

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT) AD Hoc	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

.....

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

.....

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

.....

Of. nº. 162/2013 – CCT

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou o parecer preliminar ao Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2013, pela apresentação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações, assim como, o sobrestamento da matéria até sejam atendidas as informações requeridas.

Atenciosamente,

SENADOR VALDIR RAUPP

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

A Sua Excelência o Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Senado Federal

NESTA

PARECERES
Nºs 1.362 A 1.364, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011 (nº 4.361/2004, na Casa de origem, do Deputado Vieira Reis), que *declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.*

PARECER Nº 1.362, DE 2013
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2011, (nº 4.361, de 2004, na origem), do Deputado VIEIRA REIS, que *declara os Centros de Inclusão Digital – CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.*

Em resumo, a proposição prevê que, se as empresas que oferecem, mediante remuneração, serviço de locação de computadores para o acesso à rede internacional de computadores (*Internet*), as chamadas *Lan Houses*, possuam implementos técnicos que permitam orientar e alertar menores de 18 anos com relação ao acesso a jogos eletrônicos não recomendados para a sua faixa etária, respeitando a classificação indicativa

do Ministério da Justiça, em especial quanto a sites pornográficos e afins; garantir a inviolabilidade dos dados pessoais do usuário, bem como do conteúdo acessado, salvo na hipótese de ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; garantir acessibilidade a pessoas com deficiência, nos termos de regulamento próprio; e o registro do nome e do documento de identidade do usuário, terão *assegurado prioridade às linhas de financiamento especiais para aquisição de computadores ofertadas por órgãos da administração pública federal, direta ou indireta, e, em especial, por instituições financeiras públicas tais como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES e outros.*

Ademais, a proposição prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão implantar parcerias com as *Lan Houses* para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração, com vistas na universalização do acesso à internet, especialmente em programas de complementação pedagógica, bem como para assegurar acessibilidade a pessoas com deficiência e que os Municípios, organizações e associações representativas das *Lan Houses* poderão criar selos de qualificação, a serem conferidos a essas entidades que cumprirem os propósitos da Lei que se originar do projeto ou que se caracterizem como de promoção de bem-estar social.

O PLC nº 28, de 2011, foi despachado ao exame desta Comissão e ainda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto não recebeu emendas nesta Comissão.

II – ANÁLISE

Como já se registrou, a presente proposição foi despachada, também, à CAE e a CCT, comissões que, certamente, terão condições de se debruçar com mais propriedade no seu mérito. Cabe, então, a esta

Comissão se limitar aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, além da questão dos temas que tocam a organização administrativa da União.

Observa-se que o objeto central da proposição é o estabelecimento de parâmetros para a criação de um programa voltado à concessão de créditos especiais para as chamadas *Lan Houses*, sob determinadas condições.

Ou seja, trata-se, efetivamente, da fixação de diretrizes básicas para que o Poder Público possa intervir na matéria, permitindo direcionar essas *Lan Houses* a se integrarem em um esforço para a inclusão digital, ultrapassando o seu atual papel e afastando-as de se tornarem locais onde a presença de jovens e crianças não é recomendável.

Nesse ponto, sem dúvida, o projeto é bem sucedido ao se tornar propositivo, em vez de proibitivo, superando, inclusive, o debate em torno dos limites da ação do Estado no campo da liberdade de expressão.

Trata-se de providência que irá viabilizar a cooperação dessas casas em programas governamentais, na forma que dispuser o regulamento, cuja edição se impõe para dar efetividade às medidas.

Assim, o que pretende o PLC nº 28, de 2011, é orientar a ação do Poder Executivo na matéria, permitindo, sem invadir as suas atribuições, o estabelecimento das políticas voltadas para a área.

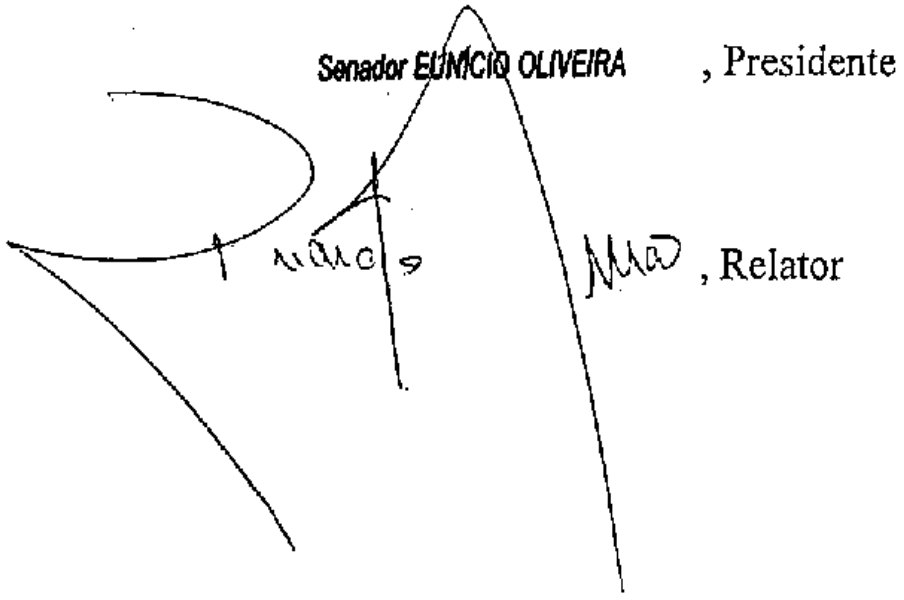
Não há, sem dúvida, reparo a ser feito ao procedimento, absolutamente consentâneo com o papel que o Poder Legislativo deve ter um uma democracia moderna.

Sem avançar no mérito propriamente dito da proposição, que, como se comentou, será apreciado de forma mais adequada pelas demais comissões, é importante, entretanto, deixar registrado que a proposta foi construída na Câmara dos Deputados no seio de uma Comissão Especial que teve o cuidado de realizar um exaustivo programa de audiências públicas com todos os setores interessados, na busca de melhor solução para o problema.

III – VOTO

Destarte, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011, nos aspectos pertinentes a esta Comissão.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2012.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC **Nº** 28 **DE** 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/11/2013, **OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin	
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
RICARDO FERRAÇO	1. RENAN CALHEIROS
EUNÍCIO OLIVEIRA	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. VAGO
ROMERO JUCÁ	4. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
	4. EDUARDO AMORIM
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. MARCO ANTÔNIO COSTA

Atualizada em: 15/11/2012

PARECER Nº 1.363, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2011 (nº 4.361, de 2004, na origem), de autoria do Deputado Vieira Reis.

O projeto define os Centros de Inclusão Social – CID, também conhecidos como *lan houses*, como entidades prestadoras de serviços de multipropósitos e os declara como de especial interesse social para fins da universalização do acesso à rede mundial de computadores.

O art. 2º estabelece os serviços oferecidos pelos CID, destacando, além da locação de computadores para o acesso à *internet*, os serviços de multipropósito que:

- disponibilizem programas que permitam o acesso à pesquisa e ao estudo com o objetivo de estimular o desenvolvimento educacional e cultural do cidadão;

- possibilitem o uso da *internet* para o exercício da cidadania, bem como para fins sociais, profissionais e para o entretenimento.

Em seu art. 3º, o projeto define requisitos técnicos e diretrizes para o Centro de Inclusão Social: (i) orientar e alertar menores de 18 anos quanto a jogos e conteúdos que não sejam adequados para a sua faixa etária; (ii) garantir o sigilo dos dados do usuário e do conteúdo acessado (salvo na hipótese de ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal); (iii) assegurar acessibilidade às pessoas com deficiência e; (iv) registrar o nome e documento de identidade do usuário.

Os usuários têm o direito de serem informados acerca dessas diretrizes, enquanto os proprietários e gestores têm o dever de implementá-las. Caso contrário, serão punidos com o descredenciamento automático do Centro de Inclusão Social dos programas de apoio público e com a perda dos benefícios.

O projeto estabelece que seja dada prioridade aos Centros de Inclusão Social nas linhas de financiamento especiais, ofertadas por órgãos e bancos públicos, para aquisição de computadores.

De acordo com a proposição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão implantar parcerias com os Centros de Inclusão Digital para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração. Essas parcerias devem visar a universalização do acesso à *internet*, especialmente em programas de complementação pedagógica, bem como assegurar acessibilidade a pessoas com deficiência.

Prevê ainda selos de qualificação, que poderão ser criados por Municípios, organizações e associações representativas dos Centros de Inclusão Digital, a serem conferidos aos estabelecimentos que cumprirem os propósitos determinados.

O PLC nº 28, de 2011, possui parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após a análise desta Comissão a proposição segue para apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O PLC nº 28, de 2011, vem à apreciação da CAE em cumprimento ao disposto no art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição busca utilizar a estrutura e a capilaridade das *lan houses*, estimulando a criação de ambientes adequados, e contribuindo para a universalização do acesso à *internet*, com o objetivo de garantir o exercício da cidadania.

Atualmente, o Estado oferece ao cidadão muitos serviços em portais eletrônicos. Por exemplo, é possível fazer a declaração de imposto de renda, obter certidão de quitação eleitoral e declaração de nada consta em diversos órgãos públicos, sem precisar se deslocar até o respectivo órgão. Com a *internet,* o cidadão passou a ter acesso a mais informações e condições de economizar tempo.

Entretanto, faz-se cada vez mais necessário o acesso facilitado à *internet* para que se exerça plenamente a cidadania. E, nesse sentido, a proposição busca estimular a conversão das chamadas *lan houses* em Centros de Inclusão Digital, que contribuirão para o desenvolvimento educacional e cultural, e para o exercício da cidadania. Para tanto, define um conjunto de diretrizes a serem obedecidas por esses estabelecimentos. Tais diretrizes dizem respeito a regras que envolvem aspectos relacionados à privacidade do usuário, ao controle moral do conteúdo acessado, à identificação do usuário por meio de cadastro e à garantia de acessibilidade a pessoas com de deficiência.

Um dos méritos do projeto está no uso de um conjunto de três incentivos para alcançar o seu objetivo, sem a necessidade de aumentar os gastos do Estado. O primeiro incentivo consiste em dar prioridade aos Centros de Inclusão Digital nas linhas de financiamento público para a aquisição de computadores. O segundo é a possibilidade de o Estado estabelecer parcerias com os Centros de Inclusão Digital para desenvolver, em especial, atividades educacionais e culturais. A certificação, na forma de selos de qualidade, é o terceiro incentivo que pode ser usado para direcionar as *lan houses* a adotar as diretrizes propostas.

Esses incentivos dão liberdade para que pessoas e governos escolham a forma de atuação que seja mais adequada a sua realidade.

Quanto aos seus aspectos estritamente econômicos, o projeto possui o mérito de incentivar as chamadas *lan houses* a sair da informalidade e ter capacidade de aumentar a sua estrutura de atendimento aos usuários. Os estudos disponíveis mostram que a maior parte das *lan houses* é composta por pequenos estabelecimentos informais responsáveis por possibilitar milhões de pessoas, em particular do segmento de baixa renda e de áreas rurais, a terem acesso à rede mundial de computadores.

Por fim, a proposição estabelece que órgãos da administração pública classifiquem, como Centros de Inclusão Digital, a atividade econômica das *lan houses* que obedecerem as diretrizes propostas.

Apresentamos emenda de redação para padronizar o uso da expressão "rede mundial de computadores".

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011, com a seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº 1 – CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, na redação proposta pelo art. 2º do PLC nº 28, de 2011, a expressão "rede internacional de computadores" por "rede mundial de computadores".

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2013.

, Presidente em exercício

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 48ª REUNIÃO, DE 20/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

PARECER Nº 1.364, DE 2013

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2011, de autoria do Deputado Vieira Reis, que estabelece critérios para a classificação das *LAN Houses* como Centros de Inclusão Digital (CID), entidades de prestação de serviços de multipropósitos aptas a gozar dos benefícios descritos no projeto.

O art. 3º do projeto define os critérios de enquadramento de uma *LAN House*, empresa de locação de computadores, de acesso à internet e de outros recursos de informática, como um CID. A empresa precisa investir em *implementos técnicos que permitam:*

I – Orientar e alertar menores de 18 anos com relação ao acesso a jogos eletrônicos não recomendados para a sua faixa etária, respeitando a classificação indicativa do Ministério da Justiça, em especial quanto a sites *pornográficos e afins;*

II – Garantir a inviolabilidade dos dados pessoais do usuário, bem como do conteúdo acessado, salvo na hipótese de ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução de processo penal;

III – Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência, nos termos de regulamento próprio;

IV – O registro do nome e do documento de identidade do usuário.

O projeto também determina que a *LAN House* informe o usuário sobre essas diretrizes no interior da loja e na tela inicial de cada computador. Em caso de não cumprimento de quaisquer dessas exigências, a empresa perderia automaticamente suas credenciais como CID.

Em contrapartida ao atendimento dessas exigências, a *LAN House* teria assegurada, nos termos do art. 4º do projeto, *prioridade às linhas de financiamento especiais para aquisição de computadores ofertadas por órgãos da administração pública federal, direta e indireta, e, em especial, por instituições financeiras* controladas pela União. Esse benefício deixa de ser aplicado à empresa que perde seu credenciamento como CID.

O PLC nº 28, de 2011, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovaram o texto originário da Câmara apenas com uma emenda de redação.

II – ANÁLISE

O art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CCT a competência de avaliar o impacto do PLC nº 28, de 2011, na Política Nacional de Comunicações, na qual o acesso à internet e a oferta qualificada de serviços de tecnologia da informação por empresas locais ocupam lugar de destaque atualmente.

Quando foi concebida, em 2004, a proposta do PLC nº 28, de 2011, visava a melhorar o ambiente e o serviço prestado pelas *LAN Houses* à população que ainda não dispunha de computador e acesso à internet em domicílio. Naquele momento, surgiam críticas e denúncias contra essas empresas que, apesar de prestarem um serviço de grande utilidade, estariam transformando-se em locais de consumo de drogas e de acesso indevido a conteúdo pornográfico por crianças e adolescentes.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios, realizada anualmente pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), as *LAN Houses*

tornaram-se muito frequentadas pelos internautas brasileiros: em 2005, 18% deles frequentavam esse tipo de estabelecimento; em 2007, esse percentual havia crescido para 49%. Nesse mesmo ano, mais de 70% dos internautas cujas famílias tinham renda de até dois salários mínimos frequentavam *LAN Houses*. Dois anos antes, menos de 25% dessa população já havia formado tal hábito. As *LAN Houses* tornaram-se, nesse período, um fenômeno em todo o País, contribuindo para amenizar a acentuada exclusão digital.

Preocupante, contudo, era a falta de regulamentação e de fiscalização, pois o percentual de internautas com idade entre 10 e 15 anos que buscava esses centros públicos de acesso pago à internet havia crescido de 24% para 68% no período, sugerindo haver, de fato, alguma *atratividade* adicional em frequentá-los.

A partir de 2010, com a entrada em operação da tecnologia 3G de acesso à internet em banda larga, o percentual de internautas que tinha a *LAN House* como a principal – e às vezes única – forma de "navegar na Web" começou a cair rapidamente. A oferta da tecnologia 4G e o aumento progressivo na cobertura das redes 3G, em atendimento aos cronogramas dos respectivos leilões de radiofrequência, devem acelerar esse processo de substituição das *LAN Houses* por acessos individuais.

É preciso, portanto, que se formulem políticas públicas com vistas a estimular o desenvolvimento de novos serviços por parte desse conjunto de empreendedores, para que não se percam os investimentos realizados e os empregos gerados com a atividade. O acesso à internet por meio de centros públicos ainda terá importante papel a cumprir no interior do País nos próximos dez anos.

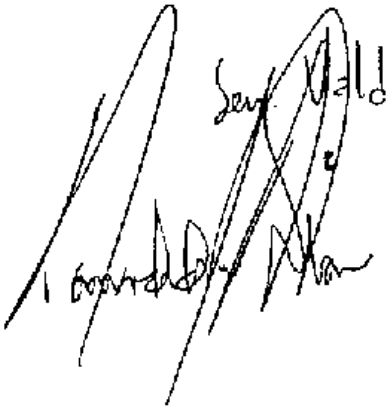
Essa é, a nosso ver, a nova perspectiva da proposta contida no PLC nº 28, de 2011. Ao oferecer linhas de crédito especiais para as *LAN Houses* em troca do compromisso de se adequarem a exigências que traduzem um comportamento ético e profissional, o projeto dá a esses empreendedores a oportunidade de investir na modernização e na diversificação dos serviços prestados e, assim, perpetuar o atendimento à comunidade em que estão inseridos.

Caberá ao Poder Executivo regulamentar e fiscalizar a adequada execução dessa política, que esperamos seja aprovada pelo Senado Federal.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2013.



, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 42ª REUNIÃO, DE 27/11/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Valdir Raupp

RELATOR: Sen. Flexa Ribeiro

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB) RELATOR	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.361 de 2013**, da Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre o **Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2013**, que conclui pela apresentação do **Requerimento nº 1.421, de 2013**, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

O Requerimento nº 1.421, de 2013, será encaminhado à Mesa, para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.362 a 1.364, de 2013**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2007** (nº 6.655/2006, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais*;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2013** (nº 4.213/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências (BA)*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 601, de 2011**, do Senador Pedro Taques, que acrescenta o art. 27-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que *estabelece normas para as eleições, para impor aos candidatos, partidos políticos e coligações o dever de divulgar na internet relatórios periódicos referentes aos recursos arrecadados e aos gastos efetuados na campanha eleitoral*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14h, com a Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.389, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2013 (nº 5.224/2013, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera o Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, para modificar a c omposição do Conselho Federal e dos Conselhos regionais de Contabilidade.*

Pendente de pareceres da CCJ e CAS.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.406, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2013 (nº 4.219/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal do Trabalho da 4ª Região (RS).*

Parecer favorável, sob nº 1.355, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Pedro Simon.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2013-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.407, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2013-Complementar, do Senador Vital do Rêgo, que *estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

Parecer sob o nº 1.356, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*
Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.*
Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*
Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*
Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*
Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57-A, DE 1999

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999 (nº 438/2001, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que *dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (trabalho escravo).*
Parecer favorável, sob nº 594, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*
Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2006 (Desarquivado nos termos do Requerimento nº 239, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 5, de 2006 (no 2.472/2000, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.*
Pareceres favoráveis, sob nos 403 e 404, de 2009; e 743, de 2011, das Comissões
– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador César Borges;
– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc:* Senador Antonio Carlos Júnior; e
– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2009), Relator: Senador Rodrigo Rollemberg.

13
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007 (nº 4.571/2008, naquela Casa), dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que *dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.*
Pareceres favoráveis sob nºs 1.337 e 1.338, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Cyro Miranda; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Vital do Rêgo.

14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2013 (nº 4.218/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (PI).*
Parecer favorável, sob o nº 1.300, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Wellington Dias.

15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2013 (nº 4.225/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR).*

Parecer favorável, sob o nº 1.301, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Souza.

16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:*
– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e
– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.*
Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc:* Senador Armando Monteiro.

18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*
Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19
REQUERIMENTO Nº 835, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

20
REQUERIMENTO Nº 836, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Morais, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

21
REQUERIMENTO Nº 937, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).*

22
REQUERIMENTO Nº 1.141, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.141, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do*

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, dos Projetos de Lei do Senado nºs 107 e 478, de 2003; 118, de 2007; 469, de 2008; 71, 246 e 333, de 2010; 357, 389, 445 e 568, de 2011; 26, 85 e 190, de 2012; e 145, de 2013, a fim de que tenha tramitação autônoma (prevê nova modalidade de medida socioeducativa para menor).

23
REQUERIMENTO Nº 1.155, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.155, de 2013, da Senadora Ana Rita, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2012, a fim de que tenham tramitação autônoma (promoção da igualdade e combate à discriminação no ambiente de trabalho).*

24
REQUERIMENTO Nº 1.223, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.223, de 2013, da Senadora Ana Amélia, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2007; e 335, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (abatimento de dívidas relativas a programas de investimentos).*

25
REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limites de gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal).*

26
REQUERIMENTO Nº 1.273, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

27
REQUERIMENTO Nº 1.275, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

28
REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

29
REQUERIMENTO Nº 1.277, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

30
REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).*

31
REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

32
REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

33
REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 17 minutos.)

ATAS

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião Ordinária de 2013, dia 4 de novembro de 2013, segunda-feira, às 14h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

Ata Circunstanciada da 9ª reunião ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 4 de novembro de 2013, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Dom Orani João Tempesta, destinada aos seguintes itens: "ITEM 1 (14h às 14h30): Abertura da Reunião e acertos de agendamento e forma de participação do Conselho no Seminário Liberdade de Expressão e Pensamento a ser organizado pelo Senado Federal.

ITEM 2 (14h30 às 17h): Oitiva dos Representantes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e do Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET).

Tema: Alocação da faixa de 700 MHZ, sua regulamentação e consequências para os interesses da sociedade brasileira."

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, Presidente; FERNANDO CESAR MESQUITA, Vice-Presidente; ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; MIGUEL ANGELO CANÇADO, representante da sociedade civil; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; ROBERTO FRANCO, engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social;e JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO em substituição ao Conselheiro WALTER VIEIRA CENEVIVA, LILIANA NAKONECHNYJ, LOURIVAL SANTOS, MARIA JOSÉ BRGA e WRANA PANIZZI.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.389, de 1991, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social, que, conforme pauta anteriormente enviada, se destina a:

1) acertos de agendamento e forma de participação do Conselho no Seminário sobre Liberdade de Expressão e Pensamento a ser organizado pelo Senado Federal;

2) oitiva do Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) e dos representantes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Encontra-se sobre a mesa da Presidência para deliberação a Ata Circunstanciada da 8ª Reunião Ordinária de 2013, enviada a todos os Conselheiros, com antecedência, por *e-mail*. Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e da discussão.

Os Srs. Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

Ausência. O Conselheiro Jorge Coutinho comunicou, por meio eletrônico, na data de 3 de novembro último, sua impossibilidade de comparecimento em virtude de falecimento de familiar. Eu acho que Gerace tem uma informação melhor sobre quem faleceu lá do Jorge Coutinho.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Trata-se da esposa do nosso querido Milton Gonçalves, grande ator, que é o secretário-geral da entidade e amigo fraterno do Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Transmita ao Jorge as nossas condolências.

Em relação ao expediente, na 8ª Reunião, a Presidência comunicou o encaminhamento eletrônico de formulário de pesquisa do assessor parlamentar da Anatel Sr. Renato Lima de Oliveira, tratando de trabalho acadêmico de mestrado, expondo sobre o relacionamento institucional entre as agências reguladoras e este Conselho de Comunicação Social. Na mesma ocasião, tornamos as cópias dos documentos acessíveis sobre a bancada. A secretaria está recebendo as respostas das senhoras e dos senhores com vistas a encaminhá-las ao pesquisador. Se alguém não recebeu, pode pedir à secretaria, que deseja essas informações para um trabalho de mestrado.

Informo que, na 8ª Reunião deste Conselho, foi aprovado o requerimento de voto de louvor, de iniciativa do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, passando a constituir o Requerimento do Conselho de Comunicação Social nº 1, de 2013, com objetivo de homenagear os 25 anos de experiência democrática ininterrupta vivida pela Nação brasileira desde a promulgação da Constituição cidadã. Assim, esta Presidência informa que os Ofícios nº 160 e 161, de 2013, estão sendo encaminhados aos Presidentes das duas Casas Legislativas, com votos extensivos a toda a sociedade brasileira, nos termos do Requerimento.

Em resposta ao Ofício Circular nº 2, de 2013, do Conselho de Comunicação Social, o Exmo Sr. Senador Sérgio Petecão acusou o recebimento do Parecer do Conselho de Comunicação Social nº 9, de 2013, que versa sobre o direito de resposta. Ao enaltecer a importância do tema, S. Exª manifestou a promoção de articulações favoráveis à proposição legislativa.

A secretaria informa a esta Presidência que o PLS nº 141, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, foi aprovado com emendas pelo Senado Federal, seguindo, no último dia 27 de setembro, para apreciação da Câmara dos Deputados.

Datado de 17 de outubro passado, o Ofício nº 16/2013, de lavra do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), é recepcionado pela secretaria.

Ao apresentar a ata da sua 47ª Reunião a este colegiado, a empresa pública cumpriu o disposto no inciso V, do art. 17, da Lei nº 11.652, de 2008, demonstrando as deliberações tomadas em seu plenário. O documento foi encaminhado eletronicamente a todos os Conselheiros pela secretaria, estando distribuído também sobre a bancada.

Em 16 de outubro, assumiu a Presidência da Associação Internacional de Radiodifusão (AIR), para o biênio 2013-2014, o nosso Ilustre Conselheiro Alexandre Kruel Jobim, aqui presente.

Quero esclarecer que o último brasileiro a presidir importante entidade que reúne mais de 15 mil emissoras de rádio e TV das três Américas foi Luiz Eduardo Borgerth exatamente há 22 anos.

Então, ao nosso caríssimo Conselheiro Alexandre Kruel Jobim os nossos votos de sucesso, num momento em que a liberdade de expressão passa a ser tema de densa condução na atualidade regional latino-americana. Nossos parabéns!

A Presidência expressa a sua consternação em respeito ao falecimento do Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o já saudoso jornalista Maurício Azêdo, ocorrido em 25 de outubro último, reconhecendo a sua vida dedicada aos ideais de uma imprensa livre. Eu gostaria de aqui consignar a todos – familiares enlutados, amigos e profissionais da comunicação – o nosso lamento pela perda de um apaixonado defensor da liberdade de expressão e de pensamento no Brasil.

Esses são os avisos que esta Presidência tinha a fazer.

Algum Conselheiro gostaria de se manifestar especificamente sobre esses assuntos antes de passarmos para a Ordem do Dia?

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, Conselheiro Miguel Ângelo.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos.

Quando V. Exª fala, naturalmente, o faz por todos nós. Quero apenas estender os nossos cumprimentos ao nosso querido Conselheiro Alexandre Jobim pela assunção de cargo tão relevante para a comunidade de comunicação do Brasil e, naturalmente, de todo o Mercosul.

Parabéns, Conselheiro!

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani Tempesta) – Acho que todos estão unânimes em dar-lhe um abraço e os cumprimentos.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani Tempesta) – Algum outro Conselheiro gostaria de se manifestar?

Conselheiro Nascimento Silva. (*Pausa.*)

Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Que os votos da calorosa manifestação de congratulações ao Conselheiro Jobim sejam ardentes!

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

Não havendo mais manifestações, passemos à Ordem do Dia.

O primeiro item é acertos de agendamento e forma de participação do Conselho no Seminário de Liberdade de Expressão e Pensamento a ser organizado pelo Senado Federal.

Na 8ª Reunião Ordinária de 2013, ficou acertado que o Conselheiro Fernando César Mesquita encaminharia à secretaria o agendamento do Seminário Liberdade de Expressão e Pensamento no Senado Federal para ser repassado a todos os Conselheiros.

No dia 30 de outubro passado, a Secretaria divulgou eletronicamente o adiamento do evento.

Assim, concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Cesar Mesquita para os esclarecimentos necessários.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que esteve aqui fazendo um convite formal ao Conselho para colaborar com a realização desse importante evento, pediu-me que eu comunicasse ao Dom Orani – acho que a comunicação já foi feita pessoalmente – que, por razões logísticas da agenda do Senado, com muitas atividades no final deste ano, muitos compromissos, esse seminário fosse realizado somente no próximo ano, a partir de março. E continua desejando a colaboração do Conselho, encaminhando nomes e sugestões também para o temário.

Era isso, Dom Orani.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Alguma manifestação? (*Pausa.*)

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Aproveitando o que o Conselheiro Fernando está falando, eu queria saber dele sobre a questão da vacância ou das duas vacâncias.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Como membro do Conselho e como ex-Diretor do Senado, eu tenho conversado com o Presidente e com a Cláudia Lyra, que é responsável pela Secretaria dos Conselhos. A Cláudia tem me falado sobre as dificuldades de agendamento das reuniões do Congresso – há muita matéria para ser votada, muita discussão política, muita negociação. E ela está esperando uma oportunidade para incluir na votação do Congresso Nacional a questão dos suplentes para as vagas que existem. Mas, antes disso, terá que ser feito um entendimento com as entidades que estão sem representantes na suplência: no caso, a sociedade civil e a entidade que você representa. O.k.?

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Como informe, está o.k. Mas há uma preocupação maior, Conselheiro, que é a substituição desse grupo para o futuro, porque, daqui a pouco, nós vamos sair e terão que vir outros. Se for nesse passo... Essa é a minha preocupação.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Considero respeitável a sua preocupação, que também é minha. Mas eu tenho um limite. Eu falo em nome do...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Alguma sugestão para ser enviada?

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Sim. Eu acho que caberia documentar de novo, registrar de novo essa nossa preocupação com relação à substituição, porque já faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Consulto os Conselheiros.

Pois não, Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu acho que deveríamos não manifestar preocupação, mas fazer uma solicitação ao Presidente do Senado...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Eu reforço.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – ... para que venha a compor, o mais breve possível, essas vacâncias, inclusive pela necessidade de membros nas comissões, como vimos na manhã de hoje. Então, em vez de externar uma preocupação, eu gostaria de fazer uma solicitação do Conselho, formalmente, ao Presidente do Senado em alinhamento ao que o Conselheiro Nascimento colocou.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu endosso.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, na tentativa de contribuir, parece-nos que uma das vagas é prerrogativa da Federação dos Trabalhadores em Radiodifusão, e parece-me que a Fitert vai fazer isso, não é, Nascimento? A entidade vai indicar...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Já há indicação.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Já há uma indicação, enfim. Parece-me que o encaminhamento é correto.

A outra vaga é da sociedade civil. Eu acho que nós poderíamos disponibilizar ao Congresso a expe-

riência e o debate que este Conselho já tem. Se há dificuldade em identificar uma pessoa que pudesse representar a sociedade civil, imagino que poderia haver uma prerrogativa. Poderíamos nos apresentar como um espaço de debate sobre esse tema. Eu acho que o Conselho tem todas as condições de fazer um debate sobre isso e a Presidência de apresentar ao Congresso e ao Presidente do Senado um nome que possa dar conta dessas características que nós temos insistido que os membros deste Conselho tenham.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Creio então que poderíamos pedir aos Conselheiros que estejam de acordo que manifestemos essa nossa preocupação com o número de membros do Conselho, com os vacantes, que é necessário que sejam eleitos, pedir, como foi pedido, para que se complete e sugerir, se por acaso fosse necessário, que estejam dispostos também a colaborar nesse aspecto aí.

Aprazem aos Conselheiros esses termos?

Então, a nossa assessoria poderia resolver fazer essa carta, depois, para falarmos à Presidência do Congresso sobre isso.

Eu também gostaria de cumprimentar hoje a nós mesmos e a todos vocês. Nós tivemos as duas primeiras reuniões das comissões temáticas. Desde a primeira reunião deste Conselho, se falou dessas comissões temáticas. Primeiro, nós tivemos todo o trabalho de resolver as questões pendentes do passado, devido ao tempo que o Conselho ficou sem funcionar. Tenho certeza de que o esforço dos Conselheiros fez com que tudo isso fosse equacionado, resolvido o que tinha que ser resolvido e, ao mesmo tempo, encaminhado. Depois, uma vez formadas as comissões temáticas, já começaram as reuniões.

Hoje, eu cumprimento justamente o caro Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, pela reunião do marco regulatório, também o companheiro Alexandre Jobim, pela reunião da Comissão de Liberdade de Expressão, e os demais que estão também elaborando esse trabalho, que acho um passo muito importante neste Conselho e que faz parte um pouco da maneira de trabalhar do Conselho através de comissões.

Então, é bom que se marque também a nossa reunião e que conste em ata essa retomada das comissões e a nossa alegria em poder ver isso funcionar.

Antes de passarmos para o item 2 da pauta, esta Presidência informa ter recebido o requerimento de autoria do Conselheiro Gilberto Leifert, pelo qual requer informações à Agência Nacional de Cinema (Ancine) a respeito dos procedimentos adotados para cumprir fiscalização acerca do determinado pelo §1º do art. 25 da Lei do SeAC (Serviço de Acesso Condicionado). Requer, ainda, sejam relatados os casos em que a infração foi positivada, bem como sejam oficiadas a duas entidades, a Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) e a Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro) a respeito da presente proposição.

A Secretaria informa que cópias do requerimento já foram distribuídas aos Conselheiros.

Concedo a palavra ao conselheiro Gilberto Leifert, para o encaminhamento.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Boa tarde a todos. Obrigado, Presidente.

O objeto do requerimento é exatamente a incumbência que a Lei nº 12.485, de 2011, atribui à Ancine de exercer a fiscalização sobre a publicidade veiculada no País, originária de anunciante estabelecido no exterior.

O art. 25 determina:

> *Art. 25. Os programadores não poderão ofertar canais que contenham publicidade de serviços e produtos em língua portuguesa, legendada em português ou de qualquer forma direcionada ao público brasileiro, com veiculação contratada no exterior, senão por meio de agência de publicidade nacional.*

E o § 1º, dispõe: "§1º A Ancine fiscalizará o disposto no *caput* e oficiará à Anatel e à Secretaria da Receita Federal do Brasil em caso de seu descumprimento."

Neste requerimento de informações, eu assinalo que existe dúvida fundada no mercado publicitário no sentido de que mensagens publicitárias estariam sendo criadas, produzidas no exterior e veiculadas no Brasil sem que tenha havido a interveniência de agências de publicidade aqui estabelecidas. Tal conduta, em tese, configura infração à Lei do SeAC, além de constituir evidente assimetria em desfavor dos agentes econômicos regularmente estabelecidos no Brasil.

Por esse motivo, Presidente, peço aos meus pares o deferimento deste pedido de informações endereçado à Ancine.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Alguma manifestação? (*Pausa.*)

Então, em votação, o requerimento.

As Srªs Conselheiras e os Srs. Conselheiros que o aprovam mantenham-se como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para as providências da secretaria.

Pois não, Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, antes que nós iniciemos a Ordem do Dia, eu queria fazer um pequeno registro de incômodo, na medida em que foi impedida a entrada, agora há pou-

co, de duas alunas de Jornalismo da UnB que estão fazendo o seu TCC, o seu trabalho de conclusão de curso, cujo tema era "Violência contra Jornalista", e haviam marcado uma entrevista comigo nessa condição de Conselheiro, porque nós estamos trabalhando nesse tema, acabamos de tratar desse tema. Foram informadas de que a Polícia Legislativa as impedia de entrar com base numa regra que impede a entrada de câmeras ou qualquer coisa desse tipo.

Eu queria registrar o nosso incômodo, já que nós havíamos combinado com elas, ou seja, nós havíamos marcado neste local porque estaremos aqui o dia todo e seria a única possibilidade dessa entrevista. Parece-me um exagero. Gostaria de ter mais informações sobre por que esse trabalho de alunas não pôde ser realizado, por conta de uma postura que me parece exagerada, mesmo em relação à imprensa ou a qualquer outro tipo de trabalho profissional. Muito mais me parece impertinente isso, exagerado em relação a duas alunas da Universidade de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vamos verificar, ver se temos alguma resposta sobre isso e quais as razões que motivaram esse tipo de impedimento. Creio que, talvez, muitas vezes, não é legislação geral, mas muito mais de guarda da esquina, que dá trabalho.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não, Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Só para complementar, eu acho que as informações a gente precisa saber, mas que seria possível verificar, não sei se essas estudantes já se esvaíram do Senado, uma possibilidade de que elas venham e possam fazer a entrevista combinada com o Conselheiro Schröder. Afinal, é um produto acadêmico, não há nenhuma intenção de qualquer tipo de manifestação, movimento. Muito pelo contrário, é trabalho acadêmico. Poderão aproveitar a presença do Conselheiro. Então, se for possível, solicito que se permita o acesso. Não só peça informações para saber o porquê de terem barrado essas alunas, mas que permitam que tenham entrada e o Conselheiro possa se ausentar por poucos minutos para fazer a entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nós vamos pedir – o nosso Vice-Presidente tem contato com o pessoal aqui do Senado – que possa verificar como fazer para introduzir as alunas aqui.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Elas se encontram aqui ainda?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Há dois minutos, sim.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu tenho que falar, então, com o 1º Secretário, porque existe uma norma interna no sentido de que realmente só podem fazer cobertura jornalística, utilizar câmeras com a prévia autorização da 1ª Secretaria ou então da Secretaria de Imprensa, exatamente para evitar que haja abusos. Inclusive, há um problema aqui permanente, até por conta de empresas de televisão que têm alguns programas que são meio complicados e não têm credenciamento exatamente porque ridicularizam os Senadores, os Deputados etc. Então, há uma norma interna.

Quando há um entendimento prévio, se permite. Não estou aqui justificando, estou apenas dizendo que, pelo que eu conheço, como eu fui diretor da secretaria, com um entendimento prévio, seria dada uma autorização especial para quem vem fazer entrevista com pessoas que estão aqui. Assim elas podem.

Eu não sei se as moças se encontram aqui. Se você tiver algum contato, eu falarei com o 1º Secretário ou com alguém lá da comunicação para dar essa autorização.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim. Sem aumentar o debate, que me parece que está bem encaminhado, quero só informar, Conselheiro, que, pelas informações que a Maria José nos passa, as moças tentaram essa licença e foram informadas de que só poderiam ser feitas entrevistas com Parlamentares. Então, o argumento não foi esse, que me parece absolutamente razoável, e acho que a norma tem de ser essa mesmo. Parece-me que têm que garantir o trabalho da imprensa etc. Mas o argumento não foi esse. Por isso, estamos tentando localizar as moças e, se possível, sem aumentar o debate que me parece estar bem resolvido.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Sou a favor de que haja realmente uma facilidade de acesso às pessoas que vêm entrevistar os que estão aqui, mas, infelizmente, esse é um contencioso que, como Diretor da Secretaria de Comunicação, sempre tive com a segurança, pois sempre há um excesso no cumprimento daquilo que deveria ser mais fácil de resolver. Não há boa vontade da segurança para com a imprensa de maneira nenhuma. Vou tentar resolver.

O SR. PRESIDENTE (D. Orani João Tempesta) – São as várias barreiras que existem e temos que ultrapassar, porque nem sempre estão orientados, não sabem bem das coisas.

Bem, passamos agora ao item 2, enquanto se resolve essa questão do acesso das estudantes, que é a oitiva com a participação do Presidente da Socie-

dade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET) e dos representantes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O tema a ser discorrido é a alocação da faixa de 700MHz, sua regulamentação e consequências para os interesses da sociedade brasileira.

Convido a ocupar lugar à Mesa os seguintes convidados: Sr. Olímpio José Franco, Engenheiro e Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Sr. Presidente, pela ordem.

Enquanto se forma a Mesa, parece que alguns Conselheiros precisam se ausentar mais cedo, pergunto: vamos até as 17 horas, é isso mesmo? Só para fixar horários. Eu próprio preciso me retirar às 16 horas, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (D. Orani João Tempesta) – O horário marcado é das 14 às 17 horas, com as três horas regulamentares. Claro que, se terminarmos antes... Se formos mais ágeis, podemos concluir antes. Depende um pouco dos nossos caríssimos Conselheiros, não é?

Também convido o Sr. Marconi Maya, Conselheiro substituto e Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação, que aqui representa a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A Srª Patrícia Brito de Ávila, que vem representar o Ministério das Comunicações, ainda não chegou. Ao chegar, será também aqui introduzida.

Informo aos convidados que a cada um é concedido o tempo de 20 minutos para as exposições, se for necessário. Ao final, a Presidência concederá a palavra aos Conselheiros que desejarem encaminhar suas formulações e, em seguida, passaremos às réplicas dos especialistas indicados.

Então, concedo a palavra ao Sr. Olímpio José Franco. Bem-vindo!

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Boa tarde!

Bem, vou falar aqui um pouco sobre a abrangência da SET, o que estamos fazendo em relação a esse tema, em relação à canalização e o que já temos de informações em relação ao trabalho que estamos fazendo há seis meses.

Próximo eslaide, por favor.

A agenda é esta: atribuições e missão da SET, grupo de estudos (temos vários), grupo SET – Testes de Interferência, que é o principal, tem a ver com o tema do dia, e o que os nossos colegas japoneses já fizeram, regulamento recente da Anatel, nossos testes, situações de interferência, como acontecem, e qual é o cenário para recepção de TV.

Próximo.

Mais para trás. Acho que tem um outro eslaide anterior. Esse aí. Isso.

Esses são os grupos atuais de estudos da SET. Nós já trabalhamos com *loudness*; planejamento de canais, que é um grupo bastante antigo; boas práticas de TV digital, que foi muito importante no começo da transição do analógico para o digital; esse grupo recente de interferências de LTE x TV; e dois bastante novos, que são de *ultra high definition* e sistemas avançados, além do grupo dessa IBB (*Integrated Broadband & Broadcast)*, e nós também participamos do Comitê Consultivo de Rádio.

O grupo de planejamento de canais existe desde 94, tem um envolvimento muito grande na preparação, junto com o Ministério das Comunicações e a Anatel, que congrega as emissoras e os consultores no planejamento para a canalização de TV digital. Nesses últimos meses, ele está muito envolvido, junto com a Anatel e o Ministério das Comunicações, no replanejamento de canais para a cessão de banda de 700MHz, essa compactação do canal 14 ao 51.

O que tem de não muito agradável para a perspectiva futura é que não estamos vendo nenhum espaço para um padrão mais avançado de TV. Se não houver espaço, nós vamos ficar com esse padrão em ISDB por muito mais tempo.

O tema principal é esse. Hoje, na TV analógica, nós ocupamos o canal 7 a 69 e, com essa transição, em função do dividendo digital, nós ficaríamos com 37 canais, do 14 ao 51. Então o dito 700MHz corresponde aos canais 52 a 69. São 18 canais, 108MHz.

Quanto à importância da faixa 700, não temos dúvida. Ela tem capacidade de alcançar grandes distâncias e de penetração em edificações, ambientes internos. A banda larga, a parte Telecom já usa várias bandas, como a de 450, 700, 850, 900, 1.7/2.1, 1.8, 1.9/2.1 até 3.4GHz. E a TV só tem essa banda, que é UHF, e um pedaço da de VHF, que vai ser do 7 ao 13.

A criação do Grupo SET – Testes de Interferências foi motivada pela perspectiva de interferências que já eram conhecidas no exterior, principalmente no caso da Inglaterra e do Japão, em saber como os receptores de TV ou mesmo dispositivos como *boosters* ou antenas ativas vão captar toda essa banda que está aberta. Quando isso acontecer, vai interromper as recepções. Não é que vá interferir. Pode gerar imagem congelada ou tela preta. Esses estudos verificam como isso ocorre e como pode ser mitigado. Estamos tentando entender o quão grave é isso e o que devemos fazer para evitar.

A SET fez um convênio com a Universidade Mackenzie visando usar o conhecimento deles ou o laboratório de TV digital que eles têm e que foi muito importante naqueles testes de 1999 e 2000. O que nós

estamos fazendo é um trabalho científico baseado em metodologia técnica. Estamos usando seis televisores de diferentes marcas, tecnologias e gerações. O laboratório tem instrumentos adequados. E os profissionais e pesquisadores tanto da SET quanto do Mackenzie são pessoas que estão nesse ramo e conhecem bastante o assunto.

Nós fizemos um convite para a Anatel e o Ministério participarem dos testes.

Esse é o cronograma que nós fizemos. Nós já estamos praticamente aqui no finalzinho, na elaboração dos relatórios. Nós tentamos compactar isso um pouco, em menos do que dez meses, mas vamos levar de sete a oito meses de trabalho.

Próximo eslaide.

A questão da interferência é um fenômeno físico. Ela acontece. E no caso, a TV digital não é como a analógica, em que aparecem ondulações. Ela ou congela a imagem ou mostra essa tela preta aí.

As referências que nós temos são o relatório da Ofcom, um relatório inglês que trabalhou bastante nisso e produziu dados que nos ajudam a pensar como aconteceu lá e como isso aconteceria aqui, embora as bandas e frequências sejam um pouquinho diferentes, mas vale em termos genéricos. No caso do Japão, é a nossa maior fonte de dados. Primeiro, o arranjo de frequências que eles adotaram é o que a Anatel aqui adotou, esse da APT (Ásia Pacifc Telecommunity). Existe uma pequena diferença de canais, mas isso não é impactante. Os nossos padrões de TV digital são os mesmos. Nós temos esse relatório japonês detalhado. Na verdade, não é só um relatório, são vários. Então, tem esse caso do Ministério das Comunicações, da NTT Docomo, da KDDI. Existe alguma diferença de arquitetura de televisores e sistemas de antenas coletivas nossas e deles.

O próximo.

Os testes que o Japão fez levaram dois anos e envolveram todo o setor que tem a ver com esse negócio: televisão, fabricantes de equipamentos profissionais, produtos de consumo, emissoras, operadores de Telecom, universidades e institutos de pesquisa. Esse relatório final deles, do Comitê Consultivo, tem 761 páginas; é o que foi submetido ao governo para decidir. Depois, tem esse relatório do próprio MIC, que tem 108 páginas, o do KDDI e vai por aí. E o resumo desse relatório que foi entregue à UIT tem 124 páginas. Esse relatório está em inglês.

Próximo.

No caso do governo japonês, eles não fizeram leilão da banda. Eles escolheram as operadoras baseados nos melhores projetos de exploração e sem interferências nos canais de TV. Os valores que seriam gastos no leilão foram redirecionados à prestação de bons serviços, uso de equipamentos e dispositivos que não causassem interferência, instalações de filtros nas ERBs (Estações Rádio Bases) e nas residências. Desde 2011, todos os televisores no Japão já incluem o filtro para LTE acima do canal 52.

Próximo.

Aqui é só um exemplo rápido do caso brasileiro. No caso japonês, há diferença entre bandas de ocupação. No caso, a Anatel está planejando dois blocos de 45MHz para *uplink* e *downlink*, com a banda de guarda em 5MHz. O caso japonês é um pouquinho diferente, eles fizeram com 30MHz para *uplink* e 30MHz para *downlink,* mas lá também tem um serviço intermediário entre esses *up* e *down* e usam a banda de guarda em 8MHz, um pouquinho maior.

Esse aqui é só para mostrar como isso está no espectro japonês, só para ter uma ideia de como está distribuído.

O próximo.

O caso nosso aqui. Hoje, o espectro está aberto dessa forma, do canal 7 ao 69. Então, os televisores estão preparados para receber isso aí. É uma janela aberta.

No caso do regulamento, citando o regulamento da Anatel, do dia 31, semana passada, a Anatel já lançou algumas premissas de alocação desses canais – o Marconi deve falar disso – realmente definindo algumas condições, inclusive um pedaço da banda para segurança pública, defesa nacional e infraestrutura. Então, não é todo para banda larga.

Próximo.

Esse aqui, telegraficamente, é um resumo do anúncio do regulamento que tem coisas, de alguma maneira, importantes para o setor de radiodifusão, como a proteção dos serviços, a garantia de que, se houver interferências, terão que cessar as transmissões e de que as operadoras deverão assumir esses custos também de mitigações. Estou falando muito rapidamente, mas, em resumo, essa licitação só deverá acontecer se garantidas essas condições.

Próximo.

Então, essa questão de interferência é, de alguma maneira, complexa e demorada. A nossa preocupação técnica é de que isso seja bem estudado e que as garantias, as proteções estejam definidas, estudadas, conhecidas antes do edital.

Próximo.

Os nossos testes. Nós, até agora, já realizamos mais de 3.200 medidas. O volume dessas medidas é de 50 a 80, dependendo da complexidade. Os testes não são apenas com televisores, mas com *boosters*, amplificadores, antenas ativas. Ainda faltam algumas

medidas, como é o caso de One *Seg*, que são dispositivos portáteis. Nós estamos trabalhando nisso há seis meses.

Próximo.

Isso aqui é só uma vista rápida do laboratório do Mackenzie.

Próximo.

Isso aqui é mostra os canais que são mais afetados em função de tipo de interferência, ou por frequência e imagem, causada pela atração base, ou pelo terminal portátil do usuário. Então, pegue aí na primeira linha acima do canal 47 ao 51, depois do canal 38 ao 45, depois da frequência adjacente, que é outro tipo de interferência causada pelo terminal do usuário, que pega do canal 46 ao 51 também. No caso de saturação por nível muito alto, o interferente acontece, tanto faz, pelo dispositivo portátil, pelo celular, ou pela estação base, e interfere em todos os canais.

Aqui vou passar muito rápido só para se ter ideia dos tipos de testes de padrões feitos para cada canal e para cada aparelho. Então, é um trabalho muito grande, mas quisemos ter certeza de como é que isso se dava ao longo da banda.

Próximo.

Esse é um modelo também de nível interferente, como é que o nível de interferência chega à residência, com antena interna ou externa, como esses cálculos são feitos para determinar a mancha de interferência.

Próximo.

Aqui é uma visão de tela de laboratório, como é que isso se dá. Essa medida é feita no laboratório. Como é que se conhece quando está interferindo ou não.

Próximo.

As interferências mais típicas são no caso do *downlink* na TV digital e do *uplink*. São os dois casos principais.

Próximo.

Aqui também outro tipo de medição do *downlink* no receptor A. Foram feitos para cada marca, cada modelo, em todos esses canais.

Próximo.

Pode passar rápido que é só para se ter ideia do que é esse trabalho no laboratório.

Os mecanismos de interferência se dão por vazamento de espúrias do conversor ou comportamento instável do receptor perante um sinal pulsado, no caso de um dispositivo portátil, como o celular, e também interferência dos canais próximos ao canal de TV, devido ao sistema de filtro do receptor e também por frequência imagem, que é um batimento de frequência.

Essas aqui também são outras medidas típicas que foram feitas.

Pode ir mais para frente.

Aqui é uma situação típica. À esquerda, lá em cima, o caso da Avenida Consolação, aqui perto do Mackenzie, uma antena de celular e uma antena de recepção de TV ao lado. Aqui, a saturação, nesse caso, é muito mais favorável, por um nível muito alto. Aqui no outro endereço, mostra a antena de TV, a antena de celular e a residência ali na janela. Então, isso vai entrar por vários meios.

Próximo.

Isso aqui é outra foto mostrando com mais detalhe uma antena de transmissão de LTE e de recepção e mais as antenas de TV de VHF e UHF.

Próximo.

Então, as antenas de UHF em uso estão aqui.

Próximo.

As interferências acontecem entrando nessas antenas aqui.

Próximo.

Conclusão. As interferências danosas ocorrem. Como podem ser evitadas? Quais são as medidas de mitigação? Como e quando serão feitas? E as garantias de que isso, realmente, vai ser feito com seriedade?

Próximo.

As instalações típicas são casas com uma antena no receptor, ou uma casa que tenha um amplificador, um *booster* no meio do caminho, uma antena coletiva que tenha um misturador, um amplificador e os divisores, no caso de prédios, de antenas coletivas.

Próximo.

O caso do Japão deve caminhar para o nosso caso. Eles chegaram a um modelo de filtro, para televisores e amplificadores, relativamente sofisticado, de 30 dBs, externo ou interno, depende do caso.

Próximo.

Isso aqui é um protótipo da KDDI de um filtro máscara para as transmissões de LTE da estação básica. Eles criaram uma filtragem para não emitir harmônicos e coisas que vão prejudicar a recepção.

Próximo.

Em relação aos relatórios, nós estamos em fase final. Ele é bastante detalhado e tem muito conteúdo. Deve ter algo em torno de 200 páginas. Nós pretendemos fazer uma entrega oficial ao Ministério, à Anatel e, ao mesmo tempo, propor uma explicação do que está feito. A gente pretende fazer uma divulgação disso aqui no País e no exterior. É um trabalho científico.

Próximo.

Há uma proposta da Anatel – e nós até estamos conversando – de fazer uns testes de laboratório de campo. Isso seria feito em dezembro, depois fiquei sabendo que em fevereiro, em duas cidades pequenas, principalmente testando os últimos canais de TV. A dúvida é sobre que impactos isso vai ter, como isso

aconteceria em relação a antenas individuais e coletivas e o que poderá ser testado em pouco tempo. Cinco dias é muito pouco tempo. Nós, que estamos tratando disso há seis meses, sabemos muito bem disso.

Próximo.

Sobre essa questão de a Anatel fazer um teste, se isso realmente é imprescindível, deve ser feito com tempo adequado, com orçamento adequado, para que ela consiga fazê-lo de uma forma que dê confiança, para lançar esse edital e criar normas, regulamentos para isso.

Próximo.

O cenário, para terminar esse penúltimo eslaide. O que nós precisamos saber, de fato, são as medidas de mitigação. As interferências vão se dar por TV, imagens congeladas ou telas pretas. Até 2018, quando termina o *switch-off*, teremos cerca de 130 milhões de aparelhos que terão de ter filtros. As interferências se dão nas antenas coletivas, individuais (ativas com *boosters*) ou diretamente nos televisores. A maioria das recepções baseadas em antenas internas passivas serão interferidas e requererão filtros, no caso, atrás dos televisores. A maioria dos dispositivos *One Seg*, que são os receptores portáteis, celulares, GPSs, que os taxistas usam muito, os *dongles* USB para *laptop*, serão interferidos, a maioria deles, e sem possibilidade de mitigação, porque não há como pôr um filtro numa coisa tão pequena, nesse caso, externo. Em resumo: serão perdidos.

Próximo.

Esse é o último eslaide. A gente vê como realmente a situação é crítica. Temos de levar isso a sério. Interfere em todos os canais, não tem como, independente de marcas, de modelos, de gerações. Então, chamamos a atenção porque o que a Anatel pretende fazer deveria ser feito com maior tempo, já que ela quer fazer os testes para que tenha embasamento técnico.

O que podemos dizer é que nós temos confiança no trabalho que estamos realizando. É um trabalho científico. Nós podemos repetir esses testes. Se tiverem dúvida, podemos demonstrar tecnicamente como foi que se chegou àqueles valores.

Em resumo, é isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Orani João Tempesta) – Agradecemos ao Sr. Olímpio José Franco, engenheiro, Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia e Televisão, pela exposição.

Ele ficará à disposição, depois, para as perguntas, mas, primeiro, vamos ouvir o Sr. Marconi Maya, a quem passamos a palavra.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA – Muito obrigado, Dom Orani, Presidente da Mesa, em nome de quem cumprimento os companheiros de Mesa e os demais Conselheiros do Conselho de Comunicação Social.

A gente está aqui para dar uma noção de como a Anatel está atuando nesse processo também.

Primeiro eslaide, por favor.

A nossa ideia é falar um pouco das políticas públicas setoriais, das responsabilidades da Anatel – como a Anatel se insere nisso –, das ações realizadas, as ações em andamento, e fazer algumas considerações finais.

Próximo, por favor.

Quais são as políticas setoriais? Como não poderia deixar de ser, o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. O Decreto nº 5.820 cria as condições para a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital, a migração para digital num período de transição de dez anos. Isso começou em 29 de junho de 2006 e iria até 29 de junho de 2016. Esse era o primeiro comando que a Anatel recebeu a respeito da televisão digital. Logo depois, recentemente – não logo depois, mas em 2013 –, o Decreto nº 8.061 altera o Decreto nº 5.820 e coloca um cronograma mais elástico, que faz todo sentido, porque não sobrecarrega a indústria tanto de receptores quanto de transmissores, e faz uma transição mais longa, permitindo que a indústria não seja tão sobrecarregada. Então, passou a ser de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Próximo, por favor.

A outra vertente de políticas públicas que tratam desse assunto é o Plano Nacional de Banda Larga. Aí a gente vai ver como é que essas duas políticas públicas vão conversar, vão se harmonizar. O Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, institui esse Programa Nacional de Banda Larga com alguns comandos. Fica instituído, então, esse programa, o PNBL, com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, ou seja, a gente vê que já começam a conversar os dois projetos.

Próximo, por favor.

Há interação, então, entre o SBTVD e o PNBL. O Ministério faz publicar, então, a Portaria nº 14, em 6 de fevereiro de 2013, que o Ministério das Comunicações comanda. Há necessidade de acelerar o processo do Sistema Brasileiro de TV Digital. Também identifica a necessidade de ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do PNBL. Então, começam a se harmonizar as duas políticas públicas.

As responsabilidades da Anatel a partir desse momento. Primeiro, a gente cita a Lei nº 9.472, que é a Lei Geral de Telecomunicações, que comanda para nós, para a Anatel que compete à União, por intermé-

dio do órgão regulador, ou seja, da Anatel, nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração do serviço de telecomunicações. No art. 19 vai comandar que a agência vai administrar, lá no inciso VIII, o espectro de radiofrequência e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas e ainda editar os atos de outorga e extinção do direito de uso de radiofrequência e de órbita, ou seja, a Anatel tem essa competência legalmente estabelecida.

O próximo, por favor.

Ainda, a Lei nº 9.472, no art. 158, vai dispor muito claramente que observadas as atribuições da faixa segundo tratados e acordos internacionais, a agência manterá plano com a atribuição, distribuição e destinação de radiofrequências, ou seja, a Anatel é a responsável no Brasil por organizar e gerir o espectro de radiofrequências aqui no Brasil. E, no §1º, que o plano destinará – ele especifica um pouco mais essa questão do plano de atribuição, destinação e distribuição de faixa de radiofrequência – essas faixas de radiofrequência para os serviços de telecomunicações a serem prestados em regime público e em regime privado e, no inciso III, inclui os serviços de radiodifusão. Então a Anatel administra o espectro 100%, como um todo, para quaisquer que sejam os serviços.

Por favor, o próximo.

A atribuição. Vamos voltar um pouco ao decreto do PNBL. Lá no art. 6º ele coloca que a Agência Nacional de Telecomunicações, de acordo com suas competências, pelo inciso V. Exª, vai fazer a gestão do espectro de infraestrutura pública e de bens públicos inclusive de radiofrequência. Então ali já traz, dentro do PNBL, essa vertente de uso de radiofrequência dos 700MHz para o PNBL. Agora ficou melhor, porque fica com possibilidade de mais uma radiofrequência.

O próximo, por favor.

Continuando com as atribuições específicas da Anatel, o art. 2º da Portaria 14 determina que a Agência Nacional de Telecomunicações inicie os procedimentos administrativos para a verificação da viabilidade da atribuição da faixa de 700MHz, que vai de 698MHz a 806MHz. Então não há nada mais específico, claro. É um comando direto. É como se fosse uma injeção na veia do órgão regulador, para tratar... Veja quais são, o que é preciso fazer para liberar essa faixa de 698MHz a 806MHz.

Ainda, na Portaria nº 14, estão ditas algumas condições, o que a Anatel deve fazer para atender esses procedimentos. O que é comandado pela Portaria 14? A Anatel deverá observar a necessidade de eventual disponibilização em outra faixa de radiofrequência adequada aos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. O que a Anatel está fazendo? Como a digitalização da televisão retira a televisão da faixa do VHF dos canais 2 até o 13 e leva para o 14 a 59, e depois conseguimos, para poder criar as condições para a implantação da TV pública, atribuir também a faixa de 60 a 68, então, agora o que nós estamos fazendo é, para este primeiro inciso, trazer os canais que estão do 52 ao 68 para do 14 ao 51, e temos sido bem-sucedidos nas negociações, inclusive presenciais, envolvendo os radiodifusores, a engenharia, a sociedade de engenharia de televisão, cujo Presidente está aqui, envolvendo o Ministério das Comunicações e a Anatel. É uma reunião aberta, plural, bastante interessante, com a engenharia funcionando, sem injunções políticas, nada; é só a área técnica funcionando para poder encontrar a melhor solução técnica para encontrar essa faixa e acomodar toda a radiodifusão entre o 14 e o 51.

A pior região de ocupação de espectro é a região de São Paulo e Campinas. Essas duas regiões deram viabilidade. Já fizemos a consulta pública, houve 62 contribuições e nós já estamos analisando, a partir de sexta-feira nós começamos a analisar essas contribuições nas consultas públicas para consolidar como vai ficar esse espectro em São Paulo.

No inciso II está: garantir a proteção do serviço de rádio difusão de sons e imagens e de retransmissão da televisão contra eventuais interferências. Sobre isto o nosso Presidente Olímpio está falando: a questão das interferências. Então, nos testes que estamos fazendo, estamos propondo encontrar essas possíveis interferências, encontrar as soluções de mitigação e convivência que precisam ser implantadas, ver custos disso inclusive, a quantidade, o tamanho do problema, porque, como foi visto lá, com duas antenas muito próximas, aquilo é quantificável, é possível saber onde é que estão as estações, onde estão esses sistemas irradiantes, ver quem é efetivamente afetado e as outras condições, como o Olimpio bem colocou.

O próximo, por favor.

Ainda na portaria 14, no art. 2º, de acordo com o inciso III: garantir a manutenção da cobertura dos serviços de radiodifusão. Ou seja, o Ministério deu um comando claro para a Anatel: nós queremos que a radiodifusão como é hoje, a cobertura que ela tem hoje como analógica não sofra solução de continuidade. Usem todas as condições que forem possíveis para que não se perca cobertura. Não há que se falar em telespectador não recebendo o sinal só porque mudou de analógico para digital. Não! A mesma cobertura que tinha antes deve permanecer. Então, esse é o inciso III do art 2º da Portaria 14. E, no inciso IV, considerar a harmonização regional e internacional, que é muito importante. Estamos inseridos em um contexto mundial

e em um contexto regional e vamos ver agora mesmo quais são as consequências para nós dessa inserção tanto mundial quanto regional em nível internacional.

Próximo, por favor.

Próximo ainda.

O que nós fizemos recentemente? A publicação da Consulta Pública 12, de 2013, como eu acabei de falar, das regiões de São Paulo e Campinas. Essa consulta pública durou de 27 de fevereiro de 2013 até 5 de maio. Era para terminar em abril, mas nós demos uma prorrogação de 30 dias. Terminou, a pedido dos diferentes interessados no assunto, e fizemos então essa prorrogação de mais um mês. E as principais propostas dessa consulta pública aí estão colocadas. Eu destacaria três: a destinação da frequência, chamaria assim, do canal 52 até o 69 para estes serviços: serviços móvel, serviço de telefone fixo comutado e serviço de comunicação multimídia em caráter primário e o serviço limitado privado SMP em caráter secundário. Foi assim que a consulta pública saiu.

Arranjo IMT proposto: alinhar com a recomendação a opção A5, da recomendação UIT-R M.1036-4, que é o arranjo da Asia-Pacific, chamado APT-700, como o Olimpio colocava agora há pouco, com 45MHz mais 45MHz de banda disponível para utilização nesse serviço de telecomunicações. E a prestadora interessada, como também o Olimpio muito bem falou, já identificou aqui que quem utilizar a RF correspondente aos canais regularmente redistribuídos terá que arcar com os custos dessa redistribuição. Isso também está nessa consulta pública.

Nessa consulta pública, então, na quinta-feira passada, dia 31 de outubro, Reunião 719 do Conselho Diretor, foi aprovado o regulamento das condições de uso de radiofrequência. E eu destacaria então essa radiofrequência de 698MHz a 806MHz e que essa nova destinação de faixa de serviços de telecomunicações entrará em vigor com a publicação do edital, ou seja, só quando eu publicar o edital é que isso vai valer. Se eu não publicar o edital, não vale essa redestinação. Assim foi feito. Existe, então, esta contramedida, esta proteção: caso identifiquemos problemas tão gigantescos que não consigamos leiloar a faixa, publicar o edital, a destinação não se processa. Então, foi assim que a gente protegeu essa questão, com exceção do art. 8º.

O que o art. 8º pressupõe? Ele dá as condições para a criação do edital. Então, se eu não deixar o edital andar, ou seja, começar a construir o edital, eu faria um *loop,* nada se resolve. Teria sido feita uma resolução que não resolveria nada. Então, a única coisa que ficou foi que esse art. 8º entra em vigência imediatamente e aí ele deixa o edital ser construído para que possa ser publicado no tempo correto.

Próximo, por favor.

Os arranjos de frequência. Eu já falei que a gente adotou o arranjo APT. São três arranjos disponíveis, possíveis, registrados lá na UIT: o arranjo FCC, o arranjo APT e o arranjo TDD, que é europeu. Há uma recomendação da UIT para que se adote um desses três arranjos. Então, essa é a nossa inserção no âmbito global.

No âmbito regional, no hemisfério ocidental, nós temos a CCP II, que é a Comissão de Comunicação Permanente da Citel, que recomenda que se adote aqui, nas Américas, ou a opção da FCC, do órgão regulador norte-americano, ou a da Ásia, da Asia-Pacific. E o Brasil, então, adotou o arranjo asiático. Por que adotamos o arranjo asiático? Porque é o arranjo que melhor aproveita o espectro, que mais libera espectro para que usemos para comunicação útil. Não fica usando bandas de guarda para proteger um serviço do outro. Essa foi a melhor solução para nós, e assim nós fizemos e estamos, então, em sintonia com o mundo e com a região, principalmente com a nossa região, a região das Américas. Então, na consulta pública, adotamos, já lá atrás, o arranjo APT. Isso já está decidido. Nós vamos caminhar por aí.

Próximo, por favor.

Só para ter uma ideia de como estão os canais, aqueles vermelhinhos são os canais analógicos. Então, vemos que do canal 2 até o canal 13 é onde se concentra a maior quantidade de canais analógicos. Depois, do 14 até o 59, pois tínhamos liberdade, quando fizemos o planejamento da TV digital, de alocar canais até o 59. E não havia nada. A partir do 59, não era destinado para radiodifusão; era destinado para serviços auxiliares de radiodifusão. E não havia canais analógicos ali na faixa superior. Então, temos canais analógicos do 2 até o 59. E dos digitais está ali a concentração, são os azuis, as concentrações de canais digitais. Isso é no Brasil inteiro. E vejam que do 60 para frente há uma margem pequena de canais que são usados por TV Justiça, TV Câmara, TV Senado, que estão alocados ali. Principalmente nas regiões onde o espectro era congestionado, criamos aquela condição. Era como se fosse uma ravina colocar a TV pública ali para viabilizá-la. E assim nós fizemos.

Próximo, por favor.

Então, o que é o replanejamento com o qual nós estamos trabalhando hoje? Ali, repetimos as cores, azul e vermelha, para analógico e digital. Só que essa cor mais clara, o rosa, representa os canais que estão vagos. Então, temos canais vagos do 52 até o 59. Há aquelas quantidades de canais vagos analógicos. Os em operação são os vermelhos, e os digitais são os azuis. Então, essa é a massa de canais, a quantidade

total de canais no Brasil, que a Anatel, junto com o CET, junto com o Ministério das Comunicações, está trazendo, do canal 14 até o 51. São esses canais que estamos tratando.

Próximo, por favor.

Como está esse replanejamento, as demandas diretivas para os novos canais? Durante o trabalho de replanejamento, nós nos deparamos com um pareamento de secundários. Canais secundários – não sei se é do conhecimento de todos – não têm direito à proteção, se interferirem têm que parar a interferência, e, se forem interferidos, não podem reclamar da interferência. Só que o Ministério das Comunicações, o Ministro Paulo Bernardo colocou muito claramente: nem os canais secundários nós podemos apagar. Se eles não eram considerados antes, precisamos considerá-los agora. Então apareceram mais 4.580 canais. Na primeira leva de canais digitais, nós fizemos por volta de 6.500 canais. Apareceram mais 4.580 canais para fazermos, e é isso que estamos fazendo durante o replanejamento. Isso foi resultado da Portaria nº 486, de 18 de dezembro de 2012. Houve comando do Ministério para fazermos isso.

Canais públicos. Foi colocado, nos arts. 12 e 13 do Decreto nº 5.820, que teríamos que atender os canais públicos. Esses canais são: Canal do Poder Executivo, Canal de Educação, Canal de Cultura e Canal da Cidadania. E a regulamentação do Canal da Cidadania ainda dá um fôlego, porque é para criar um Canal da Cidadania por município, desde que haja viabilidade técnica. Isso faz todo sentido, porque há lugares em que nós não vamos conseguir criar um canal a mais.

Próximo, por favor.

O replanejamento do PBTVD. A Anatel, para facilitar a vida, excluiu, já que não ia mais outorgar nenhum canal analógico, 4.301 canais do plano básico, que eram canais vagos, analógicos. Fizemos a Consulta Pública nº 8, isso já está concluído, então já estão excluídos do plano de TV e de RTV.

A definição de demanda a ser pareada: novas outorgas, porque o Ministério continua dando alguma outorga, então precisamos tratar dessas novas outorgas; os canais secundários são tratados já, de pronto, no replanejamento; e canais públicos, tantos quantos sejam identificados. Outro dia nós soltamos um. Especificamente para a cidade de Uberlândia, por exemplo, nós soltamos um canal, fizemos a viabilidade dele, já se fez consulta pública, já esta viabilizado, então esse canal também tem que ter previsão de canal digital para ele. E definição do *switch-off*, de acordo com o Decreto nº 8.061, de 2013. São três anos de possibilidade para fazer a migração da tecnologia analógica para a digital. E a estimativa de quantos canais serão remanejados. Isso é o que estamos fazendo hoje. Ou seja, num primeiro momento, chegamos à conclusão de que precisávamos apagar 885 municípios, envolvendo um total, em volta desses 885 municípios, de 2.400 municípios. Seriam esses 885 mais cerca de 1.600 municípios em volta recebendo, de alguma forma, essas programações.

Nós compramos, para a Copa do Mundo, uma ferramenta mais poderosa, que levava em consideração o relevo do terreno. Então, um município que, porventura, aparecia envolvido nesse apagamento, poderia não aparecer nesse apagamento, e esse número de municípios... Levando em consideração o relevo, onde tem uma montanha que não deixa o sinal passar, aquele município lá está protegido. Não é preciso apagar o sinal dele. E ele não interfere de cá. Não é preciso apagar, então o numero de municípios caiu para 724.

E, agora, nesse replanejamento que estamos fazendo, em conjunto com o Ministério, há questões de outorga. Por exemplo, uma retransmissora de uma prefeitura, que está dentro do conjunto de programações da Record, por que não usa o mesmo canal da Record, já que a tecnologia permite isso? Como envolve questões de outorga, o Ministério tem negociado isso e temos tido bons resultados.

Só em Minas Gerais, por exemplo, conseguimos baixar dos 724 municípios com canais, nessa consulta pública que vamos publicar agora, cerca de 66 municípios que não necessitarão mais ser apagados. Então, vamos ficar com cerca de 650 a 600 municípios, envolvendo algo em torno de 1.300 a 1.200 municípios que vão ter que ser apagados para liberar a faixa de 700MHz. Sem apagar o analógico, não dá para liberar a faixa de 700MHz para esses municípios. Mas esses são números ainda estimativos, porque eu ainda não tenho a solução de todos.

Próximo, por favor, para podermos terminar.

E aí o *status* atual. Já foram realizadas 14 reuniões presenciais para replanejamento. Um novo plano de distribuição de frequências pós *switch-off* com o replanejamento dos canais é o produto que estamos oferecendo.

A Consulta Pública nº 35, da região metropolitana de São Paulo e Campinas, recebeu 62 contribuições, como eu falei. E as consultas públicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais já têm previsão de publicação – menos a de Minas Gerais, que tem um probleminha a mais que preciso resolver lá –, já estão prontas e eu devo assinar hoje ainda. Creio que não alcancem mais a publicação para amanhã.

E o impacto é uma racionalização do uso do espectro de radiofrequências, maior disponibilidade do

espectro para atender aos objetivos do PNBL no curto prazo e conhecimento dos custos de transição, porque isso é que vai impactar quem comprar a frequência.

E, por fim, os nossos desafios. Eu destacaria principalmente esses dois que estão em negrito: o estudo de compatibilidade com serviços móveis e a harmonização com países de fronteira.

Gostaria de dizer o que, a exemplo da confiança que o Dr. Olímpio coloca no trabalho feito pela SET em conjunto com o Instituto Mackenzie, a Anatel tem feito, apesar das limitações orçamentárias que estamos vivendo, e aí em conjunto com outra instituição também de renome nacional, que é o Instituto Inatel, lá do interior de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais, que está dando suporte acadêmico para esses testes todos que estamos fazendo. Pretendemos também submeter esses testes inclusive à União Internacional de Telecomunicações, a depender desse relatório. Pretendemos fazer relatórios sólidos, consistentes e academicamente defensáveis, para que possamos ter o suporte necessário para a agência dar continuidade a essa obrigação que foi criada por essas políticas públicas colocadas por esses decretos que aqui mencionei.

Considerações finais. O que temos a considerar é que há objetivos harmônicos entre as diferentes políticas públicas. Tanto o PNBL como o SBTVD se falam harmonicamente, e o papel da Anatel é gerenciar o uso do espectro de radiofrequência de forma permitir, ao menor custo possível para o Estado e para os agentes privados, o atendimento dos objetivos das políticas públicas para o setor.

Creio que era isso que eu tinha para falar.

Próximo.

Era isso mesmo.

Muito obrigado e desculpem se me estendi. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos o Sr. Marconi Maya pelas palavras, e convido para ocupar seu lugar aqui à Mesa a Srª Patrícia Brito de Ávila, que é Secretária Substituta de Serviços de Comunicação Eletrônica, representando o Ministério das Comunicações.

Pois não.

O SR. ROBERTO FRANCO – A Drª Patrícia não é mais substituta, ela é já nomeada efetiva. Houve essa nomeação. Se não me engano, há dez dias, foi publicada a nomeação, posteriormente ao nosso convite.

O SR. PRESIDENTE (D. Orani João Tempesta) – Então é preciso corrigir o nosso texto aqui para a ata.

Enquanto encontram o texto que ela vai falar, nós podemos abrir para as perguntas. Inclusive o Nascimento já pediu a palavra. Depois, também...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Boa tarde a todas, boa tarde a todos os presentes, aos jornalistas, enfim.

Eu queria saber o que vai acontecer com as emissoras públicas que, no digital, estão na faixa dos 700MHz. Essa é uma preocupação que a sociedade civil e os trabalhadores têm. O que eu ouvi é que, quando o sistema analógico for desligado, vão recolocar as tevês públicas, arranjar um jeito de realocá-las, e, na nossa opinião, o risco é muito grande. Se chegarmos a 2018 e não houver espaço para elas, como é que ficará essa situação dos canais públicos? Isto, na nossa opinião, também é um absurdo: não haver essa preocupação com os canais públicos. Eu acho que o Governo licitar os 700MHz sem antes definir onde os canais públicos ficarão na TV digital... Eu queria uma resposta para isso, e também é o que a sociedade está querendo.

Só lembro que a Constituição prevê a complementaridade dos sistemas e, para nós, o sistema público está sendo ignorado para atender aos interesses das operadoras de telecom.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agora nós vamos fazer, já está...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu proporia que aguardássemos primeiro a fala da Drª Patrícia para iniciarmos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É que estavam localizando o texto. Como já localizaram, concedo a palavra à Drª Patrícia.

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA – Olá, boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite para estar aqui em nome do Ministério das Comunicações, agradecer à Mesa e às pessoas presentes.

Eu vou falar um pouquinho sobre a implantação do cronograma de transição da TV analógica para digital. Essa é uma apresentação que já fizemos na Câmara dos Deputados. Vamos falar sobre cobertura, recepção e esse processo de transição. E, se me permitirem, vou aproveitar para falar um pouco, tentando responder à sua pergunta, da questão das tevês públicas, que também foi objeto de outra audiência nossa na Câmara dos Deputados.

A apresentação está organizada desta forma: inicialmente vamos falar de canalização e replanejamento; depois, do cronograma de transição; vamos discutir a interferência, que imagino já tenha sido colocada pelo Olímpio aqui na Mesa; depois, recepção: panorama da digitalização e acesso a receptor; e, por fim, sobre a parte de comunicação, porque o Ministério entende que é uma parte essencial para o sucesso da transição do analógico para o digital.

Eu não vou me deter nesta parte, mas aqui estão as normas legais sobre as quais trabalhamos. Há

uma portaria de fevereiro que traça, em conjunto com a Anatel, as diretrizes para o replanejamento dos canais. Lembro aos senhores que temos os canais que ocupam o VHF, hoje, do 2 ao 13, que vão ocupar o UHF do 14 ao 51; e há os canais 52 ao 69, que também vão ser realocados nessa faixa. Então, os canais do 2 ao 13 vão caber entre o 14 e o 51; e do 52 ao 69 também, e mais os canais que estão lá, sempre com um par digital. O Ministério flexibilizou isso: em casos onde não haja canais suficientes, a digitalização pode ocorrer no mesmo canal – e isso é só para dar uma explicação; a maioria de vocês aqui já conhece isso bastante.

Em relação ao Plano Nacional de Banda Larga, consideramos a harmonização regional e internacional – o Marconi já deve ter falado sobre isso – de forma a adotar arranjos de frequência que favoreçam a convivência em regiões de fronteira e o aproveitamento de ganhos de escala visando à inclusão digital – é isso o que fala a portaria –; e na radiodifusão garantimos a manutenção da cobertura atual, porque eu acho que isso é o que há de mais importante.

Então é importante frisar que todo mundo que tem outorga hoje de televisão ou de retransmissão de televisão permanece com a sua outorga. Assim, todo mundo que está funcionando, público ou privado, indiferentemente, tem o direito a ter o seu par digital, quando é possível, ou de digitalizar o próprio canal e tem direito de funcionar em digital nessa faixa de UHF que vai do 14 ao 51.

Garantimos a proteção dos serviços de TV e RTV contra eventuais interferências – o Marconi também já deve ter falado na discussão que está se fazendo.

Sobre a destinação da faixa, isso já está previsto como uma condição para que haja depois a licitação. Essa é uma condição para que a licitação ocorra. Observamos a necessidade de eventual disponibilização em outra faixa de radiofrequência, adequada à TV e à RTV, dos canais necessários para a sua prestação e tecnologia digital e analógica. Basicamente é isso. Isso traça as diretrizes para que se possa discutir o desligamento da televisão analógica e faixa de 700MHz.

Sobre isso o Marconi já deve ter falado, são os estudos por região. Os estudos iniciais foram concluídos em parceria com a SET. É importante destacar essa parceria, porque ela é condição de extrema importância para o resultado que conseguimos em termos de otimização de espectro. Já realizamos, em parceria com a Anatel, reuniões até Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, acontecerão na semana que vem. Em São Paulo, já houve a consulta pública, aguardamos a publicação do resultado. Todo o esforço da Anatel é para publicar, até Minas Gerais, todas as consultas públicas até o final da semana.

Canalização, replanejamento, ainda na parte de cobertura. É esse trabalho de que já falei, que temos feito para otimizar o uso do espectro. O custo do remanejamento, ou seja, o custo de descer os canais 52 ao 69 é coberto pela licitação da faixa. Depois, vou mostrar ao Senhor como isso ocorre para as tevês públicas. Eu passo, em seguida, à outra apresentação para mostrar exatamente como está a ocupação do espectro para a tevê pública e como isso vai ocorrer e o que há de demanda no Ministério, para dar um panorama geral de televisão pública.

Os testes de interferência nortearão as medidas a serem adotadas como obrigação. A Anatel está fazendo os testes, a SET também fez testes, e o resultado desses testes é que vai definir o que será preciso fazer e como vão ser adotadas medidas para mitigar a interferência existente, e isso está coberto pela licitação.

A licitação só ocorre depois de concluído o replanejamento de canais. Ou seja, há a garantia de que todo mundo permanece com a mesma cobertura. Serão definidas medidas de mitigação da interferência, as metas de implantação. Na licitação, que cidades a Anatel e o Ministério vão definir para ocupar antes, vão oferecer o serviço de banda larga para utilizarem a faixa antes? E haverá um cronograma de desligamento com uma política de recepção. Obviamente que todo esforço inicial que se faz é para trabalhar a cobertura, mas o esforço final mais importante é garantir que a cobertura que disponibilizamos seja recebida por todo mundo. Então, esse é o trabalho.

O trabalho inicial é a cobertura com os radiodifusores, em parceria, e a Anatel, e o trabalho final é como a população vai receber esse sinal. Queremos garantir que todo mundo que esteja em casa hoje receba o sinal da tevê, hoje em tecnologia analógica, depois digital, o que equivale a mais ou menos 98% de cobertura da população, e queremos manter isso no digital, garantir que isso ocorra.

Outra pergunta que normalmente fazem é acerca da destinação dos canais devolvidos. Somente onde houver canais disponíveis pós-desligamento. Temos em São Paulo, por exemplo, uma situação em que praticamente não vai haver canal para devolver, mas todo mundo que hoje tem um canal analógico, quando for para o digital, funcionará simultaneamente, depois devolverá esse canal.

O que se poderá fazer com esse canal? Licitar para uma nova tevê, abrir um aviso de habilitação, que é um processo seletivo simplificado, tanto de tevê educativa quanto de RTV, podendo utilizar para o Canal da Cidadania. Hoje já temos mais de cem pedidos de Canal da Cidadania no Ministério. Esses pedidos

aguardam a conclusão do replanejamento para que possamos disponibilizar esses canais de Cidadania.

Outra destinação possível são as tevês públicas da União. Quando se fala em tevê pública, estamos falando de Câmara, Senado, Justiça, EBC, etc., porque os outros do campo público estão previstos ali, que são as tevês educativas e as próprias retransmissoras de televisão. Quando se monta uma TV Cultura, por exemplo, em São Paulo, você tem a TV Cultura, que é a TV, e você tem as retransmissoras dela também. Quando a gente fala de soltar uma vídeo-habilitação para RTV, a gente está cobrindo também o campo público.

Isto aqui era o prazo inicial do decreto, como é que ele tinha sido bolado inicialmente, um desligamento em 2016, único. Ou seja, você pegar 170 milhões de pessoas, 80 milhões de residências mais ou menos, Roberto – de 60 a 80 milhões de residências – e desligar de uma vez só. Nos países que a gente visitou, Japão e Estados Unidos, isso não ocorreu dessa forma. E a gente achou muito arriscado. Então, a gente propôs uma parceria com os radiodifusores, em discussão com eles, com a própria SET. A gente sabe que é importante fazer um piloto para testar como isso vai ocorrer na prática. Então, a gente propôs...

Pode passar.

Isto aqui era o que previa o decreto de 2006, o funcionamento nas duas tecnologias ao mesmo tempo, garantia da mesma cobertura, dez anos de transição – começou em 2006, termina em 2016 –, desligamento que a gente chama de *one shot;* então, ele ocorre de uma vez só. A data-limite de outorga de TV em tecnologia analógica era 30 de junho de 2013, e a devolução dos canais, um dia depois do desligamento, 1º de julho de 2016.

Com a alteração do decreto – pode passar – ficou assim: quem quiser desligar hoje pode. A gente faz uma alteração do canal no plano, transforma o canal que está lá como analógico em digital. A gente pede à Anatel, e a Anatel faz essa alteração. Então, a pessoa já pode desligar.

Em 2015, a gente começaria o desligamento, e ele terminaria em 2018. Então, faria um escalonamento, que é este cronograma que a gente quer publicar. Então, as alterações aí destacadas em vermelho. Na parte do Simulcast, quando não for possível, digitaliza no mesmo canal, mantém a mesma cobertura. A transição não é mais de dez anos. Ela vai ocorrer durante um período: de 2015 a 2018. A data-limite a gente mudou para 31 de agosto, porque havia muitos processos que ainda estavam na Casa Civil e no Ministério, já concluídos, e a gente precisava mandar para o Congresso. Então, a gente fez essa prorrogação para mandar embora os processos que estavam lá. A data-limite de outorga de retransmissão em analógico é de três anos antes da data que a gente especificar no cronograma, e a devolução dos canais vai ser de acordo com o cronograma.

Como se faz o cronograma? A gente tem que olhar as obrigações da licitação da faixa de 700MHz, ou seja, como ela vai ser implantada. Se eu resolver, por exemplo, implantar os 700MHz em São Paulo, em 1º de janeiro de 2015, eu vou ter que desligar São Paulo antes, porque tem canal acima. Então, essa é uma regrinha que a gente tem de observar.

Evolução da digitalização no País em termos de cobertura e recepção para garantir. A gente sabe que, para radiodifusão, na parte de cobertura, você tem um esforço inicial menor e você alcança uma população maior, você cobre uma população maior. À medida que você digitaliza para o interior, você precisa de mais estações atingindo uma população menor e tendo um retorno em termos de veiculação comercial, ou seja, de faturamento de espaço comercial menor. Então, o esforço dos radiodifusores, quando chega lá no finalzinho, é maior.

A gente sabe também que, desde 2011 – eu vou falar mais para frente –, todas as TVs fabricadas no País já têm um conversor digital obrigatoriamente embutido, em todas as televisões de tela plana. Essa foi uma medida tomada exatamente para poder avançar na evolução da parte de recepção também. E a gente olha o perfil populacional, ou seja, qual o PIB *per capita*; qual o IDH; quantas famílias há no cadastro único; no cadastro único, quantas famílias estão no Bolsa Família, porque a gente entende que uma determinada faixa da população, além de ter um conhecimento menor sobre o funcionamento disso, como é que isso ocorre...

Eu vou dar um exemplo simples: meu irmão queria comprar uma televisão e me ligou para perguntar que televisão ele compraria. Então, se o meu irmão, que é uma pessoa que tem nível superior, faz isso, fico imaginando uma pessoa que não tem tanto acesso a tecnologia. É mais ou menos isso.

Pode passar.

Acreditamos também ser muito importante um piloto, porque ele permite mapear e mitigar as dificuldades; ou seja, você tem em miniatura – o Japão fez isso. A gente visitou uma cidade pequenininha, onde só havia velhinhos, eles fizeram uma campanha de esclarecimento e, ainda assim, a gente teve o problema do carona, que a pessoa falou: "Não, o governo vai me dar uma coisa", e ficou esperando seu receptor digital em casa. Era bem engraçado, porque, na residência que a gente visitou, ele tinha uma bancada enorme assim, toda de bebidas, um bar imenso. Ou seja, ele tinha poder aquisitivo para comprar, mas não comprou

um receptor digital; ficou esperando o governo dar. É o problema do carona: as pessoas vão esperar que o governo dê.

Então, a gente tem de procurar um equilíbrio, no sentido de dar para quem não tem realmente condições de comprar, mas, para quem tem condições de comprar, você incentivar a compra e dar informação de como isso vai funcionar.

O piloto tem a definição da cidade, o planejamento da cobertura e recepção, o acompanhamento do desligamento, o atendimento à população e o plano de comunicação.

Na parte de cobertura, a gente já fez uma parceria com o Inmetro, que deve fazer o acompanhamento para tentar fazer parecido com o que se fez no Japão. A gente tem um carro percorrendo as cidades para ver os locais. A pessoa liga, o carro vai lá ver se tem problema de recepção, se não tem, o que pode ser feito, se é uma antena que falta em casa. A gente já tem alguns *cases* aqui no Brasil; a gente sabe que, no Paraná, foi feito isso; em Minas Gerais, também foi feito isso. As próprias redes de televisão colocaram o *call center* delas para explicar como funciona a TV digital.

Pode passar.

Importante. O sinal analógico só vai ser desligado quando for assegurada a toda a população a capacidade de recepção do sinal digital. É com isso que a gente trabalha.

A parte de interferência. Imagino que o Marconi já tenha falado sobre a parte de interferência, dos estudos.

Pode passar.

Principais pontos. Aqui é uma banda de guarda adequada para as características brasileiras; um alcance da interferência em função de características geográficas; medidas preventivas e mitigadoras de eventuais interferências.

O Ministério faz o acompanhamento dos estudos, com uma política pública embasada por estudos técnicos, e medidas regulatórias poderão ser adotadas, como a obrigatoriedade de instalação de filtros. A gente está fazendo um acompanhamento disso com a Anatel.

Na parte de recepção, a gente tem esse panorama de digitalização hoje. A fonte é a Suframa. A gente já tem 17 milhões de TVs vendidas. Há uma substituição de receptores. Quando a gente pensar em 2018, a contar pela venda anual, que é de mais ou menos 10 a 15 milhões de televisores, vou ter um nível de substituição... Temos cinco anos – 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 –, se a gente multiplicar pelo valor mínimo, porque a gente sabe que tem Copa e Olimpíadas no meio do caminho, e isso vai aumentar o número de vendas de TVs, pelo valor mínimo, são 50 milhões de televisores.

Então a gente entende que vai haver uma substituição praticamente natural de televisão, mas é preciso ter uma campanha de comunicação forte, com incentivo à compra de televisão para troca. O governo tem que ter uma política para quem não quiser trocar de TV, quiser manter a sua TV de tubo antiga, que tenha um aparelho externo para poder ligar e ainda assim captar o sinal. Então, é nisso que a gente trabalha.

Receptor digital embarcado desde 2011 para TV de tela fina. O estímulo, via processo produtivo básico, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Ministério de Ciência e Tecnologia. A gente pegou um estudo feito, e 70% dos consumidores brasileiros trocaram de TV. O número de TVs de tela fina cresceu para 70% dos lares, e o número de TVs de tubo caiu para 21%.

Capacidade de produção da indústria de imagem: 10 milhões de televisores em seis meses.

Pode ir.

Estamos fazendo um acompanhamento disso com o IBGE e Secretaria de Comunicação. Já foi anunciado, até saiu no Jornal Nacional, e temos algumas perguntas que vão entrar na PNAD do ano que vem para fazermos esse acompanhamento. Estamos entrando numa pesquisa na Secom.

Além disso, estamos fazendo uma contratação pelo Ministério para definir uma...

(Soa a campainha.)

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA – ... pesquisa que queremos fazer para acompanhamento da digitalização no que diz respeito à recepção.

Para famílias de baixa renda, há alguns modelos que podemos adotar. O Genildo, quando era secretário, já falou sobre isso. Temos ideia de dar um subsídio para famílias de baixa renda. Isso pode ser com crédito, com um valor em crédito, um cupom, um receptor ou dar um subsídio à produção com estímulo de *set-top box* de baixo custo. Ou seja, um receptor, aquele aparelhinho que permite receber o sinal da TV digital externo, de baixo custo, ou pode ser feita uma combinação desses modelos. É com isso que a gente trabalha.

O Governo já tem um programa, que é o Minha Casa Melhor, que oferece crédito subsidiado. Um televisor de 32 polegadas, que colocamos como exemplo, pode ter parcelas de até R$25,00. Então, fica bem adequado.

Aqui, a gente fez um destaque para a parte de comunicação. Esses são os *stakeholders* com que trabalhamos: telespectador, radiodifusor, varejo, associações e sindicatos, indústria e imprensa. Sempre destaco que o Governo tem uma parceria muito bacana com o fórum de TV digital – o Presidente está aqui,

que é o Roberto Franco. Fazemos reuniões mensais para discutir esses e outros assuntos relativos à TV digital, nas quais todos os atores estão presentes, e, a partir daí, vamos traçando as atividades e as ações que queremos ver implementadas.

Isso aqui é só um exemplo de coisas que a gente pode fazer. Por exemplo, na área de usuário a gente imagina utilizar um embaixador nas redes de televisão, uma pessoa que fale sobre TV digital, colocar o produto em seriados, novelas, jornais. Enfim, isso é mais a título ilustrativo para vocês terem noção do tipo de trabalho que a gente pretende fazer.

É isso.

Dom Orani, se o senhor me permitir, eu já queria responder a pergunta dele sobre....

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não. Pode começar.

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA – ... TV pública. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA – Aí, eu não vou fazer uma apresentação. Vou passar rapidinho só alguns gráficos, para eu não me alongar muito.

Pode passar.

Aí, você pode voltar.

Eu posso disponibilizar também essa apresentação. Ela está no *site* da Câmara já.

Esse é o número de TVs públicas, entendidas tanto as estatais, as da própria União, quanto as educativas. Esse foi o quadro que encontramos em 2006, e esse é o quadro que temos em 2013. Então, um crescimento de 75%. Eu gosto de repetir. Organizamos a Secretaria recentemente em uma diretoria que cuida da área pública e uma diretoria que cuida da área privada. Então, a diretoria da área pública cuida das consignações da União, ela cuida das TVs educativas, rádios educativas, rádio comunitária e canal da cidadania.

Pode passar.

Esse é o perfil de outorgas por região. Se vocês observarem, existe uma tendência de concentração, assim como das TVs comerciais, nas Regiões Sudeste e Sul e depois seguida pela Região Nordeste. Esse quadro se repete em relação à demanda.

Pode ir.

Isso aqui hoje são as outorgas por Município. Obviamente, temos um total no Brasil – os Municípios com 50 mil habitantes são muito mais, são quase 5 mil – de 148 outorgas. Então, em relação a cidades com mais de um milhão de habitantes, são todas; entre 500 e um milhão de habitantes, são quase todas; entre 200 e 500 mil, também mais de dois terços, cerca de 70%; e, na medida em que você vai diminuindo o tamanho da cidade, diminui o interesse também.

Por que é importante dizer isso? Porque o interesse do público e do comercial é igual, não difere em nada por ser do campo público. São cidades onde o espectro está mais cheio. Então, a disputa é, digamos assim, pelo mesmo tipo de cidade. Eu acho que tem de haver um equilíbrio. A gente trabalha no Ministério com um enfoque na regionalização da radiodifusão. Então, a ideia é aumentar a cobertura, tanto na Região Norte quanto nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Essas são ocupações de canais. É importante destacá-las, porque existe uma norma de 2009/2010 que tinha feito uma destinação exclusiva da faixa dos 60 a 68 para os canais públicos. Houve um estudo, e ficou definido que aquela faixa que não estava ocupada ainda por canais de televisão poderia ser ocupada exclusivamente por canais públicos.

Aí, você tem uma faixa em que não havia canal de televisão e que foi ocupada. No quadro atual, quando a gente fala do replanejamento, não dá para fazer isso, porque todo trabalho que a Anatel faz, aqui na pessoa no Marconi, é reorganizar todo mundo. É como se a gente estivesse tirando um retrato do que a gente tem hoje para caber todo mundo na mesma faixa.

Então, o que a gente fez? O que a gente tinha em andamento ficou reservado, e o que a gente não tinha andamento a gente segurou. Então, desde o início do ano, a gente segura as outorgas, exatamente para não beneficiar nem comercial nem público. Temos, primeiro, que ter um retrato e fazer todo mundo que está funcionando hoje caber, para, depois, definir o que vamos fazer, que é isso aqui. Então, se você observar nos canais hoje ocupados por emissoras comerciais, a gente tem também emissoras estatais que já ocupavam antes, principalmente aqueles canais baixos do VHF.

As emissoras educativas, se vocês repararem, em sua maioria ocupam o VHF ou o UHF, que hoje são do 14 ao 51. Então, você tem três tipos diferentes, três situações diferentes, na verdade: gente que está num VHF baixo, porque entrou lá atrás; gente que já entrou depois, mas ainda não se havia definido que aqueles canais, aquela faixa, não era de TV pública; e gente que entrou quando já era TV pública. A maioria desses canais de 68 é da Câmara, se não me engano.

Essa aqui é demanda por ocupação de canais. Com o replanejamento, houve um volume grande de pedidos de Câmara dos Deputados e EBC. A gente não tem nenhum pedido do Senado em andamento lá no Ministério. A gente está conversando com eles sobre isso, mas, nesses pedidos, normalmente uma empresa retransmissora, quando pede, já apresenta o projeto técnico. Sobre isso, na verdade, eles não têm nem projetos ainda, nem equipamentos comprados.

Então, o que a gente combinou com eles foi: "A gente vai dar consignação a vocês, mas vocês vão

apresentar o projeto técnico antes, porque senão vira só reserva de canal." Aí, eu fico com um monte de canais reservados, não posso licitar, não posso fazer aviso de habilitação, porque a Câmara e a EBC querem reservar canais, mesmo não tendo a capacidade de executá-los.

Então, o que a gente faz com eles é ter uma conversa franca. "O que vocês querem? Digam o que vocês querem, o que vocês têm capacidade de fazer, que a gente dá." É uma prioridade para nós, porque eles estão expandindo a rede deles, mas é preciso fazer isso concretamente, e não deixar um canal reservado e não utilizá-lo. Isso a gente não pode fazer.

Bom, aí, é a demanda por região também. A mesma concentração na Região Sudeste e na Sul, tanto de Câmara quanto de EBC.

Enfim, aqui é a demanda reprimida, um perfil por região. Existe uma tendência a se pedir mais em regiões entre 100 mil e 500 mil habitantes, porque são Municípios que ainda não foram explorados pelas TVs públicas.

Pode passar.

Aqui, é a demanda reprimida por região; ou seja, os pedidos que chegam para nós por região têm essa característica populacional também.

Aí, só para explicar rapidamente sobre o Canal da Cidadania. Municípios, Distrito Federal e Estados podem pedir a qualquer tempo o Canal da Cidadania. A gente, como eu falei, já tem mais de 100 pedidos, e eles funcionam em parceria. Então, há uma multiprogramação, há um canal, um subcanal, que é do Município, um que é do Estado e dois para associações comunitárias. Nós estávamos numa audiência na Câmara dos Deputados, e alguém falou assim: "Ah, mas vocês não dão tratamento às TVs comunitárias". É mentira. Está aí; estamos atendendo todo mundo. É porque a regulamentação é nova.

O Ministro fez questão de regulamentar o Canal da Cidadania e estamos fazendo, só que a gente está num momento de transição. Então, no momento de transição, temos que, primeiro, fazer caber todo mundo, para, depois, olhar novamente e ver o que a gente vai fazer com os canais. Em relação ao campo público, a ideia é essa.

Outra coisa importante é assim: quando a gente fala do campo privado, a gente tem mais ou menos acho que umas... São duas mil, João, ou são quatro RTVs de prefeitura? (*Pausa.*) Vamos lá, vamos arredondar, são umas duas mil e quinhentas retransmissoras que são de prefeituras. Pode-se dizer: "Ah, mas são do campo público". Não são. A maioria dessas retransmissoras de prefeituras foi uma política pública que houve no Ministério há algum tempo para que houvesse uma interiorização da televisão, e essas retransmissoras retransmitem programação de emissoras comerciais. Então, são emissoras de prefeituras – a outorga é para prefeituras –, num outro contexto que havia de país, mas a programação que elas retransmitem é uma programação de emissoras comerciais. Isso é importante falar também.

Acho que era isso, para não me alongar muito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agora, vamos passar às perguntas dos conselheiros. Já foi a do Nascimento. Agora, por favor, com a concisão necessária, pois nós temos pouco tempo para podermos concluir nosso dia de hoje. Passamos, segundo a ordem de inscrição, ao Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar os três expositores – Dr. Olímpio, Marconi e Patrícia – pelas brilhantes exposições, e ainda que tenham natureza técnica são importantes termos esses dados. Pediria sejam disponibilizadas essas apresentações aos membros do Conselho, porque, com certeza, há dados ali importantes que podem ser verificados.

Na verdade, são dois questionamentos que vou tentar colocar em um só, para qualquer um da Mesa.

Em primeiro lugar, nós temos dois temas diversos que se unem. Uma coisa é destinação da faixa de 700MHz a serviços de telecomunicações, ou seja, retirá-lo do serviço de radiodifusão para o serviço de telecomunicações, e outra coisa é o *switch off*, o desligamento ou apagão analógico que vai ocorrer. Nesse meio, há uma interseção, que significa dizer que aqueles canais que operam dentro dessa faixa de 700MHz terão de ser migrados para uma outra faixa porque haverá o apagão. E, nesse interregno, o Dr. Marconi apresentou que, para ocorrer isso, há mais ou menos 700 Municípios, salvo engano, que têm de fazer esse remanejamento. Esse é um dado fático. Outro dado fático é que o Ministério das Comunicações lançou uma política pública à Anatel para que ela resolva os itens A, B e C, que foram colocados aqui – questões de interferência, questões dos testes, questões da recanalização... E aí vem minha primeira pergunta, dirigida ao Dr. Marconi.

Foi aprovado um regulamento na semana passada, que, na minha opinião, subverte um pouco a ordem dos fatores aqui, o que, na minha compreensão, pode interferir. Qual seja: o Ministro de Estado das Comunicações já manifestou que vai fazer uma licitação do 4G por volta de abril; para isso, a Anatel lança um regulamento, condicionada, é bem verdade, a sua vigência a resolver todos esses problemas, que não são poucos, dentre os quais, apagar 700 Municípios para fazer essa transição.

Então, a primeira pergunta é: não seria mais razoável resolver todos esses problemas da mitigação, da questão da migração, verificar a viabilidade técnica de fazer isso, para, depois, sair um regulamento e um

edital? A minha curiosidade é por que saiu regulamento tão imediato com uma data já pré-condicionada, obviamente, a um edital e não resolver esses problemas que foram colocados. É um curiosidade, e a pergunta junto com essa é se, efetivamente, isso será possível nesse prazo que deve ser colocado. Ou seja, apagar mais ou menos 700 Municípios, que terão de ser realocados nesse período que o Governo pretende fazer. Então, é uma ideia. Obviamente, a intenção da Anatel é fazer isso, mas eu queria sua opinião a respeito.

A outra – e já aproveito para fazer o gancho –, talvez mais ligada à Drª Patrícia e, talvez, ao Dr. Olímpio, é justamente uma perspectiva do setor. Ou seja, nós verificamos que há aqui vários interesses em comum: obviamente há o interesse das emissoras, dos meios de comunicação, em transmitir e fazer chegar sua mensagem; das TVs educativas, o que foi bem colocado pelo Conselheiro Nascimento; e, obviamente, o interesse maior é do cidadão que pretende continuar vendo televisão brasileira. E vimos que, dentro de um espaço, uma parte voluntária até 2015 – coisa em que acredito pouco, porque depende de um outro lado – e uma parte obrigatória de 2015/2018.

A pergunta é: existe a possibilidade de a transferência... Ou seja, o que quero dizer é que a transmissão digital é muito fácil de fazer pelas emissoras. Elas já estão se programando a tempo de fazer isso; desde o decreto da televisão digital em 2006, elas vêm-se programando para fazer isso. Nós temos também as RTVs, as retransmissoras. Eu sei que a Drª Patrícia colocou vários pontos ali que são necessários por parte do público, mas a pergunta é: existe uma crença, efetivamente, de uma possibilidade real de que mais de 200 milhões de habitantes venham a ter recepção digital nesse prazo, para que possa haver isso? Porque, se houver isso, O.k., faz-se a transmissão de um dia para o outro. É o chamado *switch off:* apaga e liga. Os próprios Estados Unidos, numa economia mais pujante, adiou por duas vezes esse *switch off*. Ou seja, o Governo está engajado a fazer isso. Pergunto por que – engajando com a primeira pergunta. De 700 Municípios, que o Governo quer fazer até março e abril para lançar o edital, nós não vimos nenhuma política pública do Governo no que diz respeito aos retransmissores. Então, seriam justamente essas duas perguntas, engajadas numa só.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vou fazer as perguntas todas e, depois, as respostas. Unir as perguntas todas, para ganharmos tempo.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – São algumas observações, mais até do que perguntas. Mas eu tenho uma questão a endereçar.

Primeiro ponto, eu queria reforçar o que foi dito pelo Conselheiro Jobim, que é algo de que tenho falado sempre. Indiscutivelmente, televisão no Brasil, seja ela analógica ou digital, é de grande importância e relevância para a sociedade e, talvez, tenha sido algo esquecido de se falar, mas que propiciou a inclusão eletrônica, a inclusão social via tecnologia eletrônica. A gente fala em inclusão digital, que também queremos a inclusão social. E, no mundo eletrônico, foi ela que permitiu a inclusão de muitos brasileiros, e é, talvez, um dos poucos serviços que, de fato, são universalizados no País e acessíveis a qualquer classe social: a mesma programação, a mesma qualidade, com toda a facilidade de acesso e que chega a mais de 98% da população. Por outro lado, é indiscutível a importância e a relevância da banda larga.

Então, nós estamos aqui tratando de uma questão que o mundo físico real nos dá, de tentar tratar de *trade-offs*, escolher o que fazer e o que deixar de fazer pelo interesse da sociedade.

E aí eu levanto as seguintes questões: primeiro, eu sinto que, nos últimos meses, nós estamos tratando a questão do *switch off* totalmente atrelada à questão dos 700MHz. Então, o alerta que eu já fiz em algumas ocasiões e volto a fazer é que, por uma questão estratégica, que é a televisão no País, a questão do desligamento analógico deveria ser tratado independentemente dos 700MHz, administrando-se aí a confluência de alguns pontos: para se ter os 700MHz, é preciso desligar o analógico, mas o analógico em algum ponto tem que ser ligado digital, independente de existirem os 700MHz ou não. Isso é importante, porque, como disse a Drª Patrícia, em algum momento, o Governo brasileiro vai ter de oferecer algum tipo de subsídio – seja ele qual for, seja qual for o modelo escolhido –, para permitir que a população de baixa renda seja incluída nessa nova tecnologia.

Quanto ao segundo ponto, eu estava lembrando essa questão da distinção – eu chamo a atenção para a apresentação tanto do Dr. Marconi quanto a do Olímpio –, nós temos um problema antes do desligamento analógico e um posterior. Antes do desligamento, nós temos a dificuldade de alocação de alguns canais, em algumas regiões. Por outro lado, na ausência do digital, existe o analógico.

E qual é o contraponto?

Depois do desligamento, provavelmente não faltarão canais para se reproduzir o *status* atual, não atendendo demandas que existem hoje e que não são atendidas por falta de canais no analógico.

Mas, supondo apenas a reprodução do que há na atualidade no mundo digital, ainda assim é preciso ter atenção, porque, havendo problema de interferência que impeça a recepção, isso significa a exclusão daquele cidadão ou daquele domicílio da capacidade de receber TV, porque ele já não terá alternativa de receber por planta

analógica. Ou seja, tem de se tomar um cuidado ainda maior com a questão da mitigação das interferências.

Por fim, chamo a atenção para o seguinte fato: como disse o Conselheiro Jobim, mostra-se certa preocupação com o edital da frequência de 700MHz. E, aí, é que eu endereço algumas questões que eu deixo abertas para reflexão – não sei se terão respostas prontas –, mas deixo abertas para a reflexão.

São as seguintes.

Primeira. É o 4G a solução para a inclusão digital através da banda larga? Porque existem outras formas de inclusão, inclusive a faixa de 2,5GHz, já licitada.

Segunda questão. Como está o cumprimento das obrigações assumidas nos editais de 2,5GHz para o 4G?

Terceira. O edital de 700MHz permitirá a substituição de obrigações assumidas no 2,5GHz pela obrigação de 700MHz? E falo isso por um motivo simples: o 700MHz é uma tecnologia criada mundialmente para atender regiões de baixa densidade populacional, ou seja, que permite células de transmissão e de recepção maiores, mas com a densidade de tráfego muito menor. Isso contraria, de certa forma, a discussão que está ocorrendo no Brasil de se licitarem, primeiro, as cidades onde há uma maior concentração populacional, e portanto um maior tráfego, o que seria atendido com melhor qualidade, no discurso de inclusão e de universalização pela tecnologia 2,5GHz, que foi licitada, mas que ainda não se encontra universalizada.

Então, ficam essas perguntas, até porque facilitaria em muito essa questão de alocação de frequências, quando se olha que o real propósito da tecnologia de 700MHz seria para as cidades menores, onde não há tanto congestionamento de espectro.

Deixo essas questões.

Só mais uma pergunta, que faço à Mesa: esse regulamento editado pela Anatel não deveria ter sido objeto de discussão nesta Casa, visto que é um regulamento proposto pela agência e que, de acordo com a lei e com o Regimento, nós temos a obrigação de discutir as questões de regulamentos editados pela Anatel?

Pergunto se não houve aí, de nossa parte até, um descuido na não discussão desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mais dois, para depois começarmos com as respostas.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Sr. Presidente. Tentarei ser o mais sintético possível nesta questão, que é complexa; também vou me permitir, mais que perguntas, algumas considerações.

A primeira delas é parabenizar os nossos painelistas, como já foi feito, pelo esforço que cada um deles, no seu setor, na sua área e na sua atribuição, vem dando para realizar aquilo que decisões políticas encaminharam. Realizar tecnicamente aquilo que, politicamente, foi decidido: o Dr. Olímpio, como representante do setor de engenharia da televisão, atendendo um modelo de negócio e tentando resolvê-lo; o Dr. Marconi Maya, a partir dessa atribuição de agência, do ponto de vista técnico, reorganizar; e a Drª Patrícia, dentro do Ministério, que tomou algumas decisões, não nesse Ministério, mas em algum momento, que construiu o cenário em que nós estamos.

Então, sem fazer a política do "eu já avisei", "nós já avisamos" ou "nós já tínhamos avisado", eu quero relembrar um pouquinho, se me permite, Sr. Presidente, da decisão da escolha do modelo digital que remeteu a esse conjunto de ações que resulta nesta reunião de agora em que estamos tentando reorganizar o modelo de televisão digital e acomodar os novos *players* que chegam.

Eu queria lembrar que o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), naquele momento – e eu imagino que mantém essa oposição, a partir de uma posição da Federação Nacional de Jornalistas –, foi contrário à adoção do chamado modelo japonês, porque outro órgão idôneo, que é o CPQD, apresentava um estudo em que mostrava que a máxima convergência não estava no modelo japonês. Estaria em outras escolhas que dependeriam muito mais de um modelo de serviço a ser determinado pelo Estado brasileiro do que de acomodação de interesses a partir modelos de negócios.

Nós escolhemos, do nosso ponto de vista, o modelo menos convergente, que era o chamado modelo japonês, que dava à radiodifusão brasileira mais dez anos de sobrevida na relação desigual que estaria estabelecida com os novos *players* que chegavam com a potência econômica e tecnológica, além da capacidade de convergência que representavam, que eram as empresas de telefonia.

As escolhas que nós fizemos foram, portanto, escolhas que não levaram em conta... E permitiram que o Estado brasileiro abdicasse de formular um modelo de serviço, o que, nesse momento, joga para dois *players* principais, a partir das suas visões de modelo de negócios, a determinação, mais uma vez, do modelo de serviço que essa tecnologia nos poderia dar.

Qual é o resultado disso? É que esses dois *players*, formatando um modelo de serviço a partir dos seus modelos de negócios, que ainda estão formatados, deixam de fora um dos *players* mais importantes, que está inclusive previsto constitucionalmente. Portanto, não é apenas um setor para o qual deve ser dado um espaçozinho no final dos espaços disponíveis, que é o setor público estatal.

Para o setor público estatal está prevista a complementaridade, e nesta relação, neste momento, ela não está dada, por uma simples razão: o setor público estatal é o próprio Estado, e o próprio Estado decidiu

o modelo de serviços que se exclui ou, pelo menos, tem diminuídas a sua presença e a sua capacidade.

Então, a preocupação, Presidente, senhores que estão aqui – imagino fazendo um esforço e o que melhor é possível fazer a partir de uma decisão política que foi tomada em algum momento – é como mitigar, como diminuir, se é que nós estamos corretos, essas características de um modelo que não privilegia um modelo de serviço, ou seja, que atende a modelos de negócios que estão sendo configurados e são legítimos. Não há problema algum com os modelos de negócios. O que me parece é que faltou, em algum momento, ou não está configurado ainda qual modelo de serviço o Estado brasileiro apresenta.

Não vai ser agora, nem aqui que isso vai se dar com esses atores. Para dar conta desse debate que está sendo colocado numa velocidade tal que nos atropela – a nós, deste Conselho –, que atropela de alguma maneira os *players* que estão em andamento, o que me parece, Presidente, pelo menos no espaço que nos permite, da maneira que pudermos, é que temos de prolongar o debate, de modo seja possível nos posicionar, nesse espaço a que estamos atribuídos, e nos manifestar sobre essa sensação que está sendo consolidada. E está sendo consolidada de uma maneira ou outra, atendendo a interesses, debates, demandas e confrontos legítimos, como eu já disse, mas que deixaram de fora parte substancial do sistema de comunicação do Brasil, que é o sistema estatal e o sistema público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Márcio Novaes. Depois nós vamos deixar o senhor responder.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Sr. Presidente, já agradecendo à Drª Patrícia, ao Dr. Olímpio e ao Dr. Marconi pela explanação, complementando apenas o que disseram os colegas que me antecederam, pelo que eu percebi da exposição, principalmente do Dr. Olímpio, e do pouco que eu li e já ouvi, parece-me que, nesses testes que estão sendo feitos em laboratório – não em campo –, a marca do aparelho de televisão a ser comprado pelo consumidor interfere também, de acordo com a marca do equipamento. Não é isso, Dr. Olímpio?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Termine a pergunta. Depois ele vai responder.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Havendo essa implicação com relação à marca do produto, o meu questionamento seria o seguinte: há, por parte da agência, do Governo, das autoridades envolvidas nessa questão do *switch off*, da digitalização, alguma orientação para que os produtos disponibilizados, à venda para consumidor, atendam a um mínimo de especificação técnica e que não se permita que se vendam, que se fabriquem, que se produzam no País ou até mesmo que se importem, não sei se isso é possível, equipamentos que tragam esse prejuízo ao consumidor?

Essa seria minha contribuição aqui, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Passamos agora então às respostas dos nossos convidados.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA – Muito obrigado a todos pela oportunidade de continuar me manifestando.

Em primeiro lugar, quanto à colocação que havia sido feita da Mesa do Olímpio, de não haver espaço para o desenvolvimento do ISDB, na verdade, para deixar bem claro, a Anatel permanece com os 6MHz até então disponíveis para cada canal de televisão; eles continuam normalmente assim como estavam no mundo analógico.

Com relação ao Conselheiro Nascimento Silva, que tinha sugerido que havia uma transferência de frequência de um setor para outro, na verdade, o que fazemos é acomodar os interesses da sociedade. Então, a Anatel, ao ver que a sociedade demanda a televisão – e a televisão pública é tratada com tanto carinho como qualquer outro dentro do espectro –, a gente vai encontrar um lugar ao sol para a televisão pública, sim, dentro dessa nova equação, que é retirar dos 700MHz, mas encontrando espectro para ela. Ela vai existir, sim, obrigado, sem problema algum.

O que estamos fazendo? Na realidade, eu me abstrairia dessa questão de para quem estou dando o espectro – se é para a empresa A ou para radiodifusão. Não, o que a nossa sociedade está demandando? A sociedade demanda espectro para fazer uso da banda larga móvel. Então, é assim que a gente está vendo. Como alocar? Qual é a melhor alocação possível? Esse é o trabalho que a Anatel está fazendo, independentemente... Dando todas as garantias para a continuidade do funcionamento da radiodifusão.

Com relação à questão de disponibilizar a apresentação, Conselheiro Alexandre Jobim, creio que já esteja no computador e acho que poderia, sim, sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A assessoria depois manda para todos os conselheiros.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA – Com relação ao regulamento estar adiantado, eu desvincularia essa questão. Porque, se eu começo a fazer uma cascata, acabo não fazendo, não executando, não aproveitando a janela de oportunidades que preciso aproveitar para fazer bem o que o Poder Público tem de fazer, que é aproveitar essas janelas para introduzir no mercado o que é do momento. Senão, passa o momento e, nesse mundo tecnológico, as coisas andam numa rapidez muito grande.

Então, o que estamos fazendo? Fez-se o regulamento, está pronto, condicionou-se a se houver problema e você não conseguir – eu próprio – se eu não consigo publicar o edital, então, não há que se falar em redestinação. Mas a gente já fez; está ali em paralelo.

Dou a notícia em primeira mão, Dom Orani, para todos conhecerem. Acabei de autorizar a publicação das consultas públicas de que tínhamos falado. Não assinei ainda, mas as revisei e havia deixado as melhorias necessárias para que fizessem. Concluíram, já está na minha mesa, e quando eu chegar lá já assino, mas vai para a publicação. Isso é correr? Não, estamos dando sequência, dando consequência àquilo que é o comando político que tão bem o Celso Schröder colocou aqui. Então, estamos dando essa sequência e vamos fazer, sim. E, mais ainda, garantindo o funcionamento de todos, Conselheiro Roberto Franco. Todos que estão funcionando hoje têm a garantia da sua cobertura, da sobrevivência no mundo digital, sem solução de continuidade.

Quanto às questões de mitigação, se houver essa questão de que alguém vai ficar sem assistir à televisão por conta dos problemas de convivência, então, é o caso de não se publicar edital. Nós estamos com uma banda de guarda de 5MHz e mais um serviço SLP, o que vai dar um total de 10MHz de distância de um serviço para o outro ali, entre radiodifusão e o LTE. Isso seria suficiente? É isso que vamos testar agora em campo. Os equipamentos do LTE já chegaram, já estão no Brasil, sendo desembaraçados; virão para Pirenópolis e Santa Rita do Sapucaí. Vamos fazer testes não só de laboratório, mas também de campo.

Rapidamente, só para eu privilegiar a todos. Quanto ao apagamento dos Municípios, Conselheiro Jobim, não é que estejamos antecipando esse apagamento. É que, se houver a necessidade de utilizar aqueles 700MHz naqueles cerca de 700 Municípios, conforme sua identificação, aí, sim, para usar esses 700MHz, ali naqueles Municípios, sim, precisa ser apagado o analógico.

E aí quais são as consequências? Quem vai pagar a conta da retirada desses canais de lá? Isso tudo vai estar previsto no edital, e é assim que a gente está construindo, para que não haja solução de continuidade para o mundo da radiodifusão.

Com relação ainda à separação do *switch off,* eu acho que a questão é essa. Ele só junta o *swicht off* com a entrada da banda larga por conta do *timing* de utilização. É só por isso, e também para construir o edital. A gente só quer ver quanto custa retirar esses canais da faixa de 700MHz para trazer aqui para baixo e quem é que vai pagar isso. É, por isso, que a gente precisa fazer os estudos.

E mitigar as interferências, concordo, temos de fazer isso. O uso da faixa de 700MHz internacionaliza o nosso 4G. Porque hoje, no 2,5GHz, é quase, eu diria, uma jabuticaba. Os aparelhos exteriores que vêm para o Brasil não vão conversar no 2,5GHz; mas em 700MHz, não: aí você começa a universalizar. Quem vier tem, sim, chance de usar o 4G no Brasil.

E também concordo que 700MHz são muito mais para cobertura do que para capacidade. Então, pelos estudos de espectro a que a gente assiste, abaixo de 1GHz a gente vai para o lado da cobertura. Acima de 1GHz você vai para o lado da *performance*, do desempenho, porque maior capacidade.

Como começamos no 4G com o 2,5GHz, que foi exatamente para *performance*, e eles estão instalando, ainda que não seja uma coisa tão universalizada, mas já se está começando a utilizar o 4G no 2,5GHz, e o 700MHz agora, que é o próximo abaixo, com essa lógica de cobertura, que fica mais fácil de fazer com 700MHz por causa da penetração que a frequência tem.

Outro ponto colocado também pelo Conselheiro Roberto Franco, que é trazer o regulamento para o Conselho de Comunicação Social, eu não me lembro. Sei que tudo que diz respeito ao SeAC, tudo que é regulamentação tem de vir para o Conselho de Comunicação Social. A administração de espectro da forma como a gente está fazendo lá, ao longo desses mais de 15 anos que milito na Anatel,, eu não tenho notícia de ter trazido nada, de ter sido necessário trazer nada para cá, para o Conselho de Comunicação Social.

Por fim, na questão do modelo japonês, permita-me, Conselheiro Celso Schröder, divergir, porque eu acho que o mercado brasileiro, a posição do Brasil hoje é tão fundamental que mudava a balança para qualquer um dos três padrões disponíveis na época. Se a gente fosse para o lado do americano, a gente mudava a equação para o lado americano; se a gente fosse para o lado europeu, a gente mudava a equação para o lado europeu, como fizemos para o lado japonês.

E aí, apesar de o DVD ser o mais adiantado em termos de alcance de público, ele ainda era incipiente – podia ser considerado ainda incipiente. E quando nós adotamos o modelo japonês, que tem um problema de robustez quanto à interferência, que tem um problema multicanal, multisserviço, mobilidade, essa coisa toda, acho que nós adotamos, sim, e trouxemos o mundo conosco para fazer algo que fazia muito mais sentido tecnologicamente falando. Essa é a nossa colocação.

Era isso o que eu tinha a colocar, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos...

O SR. ROBERTO FRANCO – A questão do regulamento, não entenda como questionamento; foi

apenas uma dúvida real. Eu não tenho conhecimento também se deveria vir e coloquei como dúvida e não como questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Continuamos as respostas.

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Em relação à questão do padrão eu concordo com o que o Marconi disse. Nós colhemos o que tinha de melhor. Nós testamos, e isso não estava diretamente atrelado a modelo de negócio, mas, sim, a um padrão robusto, flexível, que conseguisse fazer simultaneamente o máximo de serviços possíveis.

Em relação ao modelo de exploração – multiplex ou pelas redes –, é isso que talvez seja a diferença em relação ao modelo de negócio, não que o padrão esteja impedindo isso, tanto que a própria EBC tem um projeto de fazer multiplex.

Em relação ao atendimento de normas de aparelhos, os aparelhos que nós estamos testando, antes de começar a testar, nós, primeiro, fomos verificar se atendiam as normas do padrão. Então, todos atendem, não estão fora das normas. Existem diferenças tecnológicas de soluções de cada fabricante, mas no fundo todos atendem a norma ABNT que nós temos. Agora, é óbvio que, por gerações, há diferenças de tecnologia do *front-end*, que é um *tuner* diferente do outro, mas todos são capazes de receber.

Quando eu falei do padrão futuro, eu estou falando de um padrão mais avançado do que o que nós temos, porque pensar que nós vamos ficar com esse o tempo todo é... Nós vamos morrer daqui a dez anos. Então, a questão toda, quando se fala em novas tecnologias, neste caso, são necessárias novas bandas. É o que as teles estão querendo – uma nova banda para transitar para um modelo de uma tecnologia nova.

No caso de regiões como São Paulo, Rio, Campinas, estão entupidas. Então, não sei aonde iria um serviço novo, um padrão de ultra-*high definition*, com mais capacidade, com mais flexibilidade. Sem banda, não se vai a lugar algum; vai ficar dependente de cabos e de satélite.

Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Só uma pergunta rápida, Sr. Presidente. Primeiro, agradeço pelas exposições que foram feitas, muito claras, apesar da complexidade do tema.

Chamo a atenção, porque o Conselheiro Roberto Franco falou que essa é uma questão que diz respeito especialmente ao usuário que muitas vezes é de baixa renda, que tem de enfrentar o deslocamento urbano de longa distância nas cidades e que usa o seu terminal móvel para assistir televisão, enquanto está fazendo esse deslocamento.

Então, a minha pergunta são duas: primeiro, a questão da interferência, que já foi falada. Eu acho que é uma questão que deve ser cuidada, porque afeta exatamente a base da pirâmide social no Brasil.

A segunda pergunta é com relação a uma questão incidental, que é a proposta que foi noticiada pela *Folha de S.Paulo*, como o desligamento dos chamados celulares piratas, no começo do ano que vem, com base no seu Imei (Identificação Internacional de Equipamento Móvel), que é o número de registro de cada um desses celulares.

Eu acho que essa questão tem uma analogia com o que a gente está discutindo aqui hoje, porque hoje existem no Brasil, pela última estimativa que eu vi, mais de 30 milhões de celulares que são importados e não têm homologação por parte da Anatel. Têm os seus IMEIs, estão conectados na rede e, uma vez mais, são celulares que são usados pela base da pirâmide social, celulares às vezes que usam três ou quatro chips simultaneamente e que, a partir de janeiro, segundo a *Folha de S.Paulo*, seriam desligados das redes.

Eu pergunto se o plano continua em curso e se vai haver também algum tipo de compensação para essas pessoas que muitas vezes compraram o aparelho de boa-fé, nem sabiam que havia ali um Imei que não estava homologado pela Anatel e que vão deixar de ter acesso ao seu terminal, tanto para fins de assistir televisão quanto para fins de fazer ligações telefônicas.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Algum outro conselheiro tem outra pergunta, para concluirmos? (*Pausa.*)

Então, passamos agora para a Srª Patrícia, para as respostas. Depois, a outra resposta para o Ronaldo.

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA – Agradeço as perguntas endereçadas. Eu acho que a única resposta que me cabe aqui foi a perguntada pelo Jobim em relação ao desligamento.

Eu acho que a colocação do Conselheiro Roberto foi muito apropriada. A gente tem, na verdade, um processo de transição da televisão analógica para a digital e, também, um outro processo, que é o processo de expansão da banda larga móvel. No meio disso, a gente tem uma faixa que é a faixa de 700MHz. São processos independentes, mas que se inter-relacionam.

Quando se fala de um desligamento – foi para isso que tentei chamar a atenção na transparência –, para se fazer um cronograma, é preciso também das obrigações de implantação. Mas são, ao mesmo tempo, processos independentes, que eles trabalham de uma forma independente. Quando se fala de um cronograma que ocorre entre 2015 e 2018, não significa

que, em março de 2015, eu vou ter que ter 700 Municípios desligados. Não é isso que a gente fala. O que a gente fala aqui é que, entre 2015 e 2018, o Governo pretende fazer o desligamento da televisão analógica no País inteiro. Não significa que, em março de 2015, os que são afetados por uma eventual licitação da faixa de 700MHz terão que desligar em março de 2015.

Aí, vou falar de uma questão técnica que considero importante destacar. Há Municípios que ocupam a faixa de 700MHz, mas que posso remanejar sem ter que desligá-los em janeiro de 2015. Quando a gente fala de Municípios que obrigatoriamente terão de ser desligados, diante das obrigações de implantação, eu não tenho número de Municípios que seja tão expressivo. O número de Municípios que eu tenho de obrigatoriamente desligar, porque não cabe todo mundo entre o 14 e o 51, não é grande; são basicamente regiões metropolitanas de grandes capitais.

Então, é possível o radiodifusor que está lá em cima descer sem necessariamente eu ter que desligar aquela cidade. Então, é essa equação que a gente busca construir, sempre em diálogo com todas as partes interessadas, para que ocorra um desligamento que atenda aos anseios da sociedade.

Acho que é isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA – Então, deixe-me aproveitar para responder sobre seu questionamento, mas como um diálogo aqui.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Aproveitando que é um diálogo, na verdade, não foi por isso que perguntei. O Dr. Marconi afirmou que, na questão desse remanejamento, na destinação de faixa de 700MHz, já foi identificado que afetam 700 Municípios, mas não estamos falando em 2015; estamos falando em 2014.

Eu queria saber esta informação: será 2014, como disse ele? Será 2015, ou nenhum dos dois?

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA– Veja, o desligamento é 2015 e 2018.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA – Foi a pergunta que você fez. Calma, vou chegar lá.

O que o Marconi falou é que ele tem de fazer um levantamento de cidades para ter uma noção de custo. Não foi isso, Marconi?

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA – Exato. Mesmo que eu licitasse a faixa agora, eu teria que dizer: "Olha, estou licitando, mas ela só será ocupada a partir do desligamento", porque não há como fazer a ocupação em 2014. Até o novo, o novíssimo; esse que é o ponto.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – (*Fora do microfone.*) Era essa resposta que eu queria ouvir.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA – Não vai ser assim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Obrigado.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA – E, aproveito, Presidente, a pergunta do Conselheiro Ronaldo, com relação à interferência. Estamos preocupados com isso mesmo. Inclusive quanto aos testes, em princípio, a gente não estava, num primeiro momento, prevendo um teste tão extensivo com relação a essa mobilidade e o Anseg, para poder fazer essa proteção, mas alguns fabricantes já têm disponibilizado equipamentos receptores que podem vir a nos ajudar a ter noção do que significará para o usuário do equipamento móvel, do aparelhinho móvel, uma possível interferência.

Com relação aos celulares piratas, vou ficar lhe devendo uma resposta, porque não a tenho de pronto e com consistência para fornecer, mas me comprometo a lhe mandar assim que tiver o levantamento disso aí.

Obrigado.

O SR. RONALDO LEMOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agora podemos conceder aos nossos convidados uma conclusão final, rápida.

Há alguma palavra a mais de conclusão? Se tiver...

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Ah, sim. Eu não creio que nós adotamos algo esdrúxulo. Você vê quantos países aqui, na América do Sul e na Central, adotaram, e na própria Ásia. Então, quanto a isso, nós estamos seguros. Tanto que nós ganhamos competindo com os outros. É óbvio que os outros padrões também estão evoluindo, e todos vão evoluir. E isso é inevitável.

Em relação aos testes, nós estamos à disposição. Nós temos bastantes informações. Se as nossas informações não forem suficientes, sugiro que consultem os japoneses, que têm muitas informações; não é preciso fazer só com a SET. Eles têm informações sérias, profundas, e são públicas. Eles são parceiros nossos aí na TV digital, e creio que também, para isso, poderiam ser consultados.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA – Dom Orani, era só muito mais para agradecer e dizer da satisfação que a gente tem de vir aqui e poder trocar essas ideias com um fórum tão representativo da sociedade, que é um instrumento de aconselhamento para o Senado Federal a respeito desse assunto. Então, agradecemos muito e estamos à disposição na Anatel para aquilo que for necessário: para esclarecer, para clarificar, para dar tintas nítidas sobre o que significa cada um dos passos que estamos dando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Em nome dos conselheiros, agradeço a disponibilidade dos três que vieram para esclarecer aquilo que foi pedido: o Sr. Olimpio José Franco, a Srª Patrí-

cia Brito e o Sr. Marconi Maya. Agradecemos os esclarecimentos, esse belo debate, poder responder as perguntas, esse enriquecimento mútuo. Tenho certeza de que isso, além deste Conselho, vai também para outras regiões do Brasil; outros esclarecimentos para várias outras entidades que também estão interessadas nesse mesmo assunto que é para ser debatido, a questão dos 700MHz e também a questão do apagão.

São situações que estamos vivendo hoje, e queremos, além de entender, contribuir e também poder divulgar.

Agradecemos, e levem também a todos os seus pares os nossos agradecimentos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Encerrada a Ordem do Dia prevista para a presente reunião.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER– Presidente, antes de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Não, encerrou apenas a Ordem do Dia.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – É que é sobre a Ordem do Dia; diz respeito a esse tema.

Na última reunião, Presidente, a Conselheira Liliana havia sugerido convidar para compor a Mesa, junto com os nossos ilustres palestrantes de hoje, o setor representante das telecomunicações, porque são um dos *players* que falávamos que estão em disputa.

Eu sugeriria que colocasse em debate com os nossos pares se não seria interessante que, na próxima reunião, terminássemos esse debate ouvindo esse outro lado. Nós ouvimos hoje a disponibilização, os estudos que estão sendo feitos a partir do Estado e seus agentes técnicos. Eu gostaria de ouvir, por exemplo, a Abepec e a EBC sobre esse tema, assim como me parece que a proposta da Conselheira Liliana, de trazer as empresas de telecomunicações, também seria interessante. E radiodifusão, de alguma maneira, estava...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está muito bem.

Nós encerramos a Ordem do Dia e passamos a isto, à fase de comunicações dos conselheiros, de acordo com o art. 39, §6º, do nosso Regimento Interno.

Então, algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas, sugestões de pauta para a próxima reunião? *(Pausa.)*

Então, o Conselheiro Celso Schröder já deu sugestão de pauta para a próxima reunião, para que sejam convidados dois representantes para continuar o assunto. É isso?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone.*) – Eu acho que são três, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Três? Eu entendi dois.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – (*Intervenção fora do microfone.*) – A Abepec, a EBC, e acho que tem de trazer...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu só quero reforçar esse encaminhamento do Conselheiro Schröder, que eu acho que é de extrema importância.

Estou contemplado com os quatro, sim. Acho que é por aí.

Se não der o tempo, eu acho que poderíamos fazer uma divisão, de repente, viu, Schröder?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Reforçando o que o Nascimento e o que o Schröder comentaram, eu acho que é importante, mas eu acho que poderíamos deixar claro que não é uma apresentação técnica, senão vamos ter 40 transparências sobre a questão citada. Eu acho que o ponto é uma questão de política pública. Eu acho que é para dar o foco sobre a política pública da questão dos 700MHz e do *switch off.*

O SR. ROBERTO FRANCO – Quinze minutos para cada um.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Dez minutos para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Em relação a esse assunto, algum outro conselheiro gostaria de se manifestar?

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Presidente, sendo fiel ao que falei há pouco, entendo que a questão dos 700MHz é de extrema importância. Nós já estamos debatendo isso. Ela tem uma sobreposição ao desligamento da TV analógica. Por outro lado, a televisão analógica, por si só, independentemente da existência do tema 700MHz, é algo que afeta toda a população, é algo que está sendo discutido; há um cronograma proposto.

Eu sugeriria que, na pauta da próxima reunião, além da continuidade da discussão dos 700MHz, nós pudéssemos apreciar com mais profundidade o desligamento da TV analógica. Para isso, a sugestão que dou é que seja convidado o Fórum Brasileiro de TV Digital, que congrega empresas de transmissão, recepção, radiodifusão, academia e empresas de *softwares;* quer dizer, engloba praticamente todo o *stakeholder* e trabalha em muita sintonia com o Poder Executivo.

Então, a minha sugestão é que também se possa incluir esse tema e que o fórum possa fazer uma apresentação de sua visão quanto às questões do desligamento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Seria uma quinta pessoa.

O SR. ROBERTO FRANCO – Seria a quinta, com um tema um pouco distinto, específico do desligamento, não da questão dos 700MHz.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, sobre essa questão específica dos 700MHz, nós temos certa urgência, porque decisões estão sendo tomadas e já estão sendo encaminhadas.

Em relação à questão colocada pelo Roberto, eu acho que tem de ter ligação mesmo, eu acho que é importante, mas eu acho que, com cinco pessoas, ficaria um pouquinho demais.

Eu proponho, se fosse possível, embora levando em conta a interligação, que nós pudéssemos dedicar esse tempo e discutir a faixa numa próxima reunião. Eu acho que há certa urgência em relação ao tema e acho, inclusive, que nós temos de formular uma posição sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pergunto ao Conselheiro Roberto Franco se está contemplada, assim, a sua ideia ou se permanece...

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu posso acompanhar. A única preocupação é que, como existe a sua proposição, algumas decisões contra o cronograma estão sendo tomadas pró-700MHz, e não pró-TV digital. Um exemplo simples: para o desligamento da TV digital, seria muito mais lógico iniciar nos grandes centros, de maior população, de maior poder aquisitivo. E o *switch off* do 700MHz não segue essa mesma lógica.

Então, são dois cronogramas paralelos em que um interfere no outro e que se tornam urgentes também.

Essa é a única preocupação, Sr. Presidente.

Concordo que o número de cinco pessoas é elevado; por outro lado, eu vejo que também a questão do desligamento é algo que tem certa urgência.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim, porque, na verdade, dispomos de 60 minutos: são 20 minutos para cada um, sendo que ultrapassaram. Com cinco a dez, serão 50 minutos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, eu não sei. Eu queria ouvir o Roberto Franco.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho que a questão é justamente isso. Tem de ser uma questão de dez minutos, porque é mais um debate do que uma exposição pontual: de responder questionamentos, de poder ter uma fluidez maior do que um painel, de uma hora e, depois, com 20 minutos para perguntas. Eu acho que seriam exposições curtas.

A pergunta que eu faço ao Roberto é a seguinte: se, nesse caso, nós formos analisar, primeiro, os 700MHz e, depois, o *switch off*, se não poderíamos tirar, então, a representação da radiodifusão, que já tem uma representação dentro do Fórum Nacional, e deixar o fórum, que, na verdade, fala tanto pelos 700MHz quanto pelo outro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Qual é a...

O SR. ROBERTO FRANCO – Estou apenas alegando que a representação do fórum não substitui a representação da entidade de radiodifusores, porque o fórum é uma entidade aberta, com representação de diversos agentes, atores da cadeia da TV digital, com uma missão específica. Então, ele não substitui a defesa de interesses do radiodifusor. Eu posso acatar aqui a sugestão do Schröder de deixar o fórum para uma próxima reunião, contanto que a gente não deixe afastar por demais esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, o Schröder podia formular, para deixar bem claro, porque, na reunião passada, ficou definido que esses três seriam convidados para a oitiva de hoje. Mas quais são os quatro? Para deixar registrado em ata, para serem convidados.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone.*) – Seria...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Microfone.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Desculpe, Presidente.

Seriam a Abepec (Associação Brasileira de Emissoras Públicas), a EBC, que é a rede maior, e acho que... Eu não sei exatamente quem representaria, mas nós teríamos que decidir um representante das telecomunicações. Não sei se é a Telebrasil, ou alguém que pudesse falar em nome das teles.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – E dos radiodifusores.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – E dos radiodifusores.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – A Abert?

O SR. ROBERTO FRANCO – Aí, poderia discutir se a Abert, Abratel, Abra ou as três conjuntamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mas, se vêm mais três...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não, não, é um.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – É um pelos radiodifusores. Eles decidem entre eles.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eles vão jogar no dado.

O SR. ROBERTO FRANCO (*Fora do microfone.*) – É um convite para os radiodifusores, e aí os radiodifusores indicarão...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mas o nosso convite vai a quem?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Esse é que é o problema.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A minha sugestão é que seja um convite aos radiodifusores e que fique na pessoa do Presidente da Abert uma coordenação para dar uma voz única entre a Abratel, a Abra e o... Aqui nós temos o representante da Abratel, que é o Márcio Novaes, temos da Abert e não temos um da Abra. Que eles coordenem entre si, não é "eu sim, você fora".

O SR. MÁRCIO NOVAES – Da minha parte, não há impedimento algum para que o ofício seja encaminhado ou à Abratel, ou à Abra ou à Abert. Depois nós decidimos quem irá falar em nome do setor.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Aqui na ata da reunião passada, está dizendo que a Liliana tinha sugerido a Telebrasil ou o SindiTelebrasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Um é a parte sindical, o outro é a parte administrativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pode mandar a um ou a outro.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mas é necessário que a nossa carta esteja dirigida a uma entidade.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A minha sugestão foi a Telebrasil, justamente por isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, nós temos... Schröder, a carta vai para a Telebrasil, convidando para a próxima reunião? Dez minutos para a Abepec, para a EBC e para a Abert. É isso? Claro? (*Pausa.*)

Quero deixar registrado aqui, para depois essas quatro cartas saírem. Dez minutos cada um.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Ou, então, para ser politicamente correto, que indicasse, digamos, que a radiodifusão terá dez minutos e que as entidades... Enviaríamos o oficio para as três, e elas se coordenam conjuntamente em um espaço de dez minutos. Pode falar uma, pode falar a outra ou podem falar as três, por três minutos cada uma. É uma questão de coordenação. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O que acham?

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Não vai funcionar.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Acho que, para efeito de convite, sim, para efeito prático. Eu acho que o Conselheiro Jobim foi muito feliz e muito político. Isso é sempre bom.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Não resolve.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Resolve, na medida em que as três entidades decidem uma pessoa para falar pelos dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vão três cartas para cada uma dessas entidades, dizendo para que elas escolham uma pessoa para representá-las.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso. Me parece mais lógico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Perfeito. Estou também de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está bem assim? Politicamente correto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Alguma coisa assim.

Então, sugestões para a pauta da próxima reunião. Nós teremos justamente esse aspecto de quatro oitivas sobre esse assunto, da questão do apagão, dos 700MHz e tudo mais.

Os conselheiros estão de acordo com isso? Há alguma dificuldade de aceitar? (*Pausa.*)

Então, está resolvida a pauta da próxima reunião.

Porém, há também a questão das comissões, que nós temos de resolver para a próxima reunião. O Conselheiro Nascimento Silva deu uma sugestão. Gostaria que ele falasse aqui diretamente para o Conselho. Por gentileza, a sua sugestão, de que seja só na hora do almoço.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Esta não é uma sugestão minha. É uma sugestão nossa. Já fica mais fácil para ser aprovado. Eu acho que o único conselheiro que terá o problema de encaminhar da forma que eu vou sugerir sou eu, porque eu chego todos os domingos e viajo na segunda-feira. A sugestão é que nós façamos as nossas reuniões uma de manhã normal, das comissões...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – As duas comissões.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – As duas comissões... A reunião do Conselho à tarde e, na terça-feira, mais duas ou três reuniões para completar as cinco comissões.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Havia também a sugestão de serem concomitantes. Cada um escolhe a comissão para a qual possa ir. Também há essa outra sugestão.

Gostaria de ouvir os conselheiros para nós marcamos também a reunião das comissões. Hoje, foram duas comissões, graças a Deus. A gente deu um primeiro passo. Mas há outras comissões que querem reunir-se também.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Mas é por isso que eu estou colocando as outras três como prioridade na terça-feira, ou se muda.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu acho que já estas duas comissões de hoje pediram que continuassem no mesmo horário e no mesmo dia, pelo que eu ouvi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A questão de terça-feira – está-me dizendo aqui a assessoria – é que as comissões do Senado funcionam e ocupam as salas.

Retiro a proposta?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu acho que, dado o número de participações e também pela cordialidade e pelo trânsito de todos os membros de todas as comissões, ainda que convidados, como aconteceu hoje com o Miguel Cançado, eu acho que seria o caso de fazê-las concomitantemente. Não seria a melhor metodologia, mas, considerando todas as restrições que a gente pode verificar, de tempo de as pessoas ficarem três dias em Brasília – dois dias em Brasília também é complicado. Eu sou daqui, não teria problema, e acataria a sua decisão, mas estou pensando na questão do colegiado. Poderíamos fazê-las concomitantes. As pessoas acabariam transitando, participando de um debate aqui, outro acolá, tentando se autodividirem os titulares e os suplentes. Ou, então, não fazemos a reunião de liberdade de expressão e de marco regulatório para inaugurarmos as reuniões das outras comissões.

O Conselheiro Schröeder quer falar; depois, o Conselheiro Ronaldo.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖEDER – Uma das soluções seria esta, ou seja, as duas comissões que fizeram a reunião avaliarem se é possível uma delas postergar a sua reunião. Senão, nós vamos ter de pagar um custo de fazer todas as reuniões juntas, em paralelo, com o evidente esforço de todos nós estarmos informados do que acontece nas comissões.

O que eu queria trazer aqui, Presidente, é o resultado dos debates que apareceu na Comissão de Liberdade de Expressão. Trata-se da questão da violência com os jornalistas, com os comunicadores de maneira geral, ou seja, com os trabalhadores de comunicação. Essa foi a expressão que apareceu no local. Nós tiramos uma comissão, uma linha de ação a médio e a longo prazo.

Mas ficou patente, ficou decidido que nós precisamos nos manifestar sobre este tema, que está sendo tratado à revelia deste Conselho. Então, a importância do Conselho, a necessidade de nós decidirmos sobre a vida do sistema de comunicação no Brasil nos imporia fazermos, de alguma maneira, em algum momento – se não for na próxima reunião, na outra –, algum tipo de ação, algum tipo de atividade, a exemplo do que nós fizemos hoje – um painel, um debate –, que nos permitisse tratar dessa questão para além do que a Comissão vai fazer a médio e a longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Bom, creio que, na próxima reunião, será quase impossível haver outro tema, devido ao tempo. Agora, com relação à violência aos comunicadores, poder-se-ia marcar, poder-se-ia prever para fevereiro, a primeira reunião do ano?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu vou dar uma sugestão que posso até retirar na metade da proposição. E se nós não fizéssemos uma comissão de relatoria para este tema, simplesmente para que houvesse uma indicação de qual a melhor forma de estudar isso no âmbito do Conselho; ou seja, que três conselheiros pudessem trazer, na próxima reunião, uma sugestão de atuação do Conselho, seja fazer um estudo, seja fazer uma audiência pública. Mas há uma situação completa. Na verdade, não se trataria de um relatório formal sobre a opinião, mas delegar a três de nossos colegas que trouxessem uma proposta já na próxima reunião, seja em janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Os conselheiros concordam com essa sugestão? Conselheiro Jobim? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu queria saber até que ponto nós temos autonomia para nos reunir. Há a preocupação do Conselheiro Jobim, que diz o seguinte: "não dá para ficar três dias, dois dias". O.k., correto, mas, na semana seguinte, haveria uma possibilidade de convocar os conselheiros para poder fazer...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu perguntei aqui à assessoria se, uma vez uma outra comissão marcar outro dia...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Aí nós marcaríamos... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu, como Presidente, posso convocar a Comissão, e, então, isso passa a ser oficial e passa a ter...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Isso, porque aí resolveríamos esse problema uma semana depois.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – ... os mesmos custos pelo Senado. Então, uma vez que se marca outro dia que não esse, sai uma convocação oficial...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O. k.. Então, a próxima segunda-feira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Não, não. Eu estou pensando no mês que vem, no mês de dezembro, porque aí dá tempo de todo mundo se organizar. Seria complicado falar assim: semana que vem, daqui a 15 dias...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, se alguma comissão...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Então, seria o seguinte: se a próxima segunda-feira, no dia... Eu não sei quando vai cair...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Dia 11 mais sete...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vai ser dia 2 de dezembro...

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Seria quando?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Seria dia 9.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – A reunião do dia 9. E aí nós – tanto eu, como o Leifert e o Conselheiro Ronaldo – teríamos oportunidade de fazer essa reunião. Tenho certeza de que todos poderão vir.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Formule justamente o pedido junto à secretaria. Eles fazem uma carta minha convocando oficialmente, e isso entra nas questões do Congresso.

Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Muito rápido, Sr. Presidente.

Com relação à Comissão de Tecnologia, eu queria sugerir que adiássemos a primeira reunião até o resultado das oitivas que nós estamos tentando sobre a questão do *switch off* quanto sobre a questão da faixa de 700MHz, porque eu acho que esse é o tema mais urgente para esta Comissão, e é mais denso. Eu acho que, a não ser que haja outra proposta dos conselheiros, deveremos fazer um sobrestamento da reunião da Comissão, até que possamos ter condições de chegar a um momento mais conclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Como Coordenador, você decide quando convoca a reunião, a data e tudo o mais.

Conselheiro Slavieiro.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Conselheiro Nascimento, sem prejuízo da sua sugestão de nos reunirmos numa semana seguinte, por que não tentamos fazer esse funcionamento concomitantemente na primeira reunião, que é a de dezembro, uma vez que há titulares e suplentes nessas comissões? O objetivo é exatamente esse. Senão, vamos estar todos em todas as comissões, replicando o quórum do Plenário do Conselho de Comunicação. Se isso não se mostrar produtivo na reunião de dezembro, Presidente, para 2014, nós pensamos em fazer em dois dias diferentes.

Então, isso seria por dois motivos basicamente: para não repetirmos em todas as comissões, inclusive no Plenário, o mesmo quórum do Conselho de Comunicação, e também por uma questão de custo e de logística com a agenda de todos os participantes, de terem de participar todas as vezes.

Então, fica aqui a sugestão a você, que é o Coordenador de uma comissão, mas também aos demais conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Podemos concluir o seguinte: cada Coordenador, ouvida a sua comissão, convoca a reunião da comissão quando achar melhor – ou na segunda-feira, de manhã, concomitantemente com outras, ou separadamente, ou outro dia. Sendo outro dia, que não o dia da reunião do Conselho, é preciso passar isso ao Presidente para que se faça uma convocação oficial para, depois, poderem vir também, com passagens e tudo o mais. Acho que fica claro isto: a liberdade do Coordenador da comissão de verificar isso.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Eu só quero dar uma resposta, com todo o respeito ao Conselheiro Daniel, dizendo o seguinte: nem todos têm os seus suplentes. Esse é o grande problema que nós enfrentamos. Os dois segmentos, o da sociedade civil e o dos trabalhadores, estão sem suplentes. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Um suplente de cada.

Então, é importante demais o quórum; é importante demais oxigenarmos as ideias e ouvirmos os demais conselheiros. Por isso, a minha preocupação e a minha proposta de que se faça dessa forma. Mas, como o Presidente já me deu um caminho, eu vou segui-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu perguntei aqui à assessoria, que não entende dessa forma, e se pode fazer.

Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Presidente, eu não sou contra a proposta do Conselheiro Nascimento. Eu queria só fazer uma sugestão para análise – eu acho que cabe ao Coordenador – que é a seguinte: nós temos cinco comissões. Uma delas, que é a do Conselheiro Ronaldo, pediu para fazer um sobrestamento. A do Conselheiro Leifert, que coordena a de publicidade, não está convocando ainda essa comissão. Então, ficaria, digamos, uma terceira comissão.

Será que não seria possível, ainda que apertando o horário, fazermos as três reuniões na mesma manhã,

ou a primeira dessas. É só uma sugestão. Nós temos uma hora e meia, temos uma hora ou quarenta e cinco, um pouco mais, uma hora e quinze minutos para cada uma, porque depende muito da pauta. Mas acho que podemos tentar.

É só uma sugestão. Se quiser fazer na outra, para mim, eu até fico tranquilo, porque sou aqui de Brasília e estarei presente em todas, mas é só uma sugestão para analisar.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Todas as vezes em que eu emito aqui uma opinião, eu emito para o coletivo, em função do coletivo. A minha preocupação era com relação ao Conselheiro Ronaldo e ao Conselheiro Leifert, imaginando que eles ainda não fizeram essa convocação em função de espaço e de tempo. Então, vou dialogar com o Conselheiro Leifert para saber se realmente é isso. Se não for, nós nos adequamos.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Aqui estão me dizendo que há comissão do Senado que começa às oito da manhã. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A minha preocupação, Sr. Presidente, é só uma. Nesse caso específico da comissão coordenada pelo Conselheiro Nascimento é não fazer uma convocação para todas as pessoas para uma comissão só num determinado dia. É só essa a sugestão, mas acho que cabe a ele, ao Coordenador fazer essa análise. É só uma sugestão de pensar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Aqui são três comissões: duas confirmaram hoje. mais a do Conselheiro Nascimento. Se começar às oito da manhã até o meio-dia dá para dividir em três.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É melhor do que outra viagem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está muito bem, então, mas lembro que os Coordenadores têm essa liberdade de convocar. Então, são sugestões possíveis, que os Coordenadores...

Só uma resposta também que eu recebi com relação ao Conselheiro Schröder, sobre a questão da não possibilidade de entrada aqui dos estudantes. Ele já foi informado também, mas só para constar que a Secretaria informa que, em contato com a Polícia do Senado Federal, esta informou que o ato da Comissão Diretora nº 8, de 2010, só permite a produção de imagem no interior da Casa desde que previamente autorizada pela 1ª Secretaria. Então, a questão de imagens por pessoas precisa de licença, com tempo, de requerimento. Só para dar a resposta que nós recebemos aqui.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, rapidamente, eu só gostaria de pedir à Secretaria para que encaminhe ofício à Anatel só para lembrar ao representante da Anatel que dê a resposta àquela pergunta que formulei com relação ao desligamento dos chamados celulares piratas. Então, eu só pedi para...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Ele ficou de dar a resposta depois.

O SR. RONALDO LEMOS – Nós estamos falando de 30 milhões de celulares. Estou muito curioso para ouvir a resposta da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – E, depois, agradecer às três entidades que se apresentaram hoje, pela vinda de seus representantes hoje aqui também.

Mais alguma manifestação dos conselheiros?

Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – O.k. Olha, eu volto ao tema, que é como acabar com empresas fantasmas no Brasil e, por certeza de que, sem a facilidade de abrir essas empresas fantasmas, ficará mais difícil ou muito difícil roubar dinheiro público. Então, eu queria pedir a este Conselho – eu já externei isso aqui – olhando para trás, se houver algum jornalista que tenha essa visão da preocupação de acabar com a roubalheira no Brasil, de acabar com a corrupção no Brasil, nós temos um grupo e temos uma pessoa indicada, que é o Luiz Otávio, de São Paulo, que é aposentado da Receita Federal. Nós estamos panfletando para as receitas federais e as juntas comerciais, dizendo como é fácil acabar com a corrupção no Brasil.

Então, fica um desafio para nós e para a sociedade civil de uma forma geral, para convocar o companheiro Luiz Otávio para ouvir o que nós temos a dizer sobre a questão de acabar definitivamente com a corrupção no Brasil, que é um mal do mundo todo, mas principalmente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Bom, terminou nosso tempo, três horas de reunião; são 17h.

Encerradas as manifestações dos conselheiros, consulto se algum representante da sociedade civil à reunião gostaria de se manifestar. (*Pausa*.)

DOCUMENTOS PERTINENTES À 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2013, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);
2. Requerimento nº 1, de 2013-CCS (01 folha);
3. Ofício Circular nº 001/2013-CCS (01 folha);
4. Ofício nº 16/2013 Conselho Curador (07 folhas)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA

Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio		DANIEL PIMENTEL SLAVIERO	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		VAGO[1]	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		MÁRIO MARCELO	
LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		PEDRO PABLO LAZZARINI	
MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		WRANA PANIZZI	
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		VAGO[2]	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VITOR CASTIEL)	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		LEONARDO PETRELLI	

VISTO: _____, em 4 de novembro de 2013.
Presidente

1 Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
2 Vago em virtude de renúncia do Conselheiro Suplente Juca Ferreira, ocorrida em 12.03.2013.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Aprovado na 8ª reunião,
realizada em 07.10.2013.
Publique-se.

D. Orani João Tempesta
Presidente

REQUERIMENTO nº 1, de 2013-CCS

O Conselheiro MIGUEL ANGELO CANÇADO, nos termos do art. 3º do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, vem à Presidência REQUERER a expedição de VOTO DE LOUVOR do Colegiado, destinado ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e extensivo a toda sociedade brasileira, prestando sua homenagem aos 25 anos de experiência democrática ininterrupta vivida pela nação brasileira, desde a promulgação da Constituição Cidadã.

Sala de Reunião, em 7 de outubro de 2013

MIGUEL ANGELO CANÇADO
Conselheiro Titular
Representante da Sociedade Civil

Ofício n.º. 16/2013
Conselho Curador

Brasília, 17 de outubro de 2013

A Sua Senhoria o Senhor
Rodrigo Cagiano Barbosa
Secretário do Conselho de Comunicação Social

Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezado Secretário,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue ata com deliberações da 46ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, realizada no dia 21 de agosto de 2013 na cidade de Brasília. A presente ata foi aprovada durante a 47ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 15 de outubro em Brasília.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente do Conselho Curador da EBC

Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 02, Bloco B 50 - 1º Andar
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Cep: 70302-907 Brasília - DF
CNPJ 70.733.907
www.ebc.com.br

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E TREZE, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ana Luiza Fleck Saibro** (Presidente), **Heloisa Maria Murgel Starling** (Vice-Presidente), **Augusto Pestana** (Representante da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação, **Ana Maria da Conceição Veloso, Cláudio Lembo, Daniel Aarão Reis Filho, Eliane Pereira Gonçalves, Ima Célia Guimarães Vieira, João Jorge Santos Rodrigues, José Antônio Fernandes Martins, Maria da Penha Maia Fernandes, Mário Augusto Jakobskind, Murilo César Ramos, Paulo Ramos Derengoski, Sueli Navarro Garcia, Rita de Cássia Freire Rosa, Rosane Maria Bertotti, Wagner Tiso, Nelson Breve**, na qualidade de Diretor Presidente; além dos Diretores **Eduardo Castro** (Diretor Geral), **Rogério Brandão** (Diretor de Produção) e **Nereide Beirão** (Diretora de Jornalismo), e, ainda de **Marco Antônio Fioravante** (Procurador Geral da EBC) e **Regina Lima** (Ouvidora Geral). Justificaram suas ausências os Conselheiros **Takashi Tome, Ministra Helena Chagas, Ministra Marta Suplicy, Ministro Aloizio Mercadante e Ministro Marco Antonio Raupp.** A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: 1) Abertura e aprovação da Ata da 45ª Reunião do Conselho; 2) Leitura e aprovação da pauta da 46ª Reunião; 3) Diretrizes para o conteúdo em 2014: como está sendo o processo de definição das diretrizes, como serão utilizadas as contribuições encaminhadas pelo Conselho – e como organizar o debate no ano que vem); 4) Indicadores de audiência: informações disponíveis hoje e perspectivas; 5) O Jornalismo da EBC: desdobramentos do debate da manhã e análise da Câmara, 6) Audiência Pública de setembro: tema, local e consulta pública complementar; 7) Informes do Conselho; 8) Apresentação da Ouvidoria; 9) Informes da EBC; 10) Outros assuntos. **1)** A Presidenta **Ana Fleck** deu início aos trabalhos, saudando os presentes, lembrando que a reunião estava sendo transmitida pela internet, no endereço www.conselhocurador.ebc.com.br/transmissaoaovivo, e saudando os internautas. Passou à leitura e aprovação da ata da 45ª Reunião. O conselheiro **Paulo Derengoski** deu boa tarde a todos e chamou a atenção para o Fórum Internacional de Comunicação Pública, que será realizado nos dias 29 e 30 de setembro, questionando se estava tudo certo para o evento ocorrer. A presidenta **Ana Fleck** confirmou que o evento ocorreria conforme o previsto. A conselheira **Ana Veloso** informou sobre a importância de constar na pauta a discussão da renovação dos conselheiros, prevista para a Audiência Pública. Em seguida a presidenta **Ana Fleck** deu as boas vindas e apresentou aos demais conselheiros o novo diretor de Programação e Conteúdo, Ricardo Soares. O Diretor-Geral, **Eduardo Castro,** deu boa tarde a todos e disse que Ricardo Soares é um colaborador do projeto da EBC desde a hora zero. Que ele teve a incumbência, junto com o superintendente de Brasília, Walter Silveira, de colocar no ar e dirigir a transmissão inaugural da TV Brasil em 2 de dezembro de 2007. Disse que Ricardo Soares tem também uma passagem pela TV pública anterior a existência da TV Brasil, na TV Cultura, onde foi o primeiro apresentador, por exemplo, do programa "Metrópole". Ao Ricardo, pelo novo desenho da estrutura da EBC, fica a incumbência de realizar não só a organização das grades de programação das emissoras de rádio e televisão, mas também o supervisionamento do material que é transmitido via internet e proporcionar a unidade nas mídias da EBC. **3)** A presidenta **Ana Fleck** agradeceu a intervenção e passou imediatamente ao item 3 da pauta. O conselheiro **Paulo Derengoski** questionou como está sendo o processo de definição das diretrizes de conteúdo da EBC e disse que sente falta da exibição mais frequente da grade de programação, e de quais são as táticas e estratégias necessárias para as mudanças que vão sendo feitas. O conselheiro aproveitou o momento e parabenizou o documento enviado pela Secretaria de Integração Social, que Antonio Biondi subscreve aqui, sobre o compromisso nacional pela participação social, e que esta deve ser uma preocupação da EBC para 2014. A presidenta **Ana Fleck** informou que haverá um seminário interno para discutir exatamente essa questão e que o assunto será debatido por conta do item 3 da pauta, mas que iria inverter a ordem da reunião e dar início a discussão do item 4, sobre "Indicadores de audiência: informações disponíveis hoje, perspectivas." **4)** O gerente de pesquisa, **Alberto Adler,** disse que finalmente, a EBC chegou a um termo com relação à medição da audiência pelo Ibope em seis praças da Rede Nacional de TV Pública, mas que a intenção original era de fazer nas 15 praças onde a EBC tem parceiros a medição diária, mas o orçamento não permitia. Por isso, chegou-se a um consenso de fazer seis praças. As três praças onde a EBC tem sede e

que há medição diária, além de Salvador, Fortaleza – que depois, provavelmente, será modificado para Recife, por uma série de questões estratégicas – e Porto Alegre. Com relação a São Luís, não há uma medição diária, somente duas vezes por ano. Também está sendo finalizada a negociação com relação às rádios, para que se volte a ter as aferições de rádio. E com relação também à rádio, como ano que vem acontece a Copa do Mundo, e em 2016 as Olimpíadas, também está sendo feito um processo para adquirir uma pesquisa específica de hábitos de consumo de eventos esportivos por rádio. Também existe alguns processos em diferentes instâncias para pesquisas qualitativas, para pesquisa de percepção, com relação a algumas iniciativas e com relação à web. A presidenta **Ana Fleck** perguntou se a pesquisa iria além dos dados do Ibope, o que foi confirmado pelo gerente Alberto Adler. Ela disse que o Conselho já discutiu a questão de que o Ibope é importante, mas que a EBC deverá ter um outro olhar sobre a programação. **Alberto Adler** explicou que há o cruzamento de dados, já que a intenção é saber como a EBC é percebida e o que a população gostaria de ver mais na TV Brasil, ou de ouvir mais nas rádios. Ele explicou que, se a EBC é percebida como muito simpática ou prolixa, ou seja lá como for, isso dá um olhar futuro de suas ações, não é apenas aquela visão do Ibope, que é a visão daquilo que passou, que também é muito útil, mas dá um panorama das outras emissoras também. Ele afirmou, porém, que esse não deve ser o único parâmetro, é pouco. O diretor-presidente da EBC, **Nelson Breve,** lembrou que a Secom conseguiu contratar um instituto de pesquisa para fazer pesquisas nacionais, e uma dessas pesquisas é pesquisa sobre hábitos de informação das pessoas. São 16 mil questionários no Brasil inteiro, então, portanto, uma base bastante sólida para ter informação. O gerente de pesquisa, **Alberto Adler**, explicou que a EBC não pode passar os dados do Ibope na íntegra para ninguém, porque configuraria uma quebra de contrato. Mas, parcialmente, a EBC ou o Conselho podem passar algumas informações, não há nenhum problema, desde que sejam as informações liberadas. A presidenta **Ana Fleck** sugeriu que fosse entregue aos conselheiros a parte do contrato do Ibope que reza sobre sigilo das informações, para esclarecimento de todos. Também pediu que fosse entregue aos conselheiros uma forma criativa do cruzamento destes dados, para facilitar a compreensão das informações sobre audiência dos canais EBC. A conselheira **Ana Veloso** lembrou da existência do Observatório de Radiodifusão Pública da América Latina, da UnB, e sugeriu possibilidades de parcerias para pesquisas de estudos de recepção em rádio. A conselheira **Rita Freire,** disse que acha muito importante que a pesquisa procure identificar também se as pessoas que estão sendo consultadas, se elas se vêem, se elas se identificam, se elas se acham presentes na mídia pública e se elas têm essa percepção da mídia pública como diferente da mídia comercial. O conselheiro **Daniel Aarão** questionou o fato da EBC manter a pesquisa do Ibope, mesmo ela não sendo a mais específica para avaliar os índices de audiência dos canais EBC. O diretor-presidente, **Nelson Breve**, disse que a medição é importante por causa dos estoques de audiência, para se entender onde é que estão as audiências, e a partir daí, desenvolver produtos para ir buscar aquelas audiências onde elas estão naquele momento. Em segundo lugar, ressaltou a importância da distribuição de apoio institucional, dizendo que a área de negócios precisa de ferramentas para vender o apoio institucional, o apoio cultural e a publicidade institucional da EBC. A conselheira **Sueli Navarro** concordou com o presidente Nelson Breve quanto à necessidade da pesquisa do Ibope. O conselheiro **Paulo Derengoski** reforçou a necessidade da EBC ter sua própria medição de pesquisa interna. O conselheiro **José Martins** disse que toda a pesquisa está inerente às empresas, mas não é em todos os seguimentos que ela funciona. Para a área da televisão a pesquisa é importante para saber o uso ou exatamente o grau de satisfação do usuário, do ouvinte. Ele completou que é preciso criar fundos substanciais, porque isso é que faz a eficácia e a relevância da empresa em termos de otimização – ter exatamente qual é o grau de satisfação que o usuário tem a respeito da empresa. A presidenta **Ana Fleck** agradeceu as explicações e deu início ao item 3 da pauta. **3)** A Secretária-Executiva da EBC, **Sílvia Sardinha**, deu boa tarde a todos e todas e deu início as explicações sobre as diretrizes de conteúdo da EBC. Ela dividiu os trabalhos em três camadas: a camada da estratégia, que tem o plano estratégico da empresa, construído no ano passado para 2012/2022, e também do PPA, que é quem garante a entrada de receitas para que a Empresa possa acontecer no campo público. Na segunda camada, da execução, está o plano de trabalho e orçamento anual, que foi o assunto tratado especificamente na apresentação. E, por último, os resultados que são os produtos, os conteúdos que a EBC coloca no ar, considerando as plataformas TV, rádio e web. Ela relatou que foram realizados fóruns na EBC, com gerentes executivos e diretoria, para entender e alinhar o corpo funcional aos objetivos da empresa para o ano de 2014. **Sílvia Sardinha** explicou que está previsto para os dias 10, 11, 12, 13 e 19 de setembro, um seminário de conteúdos para os veículos da EBC. O público previsto é o Comitê de Conteúdo e Programação, o Conselho Curador, a Ouvidoria, a Secretaria Executiva, as assessorias, área de rede, as diretorias e representantes das regionais, São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão. O objetivo desse seminário será alinhar internamente a EBC e as plataformas, a parir da necessidade de se unificar planejamento de conteúdo das plataformas de TV, rádio e web. A partir disso, será feito o Plano de Conteúdo e Programação dos veículos da EBC, a ser, então, apresentado ao Conselho Curador como o plano para ser executado em 2014. O conselheiro **José Martins** parabenizou o trabalho e alertou para a necessidade de se constar a data para a entrega de cada um dos produtos. O diretor-presidente, **Nelson Breve,** defendeu a necessidade de um orçamento plurianual, que facilite o alinhamento e execução do plano estratégico da EBC ao orçamento nos próximos anos. O presidente explicou que o fim do contrato com a Acerp e os cortes orçamentários feitos pelo Governo Federal dificultam a execução de algumas ações planejadas pela empresa para os próximos anos. A Presidenta **Ana Fleck** agradeceu as intervenções e passou para o item 5 da pauta. **5)** A conselheira **Rita Freire** fez um breve resumo das atividades da Câmara de Jornalismo sobre questões chave para esta área da EBC. Um deles é justamente a questão das finanças, do financiamento da

mídia pública, como o financiamento da EBC impacta o jornalismo. A conselheira acredita ser fundamental a participação do Conselho Curador para assegurar que não seja tão automático os cortes no orçamento que a EBC vem sofrendo. A presidenta **Ana Fleck** lembrou que existe um Grupo de Trabalho que deve discutir justamente a autonomia institucional da EBC em relação ao Governo Federal. Outro ponto que foi levantado é da questão da qualificação das pautas e da inovação nos formatos. Uma outra questão relacionada a qualificação das pautas e que foi tratada com muita ênfase, foi a questão da formação permanente dos empregados da EBC e a participação permanente do corpo funcional da empresa nos planos e nas decisões editorais. Outro ponto é a necessidade da EBC debater a comunicação e a importância da comunicação pública para a sociedade nos seus canais de mídia. A conselheira **Eliane Gonçalves** disse que a Câmara de Jornalismo também cobrou a implementação do Manual de Jornalismo no cotidiano das redações, como forma de reduzir a cultura do "medo" entre os empregados, de debaterem os assuntos presentes nas redações. Também cobrou a implementação do Comitê Editorial e dos planos editoriais como está previsto no Manual de Jornalismo da EBC. A conselheira também reforçou a necessidade de constante capacitação dos empregados da EBC como forma de qualificar a produção de conteúdo na empresa. A conselheira **Heloisa Starling** sugeriu uma maior quantidade e diversidade de fontes jornalísticas nas reportagens, e sugeriu como banco de fontes a Associação Brasileira de Ciência Política, a ABCP. O conselheiro **Daniel Aarão** cobrou prazos à EBC para tentar implementar as sugestões feitas pela Câmara de Jornalismo, principalmente em relação a implementação do Comitê Editorial e dos Planos Editoriais dos produtos jornalísticos da EBC. A diretora de Jornalismo, **Nereide Beirão,** afirmou que a ideia de criação do Comitê Editorial não era para que ele funcione como um mecanismo de relacionamento com os funcionários e que os Planos Editoriais ainda estão sendo discutidos e não foram implementados porque a Empresa está num momento de discussão da sua grade de programação. A conselheira **Rosane Bertotti** também reforçou a necessidade da EBC aproveitar as sugestões e análises que surgiram a partir do Roteiro de Debates sobre Jornalismo para implementar mudanças. E, no sentido da contribuição do debate político, afirmou que é importante ouvir também o povo do dia a dia, da luta e do movimento social, que, às vezes, tem um debate muito mais aprofundado do que os chamados "especialistas". O conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** afirmou que é preciso falar também do lado positivo da cobertura da TV Brasil em relação a questão dos direitos humanos, que tem dado um banho em termos jornalísticos, em relação a questões como a da Comissão da Verdade. 6) Dando início ao item 6 da pauta, o conselheiro **Paulo Derengoski,** sugeriu que a próxima audiência pública fosse em algum estado da região central do Brasil, como Goiás e Mato Grosso. O conselheiro **Daniel Aarão** disse que entende o simbolismo de uma reunião no Mato Grosso, mas que acredita que pela escassez de tempo e de dinheiro, é crucial fazer uma audiência em um centro do país, se ela estiver muito bem preparada e realmente for um fator de mobilização da opinião local, no sentido da discussão que o Conselho quiser propor. A Presidenta **Ana Fleck** recebeu as observações e chamou a atenção para a Audiência Pública sugerida pela pauta, que trata do modelo de consulta pública para eleição dos novos representantes da sociedade civil no Conselho Curador. Disse que a ideia é fazer uma chamada pública para sugestões antes da audiência, para que o Conselho possa discutir essas contribuições. A presidenta lembrou que os mandatos que se encerrarão em dezembro de 2013 são dos conselheiros José Martins, Daniel Aarão, Murilo Ramos, João Jorge e conselheira Maria da Penha. Também disse que a lei determina que o conselheiro só sai ou só deixa de ser conselheiro quando o outro assumir. A Presidenta **Ana Fleck** também aprovou o tema para a próxima edição da Revista do Conselho Curador, que deverá ser publicada em dezembro. O tema será: "Participação da sociedade na EBC". 7) Passando para o item "Informes do Conselho" a presidenta **Ana Fleck** lembrou do Grupo de Trabalho sobre autonomia e modelo institucional da EBC. A conselheira **Sueli Navarro,** que preside o Grupo de Trabalho, disse que o grupo ainda não se reuniu. Ela afirmou que existem vários itens dentro da autonomia, que é a gestão, que envolve as indicações das chefias ou até as indicações que não são nem de chefia. Mas, segundo a conselheira, o financiamento é muito mais importante neste momento. A Presidenta **Ana Fleck** solicitou à conselheira Sueli Navarro que convoque o GT para elaborar um documento sobre a autonomia institucional da EBC. A conselheira **Rosane Bertotti** afirmou que também faz parte do GT e afirmou que a EBC e o Conselho Curador poderiam reunir esforços para retomar a discussão do Fórum Nacional da Comunicação Pública, que pode ser mais amplo até do que o debate envolvendo apenas a EBC. A Presidente **Ana Fleck** fez outro informe que tratou sobre o regramento do uso de e-mails por parte dos membros do Conselho Curador. Será criado um grupo de e-mails, que facilitará o envio e recebimento de e-mails por parte dos conselheiros e da Secretaria Executiva do Conselho Curador. Encerado este ponto da pauta, a Presidenta **Ana Fleck** ressaltou a ausência nas reuniões do Conselho Curador dos quatro ministros (as) que compõem o órgão e ressaltou a importância da presença dos respectivos ministros (as) como forma de dar importância às discussões e deliberações do órgão. O conselheiro **Murilo Ramos** reforçou o pedido da presidenta e sugeriu uma ação do Conselho no sentido de garantir a presença dos titulares das pastas, sem demérito de eventual necessidade de representação, no sentido de registrar a importância da presença deles nas reuniões. A Presidenta **Ana Fleck** passou para o próximo item dos informes e esclareceu a todos presentes sobre a reunião com a Secretaria-Geral da Presidência. O Conselho Curador da EBC passa a participar, sempre que possível, do Fórum Interconselhos, focado justamente nos temas do Planejamento e Orçamento dos poderes públicos e dos colegiados de participação. A Coordenação-Geral de Mecanismos Formais de Participação do Departamento de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República destacou a criação do Fórum de Participação Social, por meio do qual eles querem promover o debate e a consolidação de um Compromisso Nacional de Participação dos Conselhos em geral, de todos os Ministérios e de

empresas públicas. O próximo informe foi feito pela conselheira **Eliane Gonçalves**. A conselheira parabenizou a empresa pela realização dos PSIs - Processos Seletivos Internos, mas informou que há uma série de críticas e receio por parte dos trabalhadores por conta do nível de exigência para a participação dos empregados. Por isso, a conselheira perguntou qual será a opção da EBC caso as vagas sugeridas pelo PSI não sejam ocupadas por empregados do quadro. O Diretor-Geral, **Eduardo Castro**, disse que os PSIs buscam encontrar, dentro da EBC, funcionários que estejam dispostos e aptos a trabalhar em 33 postos. Para ocupar essas vagas, havia duas possibilidades. Uma delas era a contratação direta, por meio do art. 27 e do art. 25, da lei da EBC, de pessoas de fora do quadro. A outra era fazer a seleção interna, e a direção da EBC optou por esse segundo caminho. Disse que a seleção interna foi discutida com a Comissão de Empregados da EBC, no sentido de tentar esclarecer algumas dúvidas que apareçam, principalmente com relação à amplitude da possibilidade de participação dos funcionários. O departamento jurídico, junto com o departamento pessoal administrativo, indicou quais as carreiras que poderiam se ocupar, quais os funcionários de cada carreira que poderia concorrer a cada uma dessas vagas. Em relação às vagas não ocupadas pelo PSI, o Diretor-Geral informou que as pessoas serão buscadas no mercado privado, com os mesmos critérios que foram estabelecidos para dentro da casa. Para a conselheira, **Eliane Gonçalves**, o nível de exigência e a possibilidade de buscar pessoas no mercado abre o receio de que o PSI esteja sendo conduzido. O Diretor-Geral, **Eduardo Castro**, disse que esta é uma acusação que deverá ser justificada pela conselheira. A conselheira, **Eliane Gonçalves**, informou que não existe no edital a possibilidade de solicitação de recurso por parte dos empregados. O Diretor-Presidente, **Nelson Breve**, informou que apesar de não estar previsto no edital, todos os recursos feitos pelos empregados estão sendo analisados pela direção e que 12 pessoas já passaram pelo crivo do PSI. A Presidenta **Ana Fleck** se dispôs a participar, caso seja convidada, de uma conversa sobre este assunto junto com a Comissão de Empregados e com a direção da EBC, para tentar propor uma sugestão de encaminhamento sobre este assunto em um outro momento. Dando continuidade a reunião, a Presidenta **Ana Fleck** informou que o Ministério Público do Rio de Janeiro cobrou, por meio de correspondência, informações sobre a resolução que criou a Faixa da Diversidade Religiosa, cobrando os novos programas que ainda não foram ao ar. O Diretor de Produção, **Rogério Brandão**, informou que o edital para a realização dos dois programas foi publicado e ficou 45 dias no ar, mas não houve inscritos. A EBC, então, prorrogou o prazo por mais 45 dias, e então começaram a surgir as primeiras inscrições. Também foi feita a divulgação no site da ABPITV, que é Associação Brasileira dos Produtores Independentes. Até o momento já são 20 inscritos, e segundo o Diretor, isso dá uma credibilidade para o processo. **Rogério Brandão** acha que a procura ainda vai crescer porque o edital vai até 20 de setembro. A Presidenta **Ana Fleck** informou que irá produzir uma resposta ao Ministério Público com base neste informe. A presidenta também aprovou o nome do conselheiro **João Jorge** como representante do Conselho Curador na comissão da EBC que irá avaliar estes *pitchings*. Em seguida, o conselheiro **Mário Augusto Jakobskind** fez uma análise do programa Roda Viva, produzido pela TV Cultura e reproduzido pela TV Brasil. Segundo ele, a EBC deveria repensar a exibição do programa já que com as mudanças no mesmo, este deixou de ter afinidade com a mídia pública. O Diretor-Geral, **Eduardo Castro**, informou que não foi informado das mudanças do programa Roda Viva e que haveria uma reunião em São Paulo com os integrantes da TV Cultura, para falar, dentre outros temas, sobre a exibição deste conteúdo. Dando início à penúltima pauta da reunião, a Presidenta **Ana Fleck** pediu que **Mariana Martins**, integrante da Secretaria Executiva do Conselho Curador, fizesse uma sugestão sobre um novo modelo que aproxime ainda mais o trabalho da secretaria com o da Ouvidoria da EBC. **Mariana Martins** informou que todo dia 5 de cada mês, a Secretaria Executiva do Conselho Curador irá se reunir com a Ouvidoria para tentar traçar prioridades da apresentação que estejam presentes no relatório da Ouvidoria, e enviá-los antes das reuniões para as Câmaras Temáticas do Conselho Curador, como forma de facilitar a compreensão das informações. Também foi sugerido a entrada de cinco novos filtros nos formulários da Ouvidoria, representando as câmaras temáticas – com exceção da de rádio, que já possui formulário próprio. A ideia é fazer esses filtros para que, quando a pessoa for entrar com a sua manifestação, ou crítica, ela seja já direcionada para os conselheiros. Dessa forma, a secretaria-executiva vai fazer uma triagem por câmara temática, e tentar repercutir, dentro da câmara temática, essa discussão, antes da apresentação da Ouvidoria nas reuniões do Conselho Curador. A Ouvidora-Geral da EBC, **Regina Lima**, informou que alguns pontos são importantes destacar, não só pelo número quantitativo do que chega como demanda, mas também pela recorrência com que essas reclamações chegam à Ouvidoria. Por exemplo, dificuldade de sinal com prevalência para o desnível de áudio na programação da TV Brasil. Segundo a Ouvidora, essa é uma demanda recorrente, que precisa ser resolvida. A Ouvidora informou que a Sucom começou a fazer a disponibilização, soltar os *links* de vídeos e conteúdos que alguns demandantes estavam questionando, e que a Ouvidoria informa ao cidadão sobre esta disponibilização. Outro ponto que a Ouvidora analisou foi a sugestão de pauta feita pelos demandantes. Segundo ela, não é possível saber ainda qual é a quantidade de pautas sugeridas pelo cidadão que de fato são aproveitadas pelos canais da EBC. Segundo ela, a EBC recebe quase mil sugestões de pauta por mês, e não é possível saber quais são efetivamente aproveitadas, o que dificulta uma documentação sobre a variedade desta participação efetiva da sociedade no conteúdo da EBC. Outro ponto levantado pela Ouvidora, **Regina Lima**, é a forma de resposta que vem sendo feita pela EBC aos demandantes, principalmente em relação a busca por conteúdos da TV Brasil e das Rádios na internet e à informações de serviço. Segundo a Ouvidora, mais importante do que cumprir o prazo de cinco dias para a resposta é oferecer uma resposta que de fato resolva o questionamento ou o problema apontado pelo cidadão. Em relação a Agência Brasil, a Ouvidora destaca a rápida resposta do veículo em relação a correção

de erros apontados pelos leitores. Em relação ao Portal EBC, a Ouvidora destacou que estão ainda procurando a melhor forma do veículo, que é o mais recente da EBC, de se relacionar com o órgão. A Ouvidora falou que a própria equipe do Portal tem encaminhado para a Ouvidoria as respostas para as demandas que entram diretamente pelos canais de interação do veículo. A Ouvidora termina dizendo que acha importante melhorar os processos de interação entre Conselho Curador e Ouvidoria. Selecionar melhor as demandas para ajudar as câmaras a fazerem uma discussão mais qualificada a partir desses apontamentos. A Presidenta **Ana Fleck** agradeceu a Ouvidora e ressaltou que a Secretaria do Conselho repassaria a coluna semanal da Ouvidoria, publicada na Agência Brasil, para os conselheiros. Por fim, relatando o último item da pauta, o Diretor-Presidente, **Nelson Breve,** informou que, com grande honra, pelo segundo ano consecutivo, a EBC ganhou o prêmio da Sociedade de Engenharia de Televisão pelo Melhor Projeto de Interatividade com o recurso Ginga, pelo projeto-piloto que a empresa fez em João Pessoa, na Paraíba, utilizando pela primeira vez em campo a tecnologia Ginga para ter um retorno com o cidadão. O projeto teve vários parceiros, como a TV Câmara, uma vez que o canal da cidade foi cedido por ela. O Diretor-Presidente também informou que a Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa também foi fundamental para o projeto e que a EBC vai continuar lutando para ser pioneira na interatividade da TV Digital no Brasil. A Presidenta **Ana Fleck** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, **Antonio Biondi**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.

ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente

HELOISA MARIA MURGEL STARLING
Vice-Presidente

AUGUSTO PESTANA
Representante da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social

ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO
Conselheira

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO
Conselheiro

DANIEL AARÃO REIS FILHO
Conselheiro

ELIANE PEREIRA GONÇALVES
Conselheira

IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES MARTINS
Conselheiro

MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES
Conselheira

MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro

MURILO CÉSAR RAMOS
Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro

SUELI NAVARRO GARCIA
Conselheira

RITA DE CÁSSIA FREIRE ROSA
Conselheira

ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira

WAGNER TISO
Conselheiro

NELSON BREVE
Diretor-Presidente da EBC

EDUARDO CASTRO
Diretor-Geral da EBC

REGINA LÚCIA ALVES LIMA
Ouvidora-Geral

ANTONIO BIONDI
Secretário

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 9ª Reunião Ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social. Agradeço a participação de todos, já convocando a 10ª Reunião Ordinária do ano, nos termos regimentais, para o dia 2 de dezembro. O horário da reunião do dia 2 de dezembro é das 14h às 17h, visto que, na parte da manhã, há reunião das comissões a ser convocada pelos respectivos Coordenadores.

Agradeço as manifestações e a participação de todos.

Boa tarde.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 17 horas e 1 minuto.)

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião Ordinária de 2013 da Comissão Temática da Liberdade de Expressão e Participação Social dia 4 de novembro de 2013, segunda-feira, às 10h30, na sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa

Ata Circunstanciada da 1ª reunião ordinária de 2013 da Comissão Temática da Liberdade de Expressão e Participação Social do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 4 de novembro de 2013, segunda-feira, às 10h30, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Coordenação do Conselheiro Alexandre Kruel Jobim, destinada ao item único: Análise de proposições legislativas em tramitação e afetas ao tema.

Estiveram presentes os membros: ALEXANDRE KRUEL JOBIM, Coordenador; FERNANDO CESAR MESQUITA, Representante da sociedade civil; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; RONALDO LEMOS, Representante da sociedade civil; GILBERTO CARLOS LEIFERT, Representante das Empresas de Televisão; ROBERTO FRANCO, Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação Social; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, Representante da sociedade civil; LOURIVAL SANTOS, Representante das Empresas da imprensa escrita, WRANA PANIZZI, Representante da sociedade civil; MARCIO NOVAES, Representante das Empresas de Televisão; e MARIA JOSÉ BRAGA, Representante da categoria profissional dos jornalistas.

(Texto com revisão.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Bom dia.

Dom Orani está com vergonha. Disse que vai ficar só olhando e me mandou começar a reunião hoje.

O SR. ROBERTO FRANCO – Conselheiro, eu não sabia da sua importância, mas a julgar pelo secretário...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Deixem-me só apresentar o tema. Qual foi a minha intenção ao coordenar? Eu enviei dois *e-mails* a todos os titulares. Então vou fazer um reparo. Eu tinha um entendimento – e estou retificando-o, considerando a dinâmica desta reunião, coordenada pelo colega Miguel Cançado – no sentido de que, na Comissão, nós teremos tanto titulares como suplentes, independentemente da substituição.

Então, o que eu fiz? Eu sei que já era uma dúvida da Conselheira Maria José a questão de convocações. Isso para mim está superado. Eu tinha um posicionamento de que as relatorias seriam só dos conselheiros titulares e dos suplentes quando não houvesse a representação do titular. Mas isso está superado, porque, por uma decisão da Mesa, nas Comissões, eles trabalharão conjuntamente.

O que eu tinha feito para promover a retificação? Eu mandei a todos os titulares dois *e-mails*: do primeiro, não recordo a data; e outro, na semana passada, pedindo que os Conselheiros enviassem até o dia 28 uma predisposição de relatorias. Qual seria o objetivo? Seria trazer, na reunião de hoje, não só divididas ou definidas as relatorias, como eventualmente, para discutirmos, algum tema.

O único contato que eu tive de todos os titulares – não posso julgar os suplentes, porque eles não receberam esse *e-mail*, então, agora, já abro para todos os suplentes – foi do Conselheiro Nascimento, que se colocou à disposição para um tema que a gente vai comentar mais à frente.

Considerando essa dinâmica já adotada para as Comissões, eu queria endereçar esse tema para as relatorias. Então queria que a Secretaria abrisse o quadro das relatorias que eu preparei. (*Pausa.*)

Não, não é esse. É um tema que eu já dividi por relatoria. Acho que salvaram por cima de outro documento, não? Deixe-me tentar puxar aqui e enviar.

Eu também tenho impresso aquele que enviei, mas acho que nem todos o têm. Eles não imprimiram para todos, diferentemente do que fizeram para a primeira coordenação. O Dr. Cançado tem mais prestígio porque recebeu tudo impresso.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Talvez tenha sido a insistência, Conselheiro Jobim, do nosso Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, ele acabou retificando. A Secretaria trouxe aqui.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – A assessoria é sempre eficiente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – A gente tem que aproveitar e fazer umas piadas de vez em quando, para dar uma relaxada.

Vou esperar que eles recebam, já que não podemos abrir na tela, o que facilitaria a visualização. A gente acompanha pelo impresso.

Qual foi a minha ideia? Eu tomei a liberdade de tentar mastigar, posso estar equivocado, para fazer com que todos os projetos que nós elencamos naquela reunião, sem prejuízo de outros tantos que os Conselheiros quiserem pautar... Eu peguei aquela nossa identificação de temas e dividi o número de relatorias por temas, já agregando. Eu havia identificado 13 relatorias, ou seja, dentro da Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social, 13 temas diversos, que podem estar inclusive agregados em outros temas.

Acho que todos já receberam. Todos já têm o texto?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Temos da primeira à décima terceira relatoria. Acho que existe um erro na cópia, Secretaria.

Vamos iniciar, depois a Secretaria complementa essa página.

A minha proposta, na mesma dinâmica, é analisar primeiro se vocês estão de acordo com esse agrupamento de relatorias que eu havia sugerido. Eu até esperava – sem querer dar puxão de orelha – os comentários prévios dos Conselheiros titulares, e não recebi nenhum, para saber se concordavam com essa divisão e também com a autoindicação de temas. Mas não tem problema. A gente faz isso agora, inclusive, com todos os suplentes.

Eu comentei, Nascimento, que você foi o único que se dispôs e já tem um tema para discutir na Comissão. A gente vai chegar lá quando passar ao tema.

A primeira relatoria eu entendi que seria do PLS nº 519, que trata da apresentação de preso provisório. É um processo muito específico, traz restrições, configura abuso de autoridade. Esse é um tema que está sendo discutido no Congresso em um e outro projeto, e é praticamente idêntico ao tema do PL nº 1.585 e ao do PL nº 1.407. O 1.407 é um pouco diferente, porque trata do televisionamento de audiências de julgamentos penais, mas o mote é o mesmo. O mote é: pode haver uma apresentação, digamos, do preso, daqueles indiciados, investigados? O que a imprensa faz, na verdade, é um papel de informação e de alerta? E o televisionamento de audiências de julgamentos penais? Eu diria que os dois primeiros são praticamente iguais no seu foco. Quanto a esse terceiro, eu tenho dúvida de se deveria ficar junto. Queria ouvir a opinião dos senhores.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu só queria entender qual é a dúvida.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – A dúvida é porque fiz um agrupamento e uma relatoria de três projetos. Os dois primeiros projetos dessa lista eu entendo que estão certamente juntos. Quanto ao terceiro, estou perguntando se concordam que fique dentro dessa primeira relatoria ou não. Eu queria a opinião.

O SR. NASCIMENTO SILVA – *A priori*, eu concordo.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Estou perguntando justamente se faremos uma diferenciação ou não, porque, diferentemente do trabalho da Comissão anterior, eu estou apresentando uma sugestão e querendo ouvir os Conselheiros.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k. Vou aguardar as manifestações.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Embora não seja a mesma coisa, eles têm relação e me parece que podem ser tratados juntos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acompanho o relator pela inclusão dos três.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Alguma restrição a que fique a primeira relatoria com esses três projetos? Não?

Então passamos para a segunda.

A segunda seria a questão do sigilo de informações em documentos. Existem projetos que, de um lado, tipificam como crime a violação do sigilo investigatório e existe outro que dispõe sobre sigilo de informações, de dados, documentos e investigação policial.

Qual é o ponto aqui? O ponto é que muitas vezes os processos ou inquéritos estão sob segredo de justiça ou, no inquérito, do que, em suma, teria que ser mais restrito, a imprensa às vezes tem acesso, seja por conta dos próprios delegados, seja pelas autoridades públicas. E existem projetos em que se quer fazer uma restrição e tipificar como crime esse tipo de informação que a imprensa possa prestar. Então resolvi agrupar esses dois.

Vocês concordam com a relatoria desses dois projetos juntos? O.k.?

A terceira relatoria que eu vinha propondo é justamente acerca da questão de imagem de crianças e adolescentes doentes. Aqui estava faltando um grifo. Proíbe-se a exposição da imagem de crianças e ado-

lescentes doentes pelos veículos de comunicação social. Qual é o ponto aqui? Existem vários projetos de lei, inclusive no âmbito da Comissão de Publicidade, que querem restringir crianças em publicidade. Não tem nada a ver com isso. Esse é um tema relativo à aparição de crianças e adolescentes doentes.

Alguns veículos de comunicação social, senão todos, dentro do seu jornalismo ou do seu entretenimento, fazem, digamos, algumas matérias, colocando-as dentro desse foco para fazer um alerta até educativo para a população. Essa é minha visão. Há pessoas que têm visão errada – nem diria errada, não; mas contrária à minha – e querem proibir.

Esse é um tema que nós elencamos e estou colocando para uma relatoria isolada, porque é único nesses projetos. Acho que estamos de acordo, que essa é uma relatoria específica.

Existe a PEC nº 501, ou seja, uma proposta de emenda à Constituição que acrescenta ao §2º do art. 84 da Constituição a proibição de qualquer entrave à liberdade de expressão. É uma questão tão ampla que, na verdade, poderia ficar somente essa dentro deste. Só que eu acho que isso merece uma posição do Conselho de Comunicação, especificamente sobre a PEC, que tem uma tramitação diferenciada e merece a atenção deste Conselho no sentido de receber uma manifestação pontual, ou seja, essa PEC é boa? É ruim? É demasiada? É restritiva? Ou os artigos da Constituição atual já bastam e não é preciso uma PEC exacerbando isso? Esse é o ponto de análise que estou sugerindo como relatoria.

Estão de acordo?

Pois não, Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Aqui nesse ponto, talvez já pudéssemos acrescer o PL que saiu lá da Comissão do Marco Regulatório, porque tratava da liberdade de manifestação de pensamento e da informação. Como o senhor mesmo mencionou que havia uma comissão específica, foi remetido para a comissão específica. Então, talvez deva ficar nessa quarta relatoria.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo plenamente. Eu ia colocar esse ponto *a posteriori*, mas acho que a Conselheira já fez a intervenção no momento correto. Concordo com a sugestão no sentido de incluir aquele PL – é um PLS ou PL?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – É o PL nº 2.735. Tem um que está apensado a ele. O PL nº 2.735, de 1992, está tramitando conjuntamente com o 1.439, de 1991.

Essa PEC, juntamente com esses dois projetos, ficaria no âmbito do que eu chamaria de quarta relatoria.

Estão de acordo? O.k.

Quinta relatoria: PLS nº 743, PL nºs 2.658 e 699, todos eles trazendo a obrigatoriedade de coletes à prova de balas e melhores aparatos de segurança para o pessoal de jornalismo. Esses projetos são todos de 2011 e foram contemporâneos a uma série de manifestações, não a essas deste ano, mas inclusive àquela questão do crime organizado, etc. E alguns Deputados tomaram a iniciativa de criar uma obrigação. Como eles são sobre o mesmo tema, resolvi elencar uma relatoria única.

Estão de acordo?

Sexta relatoria. É uma questão pontual, que seria a profissão de radialista. É um PL de 2003, que visa justamente acrescentar parágrafo único no art. 7º da Lei nº 6.615, de 1978, sobre a profissão de radialista.

Aqui eu coloquei o projeto existente, e acho que há um equívoco de minha parte também na questão de trâmite. Acredito que existam outros projetos, Nascimento, que tratem deste mesmo tema. A gente podia dar uma olhada, mas acho que o tema da profissão de radialista, que diz respeito à lei do radialista, Lei nº 6.615, deveria ter um projeto próprio para análise. E o que eu sugeriria era a gente, da mesma forma que fizemos na outra, verificar que outros projetos tramitam nesta Casa sobre a profissão de jornalista, ou seja, os projetos que visam alterar a Lei nº 6.615 e colocar no âmbito desta sexta relatoria.

Qual é a posição dos Conselheiros a respeito dessa retificação, ou melhor, desse acréscimo que eu venho propor? Alguma manifestação?

Você quer fazer alguma manifestação, Nascimento?

Pois não, Schröder, perdão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Para eu entender a dúvida, Conselheiro: nós vamos trazer outros projetos que têm a ver com este aqui?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente, porque, pela minha memória, eu acredito que existam outros projetos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim. Se houver, tem que ficar aqui, com certeza.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu estava verificando: aqui ele acrescenta um parágrafo único a um determinado artigo da lei. Salvo engano...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – A fim de proibir... Eu não tenho a continuação...

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – A concessão de registro provisório.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – É a posição... Nessa sexta relatoria, fica a concessão do registro provisório. Nós temos aqui dois temas então. Um tema seria esse projeto, que é especificamente do registro de radialista, tema que nós elencamos naquela reunião do Conselho.

A minha dúvida – minha dúvida, não; a minha sugestão, com a qual eu quero saber se os Conselheiros concordam ou não –, a sugestão é para envolver no âmbito desta que estou chamando de sexta relatoria os outros projetos que tratam da Lei do Radialista, que é a Lei nº 6.615, porque, salvo engano – e tenho praticamente certeza disso –, existem muitos outros projetos que visam alterar, aperfeiçoar a Lei do Radialista, que é de 1978.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Mas entraria, Conselheiro, na área de liberdade de expressão?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Este é um ponto: justamente a liberdade de expressão. Nós elencamos aqui a profissão de radialista nesse aspecto.

Eu concordo com o seu ponto: uma coisa é a concessão do registro provisório, que tem a ver com o diploma de jornalista, tem a ver com a decisão do Supremo Tribunal Federal, e outra, de outro âmbito, é a análise da lei nos outros aspectos. Concordo com a sua ponderação.

Queria ouvi-los. Nós ficamos com isso aqui ou até, depois, na questão de marco regulatório ou em outra qualquer Comissão, faremos uma análise específica dessa questão mais ampla? O que vocês acham? Vamos decidir aqui.

Conselheiro Fernando César.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Nós estamos fazendo uma analogia com os jornalistas. Na última reunião, nós propusemos, e foi incorporado, o debate sobre a PEC do diploma dos jornalistas, que diz respeito, na verdade, para além... Embora esteja embutido no debate sobre liberdade de expressão, diz respeito também. Então me parece, construindo a analogia, que podemos fazer a mesma coisa no que diz respeito aos radialistas.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Ao discutir isso, pode-se discutir a...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas deixaríamos em duas relatorias separadas radialista e diploma, ou juntaríamos as duas? É porque são duas leis diversas. A Lei do Radialista traz muitos aspectos de natureza técnica – não é, Nascimento? –, questões pontuais que acho que não são as mesmas.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÔDER – Eu acho que podemos fazer duas relatorias.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Então a proposta que eu queria submeter à apreciação é a seguinte: a sexta relatoria ficaria com o PL nº 337 e os outros projetos de lei que tratem sobre a Lei nº 6.615, de 1978, ou seja, projetos de lei que visam alterar a Lei do Radialista.

Estão de acordo?

Pediria o apoio da Secretaria, para fazermos o levantamento desses projetos, e também do Nascimento, que conhece o assunto, é da área. O.k.?

A sétima relatoria seria do PL nº 7.780 – vocês já receberam a última folha? –, um projeto do Deputado Chico Alencar que altera a Lei nº 9.504, a Lei das Eleições. Aqui há uma proposta que proíbe as emissoras de rádio e televisão de usar áudio ou vídeo que redundem em difamação e injúria, assim como a veiculação de filmes, novelas ou minisséries que beneficiem ou prejudiquem candidatos de partidos ou coligação partidária.

Acho que é um projeto bastante interessante, porque tem um viés duplo. Ele tem um viés, primeiro, que diz respeito também à lei penal, que é a questão da difamação e injúria, que está sendo discutida, mas existe outro viés, que é, digamos, uma coisa que já teve a ver com a chamada ADI do Humor, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que impedia, na própria Lei nº 9.504, que os veículos de comunicação fizessem algum tipo de paródia, alguma coisa que pudesse expor candidatos a cargos eletivos no período das eleições. Nós o elencamos na reunião plenária deste Conselho, pois é um projeto interessante para ser analisado. E aqui existe a proposta de uma relatoria única. Obviamente pode haver outros pontos, mas acho que é um projeto único a ser analisado.

Estão de acordo?

A oitava relatoria é o PL nº 96, que altera e acrescenta os §§5º e 6º à Lei nº 9.504, que diz respeito a pesquisa fraudulenta, além de estabelecer sanções e fixar multas, mudando o conceito de pesquisa fraudulenta.

A Lei Eleitoral não tem um conceito do que é pesquisa fraudulenta; ela trata da questão de uma conduta objetiva na qual não se obedecem aos critérios de divulgação, etc., o que leva, no período eleitoral, a determinadas multas. E, na pesquisa fraudulenta, há duas questões muito específicas, ou melhor, questões pontuais, mas que ela não conceitua. Aqui se estabelece majorar a multa no caso de pesquisa fraudulenta.

Junto com esse projeto, eu queria também colocar um ponto que estava na pauta da semana passada ou retrasada. Eu queria a atenção dos Srs. Conselheiros para isso. Nessa oitava relatoria, que nós incluíssemos

uma proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Luiz Henrique, de cujo número estou tentando me lembrar, que visa, em emenda constitucional, proibir a divulgação de pesquisa nos 15 dias que antecedem as eleições. Essa matéria já foi aprovada por este Congresso Nacional em lei ordinária, o Supremo Tribunal Federal já julgou, dizendo que é inconstitucional, e agora está se apresentando uma proposta de emenda à Constituição.

Eu sugeriria que incluíssemos essa proposta de emenda à Constituição, que inclusive está na pauta da Comissão e, salvo engano, pelas informações que eu tenho, ainda não confirmadas, eu li na imprensa que vai haver inclusive uma audiência pública sobre o tema. O Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá. Eu gostaria de incluir essa PEC nessa oitava relatoria. Ficariam estes dois temas: pesquisa fraudulenta e a proibição de divulgação de pesquisa.

Queria ouvir a opinião dos senhores.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Coordenador...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Eu vou fazer uma coisa aqui, meio que pensar alto, retornando à sétima relatoria, que acho que está bastante relacionada com a oitava Relatoria. O senhor propõe o acréscimo da proposta que visa proibir a divulgação de pesquisas eleitorais – e o tempo não interessa –, e eu acho que isso caberia para a nossa Comissão de Liberdade de Expressão. Agora, essas questões específicas que são tratadas nesses dois PLs listados aqui, a princípio, eu creio que caberiam melhor na comissão específica de conteúdo dos meios de comunicação, e não na nossa Comissão de Liberdade de Expressão, já que são questões muito pontuais que dizem respeito a um assunto bastante específico do conteúdo que é veiculado pelos meios de comunicação.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo parcialmente que tem a ver com a questão de conteúdo, mas entendo que as vedações propostas aqui... São duas coisas diversas: aumentar a multa e estabelecer novas questões de pesquisa pesquisa fraudulenta. Eu até concordo que não seja tema daqui. Por quê? Porque não se está discutindo o que é a fraude ou o conteúdo dos nossos meios. Com isso eu concordo. Acho que aí não seria nem da Comissão de Conteúdo. Seria até da de marco regulatório, porque envolve os meios de comunicação, pois muitas vezes se pode envolver, na questão da divulgação, uma fraude e, pontualmente, os institutos de pesquisa. Nessa oitava relatoria, eu concordo.

Incluir na sétima relatoria, que diz respeito a proibir as emissoras de divulgar difamação e injúria, assim como conteúdo, eu acho que fere de morte a discussão ou a liberdade de expressão. Ou seja, sempre conteúdo e liberdade de expressão vão andar juntos. Nós temos que priorizar, decidir sobre qual nós vamos nos debruçar. Eu não sou contra colocar na Comissão de Conteúdo, mas eu acho que deveria ficar aqui, é uma sugestão. Por isso a gente está discutindo esse tema.

Essa nova PEC, eu não tenho dúvida, é tema da nossa comissão. Nós poderíamos até fazer uma relatoria específica ou juntar com uma outra.

Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Gostaria de propor então a aglutinação dos temas da sétima e da oitava, porque dizem respeito a eleições, deixando que os companheiros que venham a relatar o tema encontrem prejudicialidade ou motivo para reencaminhamento do assunto para outra comissão. Sétima e oitava: eleições, submetendo os PLs à mesma subcomissão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo. Acho que é uma boa solução.

A Secretaria, a quem agradeço, acabou de me informar que a PEC cuja inclusão estou sugerindo é a de nº 57, de 2012. O Senador Luiz Henrique é o autor; Senador Randolfe Rodrigues, o Relator.

Eu concordo.

Bom, vamos colocar à apreciação do colegiado.

Nós temos três proposições legislativas sob a mesma relatoria: esses dois PLs que estão elencados na sétima e na oitava relatoria, acrescendo a PEC nº 57, de 2012, tudo numa mesma relatoria.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Qual é o tema da PEC, Coordenador?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – A PEC é a que eu acabei de falar, Conselheiro...

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Desculpe.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – ...que é a proibição de que seja divulgada a pesquisa nos 15 dias que antecedem o pleito.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Ah, quinze dias. Está bem. Desculpe.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Estão de acordo?

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Eu concordo também com o encaminhamento proposto pelo Conselheiro Gilberto...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Para fazer análise.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – É, que a comissão faça a análise e a gente defina, pela prioridade, em qual comissão será tratado o assunto.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Então nós decidimos da seguinte forma, se estiverem de acordo: quem ficar encarregado pelo que

vamos chamar de sétima relatoria, porque está desaparecendo a oitava – depois nós vamos renumerar –, deverá fazer uma análise do PL nº 7.780, de 1996, da PEC nº 5.712 e de eventuais outros projetos que digam respeito ao envolvimento da liberdade de expressão e eleições, processo eleitoral e de trazer uma proposta de análise a esta Comissão sobre se será isso apenas ou se é o caso de se remeter parcial ou totalmente a outra comissão temática.

Estão de acordo? (*Pausa.*)

Perfeito.

Então para a nona relatoria, que passa a ser a oitava, a sugestão é o estabelecimento do direito de antena. Sobre esse tema, o Conselheiro Nascimento tomou a grata iniciativa de se colocar à disposição para relatar e já trazer, ele enviou agora há pouco, um relato sobre isso. Acho que a gente pode ter um espaço nessa comissão para começar a discutir esse tema, sem prejuízo, Nascimento, com essa iniciativa, de criar uma comissão de relatoria para analisar eventuais dissensos que possa haver. Acho que na segunda fase a gente analisa isso aqui. Não tenho dúvida de que é um tema que merece uma relatoria específica para a qual o Conselheiro Nascimento já trouxe um primeiro trabalho.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Coordenador, eu tenho uma sugestão a fazer, porque, quando eu fiz uma breve análise daquilo com o que imaginava que poderia contribuir com a Comissão, para não deixar, no primeiro momento, a Comissão sem nada, enfim, ao ver o desenvolvimento que houve aqui na Comissão do Marco Regulatório, eu quero sugerir, inclusive, que não atribua a mim essa questão da relatoria, como foi proposto aqui.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Você ficaria na comissão...

O SR. NASCIMENTO SILVA – E a gente vai agora reformular...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Está bom.

O SR. NASCIMENTO SILVA – ...porque fica melhor.

Sobre o estabelecimento do direito de antena – eu escrevi sobre a lei de antenas –, são duas coisas distintas a lei de antena e o direito de antena.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente. Deixe-me fazer uma intervenção aqui.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Como eu não mandei... Eu estava aguardando inclusive uma manifestação de V. Sª para que eu relatasse.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente.

Aqui vou lembrar duas coisas: primeiro, nós elencamos projetos de lei. Depois, houve um acréscimo do Conselheiro Nascimento de vários temas que ele gostaria de ver discutidos. Um dos temas foi esse que você colocou: o "estabelecimento do direito de antena", entre aspas. Foi você que colocou esse tema dessa forma. Você está falando agora, tomou a liberdade de dizer, que gostaria de relatar esse tema. Perfeito. Não estou questionando. É só para fazermos a cronologia.

Como ele escreveu não pelo direito de antena, mas sobre a lei de antena especificamente – não sei se existe um projeto de lei aqui, porque V. Sª não trouxe –, nós vamos reformular isso ao final. Ao distribuir a relatoria a gente conversa sobre isso.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim, a ideia é essa.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas é um tema que merece uma relatoria específica, proposta pelo Conselheiro Nascimento, porque é único. Ele é colateral a vários temas, mas está verticalizado aqui.

A décima relatoria, que passaria a ser a nona, seria o cerceamento da liberdade de expressão por governos, autoridades e corporações empresariais, tema esse também "sugerido", entre aspas, pelo Conselheiro Nascimento. Nós temos que tentar fazer um afunilamento, identificar melhor o que é isso. Quando formos passar às relatorias, vamos discutir, ou podemos fazê-lo agora, o que seria esse cerceamento, qual é o foco. É uma análise? É judicialização?

Conselheiro Schröder.

Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Coordenador, nesse ponto, eu creio que nós poderíamos agrupar a discussão do cerceamento por governos, autoridades e corporações à quarta relatoria, que vai tratar diretamente do cerceamento à liberdade de expressão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Excelente sugestão.

Alguma manifestação mais?

Eu estou plenamente de acordo. Então vamos passar essa relatoria de que estávamos falando aqui, a antiga décima, que passou a ser nona, vamos transferi-la para a quarta relatoria, para agrupar, porque é um tema macro, não é? Então, considero perfeitamente cabível aqui.

Essa 11ª Relatoria, que passa, no caso, a ser a nona, se nós mantivermos essa numeração, chama-se: judicialização da liberdade de expressão. Esse tema, inclusive, vai ser objeto de uma audiência pública, não sei se na Câmara ou no Senado – acho que na Câmara dos Deputados –, no dia 12 de novembro. Eu até vou participar pela Associação Nacional de Jornais. É um tema único, específico, de restrições, mas não sei se

nós trataríamos dele numa relatoria específica ou se também colocaríamos nessa quarta relatoria.

Pegando emprestada a sugestão da Conselheira Maria José, pergunto se não seria o caso de também agrupar, porque ele é mais afunilado. É uma questão sobre a intervenção do Poder Judiciário na liberdade de imprensa. Temos casos muito conhecidos não só no Brasil, como no mundo. Mas há o paralelo sobre o que acontece aqui no Brasil.

Pergunto se é o caso de colocarmos nessa comissão da quarta relatoria ou deixarmos uma comissão específica para isso. Não estou sugerindo. Queria ouvir os colegas.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Posso, Sr. Coordenador?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Penso que, com toda a pertinência, deve ficar na quarta comissão, porque assim fica uma impressão única no eixo específico de liberdade de expressão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Algum comentário a mais? Eu antecipei o tema, mas já existe uma proposta objetiva do Conselheiro Cançado.

A Conselheira Wrana Panizzi concorda, também o Conselheiro Lourival. Acho que é consenso, não é?

Então passamos esse tema da judicialização também para a quarta relatoria, certo?

A 12ª Relatoria aqui elencada, que passaria a ser a nona, é a PEC nº 206, profissão de jornalista, que acrescenta os §§7º e 8º. Isso foi proposto pelo Conselheiro Schröder na última reunião. O tema, qual seja, um decreto antigo que estabelecia, no caso, especificamente a questão do diploma – não é, Conselheiro Schröder? –, o requisito do diploma do curso de Jornalismo para que haja o registro do jornalista foi derrubado, em sede de recurso extraordinário, no Supremo Tribunal Federal. Existe esse projeto de emenda constitucional, constitucionalizando essa matéria, e existe uma proposta. O Conselheiro Schröder acha que tem haver uma relatoria específica para esse tema, não tenho dúvida nenhuma.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Está na Câmara agora.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Essa PEC foi aprovada no Senado e já está na Câmara, na Comissão de Justiça, salvo engano. Na próxima semana, estará na pauta, inclusive. Esse é um tema prioritário, Conselheiro Schröder. Então, ficaria na chamada nona relatoria. Certo?

E a 13ª, que passaria a ser décima, se nós aprovarmos, seria do Projeto de Lei nº 3.232, de 1992, que dispõe sobre liberdade de imprensa, de opinião, de informação e disciplina a responsabilidade dos meios de comunicação, e dá outras providências. Aqui temos que analisar se é o caso de ficar numa décima ou de trazermos para a quarta.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Uma dúvida, Sr. Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Esse PL é o que está tramitando, o substitutivo do Deputado Vilmar Rocha?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Isso. Foi a proposta do Conselheiro Schröder nesta Comissão.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Então já vou expressar minha opinião. Acho que, como se trata de um PL específico, deveria ficar numa relatoria em que ele tenha bastante...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Deixa eu trazer o ponto, foi boa essa lembrança – eu e o Conselheiro Schröder conversamos, na última reunião do Conselho, sobre esse projeto –, que é basicamente o seguinte: desde 1992, tramita um projeto de lei que estabelecia, digamos, uma alteração, uma atualização na chamada Lei de Imprensa.

A Lei de Imprensa, como nós sabemos, foi derrocada pelo Supremo Tribunal Federal, numa ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental), mas existe um projeto em tramitação. Essa Comissão de Relatoria – acho que teria que ser uma comissão – analisaria justamente vários aspectos da constitucionalidade, da necessidade, do que trata essa lei, essa questão do direito de resposta, salvo engano, independentemente dos projetos específicos. Então, não há dúvida de que deve ficar numa Comissão de Relatoria, que chamaríamos de décima relatoria.

Estão de acordo? (*Pausa.*)

Bom, seguindo a sistemática, queria fazer uma pergunta. Temos dez relatorias definidas. Acho que a melhor forma de trabalharmos, independentemente da distribuição que faremos hoje, é estabelecendo uma priorização. E a priorização que eu gostaria de fazer, a sugestão seria a seguinte: temos um débito com o próprio Conselho de Comunicação Social de um calendário, de apresentarmos o que conseguimos fazer durante o ano de 2014 antes do término do biênio desta composição. Não sei se colocaríamos numa ordem decrescente de prioridades ou pelo menos elencaríamos uns três ou quatro principais temas, da mesma forma como fizemos na outra comissão, sem prejuízo de fazermos a distribuição de todos.

Outra questão: seria o caso de fazermos comissões de relatoria em todos os casos ou de relatorias

individuais? Esse é outro ponto em aberto em que podemos utilizar a mesma metodologia ou não.

Queria ouvir, primeiro, os Srs. Conselheiros dizerem o que acham. Comecemos pela questão mais fácil: primeiro, comissões de relatorias ou comissões individuais, ou ambas? Nada impede que, para alguns temas, estabeleçamos uma comissão. Podem existir temas mais simplórios em que poderíamos estabelecer uma relatoria individual ou todos precisam de uma comissão de relatoria? Gostaria de ouvir a opinião.

Conselheira Maria José.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – A princípio, creio que deveríamos adotar o mesmo critério. Copiar o que dá resultado não é nenhum demérito. A comissão que fez reunião antes da nossa optou pelas comissões de relatoria e creio que é um bom critério, porque você já traz aspectos mais diversificados, mais redondos, como o Schröder falou anteriormente. E creio que, se identificarmos algum desses pontos, que, por consenso, acharmos que é bastante simples e que pode ter apenas um relatório, que isso seja identificado como excepcionalidade.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente. Estou de acordo. A Conselheira Maria José fez a sugestão de manter e eu concordo plenamente.

Conselheiro Cançado.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Sr. Coordenador – vou usar a mesma expressão –, fixamos um parâmetro mesmo na reunião anterior. Eu dizia ao Conselheiro Leifert, meu vizinho de bancada, que eu estou aqui como sapo, porque não integro esta Comissão. Mas penso que alguns pontos, vou citar apenas um exemplo, na minha inteligência aqui – não sei se acompanhei bem a numeração –, esse tema que trata, por exemplo, do fornecimento de coletes não pode ser tratado num parecer de um dos membros e decidido depois colegiadamente? Pela simplicidade?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Foi isso o que a Conselheira sugeriu. Ao passar e distribuir agora, a gente decide se faz a relatoria ou não.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Acho que sim. Correto.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Temos que justamente perguntar para irmos analisando. Estou de acordo. Estão de acordo?

A SRª WRANA PANIZZI – É que os temas são simples, mas não simplórios, não é, Coordenador?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vamos usar os dois, porque acho que é mais fácil. O simplório pode ter uma adjetivação pejorativa, o que não é o caso. Concordo, Conselheira.

O SR. ROBERTO FRANCO – Sr. Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não, Sr. Conselheiro.

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu acredito que a priorização sugerida vai ser necessária pelo número de temas que estamos discutindo: dez temas. Se a gente tentar colocar relatores em todos eles, teremos um número demasiado, o que talvez subtraia a qualidade do trabalho. Então, eu acho que nós poderíamos tentar verificar pela urgência de um tema e pela relevância de elegermos a prioridade e, aí, sim, fazer as escolhas dos nomes para relatar.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito.

O que vocês acham de uma coisa um pouco diferente: andarmos por essa sequência aqui e, ao distribuir, analisarmos se queremos isso com urgência ou não, porque assim conseguimos fazer o trabalho de uma vez só. Concordam?

Conselheiro Lourival Santos.

O SR. LOURIVAL SANTOS – Sr. Coordenador...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Quando tivermos que chamar o Dom Orani, vamos ter que chamá-lo de Sr. Coordenador Dom Arcebispo...

O SR. LOURIVAL SANTOS – Nós temos aqui uma Comissão analisando essa área de proteção ao jornalista. Confesso que é um tema bastante atual. Os crimes contra jornalistas, a violência contra jornalistas está grassando solta no País e está, inclusive, servindo de tema para vários debates. Há duas semanas, um outro Conselheiro que está aqui participou também de um debate na Comissão Vladimir Herzog, em São Paulo, para debater o tema da violência contra jornalistas. Existem algumas outras questões que estão sendo desenvolvidas nesse sentido que são, por exemplo, transformar o crime contra o jornalista em crime hediondo. Já existe projeto nesse sentido. E outro tema: eu percebi que o próprio Conselho – já acompanhei – se manifestou com moção no sentido até da federalização da investigação.

Por que a gente não acopla todos esses temas dentro desse tema, tornando-o menos simplório até, porque esses são temas que merecem a nossa analise?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito, é uma boa sugestão.

Recordando aqui, há duas coisas que são diversas: uma é a federalização da investigação dos crimes contra jornalistas, e o mote disso é justamente uma leniência do Estado-membro, da Polícia Civil, etc., na investigação. Esse é um tema. Uma outra coisa sobre a qual não sei se existe projeto de lei – acredito que sim – é a federalização do crime, ou seja a modificação de jurisdição estadual para jurisdição federal quando

o crime é praticado contra jornalistas. Isso é um outro tema. E um terceiro tema... Existe, Schröder, projeto?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não existe.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – (*Fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Contra a liberdade de expressão. Não? Eu digo isso porque, em muitos países, existem projetos de lei e algumas legislações, uma tendência de uma discussão – não de aprovação nesse sentido – para mudar a jurisdição dos crimes praticados contra jornalistas. Esse é um outro ponto.

E existe o terceiro ponto, colocado pelo Conselheiro Lourival Santos, que é a questão até, pegando o gancho dessas manifestações que nós tivemos em maio e junho e continuamos agora, apelidadas, num outro tempo, de primavera em épocas de outono, ou seja, das manifestações em que tivemos muitas agressões contra os jornalistas. Eu acho que este é o ponto que foi debatido: se nós criaríamos isso e como é que ficaria. Eu acho que seria, no caso, uma questão dos direitos humanos. Mas seria um aspecto de liberdade de expressão? Há um fundo, é claro, mas nós não temos nenhum projeto de lei específico para isso. Vamos discutir isso, fazer um debate? Pode ser.

Eu acho até, eu vou um pouco além, que esse tema mereceria discussão no âmbito do Conselho de Comunicação Social, um espaço justamente para se discutir e se levar a público este tema, que é um tema importantíssimo: a proteção dos jornalistas, que são aqueles que fazem a cobertura e defesa da liberdade de expressão.

Nós tivemos agressões tanto das polícias estatais, quanto de milícias mascaradas e de manifestantes, um pouco de tudo, tentando segurar essa liberdade de expressão mais ampla.

Então, é um ponto que o Conselheiro está sugerindo, mas eu queria antes ouvir o Conselheiro Márcio Novaes, que pediu a palavra.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Conselheiro, com relação a este tema, eu não sei se estou enganado, mas nós já discutimos aqui e até apresentamos um posicionamento do Conselho com relação a um projeto do Deputado Protógenes.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Isso. É a federação da investigação.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Ah, da investigação.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Isso.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Para a Justiça Federal e a Polícia Federal. É isso?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Existe um projeto de lei. Na verdade, eu não sei se é de autoria do Protógenes ou se ele era relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – A relatoria era do Protógenes. Eu acho que foi trazido um pedido de moção pelo Conselheiro Nascimento e nós fizemos essa moção, o que significa dizer que seria um consenso a favor desse projeto de lei. Assim, não seria necessário fazer essa análise, porque nós já fizemos, e ela foi unânime, salvo engano, nesse sentido. Bem lembrado.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não querendo ser pedante, só quero consertar, dizendo o seguinte: as agressões não são feitas só contra os jornalistas, mas também contra os radialistas. Estes estão sofrendo, porque estão na ponta.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Principalmente. Não, não é pedante. Vem justamente para acrescer, mas, naquela velha discussão, quando se fala dos jornalistas, é preciso estabelecer o macro, que inclui também os operadores. Não há dúvida.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – É que são vários tipos de violência: a violência nas ruas, que ocorreu contra os jornalistas nesses últimos momentos, e o número de mortes de radialistas, por exemplo, que é outra violência extrema, está ocorrendo principalmente contra os radialistas.

Eu acho que, para dar conta dessa complexidade e dessa urgência –são índices crescentes, que devem nos preocupar, que estão colocando o País num *ranking* absolutamente indesejável, constrangedor para o Estado brasileiro, para a sociedade brasileira –, a proposta é juntar este debate para além dos coletes, que pareceram simplórios mas, na verdade, expressam uma complexidade maior. Deveríamos fazer esse debate.

Efetivamente, os projetos de lei, desculpem-me, têm um grau de simplicidade efetiva. Mas debater dentro deste cenário que nós estamos construindo aqui me parece absolutamente pertinente.

Portanto, eu acho que é boa a idéia de juntar e, ao tratarmos concretamente, por exemplo, dos coletes, que façamos um debate genérico.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. RONALDO LEMOS – Serei muito rápido, Coordenador. É para incluir também não só a questão dos jornalistas, radialistas, mas também a dos "blogueiros" e outros operadores dentro dessa subcomissão, muitas vezes não tão amparados pelos textos legais, mas que também merecem fazer parte da discussão nesse âmbito, porque são operadores da informação também.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito.

Eu queria fazer uma sugestão objetiva aqui. Nós temos, no âmbito da quinta relatoria, esses três projetos de lei, que são simples, e aí nós podemos acrescentar a eles, então, uma sugestão feita praticamente por todos, acolher a sugestão do Conselheiro Lourival Santos, qual seja a de incluir o tema. Vou ver se cabe essa terminologia, que é muito importante definir, ou seja, agressões físicas, verbais, etc., contra – não quero chamar só de jornalista – os operadores da atividade jornalística, ou utilizaremos a terminologia que vocês queiram, ou seja, jornalistas, radialistas, operadores. A gente monta, mas da forma mais ampla possível.

A pergunta é: também acrescemos como um terceiro tema dentro dessa relatoria a questão da federalização de jurisdição? Acho que não existe projeto de lei a respeito. Essa é a pergunta.

Um tema bastante simples é esse dos coletes, que diz respeito à segurança. O outro tema, mais amplo, é isso tudo que estamos falando. O terceiro tema é a federalização da jurisdição, o que acho que não existe, que é um tema muito específico para ficar na mesma, e não existe projeto de lei. Pergunto se têm a vontade de ter, então, esses dois temas aqui, que envolvem a questão da segurança *strictu sensu* e dessa segurança *lato sensu*, considerando tudo o que ocorreu nos últimos tempos.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Creio que estamos falando da proteção das pessoas envolvidas com a atividade de jornalismo basicamente nesse tema geral e acredito que podemos adotar a mesma metodologia da comissão passada: tratar primeiro dos projetos de lei existentes, verificar os *gaps* nesta Comissão e, através dos *gaps* existentes, sugerir a discussão do tema, por exemplo, a Federação do...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Se me permite uma interrupção, concordo com esse tema. Só que o Conselheiro Schröder já elencou isso como uma necessidade de urgência, com o que concordo também, ou seja, esse é um tema que, se esperarmos a Comissão levantar... Eu gostaria de fazer uma pauta objetiva na medida do possível, ou seja, com temas bastante objetivos, esses três. E essa comissão também deveria fazer uma análise, esse levantamento não de projetos de lei que dizem respeito ao assunto, mas de qual é a situação da real proteção do jornalismo *lato sensu*, ou seja, o que está acontecendo no Brasil em termos de respeito, solidariedade e restrições aos jornalistas e operadores do jornalismo, como radialistas, e também o jornalismo expresso, escrito, o digital como o Ronaldo comentou.

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – A atividade jornalística.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Ou seja, a atividade jornalística como um todo. Eu acho que seria esse o foco das duas. Minha opinião e o que eu sugiro é não envolvermos essa questão da federalização da jurisdição agora, até porque não existe um projeto e acho que ela não é urgente.

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – A minha sugestão é justamente sobre isso. A questão da federalização da jurisdição acredito que poderia ser tratada como um *gap* ou não e indicada por esta Comissão, se carece alguma ação a esse respeito.

Quanto às questões mais diretas, esta Comissão já traria uma análise para discussão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Estão de acordo?

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Estou de acordo. Só quero manifestar ao colega a nossa compreensão sobre isso.

É verdade que a federalização da investigação, embora faça parte dessa tentativa de federalizar o crime, ou seja, atribuir ao crime uma dimensão nacional, não significa a federalização, digamos, do crime, ou seja, tipificação do crime como existe em alguns crimes. No entanto, há iniciativas internacionais nesse sentido. Existe a FIJ (Federação Internacional dos Jornalistas), que está tentando enquadrar o crime contra jornalista no rol dos crimes contra os direitos humanos porque, aí sim, entraríamos nos crimes federais.

Concordo com o encaminhamento. Esse é um elemento que vai aparecer e a Comissão terá a possibilidade de, identificando ou não o *gap*, apresentar a proposta. Eu também não conheço no Brasil... Eu apenas vi, em algum momento, a Ministra Maria do Rosário se referir a isso, identificando os movimentos internacionais e a tentativa incipiente inclusive no nível internacional.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo e gostaria de fazer uma sugestão mais simples. Se nós criássemos, Conselheiro Schröder, uma nova relatoria especificamente para isso, se fosse formada e, com as nossas prioridades, verificaríamos o momento de discutir isso perante a Comissão? Já ficaria criada para fazer uma análise do Direito Compa-

rado, quais são as iniciativas da FIJ. Temos várias, nos próprios meios de comunicação, posições a respeito. Então eu sugiro nós criarmos, primeiro, a 11ª relatoria, que seria a federalização dos crimes contra jornalistas.

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – Me permite uma observação?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não Conselheiro.

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – Quando se envolvem radialistas, jornalistas, comunicadores de televisão, porque não usarmos a expressão caracterizada "comunicadores da imprensa de rádio e televisão"?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – É uma excelente sugestão.

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – É uma colaboração.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, é excelente. Estava faltando justamente a palavra para ser mais abrangente.

Então, seria federalização dos crimes contra os comunicadores? Seria essa a terminologia mais correta? Profissionais da comunicação, como preferir.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Conselheiro Jobim.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não, Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Eu gostaria de corroborar a observação do Conselheiro Roberto Franco. Foi adotado em relação à Comissão anterior que as relatorias objetivassem projetos em andamento. A criação de uma relatoria para discussão de um tema, embora muito relevante e de urgência reconhecida, viola o conceito que acabamos de estabelecer para a Comissão anterior, do marco regulatório.

Então, eu queria ponderar o seguinte: não seria o mesmo o caso? Dado o volume de trabalho que já se apresenta para a Comissão de Liberdade de Expressão, que ela se ativesse aos projetos concretamente apresentados.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas, Leifert, entendo essa preocupação, concordo, nós já decidimos isso, e esta é a metodologia que estamos adotando, ou seja, uma priorização dos projetos de lei existentes. O que decidimos é que não cabe a nós as proposições legislativas daquilo que não está pautado, mas não nos ilide de discutirmos alguns temas importantíssimos. Então, eu queria sugerir e pedir a sua compreensão...

Eu tenho dúvida justamente sobre a questão da criminalização contra os profissionais da comunicação, dúvida de natureza jurídica inclusive, mas não é o ponto para discutirmos agora. Eu acho que a Comissão vai trazer isso, e vamos deliberar se é um caso que vai à frente ou não e se pode haver ou não alguma coisa. Isso é uma coisa.

O outro ponto – acho que há consenso da sua parte também – é a urgência de discutirmos um tema que é o tema, digamos, daquilo que está acontecendo contra os profissionais da comunicação no Brasil considerando os movimentos ocorridos ultimamente. Acho que isso – e queria colocar a pergunta –deve ser levado ao Conselho de Comunicação Social e não à Comissão.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Perfeitamente. Perfeitamente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu acho que, então, se os Conselheiros concordassem, já que foi uma proposta do Conselheiro Lourival, que vai participar hoje à tarde da reunião do Conselho de Comunicação, faríamos uma proposta de estudar esse tema no âmbito do Conselho de Comunicação Social, porque ele não é um tema de estudos de projetos de lei, mas de uma analise institucional do Conselho.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Uma audiência pública?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Talvez. Ai, a gente reformularia tudo de novo e voltaríamos como estávamos, Conselheiro.

O SR. ROBERTO FRANCO – A proposta que fiz, e acho que atenderia A tudo isso, em cima da proposta do Conselheiro Lourival é a seguinte: poderíamos extrapolar a questão de fornecer coletes e, sim, tratássemos da proteção da atividade jornalística, da proteção dos comunicadores, como sugeriu o Conselheiro João, ao mesmo tempo em que esta Comissão pode, sim, verificar os projetos distantes que venham ao encontro da proteção e verificar possíveis *gaps*, necessidades complementos para que sejam propostas ao Conselho.

Eu acho que, dessa forma, a gente consegue arredondar a proposta e a preocupação que está aqui. Como disse o Conselheiro Leifert, ninguém está discutindo aqui a relevância e a importância da proteção desses comunicadores. A questão é apenas no processo da Comissão para que possamos nos debruçar sobre os projetos existentes, verificando até a legislação comparada com outras iniciativas e mostrar ao Conselho que faltam recursos ou falta dispositivo no Brasil para a melhor proteção que já existe em outros países.

Então, a proposta basicamente é manter uma única Comissão de Relatoria, dentro da proposta, ampliando-se não só aqueles projetos já mapeados como também outros projetos existentes da proteção do comunicador.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Conselheiro Jobim.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Só um minutinho. Conselheiro...

Quem pediu?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Conselheiro Fernando César. Estava aqui do lado. Não o enxerguei.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Você nunca me enxerga. Só quando está na minha frente, para ser contra mim.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Já é um bom começo. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu me congratulo com o Conselho, porque essas sugestões para que o Conselho avance um pouco mais, além de fixar a pena no texto frio da lei, possa ver os *gaps* e propor alguma coisa, inclusive, como está sendo colocado aqui pelo Leifert, não se pelo Cançado, audiências públicas para debater temas que considero relevantes e que estão na ordem do dia, que é a violência contra jornalistas e a liberdade de expressão.

Eu fico muito feliz que o Conselheiro Jobim tenha fixado essa posição. Acho que vale a pena passarmos a examinar assuntos que não sejam apenas aqueles que estão na pauta dos projetos de lei, embora a nossa prioridade seja ver, examinar, dar parecer sobre os projetos de lei que estão em tramitação e que, como sempre tenho dito aqui, são muitos. São muitos e relevantes, mas eu acho que a dinâmica do processo político-social que o Brasil está vivendo exige que nós nos antecipemos e tomemos algumas providências relacionadas com medidas que podem ser adotadas para evitar, entre elas, a violência contra jornalistas.

Muito obrigado, Conselheiro Jobim.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – De nada, Conselheiro Vice-Coordenador, Fernando César Mesquita.

Conselheiro Márcio Novaes, depois Conselheiro Ronaldo Lemos.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Conselheiro Jobim, na verdade, o que eu ia dizer perdeu um pouco o objeto em razão da fala do nosso Vice-Coordenador, mas, a título de colaboração, o Conselho é composto por diversos segmentos, seja da sociedade civil, seja dos empresários, seja da área dos profissionais. Acho que há um consenso unânime, absoluto, deste Conselho diante do que nós estamos recentemente enfrentando. Os números são relativos com relação à violência contra jornalistas, ou melhor, profissionais da comunicação. Esses números só crescem e só pioram a nossa imagem 3 seja na posição que estivermos, seja em nossa atividade fora daqui, sempre ruim e sempre negativo.

Acredito que essa, como disse o Conselheiro Fernando Mesquita, é uma prioridade deste Conselho. Acho que ela se sobrepõe, neste momento, até mesmo a uma discussão do que deve estar em uma comissão ou em outra, para que nós tomemos um posicionamento. Seria uma exceção dada à unanimidade e à prioridade do tema.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Só para uniformizar essa questão da terminologia. Acho que é bom usarmos "comunicadores" e não profissionais da comunicação porque, muitas vezes, o comunicador é amador. Tem havido no Brasil o assassinato de blogueiros, inclusive em diversos Estados, que eu acho tão grave quanto o assassinato de jornalistas. Então, só para a gente poder uniformizar como "comunicadores", para abranger também quem faz comunicação e não necessariamente é profissional.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu acho que, independentemente da terminologia, nós estamos alinhados. Sabemos o que queremos e, no momento oportuno, podemos fazer erros e correções e o faremos em momento oportuno.

Concedo a palavra ao Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Para ver se estamos de acordo. Acho que a importância e a relevância do tema nos apontam esses dois movimentos que, na verdade, compõem um só, que é prevermos um trabalho de médio a longo prazo dentro das comissões que tratem dessa questão e, imediatamente, me parece, no âmbito do Conselho, ou seja, do grande plenário nosso, imaginarmos uma atividade que possibilite que este Conselho tenha a visibilidade que precisa ter.

Eu quero salientar – conversávamos eu e a Conselheira Maria José –, por exemplo, a invisibilidade que uma decisão importante que nós tivemos, que diz respeito às biografias, teve no debate nacional, ou seja, faz-se o debate nacional como se este Conselho já não houvesse se manifestado sobre isso e não pautasse o Parlamento brasileiro sobre isso. Inclusive se movimenta o Parlamento brasileiro com se não houvesse uma decisão deste Conselho. Então, eu acho que nós temos que estar alinhados aos anseios do País e precisamos e exigimos do Congresso Nacional que dê a visibilidade que, afinal de constas, este conselho precisa ter.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeitamente. Vou fazer uma intervenção quanto a esse ponto do Conselheiro Schröder. Estávamos conversando aqui com o nosso querido Coordenador Dom Orani, que, por sua vez, conversou com o Conselheiro

Vice-Coordenador, e eu fiquei, ontem, perplexo quando foi divulgada a pauta *on-line,* e hoje está reproduzida na pauta oficial do Senado, pelo seu jornal que diz o seguinte:

> *Conselho de Comunicação – Abuso*
> *9h. O Conselho de Comunicação Social do Congresso delibera sobre revisão do sistema legal das comunicações e debate o abuso de poder de mercado pelos veículos de comunicação e os mecanismos para impedir a concentração, o monopólio e o oligopólio do setor.*

Ou seja, "casa de ferreiro, espeto de pau". O Conselho de Comunicação está dentro do Senado Federal, mas, justamente no Senado Federal, sai uma coisa completamente disléxica e desconexa da pauta que efetivamente fizemos de 9h às 10h30.

Exatamente. Essa é a minha leitura, que foi pega no ctrl C, ctrl V da pauta ampla da Comissão de Marco Regulatório. Colocaram como se o Conselho de Comunicação, na sua amplitude, estivesse colocando isso. Ao conversar com o Conselheiro Fernando Cesar e Dom Orani, o Coordenador, sugeri fazermos uma espécie de assessoria de comunicação do próprio Conselho para que se possa dar visibilidade a esses trabalhos, que é o caso das biografias.

Lembro que foi proposta e relatada aquela exceção que fizemos, pelo Conselheiro Ronaldo, que foi unânime, muito bem colocada. Isso não foi utilizado pelo Congresso Nacional. Obviamente, há culpa, digamos assim, da Mesa do Congresso em não verificar se há algo existente no Conselho a respeito disso e há, talvez, uma mea-culpa nossa de organização no sentido de não fazer valer, não fazer comunicar o que já apreciado por este Conselho.

Dom Orani havia comentado. Pode falar.

O SR. ORANI JOÃO TEMPESTA – Nós pedimos, inclusive, à Mesa do Senado uma assessora de imprensa para nos ajudar nesse aspecto. Estamos aguardando a resposta deles.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Antes de entrar na deliberação, só um comunicado importante aqui. O conselheiro que participa das reuniões, o Conselheiro Jorge Coutinho só queria registrar a impossibilidade de comparecer em função de falecimento de um familiar. Não temos detalhes aqui, mas pediu para deixar registrado que se ausentará tanto nas reuniões de hoje da comissão quanto na reunião do Conselho.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Conselheiro Jobim, embora eu não seja mais do Senado, dentro da Secretaria de Comunicação, realmente, reconheço que houve um erro e, como conheço as pessoas aqui, já procurei entrar em contato com o Diretor da Secretaria de Comunicação, David Emerich, exatamente para mostrar o absurdo que se fez aqui. Agora, com relação ao que Dom Orani falou, ele já fez um ofício ao Coordenador Renan Calheiros solicitando uma assessoria de imprensa e uma assessoria de comunicação, que é a Drª Ana Lúcia Novelli, que é doutora em comunicação, com mestrado e doutorado, e vai colaborar conosco.

Agora, em relação ao caso das biografias, como tenho ciência do fato, todas as vezes que os jornais falavam desse assunto dizendo que o Conselho de Comunicação tem um excelente parecer do Ronaldo Lemos sobre isso, inclusive coloquei no Facebook. Mas eu acredito que a secretaria já comunicou ao relator do processo, deu aos Coordenadors decreto do Senado esse projeto. O legislador é que não tomou conhecimento. É o que você falou, não tomou conhecimento. Por isso é que eu sempre trabalho e me disponha aqui, às vezes, até com alguma ênfase, na necessidade de maior visibilidade do nosso trabalho aqui no conselho.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito. Deixa-me tentar fazer um encaminhamento dessa situação. Nós temos duas alternativas, salvo engano meu. Uma seria essa comissão criada, da 5ª Relatoria, fazer uma análise sobre um aspecto mais amplo da proteção do jornalista, sejam por esses três projetos de lei, da questão do colete, seja por questões mais amplas e trazerem uma sugestão eventual, até o próprio Conselho, de pautar esse tema como uma audiência pública, um debate, um estudo, uma comissão de relatoria no âmbito do Conselho, ou não fazermos isso e, na reunião da tarde, fazermos já diretamente ao Conselho, para, eventualmente, criarmos uma comissão de relatoria específica para analisar esse tema.

Eu acredito que são essas duas alternativas que há na mesa. Conselheiro Schröder. Posso estar errado, pode haver uma terceira.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não, não. Eu acho que as duas são alternativas. É isso que estamos falando. Eu acho que temos de fazer as duas coisas. Eu acho que nós temos de constituir uma comissão que faça esse planejamento a médio e longo prazo – vai ser feito, com a complexidade que tem –, e acho que nós temos de, imediatamente, nos manifestarmos, com os mecanismos que nós tivermos, para que incidamos sobre a sociedade brasileira com a opinião sobre isso. Eu acho que são as duas coisas.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perfeito.

Eu, então, sugeriria, se vocês concordassem, que já houvesse essa delegação a um conselheiro, participante da nossa Comissão, para que já pautasse isso

na reunião do Conselho e levantasse esse tema, que seria corroborado por todos. Perfeito?

Ficaríamos, então, com a quinta relatoria no âmbito de proteção dos profissionais da comunicação, dos comunicadores, nessa questão mais lato. Estão de acordo? (*Pausa.*)

A secretaria entendeu direito como é que ficou aqui? Só para não nos perdermos depois.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Estamos um pouco atrasados aqui. Vamos fazer a distribuição e aí identificamos as prioridades.

Primeiro, a relatoria. A questão da apresentação de preso, televisionamento de audiências de julgamentos, enfim. Sugestões de uma comissão de relatoria. (*Pausa.*) Você que sugeriu que tem de ter uma comissão, agora, vai colocar seu nome, Maria José. (*Pausa.*) Nascimento?

O SR. NASCIMENO SILVA – Eu tenho interesse em outras tantas...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas pode...

O SR. NASCIMENO SILVA – Posso ficar nessa. Não há problema.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Nascimento. (*Pausa.*)

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – O Conselheiro Cançado esclarece que não integra a Comissão, mas vejo que, pelo tema, faz muito sentido que o representante da sociedade civil e da OAB a integre na relatoria.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Nós fizemos uma definição dos membros da Comissão, e depois...

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sem essa rigidez.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – ... decidimos por ela ser a mais aberta possível. Então, vamos chamar o Conselheiro Cançado de membro volante. O senhor gostaria de participar nesta aqui, então?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Ótimo.

Mais um membro. (*Pausa.*)

Roberto Franco, você participa?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Tem de ter ênfase, tem de ter ênfase.

Miguel e Roberto.

Segunda relatoria, sobre a questão da violação do sigilo investigatório. Eu tomaria a liberdade de sugerir o Ronaldo, se ele concordar.

O SR. RONALDO LEMOS – Coordenador, eu ia me voluntariar para ser relator da comissão que vai tratar do projeto de eleições.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não há problema. Podemos repetir.

Na verdade, estamos aqui definindo... Conselheiro, você não participou da primeira reunião do marco regulatório.

O SR. RONALDO LEMOS – Sim.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O que nós combinamos? Nós não vamos estabelecer aqui os relatores. Nós vamos criar comissões de relatorias – até aqueles que não participaram da primeira reunião –, e os membros vão decidir, nos seus âmbitos, as suas prioridades e quem vai relatar ou fazer o contraponto. Podem participar de tantas quantas possam participam. Estamos precisando de elenco. Não é faltando.

O SR. RONALDO LEMOS – Até peço desculpas por não ter participado, é a Semana do Marco Civil, e a semana está caótica, porque eu estou diretamente envolvido nas negociações etc.

Eu sugeriria não ser o relator desta comissão, mas participar dela.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Participar. Não...

O SR. RONALDO LEMOS – Aí pode contar comigo.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O relator nós não estamos definindo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – É isso que eu acabei de falar.

O SR. RONALDO LEMOS – Está perfeito. Está bom. Pode contar comigo.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Cada comissão vai definir, no seu âmbito, com os três membros, quem vai relatar.

Então, Ronaldo. Maria José? (*Pausa.*) Eu posso ser, se vocês deixarem. Então, Alexandre. Já que está faltando. Alexandre. Pronto.

Terceira relatoria: imagens de crianças e adolescentes. Proíbe a exposição.

Sugestões. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

Drª Wrana.

Nascimento, você quer participar? (*Pausa.*)

Algum membro mais? (*Pausa.*)

Não.

Leifert, você poderia participar desta? (*Pausa.*)

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Perfeitamente.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Muito obrigado.

Leifert, Wrana Panizzi e Nascimento.

Quarta Relatoria: qualquer entrave à liberdade de expressão. É aquele amplo que nós fizemos.

Maria José e Nascimento.

O Gerace já está no da sociedade civil. A não ser que alguém da sociedade civil queira ceder para o Gerace, mas já temos....

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – Só dá para um trabalhador.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Na verdade, não dá para haver dois trabalhadores. O Nascimento e a Maria José, em tese...não seria o mais adequado. Não que fosse proibido, mas não seria o mais adequado. Mas eu não tenho nenhum problema quanto a isso.

O SR. NASCIMENTO SILVA – (*Fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, mas não estou te tirando, não, Nascimento. Só quero deixar na paridade combinada.

Então, Maria José, você fica neste. Precisamos de alguém, então, da sociedade civil e das empresas, obviamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Cançado, você que é o mais novo volante aqui.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – (*Fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Poderíamos dizer que é um problema seu. Mas, tudo bem...

O SR. RONALDO LEMOS – Pode me colocar nesta comissão.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Ronaldo, que está pela sociedade civil.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Coordenador Jobim, pedimos licença para rever uma posição. Qualquer entrave à liberdade de expressão devia ser o 220, porque é lá que está o princípio.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O princípio está lá. Nós resolvemos, inclusive na reunião da comissão passada, tentar fazer uma especificidade da liberdade de expressão, porque existe uma comissão específica. Aquilo que não fosse do 220 – liberdade de expressão – que envolve regramento de outros princípios e são atinentes também, seriam tratados separadamente.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sim, mas se lá diz que não se admite censura em qualquer forma de restrição, talvez aqui nós não devêssemos lançar.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não, repetindo: o art. 220 não trata só sobre liberdade de expressão. Ele dispõe da liberdade de expressão e de outros eixos, que nós tratamos: regionalização, classificação indicativa, oligopólio e monopólio, e tantos outros.

Nós tomamos uma decisão, conselheiro, de trazermos isso para a comissão específica. Por isso, que estamos tratando aqui. Ele não está desconexo. Muito pelo contrário, ele está absolutamente conexo, só que ele está numa comissão específica. É a mesma coisa que nós fizemos na questão da publicidade, que tem a ver também com a liberdade de expressão comercial, enfim.

Nós temos, então, na 4ª relatoria: Maria José e Ronaldo. Precisamos de mais um conselheiro.

Márcio, você poderia participar? Estou só sugerindo.

Pode? (*Pausa.*)

Márcio Novaes.

Quinta Relatoria, que é está que nós discutimos.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Coordenador, por gentileza, perdoe-me.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Eu estou aqui relendo o enunciado, se está correto: "Acrescenta o §2º ao art. 84 da Constituição Federal." É isso?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – De qual o senhor está falando? O senhor está falando do quê?

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Da 4ª relatoria.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Da 4ª relatoria.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Isso. À que me referi há pouco. É o art. 84 da Constituição Federal, que diz respeito às atribuições do Coordenador da República.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Nós não analisamos os projetos. Por isso que nós colocamos aqui: o que o projeto quer trazer sobre isso? Eu tenho o projeto aqui.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Eu acredito que deva ter havido, talvez, um equívoco na reprodução da ementa.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Deixe-me pegar o projeto. É uma PEC. É a PEC nº 501.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – É a PEC nº 501.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vamos procurar aqui. Já vou identificar, pois tenho todos eles impressos.

PEC 501.

Acrescenta o §2º do art. 84 da Constituição Federal, proibindo qualquer entrave à liberdade de expressão.

O projeto diz o seguinte... Como ficaria esse §2º?

O exercício das competências de que tratam esse artigo e o parágrafo único do art. 87, especialmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas do Poder Executivo, está condicionado ao estrito cumprimento do art. 5º, inciso IV e IX, do art. 220 da Constituição.

Na verdade, pelo que eu estou entendendo da minha análise rápida, ele está fazendo um entrave de que não pode violar o art. 220, IV, nas atribuições.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Pois é. Já foi o 220. Então, como...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Mas, aqui, ele trata da liberdade de expressão, porque o mote é não colocar política pública que viole o 220 na liberdade de expressão.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Eu insisto que ficaria melhor no 220, cuidando na comissão anterior. Mas me rendo ao colegiado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O.k? Vamos adiante, então.

Obrigado pela compreensão.

Quinta relatoria. Diz respeito à proteção dos profissionais da comunicação.

Schröder. (*Pausa.*)

Eu me proponho...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Obrigado, Schröder.

Precisamos de alguém da sociedade civil. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Drª Wrana. Ótimo. Muito obrigado.

Isso parece quase um bingo.

Sexta relatoria. Refere-se à questão da profissão de radialista. Nós vamos verificar também se existe alguma outra coisa a ser analisada na lei do radialista.

Nascimento. (*Pausa.*)

Sociedade Civil. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Posso entrar também.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Fernando César. (*Pausa.*)

Meios de comunicação? (*Pausa.*)

Dr. Monteiro? O senhor está fazendo assim...

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas o senhor está fazendo assim. Ah, não. Já está na sociedade civil.

Alguém... (*Pausa.*)

Eu vou ter que utilizar da prerrogativa aqui... Tem gente se escondendo aqui.

Roberto?

O SR. ROBERTO FRANCO (*Fora do microfone.*) – Os suplentes que não estão presentes hoje não poderiam também...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu acho... A minha sugestão... Esse é um ponto importante. Nós temos alguns suplentes que...

O SR. ROBERTO FRANCO – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Nós temos alguns suplentes. Como existe uma paridade – e estamos respeitando a paridade –, eu queria sugerir que nada impedisse que houvesse uma troca entre membros dentro da mesma paridade, ou seja, uma pessoa poderia ceder para outra em função do volume de trabalho. Essa aqui é a primeira indicação. Vocês concordam com isso? Vamos deliberar nesse sentido?

O SR. ROBERTO FRANCO (*Fora do microfone.*) – Eu faria a indicação da Liliana, que não está envolvida em nenhuma designação e pode contribuir muito para nós. Especialmente hoje ela não pôde vir porque...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Sim.

O SR. ROBERTO FRANCO (*Fora do microfone.*) – Mas eu colocaria o nome dela.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não, Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu concordo com o princípio da substituição.

O que eu acho que deveria ser feito, discordando um pouquinho, é que indicássemos alguém, ou seja, tivéssemos um responsável. Que não jogássemos com a possibilidade de alguém... Ou seja, que nós indicássemos...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Se alguém assumir, tem que assumir.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Se quiser ceder, é outra história.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso. Ou que troque. A Liliana...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Não entraria só para constar.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso, porque nós estaríamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não teria a responsabilidade.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu não tenho... É uma questão de prerrogativa e de representatividade. Que bom que o meu suplente está aqui, o Lourival Santos, pela imprensa escrita. Mas eu não tenho a liberdade de nomear um suplente. Eu tenho a liberdade de oferecer isto: propor ao colegiado que haja uma substituição, respeitando a paridade. Mas aquele que for nomeado dentro da comissão deve ficar responsável por isso. Essa é a proposta do Schröder. Senão: "Ah, eu só botei para constar porque precisava." Ou, então, a outra possibilidade é ainda deixarmos algumas comissões incompostas para uma deliberação futura, considerando que trabalho não falta e o número de relatorias.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu discordo.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Discorda como?

O SR. NASCIMENTO SILVA – De deixar em aberto.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não. Então vamos compor. Vamos compor com nomes que depois... Fica mais...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Fica mais confortável já saber quem está. A questão da troca...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo...

O SR. NASCIMENTO SILVA –... me dá a liberdade, inclusive, de trabalhar.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo. É que estamos com um déficit de pessoas se dispondo. Por isso...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Ainda bem que nós não temos outras comissões, senão...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Por enquanto.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não. Se houvesse comissão de conteúdo e a própria do Leifert, nós teríamos...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vamos... Perfeito.

O SR. NASCIMENTO SILVA –... dificuldade de presença.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vamos fazer o seguinte: na sexta relatoria, nós temos aqui o Nascimento e o Fernando. Você assume, Roberto, e aí, qualquer coisa, você troca com a Liliana? (*Pausa.*) Perfeito. Ou seja, vamos estabelecer, até para ficar registrado em ata, considerando que a Secretaria está anotando, estabelecemos o seguinte: poderá haver substituições das comissões de relatoria dentro da mesma paridade. A responsabilidade é dos membros da comissão indicados hoje. Correto? Fica um princípio fácil.

Sétima Relatoria. Eleições, PEC 57, pesquisa fraudulenta.

O SR. RONALDO LEMOS – Essa me voluntario.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Ronaldo. Eu, também, me voluntario, se vocês permitirem. Alexandre. E precisamos de alguém dos empregadores. (*Pausa.*) Schröder. Ótimo, Schröder.

Eleições. O Ronaldo, o Alexandre, eu, e precisamos de mais uma pessoa. (*Pausa.*) Nascimento. Obrigado, Nascimento.

Nascimento é pelos trabalhadores, pode. Perfeito.

Nós temos, então, outro tema, o do estabelecimento do direito de antena, que o Nascimento vai participar, já está e, até por sugestão do próprio Nascimento, vai transformar isso em uma comissão de relatoria, que foi o que nós deliberamos. Precisamos de mais dois nomes. Perfeito? É isso, Nascimento? Precisamos de mais dois nomes para a lei de antena.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Apenas tentando recuperar o processo. Não existe nenhum projeto de lei identificado aqui. Não estou, mais uma vez, subtraindo a relevância, mas até para poder candidatar a uma participação na Comissão de Relatoria ou não, seria interessante sabermos qual o escopo...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Deixa eu colocar da seguinte forma: nós deliberamos, na verdade, indicamos, na reunião do conselho, o que é divisão pelos projetos de lei e, no nosso caso, desta comissão, houve a sugestão de alguns temas específicos pelo Conselheiro Nascimento. Nós propusemos isso e foi acatado pelo Conselho.

Eu acho que essa Comissão de Relatoria, já que aprovamos e isso foi criado como um tema – o Conselheiro Nascimento está trazendo sob um viés específico da lei de antena – deveria se juntar, e aí pode haver dissenso no escopo. Ou seja: pode ser que um conselheiro esteja querendo propor uma iniciativa legislativa, o que já deliberamos, no próprio Conselho, que não seria acatado, ou pode ser que venha a discutir, trazer o tema sob um outro enfoque. Nós não sabemos ainda.

Quando admitimos temas, admitimos que pode haver um simples estudo de demonstração de um *gap* como pode haver um alerta de uma determinada situação. Concordo em que existe essa deliberação, só que não sabemos ainda o produto disso aqui.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Coordenador, existir, existe. Nós temos que fazer um levantamento. Essa é uma discussão que vimos fazendo: direito de antena para a CUT, enfim, outros tantos movimentos sociais, não empresarial.

O SR. ROBERTO FRANCO – Então, o Conselheiro Nascimento informa que já existem projetos de lei específicos...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Só que esta comissão vai fazer levantamento.

O SR. ROBERTO FRANCO – Não é uma oposição a um tema. É o contrário.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu entendi.

O SR. ROBERTO FRANCO – É só entender o que será discutido para poder indicar melhor a Comissão de Relatoria.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Você poderia fazer um esclarecimento, Nascimento, do que seria essa tema para as pessoas se predisporem a participar?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Olha, eu... Eu vou falar daquilo que nós, da sociedade civil estamos pleiteando, que é o direito de antena para nós. Quer dizer, nós queremos um canal de televisão para os sindicatos, para as centrais sindicais, enfim, essa coisa toda.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas isso, existem projetos de lei nesse sentido?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Existem projetos. Já existe uma cobrança disso aí. Por isso, prefiro fazer o levantamento e, depois...Eu queria, inclusive, o posicionamento de alguns companheiros aqui, de alguns conselheiros sobre o tema.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Ta, mas qual é a sua sugestão? Deixar em *stand by* isso aqui e definir uma comissão? Porque a questão é a seguinte...

O SR. NASCIMENTO SILVA – A minha sugestão é que a gente faça o levantamento e, depois, com os nomes, agente toque o serviço.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas estabelecer os nomes agora?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Estabelecer os nomes agora.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Porque o ponto que está trazendo...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Porque se eu não conseguir...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Deixa eu só coordenar para a gente poder organizar. Você sugeriu um tema; esse tema não foi esclarecido aos demais conselheiros. O Conselheiro Roberto Franco disse o seguinte: precisamos conhecer o teor disso aqui para poder fazer a distribuição.

Você explicou que o teor são alguns projetos de lei onde há reivindicações setoriais de canais de televisão para determinados setores. A pergunta número um: este é um tema que vamos analisar nesta Comissão? Diz respeito à liberdade de expressão? Não estou dizendo que não;

Pergunta número dois: este é um tema que para o qual vamos já nomear uma Comissão de Relatoria ou vamos primeiro fazer o levantamento para identificar se é o caso ou não? Esse é o ponto que está sobre a mesa.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Particularmente eu ao tenho dificuldade nenhuma de fazer o levantamento e depois formar a Comissão. Não tem problema.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Estão de acordo? Eu digo só pela dúvida levantada...

O SR. NASCIMENTO SILVA – É claro! Porque, se há dúvidas, eu acho que primeiro temos que tira-las. Foi um erro, inclusive meu, com a questão de ser voluntário.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Sabe o que é que aconteceu Conselheiro? Como você foi o único efetivamente, o que é que eu imaginei?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Mas eu imaginei que, ao me colocar, alguém também viria contribuir.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – É que não tivemos nenhum *imput* de nenhum Conselheiro, por isso estamos decidindo agora.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Exatamente. Eu já fiz a ressalva no início e dei a mão à palmatória já de público aqui. Ainda discordo sobre um aspecto, mas não é sobre o aspecto da participação você sabe disso.

A sugestão do Nascimento então, digamos, é que ele traga esse levantamento, e façamos a criação e distribuição de relatoria. Estão de acordo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu passaria isso diretamente para o Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Está aí, a gente comunica. Perfeitamente.

Bom, o tema de cerceamento de liberdade de expressão passou para quarta naquela lista, da mesma forma que o tema da judicialização da liberdade de expressão. Temos uma relatoria da profissão de jornalista, é o Schröeder que vai participar, foi proposto por ele, que conhece o assunto.

Alguém da Sociedade Civil?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Nessa da liberdade?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Sim. Essa da profissão de jornalista. É a PEC 2006. Eu me voluntario para participar junto com o Schröder.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu também me voluntario.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O.k. E temos aqui a última relatoria que é a da responsabilidade dos meios de comunicação, que é a da antiga Lei de Imprensa, que foi o Deputado Vilmar Rocha o substituto.

Maria José, Sociedade Civil? (*Pausa.*)

Lourival, você participa dessa aqui? Pode ser, como sugestão imposta aqui?

E, precisamos de alguém da Sociedade Civil que se voluntarie.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Eu posso, desde que não seja relator.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Então, depois você conversa com os seus membros. Já está aqui Miguel.

Eu acho que assim nós...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Parabéns Relator. (*Risos.*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Depois a gente faz... Eu vou fazer uma repetição breve aqui só para anotarmos os nomes aqui.

Primeira Relatoria: Nascimento, Miguel e Roberto Franco;

Segunda Relatoria: Ronaldo, Maria José e Alexandre;

Terceira Relatoria: Leifert, Wrana Panizzi e Nascimento;

Quarta Relatoria: Márcio, Ronaldo e Maria José;

Quinta Relatoria: Schröder, Alexandre e Wrana.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Perdão! A quarta ficou?

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Márcio, Maria José e Ronaldo. Foi aquela de que você abriu mão para a Maria José.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Quinta: Schröder, Alexandre e Wrana Panizzi;

Sexta: Nascimento, Fernando e Roberto Franco;

Sétima: Ronaldo, Alexandre e Nascimento.

A sétima e a oitava são juntas.

Oitava: O direito de antena ficou suspensa para o Nascimento fazer o levantamento e depois criarmos essa Comissão de Relatoria e distribuir.

O SR. JOÃO MMONTEIRO FILHO – (*fora do microfone*)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas essa não definimos ainda, Dr. Monteiro. Essa aí nós vamos criar depois porque o Nascimento vai trazer um detalhamento sobre isso.

As outras duas foram incorporadas à quarta. Aí nós temos a nona, que na verdade é a oitava, porque a oitava se juntou com a nona. É a PEC 206, que é o Schröder, Alexandre e Ronaldo, perfeito!

E a última, que é o PL nº 3232,: Maria José, Lourival e Miguel. Perfeito?

Eu acho que, com isso, a gente conseguiu fazer... Só tem um ponto que ficou confuso. Eu queria fazer junto, mas vamos tentar identificar três temas prioritários aqui, para a gente poder até ter para apresentar, na reunião de dezembro do Conselho, os temas que a gente pretende trazer. E, se for possível, vamos marcar inclusive a próxima reunião da Comissão de Liberdade de Expressão e ver quem pode trazer pelo menos um ou dois temas desses três prioritários, para a gente começar.

Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Acho que há dois temas prioritários. Um é a questão da PEC dos jornalistas, porque está em tramitação. O segundo...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vamos identificar as relatorias, para ficar mais fácil. Nona relatoria. O.k.

O SR. RONALDO LEMOS – E o outro tema é o das eleições, dado o fato de que teremos eleições no ano que vem.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Que seria justamente os dois PLs, mais a PEC nº 57. Alguém discorda?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO (*Fora do microfone.*) – A liberdade de expressão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que um outro tema, que nós já dissemos que é urgente, embora nós já vamos tratar dele urgentemente com uma ação no Conselho, mas que me parece que a urgência impõe também nas comissões, é a questão da violência contra os comunicadores.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Seria a quarta relatoria.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Ótimo.

A SRª MARIA JOSÉ BRAGA – A quarta, não.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Perdão, a quinta relatoria.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu acho que três temas, Coordenador, seriam de bom tamanho, senão nós vamos nos perder nesse processo.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vocês estão de acordo em ficar com esses três temas como prioritários? Perfeito.

Primeiro compromisso: temos condições de trazer esses três temas em uma próxima reunião, para dezembro?

E marcaremos essa próxima reunião coincidente com a reunião do Conselho? Como faremos isso? Porque a gente poderia deliberar já na reunião... Lembrem-se do seguinte: há uma deliberação nossa do Conselho de que, na reunião de dezembro, nós ficamos de levar qual é a nossa pauta prioritária e uma sugestão de pauta para 2014. O que nós podemos fazer? Discutir esses três temas já na próxima reunião – um, dois ou três temas. A gente pode até não exaurir os três temas, mas eu acho que é importante o compromisso das três comissões de relatoria trazerem esses três temas. E em função disso, a gente já pode sinalizar, na reunião do próprio Conselho, essa pauta prioritária de análise no Conselho para o debate – eventuais audiências públicas, necessidades, etc. Essa é uma sugestão de encaminhamento com a qual eu não se vocês concordam.

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Coordenador, eu gostaria de ter a oportunidade de já fazer um chamamento para a Comissão de Conteúdo.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Vamos fazer na reunião do Conselho.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Estou aberto a sugestões

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo. É porque aqui é reunião da...

O SR. NASCIMENTO SILVA – É porque senão fica complicado. Vai dar só prioridade a essas duas comissões, porque nós não...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – É porque nós marcamos. Essas duas reuniões foram marcadas.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu poderia ter marcado também. Poderia não estar aqui, poderia estar em outro lugar solicitado.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Qual é a sua sugestão objetiva, que a Comissão de Liberdade de Expressão delibere?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Eu quero pensar alto com os demais Conselheiros que fazem parte da Comissão de Conteúdo como é que nós vamos encaminhar. Eu só sou o Coordenador, então eu preciso contar com os demais companheiros, os Conselheiros, para que a gente paute a questão do conteúdo. Só isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Tudo bem. É porque eu queria que isso fosse feito...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Porque até então, não está claro para mim. Eu posso pedir uma reunião daqui a dez dias, quinze dias? Vão pagar passagem? A conversa toda é a seguinte: não tem dinheiro, não pode...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Conselheiro, deixa eu só colocar uma ponderação. Eu concordo com as suas ponderações e entendo suas preocupações, só que essa é uma Comissão da Liberdade de Expressão onde nós não podemos... Na reunião do Conselho de Comunicação Social, que é à tarde, eu acho que cabe esse ponto. Só isso.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k. O.k. Eu não estou impondo, só estou aproveitando o momento. Só isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – O.k. Minha sugestão é se colocar isso na pauta da tarde, porque aí quem decide é o Coordenador, não sou eu, é o ora ouvinte.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Pois não.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Só te peço que repita quais são as três prioridades fixadas, então.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Nós priorizamos a quinta relatoria, que trata da proteção dos comunicadores; nós priorizamos a PEC nº 206 e aquela que junta a sétima e a oitava, que é o PL nº 7.780. Virou sétima. Qual é a sétima relatoria?

É o PL nº 7.780, o PL nº 96 e a PEC nº 57. Aí nós temos outra, que é a seguinte, que virou oitava. Quer dizer, virou nona, porque a oitava é essa que está em *stand by*, do Nascimento, que é o direito de antena, que é a PEC nº 206.

Então, quais são os três temas? Diploma, eleições e proteção de comunicadores. Esses são os três temas prioritários que vamos trazer na próxima reunião.

Quando será a próxima reunião da Comissão? Vamos aproveitar para trazer esses três temas ao debate.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A minha sugestão é que nós aproveitássemos as manhãs das reuniões do Conselho para fazer a reunião de Comissão. Eu acho que a definição da agenda, Coordenador, só poderia ser feita à tarde, porque há a preocupação do Nascimento e, se marcarmos outras duas comissões, vai inviabilizar as duas que se reuniram hoje.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Então, a minha proposta seria a seguinte: aqui entrarmos num consenso de solicitar à Presidência do Conselho, à Mesa, para termos um espaço, preferencialmente, no dia da reunião, pela manhã, mas que isso vai ser deliberado pelo Conselho para poder adequar o pleito do Nascimento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se houver conflito, o Coordenador...

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Mas já fica solicitada uma próxima reunião.

E eu faria um pedido aqui: que os participantes dessas três relatorias pudessem, ao longo do dia de hoje, informalmente, combinar o *modus operandi*, para tentar trazer...

Eu gostaria, até como Coordenador, pedir o seguinte, que chegasse a mim o seguinte: nós vamos trazer, na próxima reunião, o tema A para debate, vamos fazer uma apresentação, vamos trazer um relatório, com consenso e com dissenso, enfim, esse comprometimento para que não tenhamos uma pauta vazia, porque não é justo também marcarmos uma reunião desta Comissão para debater três temas e ocupar o espaço, talvez até prejudicando outra Comissão, se ela não se organizou ainda, e não termos algo para deliberar. Deliberar no sentido de discutir, porque quem vai deliberar é o Conselho.

O SR. ROBERTO FRANCO – Como uma sugestão de encaminhamento e já tendo sido Coordenador da Comissão de Relatoria por mais de uma vez, eu sugeriria que o Coordenador da Comissão de Relatoria, dessas Comissões que formamos hoje, que funcionam da mesma forma, mandasse num prazo mais curto possível sua visão sobre os projetos sob análise para que os demais componentes da Comissão pudessem colocar suas opiniões e criticar. Eu acho que é a forma mais célere de trabalhar.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo. O problema é que nós não definimos um Coordenador.

O SR. ROBERTO FRANCO – Sim, mas esse seria definido em seguida.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Eu concordo.

O SR. ROBERTO FRANCO – A minha sugestão é apenas que se seguisse essa metodologia, porque, se cada comissão de autoria buscar uma forma diferente, eu acho que nós não vamos ter, em um mês, o trabalho feito.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – A proposta objetiva do Conselheiro Roberto Franco, que é interessante, é a seguinte: os membros dessas comissões específicas, comissões de relatoria se reúnam e definam quem será o Coordenador. O Coordenador já emite sua posição, nesse pequeno colegiado, que pode concordar ou, se discordar, vai apresentar sua posição discordante de forma a tentar trazer esse debate e com uma questão muito importante.

É muito importante que esses relatórios, essas posições e cada um desses temas venham com antecedência aos membros do Conselho, para que eles possam formar sua posição. Não vamos entregar isso de véspera, ou seja, vamos combinar um tempo de pelo de dois, três dias, no mínimo, para que possamos fazer, digamos, a formação de opinião de cada um de nós e ter um debate mais profícuo. Essa é a sugestão.

Conselheiro Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Com relação à data, superada que seja essa questão, eu concordo plenamente. Com relação à data de reuniões para o próximo mês, talvez se o Coordenador concordar, nós podemos manter essa mesma agenda de hoje.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Nós combinamos e vamos fazer essa solicitação. Nós da Comissão de Liberdade de Expressão já estamos solicitando.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Eu também o faço.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Kruel Jobim) – Só que a Mesa vai averiguar com as outras Comissões, porque nós vamos ter que analisar no âmbito do Conselho, porque pode haver alguns Coordenadores que não estejam aqui e temos que acomodar, não é Nascimento? O Nascimento, na reunião da tarde, vai querer convocar e, obviamente, que, de certa forma, vai ter uma prioridade porque ainda não teve oportunidade. É isso que eu estou... Exatamente, combinamos na parte da tarde.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Bem, está começando a ficar claras as limitações do tempo e da forma que nós nos integramos às Comissões. Agora, uma coisa que me parece muito clara é que nós vamos ter fazer reuniões intermediárias, as subcomissões vão ter de fazer reuniões intermediárias, telefônicas, enfim, eletrônicas, de alguma maneira, virtuais, enfim. Agora, acho que nós não conseguiremos dar conta, e eu queria ouvir os meus pares, nesse tempo que nós nos demos para esta reunião. Ou seja, nesta reunião nós perdemos a metade da manhã elaborando a metodologia de uma comissão e a outra metade da manhã elaborando a metodologia da outra comissão.

Eu acho que as comissões terão de ocorrer simultaneamente. Eu não vejo... E com a manhã toda, para que, à tarde, se chegue com relatórios razoavelmente prontos.

Então, acho que temos de levar em conta, além das demandas das outras comissões – e tem razão o Conselheiro Nascimento –, que comecemos a nos dividir para que a gente dê conta das comissões, senão, nós conseguiremos fazer reuniões de duas comissões de mês em mês. Não será possível.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – Eu tenho a seguinte posição, não sei se vocês... Acredito que compartilhem. As comissões de relatoria são mais fáceis, porque são de três membros e eles po-

dem, inclusive, virtualmente combinar, ou seja, nessa dinâmica de tentar trazer já um trabalho mastigado, que possa subsidiar os demais membros da comissão para um debate no dia da reunião. Isso é uma coisa mais fácil. É isso aí.

Nas reuniões da comissão, obviamente, a gente não pode avançar no Conselho sem ter um tema já maduro dentro da comissão. Para isso existe uma comissão temática.

Qual é o problema que a gente vê aqui? É que todo mundo quis participar de tudo, o que é bom e ruim. É bom pelo aspecto de que tem uma dinâmica ótima...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Intervenção fora do microfone.*) – Menos os jornalistas, que não fizeram isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – Mas podem fazê-lo. Está aberto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – É, eu acho que é uma questão de foco.

Eu não posso chegar e impedir que uma outra comissão se organize e faça, considerando que eu já tenho uma outra comissão pela qual eu tenho preferência. Por isso nós decidimos criar a questão da suplência.

Eu tinha uma visão diferente, deixem-me explicar o porquê, que era: o suplente se coloca nas comissões de forma a poder complementar o trabalho dos seus respectivos titulares. Era uma ideia. Isso ficou superado, não importa se isso ficou bom ou ruim. Não importa.

Eu acho que, agora, é o seguinte: o que não dá para acontecer – e aqui acho que é o ponto a se colocar para o D. Orani – é impedir que comissões existam paralelamente, que é o ponto seguinte. Se vamos ter limitações orçamentárias para nos reunirmos, nada impede que duas comissões se reúnam neste plenário e num outro, concomitantemente. Os seus membros poderão dar suas prioridades: "Hoje, eu não vou participar da comissão "x" porque eu sou relator na outra. Eu tenho que estar lá." Isso aí, cada qual vai ter de tomar essa decisão de priorização, senão, a gente concorda, não vai andar, a gente vai ficar só... Agora, eu acho que dá para fazer. Não dá para fazer uma reunião virtual de todos os membros, óbvio, porque isso é justamente debate e amadurecimento.

D. Orani queria fazer alguma...?

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – É só lembrar que ainda acontece isso na Câmara e no Senado também, em que os Senadores vão de comissão em comissão e nem sempre estão presentes em todas as comissões, não é? Eles vão, votam, saem para outra. Isso é algo que já acontece aqui, nesta mesma Casa. Precisaríamos verificar como nós poderemos viabilizar isso.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – Conselheiro Leifert, quer falar alguma coisa? (*Pausa.*)

Algum comentário mais antes de...?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – Perfeito.

Bom, o almoço será servido no restaurante dos Senadores, que aquele que fica ali embaixo.

Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Só um último comentário: a Mesa pediu para avisar que, com relação ao tema das biografias, o parecer foi encaminhado ao Deputado Newton Lima em 11 de março de 2013.

Eu queria até fazer um pedido: para a gente encaminhar também para os líderes partidários. Dado que o tema está na pauta, vamos tentar mandar para todos os líderes, porque eu acho que é tempestiva essa ideia.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – Perfeito.

D. Orani.

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – A Secretaria está avisando que existe um fórum no espaço Google destinado ao Conselho de Comunicação Social. Esse fórum encontra-se inativo, porque nunca foi usado.

Todas as mensagens que os Conselheiros encaminharem aos endereços eletrônicos do Conselho de Comunicação cairão no fórum. Então, está dizendo que essa é uma opção para discussões e tudo o mais.

Eu não sei, mas todo mundo recebeu e se inscreveu no fórum, não é? Todo mundo se inscreveu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – Sim.

Está dizendo que se encontra inativo. Não sei se está inativo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – É. Lembramos que, hoje à tarde, nós temos, às 14h a abertura do Conselho e temos três convidados para falar sobre a questão da alocação da faixa de 700MHz, Sr. Olímpio José Franco, que é engenheiro e Coordenador da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão; a Srª Patrícia Brito de Ávila, secretária substituta de Serviços de Comunicação Eletrônica, aqui representando o Ministério das Comunicações; e o Sr. Marconi Maya, conselheiro substituto e superintendente de Outorga e Recursos, aqui representando a Anatel. Então, hoje à tarde.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – Algum pronunciamento, alguma palavra? (*Pausa.*)

Então, agradeço a compreensão de todos. Vamos ver se a gente consegue fazer os trabalhos renderem, para que a gente possa contribuir para com o Conselho. Obrigado.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2013, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha); e
2. Lista de presença não membros (01 folha)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 10H30,
NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: ALEXANDRE KRUEL JOBIM

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		MARIA JOSÉ BRAGA Representante da categoria profissional dos jornalistas	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIA	WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	
LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita			

VISTO: _____, em 4 de novembro de 2013.
COORDENADOR

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM 04 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 10H30, NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA

LISTA DE PRESENÇA NÃO MEMBROS

Coordenador: ALEXANDRE KRUEL JOBIM

NOME	ASSINATURA
[illegible]	
[illegible]	
[illegible]	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
MIGUEL ANGELO CANÇADO	

Visto: _____

Brasília, 04 de novembro de 2013

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Jobim) – Declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião Ordinária de 2013 da Comissão Temática do Marco Legal e Regulatório, dia 4 de novembro de 2013, segunda-feira, às 9h, na sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa

Ata Circunstanciada da 1ª reunião ordinária de 2013 da Comissão Temática do Marco Legal e Regulatório do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 4 de novembro de 2013, segunda-feira, às 9h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Coordenação do Conselheiro Miguel Angelo Cançado, destinada ao item único: Análise de proposições legislativas em tramitação e afetas ao tema.

Estiveram presentes os membros: MIGUEL ANGELO CANÇADO, Coordenador; ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, Representante da categoria profissional dos jornalistas; GILBERTO CARLOS LEIFERT, Representante das Empresas de Televisão; ROBERTO FRANCO, Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação Social; JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, Representante da sociedade civil; DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, Representante das Empresas de Rádio; LOURIVAL SANTOS, Representante das Empresas da imprensa escrita, WRANA PANIZZI, Representante da sociedade civil; e MARCIO NOVAES, Representante das Empresas de Televisão.

(Texto com revisão.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Bom dia, Srªs e Srs. Conselheiros, servidores da Casa, demais presentes. Bom dia a todos.

É um prazer estarmos aqui hoje juntos.

Na condição de Coordenador da Comissão do Marco Regulatório, declaro instalados os nossos trabalhos e aberta a presente reunião.

Como é a primeira reunião de trabalho da Comissão, penso que, em primeiro lugar, nós devemos firmar aqui uma pauta e um roteiro de trabalho. Eu pedi à nossa sempre diligente e eficiente assessoria do Senado que providenciasse uma tabela com o relatório das proposições que tramitam no Congresso Nacional relativas ao Marco Regulatório da Comunicação.

Acho que foi distribuído a todos. Está, aí, Delgado? Está sendo distribuído? *(Pausa.)*

Acho que, a partir desse material, penso eu e claro que quero ouvir a todos... Quero registrar que esta nossa reunião está sendo gravada e, por isso, vamos procurar ter um controle de pronunciamentos. A assessoria do Senado tem reclamado que, às vezes, um pouco de tumulto das reuniões acaba dificultando a elaboração da ata das reuniões depois, de modo que, a partir desse trabalho, penso que nós fixamos o norte e o rumo de ações da Comissão. Alguém tem alguma sugestão a respeito? *(Pausa.)*

Agradeço a presença à Mesa do Vice-Coordenador do Conselho de Comunicação, Fernando César Mesquita, que integra a Comissão também do Marco Regulatório, a quem convidei para me auxiliar na Mesa Diretora dos trabalhos.

Alguém tem uma manifestação inicial ou alguma sugestão quanto a esse roteiro que aí está?

Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Bom dia.

Eu queria fazer uma indagação à secretaria, que é a seguinte: nós tivemos três trabalhos previamente no Conselho. Primeiro, uma triagem que foi feita pela secretaria que dá assessoria ao Conselho; um segundo, que eu fiz, trazendo vários temas; e, depois, na penúltima reunião, que discutimos e dividimos os temas e projetos de lei nas comissões.

Indago à secretaria se esse conjunto de projetos aqui exprime aquela decisão, ou seja, se o conjunto que está aqui é o conjunto que nós deliberamos que vai ser objeto desta Comissão?

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim, eu fiz uma leitura...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – É porque V. Exª disse para a Secretaria levantar os projetos que afetam. Quero saber se foi o que nós deliberamos que afeta.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu vou esclarecer. É um resumo daquele material, uma sistematização resumida daquele material. Há um outro levantamento, Conselheiro Alexandre e demais conselheiros, que vai ser exibido ali, não foi impresso, mas que poderá ser visto durante a nossa reunião ainda, que são as proposições que tramitam nas duas Casas e que dizem respeito à regulamentação do art. 220 da Constituição Federal; é um resumo mesmo daqueles dois trabalhos, um deles bem elaborado por V. Exª.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Mas a minha pergunta é justamente esta: nós deliberamos

lá que faz parte do objeto da discussão? É só para saber isso. Ou seja...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu confesso que a minha memória não registra essa deliberação. Acredito que não. Por isso mesmo, é que nós temos que decidir aqui. Passo já a palavra para o Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Coordenador-Coordenador.

Eu acho louvável a preocupação do Conselheiro Jobim, mas os nossos encaminhamentos até agora não têm caráter deliberativo algum; não estamos deliberando em nenhum momento ainda. Ou seja, o que estamos fazendo é selecionar, organizar e hierarquizar o material. Esse é o processo que está acontecendo. Não estamos deliberando em nenhum momento até agora, a não ser no momento inicial, em que se votou uma questão. A partir daí, sobre esse tema, não deliberamos.

Então, acho que temos de nos preocupar exatamente... Se houver falhas, se houver problemas de esquecimento ou qualquer outro tipo e tivermos de trazer material para essas comissões, parece-me absolutamente pertinente. Não vejo problema algum de superação de instância ou de negação de atividade anterior, ou seja, de posições anteriores.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Deixe-me só fazer um esclarecimento. Não estou discordando do Conselheiro Schröder, muito pelo contrário. É que sou uma pessoa organizada e vim para a reunião com o foco num negócio que analisamos. O que quero saber é o que preciso acrescer à minha organização do que já analisei e o que não preciso acrescer; é só isso.

A minha pergunta não é se podemos ou não analisar, Schröder, mas se o material que temos aqui exprime a totalidade do que já elencamos que gostaríamos de discutir, ou isso é uma parcialidade, ou temos algo a mais. É somente isso.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sobre esse trabalho, eu esclareço.

Em primeiro lugar, já que estamos na Comissão do Marco Regulatório, aqui, hoje, é o marco zero de funcionamento da Comissão. Por isso, não há deliberação que não possa ser agora...; não há material que não possa ser aqui decidido com análise, evidentemente. Penso que não deve haver, e o próprio Conselheiro Alexandre está concordando com isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim, claro. Mas a minha sugestão ao colegiado neste momento é de que tomemos esse material... *(Pausa.)*

A assessoria me ratifica a informação que passei há pouco, de que, aqui, neste material que acaba de ser distribuído às senhoras e aos senhores, estão contemplados aqueles dois ou três trabalhos, com o resumo do que está em tramitação. Então, a partir daqui, – e, aí sim, coloco para a deliberação inicial do colegiado –, a minha sugestão é de que façamos uma distribuição de todo o material entre os integrantes da Comissão, para que, na próxima reunião... Não sei se podemos deliberar em conjunto, agora, sem que cada um de nós conheça esses projetos, essas proposições todas, PECs, PLs, enfim, todas essas proposições. Enfim, que distribuamos no âmbito da Comissão, para que, aí, sim, na próxima reunião da Comissão, possamos incursionar no mérito de cada uma delas.

O que acham? Pode ser assim? *(Pausa.)*

Talvez uma análise aqui, agora, de distribuição em bloco. Não penso em outra... Qual é a nossa ideia, a nossa propositura? É isso que devemos fixar inicialmente. Temos aqui um conjunto de proposições que tramitam na Casa e que merecerão, quero entender, manifestação do Conselho de Comunicação Social. É isso? Alguém diverge dessa ideia de que devamos nos manifestar sobre cada uma dessas proposições? A Comissão firmando o seu entendimento e encaminhando ao Conselho para que este direcione às casas legislativas. Pode ser assim?

Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Acho que o propósito da Comissão é justamente iniciar e já levar o trabalho mais mastigado para o Conselho, até considerando a composição que é quase completa.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – É quase coincidente.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Então, acho que é o momento justamente de fazermos uma organização. Eu só queria recordar, Conselheiro – estou já pensando também na próxima reunião que temos, que é sobre liberdade de expressão, que coordeno –, porque ficamos, salvo engano, na reunião de dezembro – não é, Vice-Coordenador? –, de levar já uma tentativa de cronograma das matérias que gostaríamos de levar ao Conselho.

Então, faço uma sugestão. Acho perfeito, acho que essas matérias têm de ser distribuídas. Talvez pudéssemos discutir aqui que prioridades esta Comissão quer dar dentro desse bojo aqui, em termos de calendário, porque acho que de nada adianta distribuirmos aqui essa dezena de projetos a todos os conselheiros e não estabelecermos, digamos, quais são as prioridades que esta Comissão quer sugerir ao Conselho nesta reunião de dezembro, que é a próxima reunião

e a última deste ano. Em janeiro, não temos; só em fevereiro.

Então, é importante sairmos hoje, daqui, já com essa definição de um calendário prospectivo...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Uma pauta mínima.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – ...uma pauta, dizendo que pretendemos, no ano que vem, levar ao Conselho a discussão dos temas a b e c, por exemplo. Acho que essa é uma sugestão para debate, mas sem prejuízo de distribuir as matérias.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Mas, em termos de temas, para condensar – penso que esse marco fixado para dezembro, como uma referência de encaminhamento dos nossos trabalhos, é também uma ideia que me parece saudável –, o colegiado quer fazer alguma sugestão, para que selecionemos aqui?

Eu já lhe passo a palavra, Conselheiro Schröder.

Pela leitura que fiz desse material, há muita coincidência aqui, há muita identidade entre as proposições que estão em tramitação na Casa. Será preciso fazer um trabalho. Eu confesso que, sozinho, na leitura que fiz, não tive condições de fazê-lo e imaginei que pudéssemos fazê-lo aqui em conjunto.

Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Coordenador.

Para avançarmos ou tentarmos, eu acho que concordo, Conselheiro Coordenador desta Comissão. Eu acho que já está bem avançada a organização. Parece-me que nós poderíamos ir um a um, o que me parece que vai levar mais tempo, ou criar alguns critérios que pudessem nos organizar.

Por um critério que eu imagino seja oriundo da última reunião, poderíamos fazer o seguinte: elencar os temas que pudessem subsidiar aquela decisão final que nós geramos no nosso Conselho, que era a de apontar para a regulação do art. 220 os temas pertinentes a isso; ou seja, os que dissessem respeito a esse tipo, a essa prerrogativa que está lá expressa na nossa última reunião, e deixar, num segundo elenco, num segundo grupo, os temas que não incidissem sobre a questão do art. 220. Com isso, nós já estaríamos fazendo, pelo menos, dois tipos de seleção. Por exemplo, nesse segundo tipo, entraria a questão da radiodifusão comunitária, etc, que não aponta para essa regulação do 220.

Essa foi a ideia que eu tive agora, ao tentar pensar, Coordenador, nessa organização.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Nós temos aqui distribuídos, nesse material, quatro blocos. O primeiro deles entre as páginas 1 e... *(Pausa.)*

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Posso ajudá-lo, Coordenador?

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – O tema serviço de radiodifusão comunitária, entre 1 e 14. Certo? Em seguida, de 15 a 18, televisão comunitária. De 19 a 20, anistia de penalidades pela exploração sem outorga do serviço de radiodifusão. E outra última coletânea de material, que está sendo agora impressa para distribuição às senhoras e aos senhores, que são as proposições em relação à regulamentação do art. 220.

Se me permitem ainda outra sugestão, poderíamos começar por este: a regulamentação do art. 220. O que acham? Pensarmos uma sistemática de trabalho para analisar esse bloco em primeiro lugar. Parece-me que esse seria um aspecto mais amplo e mais contemplativo. O que pensam? Pode ser? *(Pausa.)*

Nós temos que fixar um critério, um norte, um mínimo de organização para o trabalho da Comissão. Senão, vamos ficar debatendo, vai chegar dezembro, como disse o Conselheiro Alexandre Jobim, e não teremos uma sistematização.

Pode ser assim? *(Pausa.)*

Em relação ao art. 220, aí está. Já está sendo impresso para distribuir. São proposições que estão tramitando nas duas Casas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu tinha uma indagação.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Na análise das propostas, dentro das normas e do nosso Regimento, no exame completo de cada uma delas, por tema, se poderemos sugerir modificações, emendas substitutivas, apensar, fazer um texto único para determinados assuntos, ou se vamos ficar apenas na análise de projeto por projeto.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu penso que temos de analisar projeto por projeto. Não podemos acrescer, e parece que não é competência do Conselho – até já discutimos isso intensamente no âmbito do Conselho – elaborar proposição, mas opinar sobre as proposituras que estão em tramitação. Penso eu assim. Não sei se o colegiado...

V. Exª concluiu?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Pode aqui haver várias projetos com o mesmo objetivo.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Podemos, aí, sim, condensar as manifestações. Não vejo óbice a isso.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Condensar e sugerir um texto único que consubstancie as propostas que estão em cada um deles.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Dentro dos textos que estão em tramitação nas casas legislativas. Não é isso? Parece-me que não há óbice a que façamos assim.

O Conselheiro Schröder pediu a palavra?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Coordenador.

Acho que precisamos, ainda, ter convicção sobre o papel do Conselho. Obviamente – já discutimos isso exaustivamente –, não estamos aqui para legislar, mas para auxiliar uma Casa que legisla. Portanto, se não vamos fazer leis, obviamente colocá-las em votação e muito menos votá-las, acho que podemos elaborar... Ao fazer um relatório, por exemplo, sobre o art. 220, eu acho que podemos apontar, por exemplo, falhas.

Eu estava olhando rapidamente esse material, que não sei se vai ser relacionado ao art. 220 – parece-me que não; acho que não tem nada a ver –, mas seria interessante se colocássemos o art. 220 aqui, que diz respeito à concentração e à produção regional basicamente.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Só um minutinho, Schröder, por favor.

Convido o nosso Coordenador, Dom Orani, que venha evidentemente... Penso até que no lugar principal, à Mesa.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Ele vai dizer que só entende de Direito Canônico.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Por favor.

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – Não, senhor.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Por favor.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Dom Orani, estamos tentando fazer com que não se discuta aqui o sexo dos anjos, mas objetivamente...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Exato, por favor.

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – Eu vim escutar só.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – No mínimo, o senhor nos abençoa a todos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Talvez, e o Conselheiro Jobim concordou, na primeira PEC que estava sendo mostrada, que dá nova redação ao art. 205. Quando o faz, faz referência expressa ao at. 220. É só um esclarecimento.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Mas não era só isso.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim, tem outros.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim, há vários pontos ali que me pareceram... Enfim, acho que vamos ter liberdade para discutir isso.

O que eu queria trazer aqui é que me parece que esta Comissão pode e deve fazer é, olhando os projetos que estão aí, analisando-os e nos debruçando sobre eles, e obviamente emitindo um parecer, também emitir um parecer sobre a perspectiva da regulação do art. 220; ou seja, olhar dos dois lados, olhar os projetos que estão sendo propostos e que nós estamos atribuindo a essa dimensão que eles se propõem... Quando eles vieram para cá, eles não vieram para fazer isso. Nós estamos dizendo que eles farão isso. Assim, de tal maneira, poderíamos cotejar com uma regulação que imaginemos pertinente; ou seja, se, no relatório final, nós imaginarmos que os projetos não são pertinentes, que são inadequados, ou insuficientes para regular o art. 220, esta Comissão tem de dizer isso.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Perfeitamente, mas isso será o trabalho final da Comissão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – De modo que sugiro, então, se me permite, que, como são poucos, façamos aqui uma leitura. Eu faço a referência a cada um deles aqui. Nós já selecionamos aqueles em relação aos quais vamos nos manifestar ou não. Por exemplo, sobre esse primeiro, a assessoria já me dá a notícia de que foi um equívoco e que não precisa ser analisado por nós. Pode ser assim? Para ter uma linha de objetividade. *(Pausa.)*

Então, vou fazendo a leitura e colho a manifestação de V. Exªs.

A ementa da PEC nº 24/2008 dá nova redação ao art. 205 da Constituição Federal, para deixar expresso que a educação é dever também dos meios de comunicação social.

A própria assessoria me traz aqui um comentário de que isso foi um equívoco, que não deveria estar aqui. Está de acordo o colegiado? Tiramos? *(Pausa.)*

Depois que fizermos a seleção, aí nós distribuímos para que, ao final, tenhamos um parecer geral da Comissão. Pode ser? Não é assim? *(Pausa.)*

Então, vamos lá. O PLC nº 79/2012 dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para a promoção da cultura de paz e dá outras providências, Estatuto da Paz, de autoria do Deputado Lincoln Portela. Isto é de 2012; é recente este projeto. Este projeto será por nós analisado? *(Pausa.)*

Conselheiro Alexandre Jobim?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Não vejo pertinência.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Não vê pertinência?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Nesse local não.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – O colegiado está de acordo?

Conselheiro Roberto.

O SR. ROBERTO FRANCO – Com o art. 220, acredito que não.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – O terceiro é o PLC nº 5/2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e das obras realizadas pelos órgãos públicos federais.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Nós temos uma comissão de publicidade.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Talvez esse devesse ser direcionado para lá.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Quanto a isso, acho que devemos aproveitar que até o Coordenador da comissão está aqui.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Gilberto Leifert.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Acho que é mais fácil.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Se a Comissão assim entende, poderia ser redistribuído.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim, Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu concordo. Eu acho que ele está deslocado aqui, embora tenha uma premissa. A premissa não é publicitária na verdade; a premissa dele é uma espécie de um *caput*, sei lá, que está em algum local – não sei se é no art. 220.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Mas que também não me parece ser da essência do Marco Regulatório da Comunicação.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – É.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Excluímos também este?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Isso aí é típico do art. 37 da Constituição. São os princípios da Administração Pública, entre os quais a publicidade do exercício da atividade pública.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Também esse fica excluído? *(Pausa.)*

Deliberação unânime também.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Exclusão eu acho que é uma palavra forte.

Vamos deixá-lo...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Não é foco do art. 220.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso, não fica no foco.

Depois, a gente vê onde localizá-lo.

Ele faz parte, digamos, de um princípio, mas não...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Também o próximo, que é o PLS nº 358/2013, estabelece normas para as eleições de Parlamentares do Mercosul.

Este, sim, me parece não ter nenhuma relação com a nossa atividade aqui.

Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Queria pedir que, por favor, definisse, então, qual o critério que prevalecerá em relação ao PLC nº 5/2006, para que fosse, daqui para frente, adotada a mesma nomenclatura sobre o que deliberamos.

Eu havia proposto que fosse redistribuído à comissão temática de publicidade. Parece que não é este o caso. Então, qual será o encaminhamento em relação a projetos não pertinentes ao art. 220? Os não pertinentes ao art. 220 poderão ser excluídos do repertório, redistribuídos à comissão temática competente, que é essa deliberação que acabamos de adotar. Como o senhor pretende nomear esse encaminhamento?

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – No caso do PLC nº 5, a minha sugestão é a mesma que foi feita inicialmente: de redistribuição. À comissão de propaganda, pode ser? *(Pausa.)* Porque lá se fará a análise temática pertinente.

O PLS nº 586/2011 altera a Lei de Execução Penal para determinar como falta grave o acesso a endereço eletrônico, a programa de conversação ou a qualquer rede social de comunicação entre computadores por parte do condenado à pena privativa de liberdade. Também penso que, em relação ao Marco Regulatório da Comunicação, esse tema não tem pertinência direta. É o que pensa a Comissão.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu queria só frisar, concordando com o que o Schröder comen-

tou: a gente não pode dizer que isso aqui está completamente excluído do marco regulatório macro, não é? Mas, no foco, nós temos o art. 220, que é a prioridade que nós queremos dar.

Só para deixar registrado isso.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – A regulamentação do art. 220 é o ponto primeiro nosso aqui. Não é isso que estamos analisando? É a regulamentação do art. 220; aquelas proposições que digam respeito à regulamentação do art. 220 da Constituição Federal, na perspectiva de fixação do Marco Regulatório da Comunicação. Estou correto? *(Pausa.)* Perfeito.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – Só um minuto. Inclusive existe em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto sobre o Marco Regulatório da Internet, o Marco Civil.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – O Marco Civil da Internet.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu acompanho essa proposta. Eu só pediria que fosse mantido, conforme sugestão do Schröder, o art. 220, para facilitar em alguma discussão, e nós podermos ver...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – A assessoria pode disponibilizar? Já está lá.

O SR. ROBERTO FRANCO – Pronto, porque aí fica mais fácil a gente ver em qual parágrafo se enquadra, no caso de haver o enquadramento positivo.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Em relação às proposituras que tramitam no Senado, a última, então: "Dispõe sobre o serviço de televisão por assinatura".

Esse me parece pertinente, não? Os que têm mais conhecimento sobre o assunto.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho que precisávamos dar uma olhada, porque nós, recentemente, tivemos uma nova lei, a lei do SeAC Serviços Especiais. Não sei se essa é uma lei que já foi...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Que já foi até por nós analisada.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – ...não formalmente, mas ela já foi, digamos – entre aspas – "abduzida" por essa nova lei *(Risos.),* ou então ela continua em discussão. Não conheço o projeto. Talvez, se nós entrássemos aqui para analisar rapidamente a ementa.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Delgado, pode disponibilizá-la ali para a gente?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Está com o *hiperlink*, só para dar um clique?

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Ele vai disponibilizar.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Só par dar uma olhada.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – O PLS nº182, Delgado, por favor.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Abre o projeto, por gentileza. *(Pausa.)*

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Vamos à ementa.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Esse projeto eu acho que já perdeu o objeto, na minha opinião, em função da nova lei do SeAC. É um projeto de 2009, e houve uma lei aprovada em ...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Em 2011, não é? A lei?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho que não é o caso, independentemente do 220.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Então, o Conselheiro Alexandre Jobim está entendendo que também esse PLS nº 182 está fora do espectro da nossa...

O SR. ROBERTO FRANCO – Conselheiro, pelo texto aqui, parece-me até que esse projeto foi apensado à lei do SeAC.

O SR. COORDENADOR (Alexandre Jobim) – Era isso que eu ia falar aqui.

O SR. MÁRCIO NOVAES – Roberto, é isso mesmo. É o próprio. Ele é o próprio projeto que se converteu na lei.

O SR. ROBERTO FRANCO – Pelos artigos e dispositivos, ele parece muito similar à lei. E a lei transforma o serviço de TV por assinatura em um serviço de telecomunicações, tirando também o foco da discussão quanto ao art. 220, infelizmente – infelizmente, no meu ponto de vista.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Bom, nessa perspectiva, então, em relação às proposituras que tramitam no Senado, a Comissão encerra suas atividades, praticamente. Claro que aqui tem uma segunda página, que são os projetos que estão em tramitação na Câmara dos Deputados. Encerra-se – é claro que aqui é uma maneira pejorativa de dizer –, porque, desses projetos que nos foram apresentados pela assessoria, nenhum diz respeito diretamente à nossa atividade aqui.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Para ajudar a nossa secretaria, e compreendendo que, na verdade, nós estamos fazendo uma tarefa que não é pequena, tentando enquadrar neste critério nosso aí as leis que nós achamos que dizem respeito à regulação.

Se nós olharmos o artigo, vamos ver que ele diz respeito basicamente, no meu ponto de vista, à regulação de um princípio do combate ao monopólio

e oligopólio e à garantia da regionalização. Acho que são pelo menos dois os elementos que a gente podia elencar e que parecem essenciais para o artigo, dada a sua necessidade de regulamentar.

Eu não consigo me lembrar – não sei se meus pares aqui se lembram –, dentro do conjunto de leis que nós olhamos, se há alguma que diz respeito, por exemplo, à questão do monopólio, oligopólio, alguma coisa sobre propriedade cruzada. Eu não me recordo. Confesso que não me recordo.

Se não houver, parece-me que esse é um déficit, é um tipo de necessidade que precisa ser feito. Se não seremos nós a fazê-lo, alguém precisa fazê-lo.

Sobre a regionalização, sim, há alguns projetos. Nós, eu e a Maria José, recordamo-nos de um dos mais antigos que nós particularmente apoiávamos – ou pelo menos discutimos juntos –, que é o da Deputada Jandira Feghali. Há outro em andamento no Congresso Nacional agora, inclusive em relação ao qual nós temos algumas críticas. Pelo menos dois projetos eu lembro que há sobre regionalização. Então, eu acho que nós teremos que buscá-los para tentar mapear algum projeto que diga respeito a limite ou a identificação, que é o grande problema de monopólio e oligopólio.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu consultei agora, Schröeder – terminou? –, a assessoria, que me disse que fez pesquisa, sim, e não localizou, por esse parâmetro monopólio/oligopólio, projeto em tramitação. Nesse trabalho em relação à Câmara dos Deputados, nós temos, especificamente na pesquisa, regulamentação do art. 220... Aí referência direta, mas, quanto a monopólio e oligopólio, não temos nenhuma propositura, segundo me informa a assessoria. Não sei se algum dos integrantes do colegiado tem conhecimento de algum projeto.

Alguma coisa, Conselheiro Roberto?

O SR. ROBERTO FRANCO (*Fora do microfone.)* – Estava lendo aqui os da Câmara, rapidamente, e têm pertinência.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Têm, os da Câmara, parece-me que sim.

Então, vamos examinar aqui esses da Câmara: o PL nº 4.360, de autoria do Deputado Max Rosenmann.

Ementa. Dispõe sobre a proteção da pessoa e da família, em relação a programas de televisão que contrariem o princípio do respeito aos valores éticos e sociais, e dá outras providências. Estabelece punição para o descumprimento da classificação indicativa expedida nos termos do art. 220 da Constituição Federal.

Pertinente este? *(Pausa.)* A mim me parece que sim. O. k.?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – É mais específico ao art. 221, mas faz parte do art. 220.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Então, este fica, e vamos fazer, em seguida, a distribuição.

O PL nº 298, de 1995, dispõe sobre a classificação indicativa de diversões e espetáculos.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – É o mesmo tema.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Realmente, parece ser o mesmo tema. Então, podemos condensar talvez a análise de ambos num relator único, no âmbito da Comissão.

Pode ser? Então, também este fica? *(Pausa.)*

PL nº 2.735, de 1992, do Deputado Zaire Resende, de Minas, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação e dá outras providências. Regulamenta o disposto no art. 220 e no art. 221 da Constituição Federal.

Também a mim me parece pertinente. O.k.? *(Pausa.)*

Finalmente, o PL nº 6.045, de 1990, do Deputado Edmundo Galdino, que cria, para efeito indicativo, o certificado de classificação de diversões e espetáculos públicos e de programas de rádio e televisão, e dá outras providências. Regulamenta o inciso I do §3º do art. 220 da Constituição.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – É o mesmo dos dois primeiros.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – O mesmo, não é?

Pois bem, nós temos aqui quatro PLs, que ficam contemplados no âmbito de trabalho da Comissão. Colho sugestão quanto à sistemática de trabalho em relação a eles. Alguém tem alguma ideia? A minha ideia inicial foi de que nós, selecionando aqui, distribuíssemos, para que viesse um parecer... Aí, devemos decidir se numa minicomissão ou num relator individualizado, que eu penso ser a melhor sugestão, para a análise da Comissão como um todo, na sua próxima reunião. O que acham? *(Pausa.)* Alguma sugestão sobre essa ideia? Pode ser assim? *(Pausa.)*

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Celso Schröder

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que, se nós compreendermos que regionalização entra nesse tema, existem projetos na Casa. Eu gostaria que nós fizéssemos uma pesquisa e incorporássemos os projetos de regionalização nesse tema.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Da minha parte não há objeção. Posso pedir à assessoria, se me permite o nosso Coordenador, que

me apresente esse levantamento, conforme a indicação do Conselheiro, já na nossa próxima reunião.

Pode ser assim? A assessoria colhe a anotação a respeito?

Conselheiro Schröder, quer fazer uma indicação específica à assessoria, para que não nos percamos na próxima reunião, já que hoje é o ponto zero da nossa atuação aqui?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sim, já está no levantamento...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Que o Jobim fez.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER –...que o Alexandre Jobim fez.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Uma sugestão, Sr. Coordenador, é a seguinte.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – O Conselheiro Schröder está pautando o tema de regionalização. Acho que a gente pode definir esse como um dos temas e, depois, juntar os projetos. Senão, vamos criar uma burocracia desnecessária...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim, perfeitamente.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Se existe um, dois, três ou quatro, existe um tema a ser distribuído.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim, mas numa linha de objetividade que devemos ter aqui, até por termos pouquíssimo tempo...

Temos um denso trabalho elaborado pelo Conselheiro Alexandre Jobim, que foi distribuído logo no começo dos trabalhos do Conselho a todos nós. Como vamos pinçar esses temas para cá, para a próxima reunião? Do contrário, viremos com eles na próxima reunião, com o texto aqui, sem nenhum encaminhamento.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Não. O que estou querendo colocar é o seguinte. Estamos falando sobre a regionalização especificamente.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sobre a regionalização.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Independentemente do trabalho que a assessoria fizer em buscar ou nós mesmos em pincelar esses projetos que tratam sobre a regionalização, há um tema que o Conselheiro Schröder está pautando para que seja distribuído, que é a regionalização. É só esse o ponto que ele está colocando. Corrija-me se eu estiver errado.

Não precisamos esperar os projetos de lei para, depois, discutir na Comissão. O que ele está sugerindo é que pautemos o tema regionalização, e que venham os projetos que tratam sobre esse tema no conglomerado para análise e estudos na Comissão.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Está bem.

Conselheiro Gilberto Leifert. Em seguida, passo para o Roberto Franco.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Eu queria fazer uma ponderação.

A meu juízo, nós deveríamos, primeiro, fazer o levantamento dos projetos existentes e, em seguida, diante de eventual lacuna, seria avaliada a oportunidade e a conveniência de propor temas.

Então, insisto que o mais correto, diante do método aqui adotado, seria que a secretaria proporcionasse aos conselheiros o repertório de projetos que tenham afinidade ou matéria explicitamente declarada pelo art. 220. A regionalização é um dos temas, mas precisamos verificar a desistência dos projetos, porque, como disse o Conselheiro Schröder, existe projeto em tramitação.

Fiéis, então, ao critério, primeiro levantamos os projetos para, em seguida, cuidar de lacunas.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu passo já ao Conselheiro Roberto Franco, que pediu a palavra.

Conselheiro Gilberto Leifert, quando pedi à assessoria que o fizesse – esse material foi distribuído na semana passada, não é isso?, e todos receberam esse levantamento –, a minha ideia era exatamente essa. A ideia era de que aqui estivessem selecionados todos os projetos relacionados ao marco regulatório, portanto ao art. 220, Conselheiro Gilberto Leifert.

A minha ideia inicial ao distribuirmos isso na semana passada, quando eu pedi à assessoria que o fizesse, era exatamente para começarmos hoje com esse trabalho já realizado. Estamos excluindo aqui. Ainda temos um conjunto... Esses são os temas relacionados ao art. 220, mas ainda devemos analisar aqui... São várias proposituras em tramitação na Casa nessa sua sugestão. Acho que isso já contempla a sua sugestão.

Conselheiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu concordo com o Conselheiro Leifert, porém, neste caso específico, para darmos celeridade à questão, a minha proposta seria a seguinte: quanto ao art. 220, são identificados, na Câmara dos Deputados, três projetos que dizem respeito à classificação indicativa, um projeto que trata da liberdade de manifestação – então, são dois temas. E a regionalização, pelo que nós vimos em reuniões passadas do Conselho, existe projeto tramitando na Casa.

Então, especialmente neste caso, por saber que existem esses projetos, eu acho que a gente já poderia tratar deste tema, já poderia distribuir este tema e fazer a verificação em paralelo. Havendo os projetos, estes projetos – e só esses – serão analisados e, havendo lacuna – aí, sim –, nós endereçaríamos de outra for-

ma. Mas a minha proposta é de que esses três temas sejam distribuídos na reunião de hoje, facilitando que tenhamos pauta para a próxima reunião.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Esses três que selecionamos agora.

O SR. ROBERTO FRANCO –...(*Ininteligível),* que são três projetos identificados aqui – pode haver outros –, liberdade de manifestação – há um projeto aqui e pode haver outros –, e a regionalização, conforme proposto pelo Conselheiro Schröder.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Eu só acho que, pelo fato de o tema da regionalização ser muito caro e muito claro na sua pertinência, em relação ao 220, talvez neste caso já se pudesse escolher um relator.

Mas eu acho que a ponderação do Conselheiro Gilberto Leifert é importante no seguinte sentido: nós estamos aqui, na primeira reunião, criando procedimentos que valerão para todas as próximas reuniões. Então, na medida em que surge um tema em que haja projeto de lei, talvez o procedimento mais correto fosse o tema ser levantado pela comissão, fazer-se a relação dos projetos e, na próxima reunião, com a relação dos projetos e a leitura, determinar-se a escolha do relator. Pode-se abrir – quem sabe – uma exceção para o caso da programação regional pela sua pertinência, mas o que é importante nessa sugestão do Conselheiro Gilberto Leifert é o procedimento que valerá daqui para frente; ou seja, à medida que qualquer conselheiro traga um tema à tona, dever-se-á fazer um levantamento dos projetos em tramitação na Casa, este plenário ler os projetos, olhá-los, avaliá-los e escolher um relator.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Bom dia à Mesa! Bom dia a todas e a todos, ao *staff*!

Eu queria só registrar – eu não sei se é o momento – que há um projeto que regula o monopólio e propriedade cruzada, do Deputado Ivan Valente – eu não lembro o número –, de 2009.

Era o registro que eu queria fazer.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sugestão de critérios para distribuição. Como não temos um regulamento, um regimento ou algo que regule o funcionamento da Comissão, eu colho sugestão quanto à distribuição desses quatro projetos que selecionamos há pouco.

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – Quer dizer que está incluindo esse?

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Há um ato... Eu não me lembro se esse ato regula a distribuição de projetos no âmbito da comissão. Eu acho que não. *(Pausa.)*

O Conselheiro Alexandre Jobim pensou em algo para a sistematização da Comissão? Devia ter visto funcionar a sua primeiro para eu ver como é a ideia. Estamos aprendendo. Eu pelo menos estou aprendendo aqui, hoje. *(Pausa.)*

Pois não. Quem? Schröder

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Então, com essa informação que nos traz o Conselheiro Nascimento, queria que fosse adotado o mesmo critério; ou seja, é pertinente ao art. 220 tratar do oligopólio e monopólio. Se existe, a secretaria buscou com esse nome, e não localizou. O Conselheiro lembra que existe pelo menos um projeto, do Deputado Ivan Valente. Eu gostaria, então, que também fosse o mesmo critério: entrasse na próxima reunião. Nós tivéssemos já esse para a subcomissão.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – A assessoria pode coletá-lo, por favor? Conselheiro Gilberto Leifert

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – O sentido de divulgação antecipada do repertório era exatamente permitir aos membros do Conselho que tivessem conhecimento das proposições em andamento e verificassem eventuais lacunas. Eu acho que essa oportunidade é valiosa, para que, ao final da reunião, a coordenação reiterasse ao *staff* solicitação no sentido de fazer busca por palavras-chaves que serão sugeridas aqui durante os trabalhos. Já surgiram as palavras, portanto, de regionalização da programação e de propriedade dos meios de comunicação, oligopólio, monopólio. Então, poderia ser feita a indicação de palavra-chave para que a assessoria ampliasse a busca para elaboração do repertório.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Perfeito. Adoto a sugestão, sim.

Conselheiro Daniel Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Coordenador, esse segundo exemplo, que foi a lembrança do Conselheiro Nascimento de que existe um projeto do Deputado Ivan Valente de 2009, tratando desse tema, só reforça a minha intervenção anterior, no sentido de criarmos um procedimento seguinte: à medida que os temas forem lembrados, sugeridos ou colocados aqui, que a secretaria faça o levantamento desses processos para a reunião seguinte e, com esses dados, seja escolhido um relator e prazo para entrega de relatório após esse processo; ou seja, se o conselheiro der um ideia, é preciso fazer o levantamento se há projetos ou não, quais são, quantos são, se vão ser apensados tudo numa relatoria, em duas, assim por diante, e que,

nas reuniões seguintes, torne-se procedimento desta Comissão esse tipo de funcionamento.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Temos dois temas já sugeridos como palavras-chaves: regionalização e monopólio da propriedade, não é isso? Vou pedir à assessoria que levante, fazendo a distribuição a todos os integrantes da Comissão. Está certo assim? Assim, na reunião seguinte, próxima, podemos fazer a análise da pertinência de cada uma das proposições apresentadas nesse trabalho que será elaborado pela assessoria e distribuído. Pode ser assim? Para ser objetivo, porque isso condensa a ideia do Leifert e do Daniel. Pode ser assim? *(Pausa.)*

E em relação a esses aqui, segundo o regulamento nosso, no art. 3º, cabe ao Coordenador a distribuição das proposições a serem analisadas, e, aí, trazendo os pareceres na próxima reunião para análise do Colegiado. O.k.?

Então, temos aqui, acredito, distribuição entre dois membros do colegiado. Os PLs 4360, 298 e 6045 têm o mesmo tema. Estou correto? *(Pausa.)* Dizem respeito à classificação indicativa de espetáculos. Portanto, parece-me que o correto seria sua distribuição a um único relator.

Sim, Conselho Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – A preocupação nossa, Coordenador, é de que os relatos cheguem o mais, enfim, redondos, para usar uma expressão chula, ou, pelo menos, popular. Que cheguem expressando, digamos, a média das posições. Não seria mais conveniente, não seríamos mais, digamos, cautelosos, se, em vez de passarmos para um relator, criássemos uma subcomissão, de pelo menos duas ou três pessoas, para que esse relatório já chegue com os consensos e os dissensos explicitados?

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Uma espécie de comissão de relatoria, como no âmbito do Conselho.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Isso, isso.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Nenhuma objeção, acho que três membros.

Nesse caso, posso indicar aqui o próprio Conselheiro Schröder, Conselheiro Jobim e Conselheiro Daniel para a relatoria desses três PLs?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Calma aí, Coordenador. (*Risos.)*

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Tem absoluta pertinência. Estou condensando por isso.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Não, sei. O que eu gostaria de sugerir é que houvesse uma decisão de se criarem três comissões de relatoria, mas não necessariamente os três nas mesmas condições. Acho que podia elencar aqui autossugestões dos membros, ou seja a disposição de estar presente nas relatorias. E, aí, estendo a um número maior; senão, vamos acabar...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sobrecarregando uns.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Como existe uma paridade no sentido da representação patronal de empregados da sociedade civil, acho que esse é o mote. Do contrário, a gente vai concentrar o trabalho nas mãos de poucos. Acho que seria importante nesta reunião justamente a distribuição, mas reitero o que falei no início – o Coordenador Dom Orani não havia chegado ainda –, no sentido de que nos comprometemos a, na reunião de dezembro, levarmos uma expectativa de cronograma até agosto, dos temas prioritários.

Aqui estão facilmente identificados, digamos, três ou quatro temas prioritários. Dividiríamos em reuniões de relatoria, estabeleceríamos aqui um cronograma interno de debate na Comissão e um cronograma externo, vamos dizer assim, de levar ao plenário do Conselho. Acho que é importante sair daqui com essa decisão, com esse cronograma, porque, ainda que se traga o mais redondo possível, é possível que algum membro queira pedir vista ou discutir, debater. E podemos levar isso para o Conselho, para fazer o debate. Esse é o ponto. Vamos estabelecer que tipo de debate nós vamos ter. Vamos ter uma discussão prévia com uma identificação de consenso, de dissenso, no âmbito da Comissão ou somente no âmbito da comissão de relatoria? Acho que é importante esclarecer isso.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu quero, inclusive, pedir desculpas aos meus pares todos, porque, como é a primeira reunião, e, ainda que sob a supervisão do nosso querido Coordenador (*Risos.)*, estamos todos aprendendo a fazer funcionar essas comissões. Usei aqui de certo centralismo democrático, já indicando logo os integrantes dessa comissão de relatoria, mas não tenho nenhuma objeção a que seja uma autoindicação, como sugerido pelo Conselheiro Jobim.

O Conselheiro Gilberto Leifert pede a palavra?

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT– Como a ideia é de autoindicação, queria propor o nome do Conselheiro Daniel Pimentel Slaviero para acompanhar, como contribuinte da Comissão, como um de seus membros, o assunto da classificação indicativa, que já foi exaustivamente discutido pelas emissoras de rádio e televisão, com o Poder Executivo, e também pelo fato de que existe processo em tramitação perante o Supremo Tribunal Federal. Acredito que a participação do Conselheiro Slaviero, que preside também a Asso-

ciação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, poderá trazer importantes informações a respeito de como o assunto foi conduzido, já que existe em vigor no País um sistema de classificação indicativa.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Já havia sido indicado por mim pensando na vinculação direta que têm as empresas de rádio e televisão. Conselheiro Daniel, aceita a sugestão?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Acho que a sugestão ali tem pertinência. Aceito, sim, essa sugestão. O importante, Sr. Coordenador, neste momento, é validar essa sugestão do Schröder, se faremos subcomissões, sub-relatorias, com três pessoas, ou um relator, que trará a sua visão. E aí os outros relatores, se tiverem divergências, poderão fazer relatórios à parte, o que me parece ser um pouco mais razoável, uma vez que isso já é, vamos dizer, outra instância do Conselho maior, que é o Pleno do Conselho. Estou pensando por uma questão de logística e de número de pessoas disponíveis entre os conselheiros para fazer essa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela ordem, Conselheiro.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Então, de ponto prático, aceito a sugestão e confesso que não tenho restrição nenhum em fazê-la numa sub-relatoria de três ou trazer uma primeira versão para a próxima reunião, mas acho que vale a discussão por esta Comissão, pelos seus membros e pelo Coordenador. Se o encaminhamento será numa relatoria de três, considerando que isso já é outra instância do Plenário pleno, que fará a avaliação, a deliberação e a posição do Conselho final.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Mas, isso me parece superado. Vamos compor a comissão de relatoria, composta por três conselheiros, porque isso foi há pouco decidido – parece-me que bem decidido já. E, no âmbito desta Subcomissão, que trará um trabalho, define-se quem vai reelaborar, quem será o relator do trabalho que será apresentado, e os três decidem a redação final em discussão. Não vejo como ser diferente.

Outros dois nomes. Na sugestão de auto-indicação: Schröder?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu vou aceitar a indicação. Aceito a indicação inicial.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Alguma objeção? *(Pausa.)*

Dessa comissão de relatoria. Terceiro nome...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER (*Fora do microfone.*) – Acho que teria de ser, se me permite, atendendo à orientação, poderíamos (*Ininteligível)*... sociedade civil.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Para ficar equilibrado. Quem...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – O Fernando César está aqui tão...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Fernando César Mesquita...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – ...para uma auto-indicação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Indico já.

Então, a Subcomissão de Relatoria fica composta por Daniel Slaviero, Celso Schröder e Fernando Cesar Mesquita, O. K.? E aí, neste tripé, define-se quem será o Relator a critério dos três. Pode ser? E devem fazê-lo ainda hoje, trazendo relatório já na próxima reunião. Certo assim? *(Pausa.)*

A assessoria me traz informação, Conselheiro Nascimento, de que o PL não tinha sido localizado, mas acabou de ser localizado.

Então, temos ainda um último que regula a liberdade de manifestação do pensamento, dá informação e dá outras providências. Como um desdobramento, também devemos definir quem relata este para a próxima reunião.

Conselheiro Jobim, está se auto-indicando?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Coordenador, eu tinha só uma dúvida aqui. Não é querer trazer mais trabalho, mas não tenho dúvida de que esse fala do art. 220, e como a premissa maior do art. 220 é a liberdade de expressão, temos uma comissão específica para isso.

Existem temas praticamente idênticos a esse projeto na outra comissão. Não sei se seria o caso de nós deslocarmos ou deixarmos aqui simplesmente porque cita aqui o art. 220.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Temos uma comissão específica de liberdade de expressão. Pode ser redistribuído para lá? Quem é o Coordenador dela?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Acho que compreendendo que ela diz respeito, obviamente, ao art. 220.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – E que se reunirá em seguida. Então, fica...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – A minha sugestão é a seguinte: fiz uma dinâmica, e vamos começar a reunião daqui a pouco, na outra comissão, que deve ser em outro plenário, e já pegaríamos esse projeto e encaixaríamos em um dos temas das relatorias, que já entraria junto. Seria uma sugestão.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Perfeito.

Nossa reunião vai até as 10h30min aqui. Então, ainda temos tempo. Portanto, sugiro nos debruçarmos sobre essa outra coletânea que não diz respeito diretamente ao art.220, mas que tem relação de pertinência, segundo entendeu a assessoria, com a atividade da Comissão do Marco Regulatório.

E, como temos aqui quatro eixos – serviço de radiodifusão comunitária, televisão comunitária, propaganda em rádio e televisão educativa e anistia de penalidades pela exploração sem outorga pelo serviço de radiodifusão – primeiro, vamos definir a pertinência temática em relação à Comissão.

O serviço de radiodifusão comunitária genericamente. E aí cada um dos projetos e das proposições deverá ser analisado por nós. Estes têm relação direta com a Comissão? Devemos definir isso em primeiro lugar. E distribuir.

A minha sugestão em relação a esse pacote é que nós distribuíssemos cada um desses quatro eixos, para que também seja trazida na nossa próxima reunião uma condensação do que diz respeito a esta Comissão ou não. O que acham disso, nessa mesma linha de trabalho que fixamos há pouco?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Coordenador, acho que o que ele está querendo sugerir, Schröder, é no sentido de se nós vamos ter a mesma dinâmica em dividir esses blocos em comissões de relatoria, ou não, ou no pacote inteiro.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Sim, eu penso que sim; a minha sugestão é exatamente essa.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho que sim. Agora, eu queria só assim... Todo esse primeiro bloco, que é gigante em termos de número de proposições, na verdade, trata sobre um tema único, que são eventuais alterações da Lei de Radiodifusão Comunitária; esse é um primeiro ponto.

Existe outro tema que diz respeito a outro bloco, que é a propaganda em televisão educativa, e que não tem nada a ver com comunitária; eu não sei se seria o caso de estar nesta Comissão ou na Comissão de Publicidade.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu penso que na Comissão de Propaganda.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Só para preponderar já nos três temas.

E eu tenho dificuldade de verificar; não há como dividir esse primeiro bloco. Esse é o caso de uma comissão de relatoria com um prazo mais para frente. Eu acho que seria para o primeiro semestre de 2014. Nós temos duas formas de analisar isso. Uma – assim, pensando em uma lógica, eu, se fosse relator; não vou ser – é no sentido de analisar projeto por projeto, identificar os núcleos de modificação, ou pegar a lei e cruzar com as tentativas de alteração. Ou seja, isso é questão de metodologia. E isso demanda bastante tempo para análise e verificação. Eu não sei se são só esses os projetos. Eu acho que o trabalho bem feito é analisar as tantas audiências públicas que já foram realizadas no Parlamento quanto a isso e fazer um cruzamento.

Então, eu concordo com a metodologia. Acho que, necessariamente, tem de ser uma comissão de relatoria, para que tenha um trabalho, digamos, a várias mãos. Para esse, eu gostaria de dar prioridade, mas é um trabalho longo; não é um trabalho simples de fazer em uma próxima reunião.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – V. Exª está concordando com a proposta que fiz, apenas com um alargamento desse prazo. Mas a minha sugestão para a próxima reunião é de que pelo menos essa comissão de relatoria fizesse a exclusão daquilo que não tenha relação temática específica, senão vamos ficar com o trabalho aberto. Entendeu? Pode ser assim?

Este primeiro bloco, Serviços de Radiodifusão Comunitária, primeiro ponto, diz respeito ao trabalho desta Comissão. Certo? E aí, em bloco, como disse o Conselheiro Jobim, é muito amplo, e a minha sugestão é de que a subcomissão que agora vamos compor defina aqui o que fica no âmbito, e aí, depois, num trabalho mais longo, elabore quanto ao mérito de cada uma delas. Pode ser?

Autoindicações para esta subcomissão, Serviços de Radiodifusão Comunitária?

Conselheiro Schröder

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu queria indicar o Conselheiro Nascimento para compor essa ...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Nascimento, aceita a indicação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Mais alguém, por autoindicação?

Conselhereiro Roberto Franco.

O SR. ROBERTO FRANCO – Eu faria a sugestão do Márcio Novaes.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Novaes?

Aceita, Conselheiro Novaes?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Um último nome; um mais. Sociedade civil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Dr. Lourival. Ele é da imprensa ou da sociedade civil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Imprensa. Sociedade civil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Os suplentes nessas subcomissões estão sendo admitidos. Conselheira Wrana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Conselheira Wrana, eu sugiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Conselheiro Gerace.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Gerace?

Então, para elaborar aqui um trabalho de análise do que será tema do nosso trabalho, de exclusão em relação a essas proposituras todas que estão elencadas aqui nessas 16 folhas, fica designada a comissão formada pelos Conselheiros Nascimento Silva, Novaes e Gerace, O. K.?

Perfeito.

Televisão Comunitária. Pertinência também com o nosso trabalho? Alguma objeção, alguma consideração a respeito?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu tenho um questionamento, Sr. Coordenador. Não tenho os projetos aqui, mas o que eu lembro de televisão comunitária é que, na verdade, há alguns projetos criando a televisão comunitária e alguns projetos alterando a lei de radiodifusão comunitária, incluindo a televisão como uma das suas hipóteses. Não sei se seria o caso de juntar nesta primeira comissão de relatoria.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Juntar já na primeira?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Radiodifusão comunitária.

Alguns dos integrantes têm objeção?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Coordenador, são duas coisas bem distintas para avaliarmos aqui, no plenário. Uma coisa é um serviço que já está criado, que é o serviço de rádio comunitária, que tem toda uma normativa e que tem, como aqui listado, 41 projetos para alterar seja a potência, seja a publicidade, sejam todos os envolvimentos do serviço de rádio comunitária. E o outro cria o serviço de televisão comunitária, que é bem distinto, e é um novo serviço de televisão no País.

Então, talvez, aqui, para consideração dos companheiros, como se trata de um novo serviço, talvez coubesse uma nova relatoria ou, quem sabe, deixar esse assunto para uma segunda etapa, para uma segunda fase, depois que houver esses primeiros trabalhos da Comissão.

Só para consideração do Coordenador e dos demais conselheiros.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Daniel, eu entendo a sugestão do Conselheiro Alexandre, sem querer explicá-la, já que ele próprio pode e deve fazê-lo. Mas o trabalho desta Comissão será, primeiro, um trabalho de triagem, de análise, ainda não de mérito das proposições todas, porque são muitas. Condensando, ele vai trabalhar com radiodifusão comunitária e televisão comunitária, para trazer uma análise superficial para a Comissão na próxima reunião; se estará no âmbito de análise do marco regulatório da Comissão do Marco Regulatório ou não.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Então, se for essa a sugestão do Conselheiro Jobim, eu interpretei mal e retiro, porque eu havia entendido que a Comissão, com um tempo maior, ia fazer análise do mérito dessas 41 proposições.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – A minha sugestão entendi que foi acolhida da seguinte forma: primeiro, para a próxima reunião, essa subcomissão já deveria trazer uma análise de exclusão ou inclusão desses projetos todos no âmbito da Comissão, para que depois elabore um parecer de relatoria final.

É essa, Jobim, a sua sugestão?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Mais ou menos, mas concordo com a sua posição.

Concordo que televisão comunitária seja um tema novo. O ponto que coloquei aqui é que existem projetos querendo criar o serviço dentro de uma mesma lei, e outros querendo criar uma lei separadamente para isso.

Então, acho que caberia a esta Comissão, eventualmente, até dizer o seguinte: "Achamos melhor a televisão comunitária ser analisada por uma outra comissão". O.K., mas essa primeira triagem talvez deva ser feita pela mesma comissão. É esse o ponto.

Também, para mim, não haveria nenhum problema que a mesma comissão analisasse o mérito, ainda que em relatórios separados ou coisa parecida. Mas, como está suspenso, em função de uma decisão posterior...

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Vou contrapor uma consideração à ideia de que esse serviço é um serviço novo. É verdade que é um serviço

novo nos projetos que estão aqui de televisão aberta, mas o conceito de televisão comunitária foi criado no mesmo projeto em que se criou o de rádio comunitária. Exatamente na chamada antiga Lei do Cabo. Portanto, como esses projetos todos são anteriores ao final da Lei do Cabo, parece-me que são pertinentes.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Mas, para a comissão composta pelos Conselheiros Nascimento, Novaes e Gerace, fica claro esse trabalho de triagem inicial? Ficou claro isso? O colegiado está entendendo assim? *(Pausa.)*

Então, assim definido, vamos ao próximo bloco, que é propaganda em rádio e televisão educativa. Talvez esse fosse de pertinência da comissão específica de propaganda; deslocássemos para essa comissão, se o seu Coordenador, o Conselheiro Gilberto Leifert, não tiver objeção, assim como os demais membros do colegiado. (*Pausa.*)

Então, esse bloco fica deslocado para análise daquela comissão.

Finalmente, o último bloco que tenho aqui é anistia de penalidades pela exploração sem outorga do serviço de radiodifusão.

Para esse também devemos compor uma comissão de relatoria. É isso? Indicações? *(Pausa.)*

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu conheço esses projetos, Sr. Coordenador. Esses projetos de anistia não dizem respeito a nenhuma modificação legislativa do sistema de radiodifusão comunitária. São projetos simplesmente em que se quer dar uma anistia – como em tantos projetos que tivemos no Congresso Nacional, alguns inclusive aprovados e, depois, julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal – a toda uma série de irregularidades, sejam administrativas, sejam de natureza penal, àqueles que mal se utilizaram desse serviço ou da chamada radiodifusão clandestina. Então, ele não está realmente dentro do mesmo tema. É uma questão muito pontual que não precisaria estar na mesma comissão.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Pois é, mas haveria uma outra comissão que já possa trazer aqui, como naquela comissão composta, um parecer quanto ao mérito dessas seis proposituras apenas. Pode ser assim? Porque, assim, nós avançamos nessas duas comissões – a primeira e esta agora – já quanto ao mérito, e analisamos o parecer que nos venha dessa subcomissão de relatoria.

Conselheiro Schröder, é sobre esse ponto?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHÖDER – É sobre esse ponto, até para desadjetivar um pouco a intervenção do meu par, o Conselheiro Jobim. Na verdade, não diz respeito exatamente a criminosos que estão pedindo, ou seja, que mal fizeram o serviço. Na verdade, diz respeito a uma falha do Estado brasileiro, que não conseguia dar conta dos pedidos de regulamentação das rádios comunitárias, que foram colocadas na marginalidade por ineficiência do Estado brasileiro. Portanto, todos esses projetos dizem respeito a essa tentativa de descriminalizar essas pessoas que foram enquadradas nessa penalidade injusta, na medida em que não foi culpa deles. Mas isso é uma opinião, como é opinião a que o Conselheiro Jobim manifesta aqui.

Concordo com o Conselheiro Jobim. Parece-me que isso é uma ação que não diz respeito ao art. 220 especificamente, embora eu ache que nós temos de nos debruçar sobre isso, sim, porque é uma expectativa de que temos que dar conta dessas pessoas que estão aí penalizadas não por sua responsabilidade, mas por incapacidade do Estado brasileiro.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Pois me parece que é exatamente o que a Comissão vai fazer: analisar os projetos, que são muito específicos, acho até que com muito mais simplicidade, sem nenhuma *capitis diminutio* aqui à ideia.

Mas colho sugestões de nomes para essa comissão. Nascimento?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sim.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Quer integrar? Está se sugerindo? Alguma objeção que haja coincidência?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Como?

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Conselheiro João Monteiro de Barros, que está ausente.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Conselheiro Monteiro de Barros?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – O Leifert está indicando...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone.*) – Eu me candidato.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Jobim?

Então, ficam o Nascimento Silva, o Fernando Mesquita e o Alexandre Jobim, para esse terceiro bloco. O.k.?

A pedido da assessoria e para o conhecimento de todos, nós teremos uma subcomissão de relatoria composta pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Celso Schröder e Fernando Cesar Mesquita, para a análise das proposições que tramitam na Câmara dos Deputados e que digam respeito à classificação indicativa. Essa comissão trará já a análise de mérito dessas

proposições na próxima reunião. É isso? Foi isso que decidimos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – A primeira subcomissão de relatoria de classificação indicativa, composta pelos Conselheiros Daniel Slaviero, Celso Schröder e Fernando Cesar Mesquita, vai trazer, na próxima reunião, já o parecer quanto às proposições que foram selecionadas por nós.

A segunda comissão que formamos, essa com espectro mais amplo, composta pelos Conselheiros Nascimento, Novaes e Gerace, vai fazer uma análise dos serviços de radiodifusão e TV comunitária daquilo – aí não ainda mérito, porque são muitas proposições – que diz respeito à Comissão do Marco Regulatório, para que, na próxima reunião, nós façamos a seleção, conforme venha a opinião da comissão, para incursionarmos no mérito. Está certo assim? Foi isso que decidiu o colegiado? *(Pausa.)*

Estou sintetizando aqui. A assessoria está captando? (*Pausa.*)

E, finalmente...

Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – E a redistribuição às comissões que têm afinidade com os temas.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Sampaio Cançado) – Com certeza.

O bloco específico de propaganda em rádio e televisão educativa foi redistribuído à Comissão de Propaganda, que será bem coordenada pelo Conselheiro Gilberto Leifert.

E, finalmente, fizemos aqui a composição da terceira subcomissão, composta pelos Conselheiros Nascimento Silva, Fernando Mesquita e Alexandre Jobim, para análise do terceiro e último bloco, que é de anistia das penalidades. O. k.? Aí, também essa comissão já trazendo o mérito da análise dessas seis proposições.

Está claro? Está bem decidido assim? *(Pausa.)*

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Coordenador, eu não queria me intrometer na composição, mas lembro que tínhamos sugerido que a Conselheira Wrana participaria. Não sei se o conselheiro...

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA (*Fora do microfone.*) – (*Ininteligível.*)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Então, ela vem para a primeira comissão... Não, aí o Fernando Mesquita está... Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA (*Fora do microfone.*) – Da rádio comunitária?

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Comunitária. Então, a Conselheira Wrana entra naquela primeira comissão que vai...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Não, fica na comunitária. É na primeira; ela entra na da classificação, composta agora por: Daniel Slaviero, Celso Schröder e Wrana Panizzi. Certo?

E, finalmente, como eu penso que é a última deliberação, em resumo...

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA (*Fora do microfone.*) – (*Ininteligível.*)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Não, o Fernando...

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA (*Fora do microfone.*) – (*Ininteligível.*)

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – É a última comissão. Da anistia, não é isso, Fernando Mesquita? O nosso Coordenador questiona se está correta a composição. Precisa que seja repetido? Está claro para todos? *(Pausa.)*

Fernando Mesquita fica na última comissão composta por Fernando Mesquita, Nascimento Silva e Jobim, que vai tratar da anistia.

Como última deliberação, vamos distribuir, solicitando à assessoria... Então, ratifico a solicitação à assessoria que levante as proposições que tramitam e que digam respeito à regulamentação do monopólio e propriedade dos veículos de comunicação – está certo – e à regionalização. Está certo? Da minha parte, são essas as decisões.

Eu franqueio a palavra aos membros da Comissão, pedindo desculpas desde já por eventual falha na condução pelo inusitado do trabalho.

Conselheiro Alexandre Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Coordenador, tenho uma dúvida aqui que eu queria colocar ao colegiado, que é se não devemos decidir de plano, aproveitar a reunião – há mais quatro minutos – para definir as relatorias dessas subcomissões.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Podemos fazê-lo.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Porque eu acho que, como sugestão, se é do interesse da Comissão, aproveitar o trabalho... Ou se reúnem os membros da subcomissão e comunicam, ou a Mesa decide, enfim.

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Eu penso que essa decisão pode ser tomada no âmbito de cada uma das comissões de relatoria. Pode ser assim? Evidentemente, precisará haver consenso entre os três integrantes: Daniel Slaviero, Celso

Schröder e Wrana Panizzi na primeira; Nascimento Silva, Novaes e Gerace na segunda; e Nascimento, Fernando Mesquita e Alexandre Jobim na última. Aí, decidem entre eles os integrantes.

Palavra ainda franqueada a todos integrantes. (*Pausa.*)

Mais alguém? (*Pausa.*)

DOCUMENTOS PERTINENTES À 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2013, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha);e
2. Lista de presença não membros (01 folha)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO TEMÁTICA DO MARCO LEGAL E REGULATÓRIO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 9H,
NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

LISTA DE PRESENÇA

COORDENADOR: MIGUEL ANGELO CANÇADO

MEMBROS	ASSINATURA	MEMBROS	ASSINATURA
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS Representante de empresas da imprensa escrita	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARCIO NOVAES Representante das empresas de televisão	
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO Representante das empresas de rádio		MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA Representante da sociedade civil	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil	
LUIZ ANTONIO GERACE Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio	
LILIANA NAKONECHNYJ Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social	COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIA	WRANA PANIZZI Representante da sociedade civil	

VISTO: _____, em 4 de novembro de 2013.
COORDENADOR

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO MARCO REGULATÓRIO
EM 04 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 9H, NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA

LISTA DE PRESENÇA NÃO MEMBROS

Coordenador: MIGUEL ANGELO CANÇADO

NOME	ASSINATURA
DORA KRAM FAS TEMPESTA	
FERNANDO CESAR MESQUITA	
MARIA JOSÉ BRAGA	

Visto:

Brasília, 04 de novembro de 2013

O SR. COORDENADOR (Miguel Angelo Cançado) – Não havendo, agradeço a presença e o tempo que temos para nos deslocarmos.

Será aqui mesmo?

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrados os trabalhos da Comissão exatamente às 10h27min.

Muito obrigado a todos pela presença e pela compreensão.

Muito obrigado ao nosso Coordenador Dom Orani, que nos dignificou e nos brindou com sua presença aqui hoje.

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

Agenda do Presidente Renan Calheiros

2/12/2013

Segunda-feira

9h30 **I Simpósio Nacional de Ouvidorias Judiciárias**
Auditório externo do Superior Tribunal de Justiça
SAF Sul Quadra 6 Lote 1

11h **Cerimônia de Assinatura do Primeiro Contrato de Partilha para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural na área do Pré-Sal**
Salão Nobre, 2º andar do Palácio do Planalto

12h **Sessão Solene destinada a comemorar os 30 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-PTB - Osvaldo Sobrinho* (S)
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-21 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia ... PP/RS
Benedito de Lira ... PP/AL
Casildo Maldaner ... PMDB/SC
Ciro Nogueira ... PP/PI
Clésio Andrade ... PMDB/MG
Eduardo Braga ... PMDB/AM
Eunício Oliveira ... PMDB/CE
Francisco Dornelles ... PP/RJ
Garibaldi Alves ... PMDB/RN
Ivo Cassol ... PP/RO
Jader Barbalho ... PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos ... PMDB/PE
João Alberto Souza ... PMDB/MA
José Sarney ... PMDB/AP
Kátia Abreu ... PMDB/TO
Lobão Filho ... PMDB/MA
Luiz Henrique ... PMDB/SC
Paulo Davim ... PV/RN
Pedro Simon ... PMDB/RS
Renan Calheiros ... PMDB/AL
Ricardo Ferraço ... PMDB/ES
Roberto Requião ... PMDB/PR
Romero Jucá ... PMDB/RR
Sérgio Petecão ... PSD/AC
Sérgio Souza ... PMDB/PR
Valdir Raupp ... PMDB/RO
Vital do Rêgo ... PMDB/PB
Waldemir Moka ... PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2
PSOL-1

Acir Gurgacz ... PDT/RO
Ana Rita ... PT/ES
Angela Portela ... PT/RR
Anibal Diniz ... PT/AC
Antonio Carlos Valadares ... PSB/SE
Cristovam Buarque ... PDT/DF
Delcídio do Amaral ... PT/MS
Eduardo Suplicy ... PT/SP
Humberto Costa ... PT/PE
Inácio Arruda ... PCdoB/CE
João Capiberibe ... PSB/AP
João Durval ... PDT/BA
Jorge Viana ... PT/AC
José Pimentel ... PT/CE
Lídice da Mata ... PSB/BA
Lindbergh Farias ... PT/RJ
Paulo Paim ... PT/RS
Pedro Taques ... PDT/MT
Randolfe Rodrigues ... PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg ... PSB/DF
Vanessa Grazziotin ... PCdoB/AM
Walter Pinheiro ... PT/BA
Wellington Dias ... PT/PI
Zeze Perrella ... PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 14
PSDB-11 / DEM-3

Aécio Neves ... PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira ... PSDB/SP
Alvaro Dias ... PSDB/PR
Cássio Cunha Lima ... PSDB/PB
Cícero Lucena ... PSDB/PB
Cyro Miranda ... PSDB/GO
Flexa Ribeiro ... PSDB/PA
José Agripino ... DEM/RN
Lúcia Vânia ... PSDB/GO
Maria do Carmo Alves ... DEM/SE
Mário Couto ... PSDB/PA
Paulo Bauer ... PSDB/SC
Ruben Figueiró ... PSDB/MS
Wilder Morais ... DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14
PTB-7 / PR-5 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento ... PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues ... PR/SP
Armando Monteiro ... PTB/PE
Blairo Maggi ... PR/MT
Eduardo Amorim ... PSC/SE
Eduardo Lopes ... PRB/RJ
Epitácio Cafeteira ... PTB/MA
Fernando Collor ... PTB/AL
Gim ... PTB/DF
João Ribeiro ... PR/TO
João Vicente Claudino ... PTB/PI
Magno Malta ... PR/ES
Mozarildo Cavalcanti ... PTB/RR
Osvaldo Sobrinho ... PTB/MT

SDD - 1

Vicentinho Alves ... TO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco Parlamentar Minoria	14
Bloco Parlamentar União e Força	14
SDD	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Osvaldo Sobrinho* (Bloco-PTB-MT)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos -

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Lider

Eunicio Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Lider do PMDB - 21

Eunicio Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Lider do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Lider do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Lider do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Lider

Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,106)

.....

Lider do PTB - 7

Gim (56,58,59)

Lider do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Lider do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Lider do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100,106)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Lider

Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Lider do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,91)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Lider do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Lider do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Lider do PCdoB - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Lider do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Lider

Eduardo Braga - Governo (19)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Lider

Mário Couto - Bloco (34,63)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101,112)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Lider do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (3,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,86)

Lider do DEM - 3

José Agripino (2,30,34,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (101,112)

SDD - 1

Lider

Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a reconchição do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.

79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (6)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

Leitura: 10/07/2013
Instalação: 03/09/2013
Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Roberto Requião (PMDB-PR) (1,5)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1,5)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (1)	2. VAGO (1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) (1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) (2)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) (2)
Anibal Diniz (PT-AC) (2)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) (4)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anpibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim e designados membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Notas:
1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

Secretário(a): Gulherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 18/10/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 18/11/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 02/12/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 16/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (5,4)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (8,3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO (14)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) (10,11,13,6)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Recebimento de emendas perante as Comissões : 21/08/2013 a 18/10/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 21/10/2013 a 18/11/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 19/11/2013 a 02/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 06/12/2013 a 16/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

*******. Em 20.08.2013, foi lido o Ofício nº 39/2013-CT Reforma Código Penal, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 1.034, de 2012; a reabertura dos prazos; e a prorrogação, por mais cinco dias úteis, do prazo para apresentação de emendas.

********. Em 28.08.2013, foi lido o Ofício nº 40/2013-CT Reforma Código Penal, que solicita a prorrogação do prazo para apresentação de emendas até o dia 13 de setembro de 2013 e, consequentemente, a recontagem dos demais prazos.

*********. Em 12.09.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.050, de 2013, que prorroga o prazo para apresentação de emendas na Comissão até o dia 18 de outubro de 2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
14. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

2) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (3,4,11)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

************. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

6) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Instalação: 14/03/2013
Prazo final prorrogado: 09/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) (6,5,8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

*****. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

****. Em 04.09.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.029, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM (Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Paulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

8. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013
Prazo final prorrogado: 09/12/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib
Marco Aurélio Belizze
Maurício Kuehne
Augusto Eduardo de Souza Rossini
Luciano Losekann
Nidea Rita Coltro Sorci

Notas:
*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.
. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.
***. Em 01.10.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.153, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 70 dias.
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.
(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012
Instalação: 17/04/2013
Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. VAGO (1,9,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:
1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 20/12/2013

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
**. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
************. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*************. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013
Prazo final prorrogado: 03/12/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

Notas:
^. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.
^^. Em 1.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 42, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303 4854
E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias. (Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)
RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013
Instalação: 13/06/2013
Prazo final prorrogado: 22/12/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Wilder Morais (DEM)

Notas:
*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.
**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.
***. Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**
***. Em 30.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 41, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.
****. Em 7.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 49, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o fim da presente sessão legislativa.
1. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: ssccpi@senado.leg.br

12) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nº 36, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

MEMBROS
Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Paulo Bauer (PSDB) 0)

Notas:
1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

13) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Eduardo Braga (PMDB)
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Eunicio Oliveira (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Humberto Costa (PT)
Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador João Capiberibe (PSB)

Notas:
*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013.
**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente nº 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.
***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente nºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.
1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (13,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (10,9)	3. Anibal Diniz (PT) (42,41)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) (49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) (60,83)
Roberto Requião (PMDB) (64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PMDB) (32,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,30)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,79,81)	5. Wilder Morais (DEM) (4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) (67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,71,72,67,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. João Ribeiro (PR) (80,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (3)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Delcidio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos(Of. nº 254/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (5,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (17,30,6,23,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,37,35)	2. VAGO (30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (30,23,35)
Ana Amélia (PP) (14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) (25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (11,13,9,34)
José Agripino (DEM) (7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (52,50)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
João Ribeiro (PR) (28,29,32,47,48,51,39,41)	3. VAGO (30,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplenies. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunicio Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunicio Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Dulcidia Ramos Calhão
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (4,5)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
**. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcidia Ramos Calhão
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,89,87)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Lindbergh Farias (PT) (91,93)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Wellington Dias (PT) (92)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (35)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) (15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) (16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,107,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) (76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) (104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,36,29,37)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,85,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,109)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45,79,81,10)
Magno Malta (PR) (81)	3. Blairo Maggi (PR) (66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,101,90)

Notas:

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********, **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********, **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

***********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunicio Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunicio Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim(OF. GLPMDB nº 308/2013).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (83)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,69)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (23,33)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) (30,82)
João Capiberibe (PSB) (80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (35)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) (28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (44,41,60)
VAGO (17,41,74,60)	5. Pedro Simon (PMDB) (44,41,75)
Ana Amélia (PP) (44,41,60)	6. VAGO (20,44,41)
Benedito de Lira (PP) (44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) (44,41,81,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (12,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,66,64)
Gim (PTB) (66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (66,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,57,73,34,35)
VAGO (66,58,24)	4. VAGO (49,50,56,66,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Coenissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (11,64)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (67,63)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,12,8,35,36)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Wellington Dias (PT) (77)	5. Delcídio do Amaral (PT) (76,60,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (38,47,48,37,55)
Luiz Henrique (PMDB) (34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (18,37,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) (35)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (21,19,10,9,55,75)	6. VAGO (27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (54,56)
José Agripino (DEM) (24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) (45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (40,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) (65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) (42,41,49,65,59,51)	2. VAGO (39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********, Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cicero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 132/2013 - GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Anibal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Aníbal Diniz (PT) (9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (4,7,3,1)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (8)	
Blairo Maggi (PR) (9,12,5)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) (2)	1. Jorge Viana (PT) (2)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) (2)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB) (2)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) (2)	1. Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cicero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (30,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
Roberto Requião (PMDB) (67,75,58)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,8,32,25,75,58)
VAGO (27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (30,16,74,58,62,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (34,7,15,64,3,71,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,17,52,43)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (42,49)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. João Vicente Claudino (PTB) (53,45,65,79)
Gim (PTB) (42,69,64,65,9)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (65,63,79)
Eduardo Lopes (PRB) (73,65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (3)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (0,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os niveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:
1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

**. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
**. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcidio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (62)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (37,40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,10,56,55,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,47,46)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) (47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcidio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunicio Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (4,2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licencios-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcidio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. Sérgio Souza (PMDB) (9,5,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (20,19)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,25,3,10,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) (53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) (71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (7,4,72,61,51)
Wilder Morais (DEM) (36,28)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (37,28,68,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (45,35,60,57)	2. VAGO (60,66)
João Ribeiro (PR) (34,60,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

**********, **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********, **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunicio Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).

Secretário(a): Álvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (3)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Of. 157/2013-CI).

**. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) (57,42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (50,59)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,51,55,58,50)	2. VAGO (50)
João Ribeiro (PR) (56,54,50,53)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********, Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (7,8,4,3,5)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scom.cdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scom.cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,65)	
Delcidio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (23,22,10,7,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,52,35,29,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Sérgio Petecão (PSD) (21,10,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Ivo Cassol (PP) (17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) (62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) (68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,14,9,60)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (74,72)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (37,45)	
Gim (PTB) (50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) (41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*******, **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********, Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão do cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcidio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,10)
João Capiberibe (PSB) (17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (36,31)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (15,13,5,6,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (18,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (39,16,3)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 170/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

**. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (8,3)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) (4)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:
1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefone(s): 3303-3487 (ou 2024)
E-mail: csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:
1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) (2)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 05/11/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcidio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 05/11/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) (10)
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Lúcia Vânia (GO) (8)
PTB
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
João Durval (BA) (7)
PSB
Lídice da Mata (BA) (12)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (2)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) [8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [4]
2º Vice-Presidente: [8 e 9]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [6]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA) [1 e 9]	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [5]
	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) [4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) [10]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) [1 e 12]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) [4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) [4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) [6]
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) [13]	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) [13]
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [8]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [11]	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) [10]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) [9]
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 259, de 2013, da Liderança do PSC.
10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6882 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	[1]
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:
1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 19 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [33]
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 28]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 28]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 28]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 28]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 28]	3. [3 e 28]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 28]	4. [3, 18 e 28]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [5, 10 e 25]	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) [6, 10, 28, 30 e 31]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 28]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 28]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 8-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 10]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Colbet Martins (PMDB/BA) [2 e 21]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 13]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 13]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 20]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 20]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 15 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 6-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT)[3, 6 e 7]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL[2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 a 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [5 a 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 959/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) [1]	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) [1]
Luiz Pitiman (PSDB/DF) [1]	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) [1]	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) [1]
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) [1]	1. João Bittar (DEM/MG) [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho (SDD/DF) [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3480 / 3303-3514
E-mail: scicpi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [4]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 30-9-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [6]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes[7]
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) [9]
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) [10]
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) [5 e 9]	

Senado Federal

Titulares	Suplentes [7]
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) [7 e 8]
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) [7]
Jorge Viana (PT/AC)	Ruben Figueiró (PSDB/MS) [11]
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) [5 e 7]	

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
8-Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Partido da Social Democrático– PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.
9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5259
scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn
E-mail: ildcn@senado.gov.br
Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 6258
sccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/tcs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Carlos Sampaio [3, 10]
Eduardo Azeredo	
Luiz Carlos Hauly [3, 11]	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago [5]	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim [8]
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz [5]
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares [6]	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos [7]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique [9]	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcms@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL